

LUANA DO ROCIO TABORDA

**ENTRE O DISCURSO DA CARIDADE E DA DEFESA DE
DIREITOS: O associativismo religioso em Florianópolis e seus
repertórios de atuação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Taborda, Luana do Rocio
ENTRE O DISCURSO DA CARIDADE E DA DEFESA DE
DIREITOS : O associativismo religioso em
Florianópolis e seus repertórios de atuação / Luana do
Rocio Taborda ; orientadora, Lígia Helena Hahn
Lüchmann, 2018.
229 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Associativismo
religioso. 3. Defesa de direitos. 4. Repertórios de
ação coletiva. 5. Florianópolis. I. Lüchmann, Lígia
Helena Hahn . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

“ENTRE O DISCURSO DA CARIDADE E DA DEFESA DE DIREITOS: o associativismo religioso em Florianópolis e seus repertórios de atuação.”

Luana do Rocio Taborda

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof.^a Dr.^a Ligia Helena Hahn Luchmann
(PPGSP/UFSC)
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Julian Bolba
(PPGSP/UFSC)

Prof.^a Dr.^a Carla Cecília Rodrigues Almeida
(PGC/UEM) – Via Skype

Prof.^a Dr.^a Márcia Grisotti (Coordenadora
PPGSP/UFSC)

Prof.^a Dr.^a Márcia Grisotti
Coordenadora

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
PPGSP/CFH/UFSC
SIAPE: 2169789

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO de 2018.

A todas as associações, dirigentes e profissionais que contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

É momento de grande alegria a finalização de um ciclo, cabendo agradecer aqueles que estiveram presentes e colaboraram para a conclusão desta etapa.

Primeiramente, agradecimentos institucionais a Universidade Federal de Santa Catarina, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP). Aos servidores, cuja dedicação não passa despercebida, em especial Albertina e Maria de Fátima. Também, agradecimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa que possibilitou dedicação exclusiva as atividades acadêmicas.

Agradecimento aos docentes do programa, cujos ensinamentos incentivaram e inspiraram a continuidade dos estudos e pesquisas. Especial agradecimento aos professores que estiveram presentes nas bancas de qualificação e defesa desta dissertação, professor Julian Borba, presente em ambas, e ainda Carla Almeida e Tiago Borges, agradecendo as enriquecedoras contribuições dadas.

À Lígia Lüchmann, professora, orientadora e pessoa a que muito admiro, agradeço por todo o apoio, paciência e incentivos contínuos, e pelas muitas oportunidades de aprendizado e crescimento enquanto pesquisadora.

Ao belo e essencial trabalho realizado pelas pessoas das associações, agradecendo aos interlocutores pela oportunidade de ouvir e buscar compreender suas visões de mundo e sobre o trabalho cotidiano. Desnecessário dizer, sem a colaboração destes, esta dissertação não existiria. Agradecimento especial as mulheres que trabalham arduamente para dar continuidade ao trabalho realizado pelas associações.

Às amigas e colegas de turma, além daqueles que a pós-graduação me apresentou, agradeço pelas importantes trocas, conversas e apoio. Aos membros do NPMS, principalmente Heloisa, Rachel, Ana Luzia e André, por tudo que temos vivido conjuntamente e pelo apoio mútuo. Ao Tiago pela leitura e contribuição com o projeto. Em especial, tenho muito a agradecer a Márcia Schaefer, pela bonita amizade que iniciou despretensiosamente, e que tem se fortalecido a cada ano que passa.

Ainda em se falando sobre amigas, ao grupo Cocotas, Giovana, Kerolin, Thaise e Maria Teresa, obrigada pelas belas lembranças e felicidades compartilhadas!

Ao Peterson, pela parceria e por me inspirar a ser mais dedicada a tudo o que importa. À Ana Martina, pelos momentos vivenciados e pela sororidade que tem florescido nos últimos anos, e que possamos continuar trabalhando juntas em projetos que nos cativem.

À João Victor, parceiro de muitos anos e grande incentivador de tudo que faço. Obrigada pelo companheirismo, pelo carinho e pela oportunidade de compartilhar contigo angústias e alegrias.

Aos meus pais, agradeço por sempre terem valorizado a importância da educação de seus filhos, nos apoiando mesmo que nossas escolhas nos trouxessem para tão longe. A Luzia e Aristides, exemplos de vida, honestidade e resiliência, agradeço por serem meu alicerce desde sempre, por vocês minha mais profunda admiração. Aos dois, que por serem as pessoas que são, me ajudam a me tornar a pessoa que quero ser. À Luciana, pela alegria de viver e por ser minha melhor amiga. Ao Alyson, meu eterno irmãozinho que sempre me surpreende pela sua simplicidade, afeto e cuidado para com aqueles que ama. À mais nova membra de nossa família, a pequena Laura Helena, que carrega o nome de duas mulheres inspiradoras.

À todas as matriarcas de minha família, mães, avós e bisavós. Mulheres de coragem, sejam as que atravessaram o oceano para construir nova vida, ou as que sofreram perseguições e viveram sob desumanas condições, sempre priorizando o bem-estar de suas famílias. À avó Maria Rosa, que a quase 20 anos nos deixou, e que ferozmente lutou para dar teto e dignidade aos filhos e netos. À avó Thereza, reconhecida por sua caridade, sabedoria e vivência exemplar. A minha mãe Luzia, a quem tudo devo e cuja dedicação a tudo o que faz não passa despercebida a meus olhos. Que nós, próximas gerações de mulheres desta família, possamos ter a coragem, dedicação e amorosidade que moveram e movem nossas antecessoras.

RESUMO

A dissertação busca analisar o contexto de atuação das associações religiosas, com ênfase nas vinculadas a denominação espírita, na cidade de Florianópolis. Procura-se identificar a existência de incentivos financeiros, políticos e legais que influenciam determinadas práticas, discursos e repertórios. O referencial teórico dialoga com as teorias sobre o associativismo, democracia e o conceito de repertórios de ação coletiva. Faz incursões teóricas também quanto aos conceitos de elites, filantropia e campo religioso. A metodologia foi composta tendo como base pesquisas pré-existentes, entrevistas semiestruturadas com membros das associações pesquisadas, além de pesquisas documentais, junto a cartórios de registros e observação participante em reuniões e fóruns. São apresentados os principais estudos e dados sobre o quadro associativo brasileiro, com destaque para as associações religiosas. Também são introduzidos dados quanto à disposição associativa de Florianópolis. O escopo do trabalho busca identificar os repertórios de atuação que as associações mobilizam, como atuação em redes, conformação de parcerias, junto a interfaces socioestatais, representação institucional, ou mesmo pela via legal. A problemática central da dissertação ampara-se na identificação de uma tensão, ao menos no nível discursivo, entre o enfoque da caridade (filantropia, ou assistencialismo) para o da defesa de direitos, quanto às associações religiosas que foram objeto da pesquisa. Entre os elementos que parecem influenciar este contexto, estariam I) uma maior organização em rede, com destaque ao papel do Fórum de Políticas Públicas enquanto articulador de demandas e principal meio de comunicação e interação; II) O processo de profissionalização das associações, ao mesmo tempo em que a importância do trabalho voluntário no contexto associativo-religioso, duas realidades diferentes onde muitas vezes contrastam opiniões sobre estratégias e formas de atuação; III) Experiências de representação institucional junto a conselhos gestores de políticas, além de outras interfaces socioestatais; IV) E por último e mais importante, a celebração de parcerias com os órgãos públicos, que parece contribuir para os três elementos anteriores, onde maior atuação em rede e ampliação de repertórios, profissionalização e formalização, além de práticas de *advocacy*, visam defesa dos interesses internos e do público-alvo, considerando a grande disparidade de poder entre as associações e o Estado.

Palavras-chave: Associativismo religioso. Defesa de direitos. Repertórios de ação coletiva. Florianópolis.

ABSTRACT

The dissertation seeks to analyze the context of action of religious associations, with emphasis on those linked to the Spiritist religion, in the city of Florianópolis. It attempts to identify the existence of financial, political and legal incentives that influence certain practices, discourses and repertoires. The theoretical references dialogues with theories about associativism, democracy and the concept of repertoires of collective action. It makes theoretical incursions as well on the concepts of elites, philanthropy and religious field. The methodology was composed based on pre-existing research, semi-structured interviews with members of the associations researched, as well as documentary research, along with notary's office of registries and observation participant in meetings and forums. The main studies and data on the Brazilian associative framework are presented, with emphasis on religious associations. Data are also introduced regarding the associative disposition of Florianópolis. The scope of the work seeks to identify the repertoires of action that associations mobilize, such as acting in networks, forming partnerships, along with socio-state interfaces, institutional representation, or even by legal means. The central problem of the dissertation is the identification of a shift, at least at the discursive level, between the charity (philanthropy, or assistentialism) approach to the defense of rights, considering the religious associations that were the object of the research. Among the elements that seem to influence this context, would be I) a greater network organization, with emphasis on the role of the Public Policy Forum of Florianópolis as articulator of demands and main means of communication and interaction; II) The process of professionalization of associations, at the same time as the importance of voluntary work in the associative-religious context, two different realities where often contrast opinions about strategies and ways of acting; III) Experiences of institutional representation with policy management councils, in addition to other socio-state interfaces; IV) And finally and more importantly, the celebration of partnerships with public agencies, which seems to contribute to the three previous elements, where greater activity in network and expansion of repertoires, professionalization and formalization, as well as advocacy practices, aim at defense of internal interests and those of the target public, considering the great power disparity between the associations and the State.

KEY WORDS: Religious association. Defense of rights. Repertoires of collective action. Florianópolis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores para definição das associações religiosas da denominação espírita	82
Quadro 2 – Resumo principais conclusões pesquisa Fasfil	94
Quadro 3 – Filiações religiosas e percentual associativo em Florianópolis	99
Quadro 4 – Áreas de atuação das OSCs	102
Quadro 5 – público-alvo atendido pelas OSCs	103
Quadro 6 – Quantitativo de trabalhadores contratados e voluntários nas OSCs	104
Quadro 7 – Recursos não-governamentais das OSCs	105
Quadro 8 - Repertórios e espaços de participação ocupados pelas OSCs.....	108
Quadro 9 - Filiação Espírita Segundo Regiões e Capitais no Brasil	123
Quadro 10.1 – Principais características das Associações Entrevistadas em Florianópolis	124
Quadro 10.2 – Principais características Associações Entrevistadas em Florianópolis	125
Quadro 11 - Indicadores potenciais de conflitos, dificuldades e/ou desafios	129
Quadro 12 – Quanto aos benefícios pessoais, dificuldades e/ou desafios conforme entrevistados	135
Quadro 13 - Associações religiosas atuantes em Conselhos Gestores	157
Quadro 14 – Associações religiosas em Conselhos Municipais de Florianópolis	158
Quadro 15 – Resumo Repertórios mobilizados pelas associações em estudo	169
Quadro 16 - associações espíritas segundo dados de Scherer-Warren (2004) e Lüchmann (2016) e atualização até 2017	225

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa levantamento Associações espíritas registradas em Cartório Florianópolis	118
Figura 2 – Diagrama Associações, Conselhos e Parcerias com órgãos PMF	142
Figuras 3, 4 e 5 – Diagrama Associações, instituições religiosas e empresas citadas	145
Figuras 5 e 6 – Repertórios utilizados pelas associações participantes do Fórum de Políticas Públicas em 2017	165
Figura 7 – Diagrama Continuidade/Sobrevivência das OSCs	189
Figura 8 – Diagrama Incentivos Associações	194

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira das Organizações não-governamentais
AEBAS - Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
ASA - Associação Arquidiocesana
CEAFIS - Centro de Apoio a Formação Integral do Ser
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do adolescente
CMI – Conselho Municipal do Idoso
CMS - Conselho Municipal de Saúde
CMDPD - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis
CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONPIR - Conselho Municipal de Promoção Igualdade Racial
COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
ESF - Entidades Sem Fins Lucrativos
Fasfil - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil
FEB - Fundação Espírita Brasileira
FEC - Federação Espírita Catarinense
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LFC - Lar Fabiano de Cristo
FIA - Fundo para Infância e Adolescência
FPPF - Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis
LBV - Legião da Boa Vontade
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MS – Movimentos Sociais
ONGs - Organizações Não Governamentais
OS – Organizações Civas
OSC - Organizações da Sociedade civil
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
SEEDE - Seara Espírita Entrepósito da Fé
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SEOVE - Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna
SME – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

Introdução	21
Capítulo I – Associativismo, repertórios e fundamentos teóricos	29
1.1 Sobre conceitos e definições: associações e democracia	29
1.2 Perspectivas analíticas: O papel das associações segundo diferentes vertentes teóricas	34
1.3 Sobre repertórios de ação coletiva	40
1.4 O estudo das associações no Brasil	49
1.5 Elites, Filantropia e campo religioso: práticas e definições	54
<i>Sobre o trabalho Voluntário</i>	63
Capítulo II – Associativismo Religioso: metodologia, dados e tipologias	67
2.1 Notas metodológicas	67
<i>Sobre classificações: associações religiosas e tipologias</i>	77
2.2 Associativismo e participação religiosa: novos velhos atores	83
2.3 Associativismo religioso em dados	93
2.4 Florianópolis e sua disposição associativo-religiosa	97
Capítulo III – Associações espíritas em Florianópolis: fundamentos empíricos	111
<i>Estudos sobre o Espiritismo no Brasil</i>	111
3.1 Dados sobre associações da denominação espírita em Florianópolis	115
3.2 As Associações em estudo: organização e questões internas	122
Atores e engajamento associativo em associações religiosas	130
3.3 Repertórios de atuação das associações religiosas em Florianópolis	140
<i>Associativismo religioso e suas redes</i>	141
<i>Sobre as parcerias com órgãos públicos</i>	150
<i>Conselhos gestores e outros Repertórios de atuação das associações religiosas</i>	156
3.4 Associações religiosas em Florianópolis: pela via da caridade ou da promoção e defesa de direitos?	171
Notas Conclusivas	197
REFERÊNCIA	207
APÊNDICE	223
Apêndice 1 – Roteiros de Questões para realização das entrevistas ...	223
Apêndice 2 – Quadro 16 - associações espíritas segundo dados de Scherer-Warren (2004) e Lüchmann (2016) e atualização até 2017 ...	225

Introdução

As religiões e suas relações com a sociedade e a política sempre estiveram no centro das preocupações e discussões acadêmicas das ciências sociais, desde clássicos como Hobbes, Weber, Durkheim, Marx e Tocqueville. Inquietados com a relevância do fenômeno religioso para a análise da sociedade, muitos cientistas sociais passaram a ocupar parte de suas agendas de pesquisas para dimensionar os impactos e a centralidade da religião e/ou religiosidade nas dinâmicas sociais. Com o passar dos séculos, o campo analítico sofreu um profundo amadurecimento teórico, tornando a temática altamente relevante, principalmente porque as religiões, em crescente pluralização, são ainda agentes centrais para entendermos as relações sociais no contexto contemporâneo. A religião enquanto categoria social nos permite entender a experiência, discurso e agência dos indivíduos, além da forma como os mesmos ordenam, organizam e agem socialmente (GIUMBELLI, 1997).

As religiões são, basicamente, uma das primeiras e mais importantes formas de associação humana. Isto porque unem os indivíduos em torno de crenças, hábitos e costumes, motivando ações de acordo com os mesmos. Desta forma, o associativismo religioso configura-se enquanto uma forma associativa de longa data, mas ainda atual pelas novas práticas e configurações, como a pluralização denominacional do campo.

Se a preocupação com o fenômeno religioso e suas intervenções no meio coletivo advém de longa data, o interesse acadêmico quanto ao papel das associações nas sociedades contemporâneas nos remete à obra de Alexis de Tocqueville *A democracia na América* (1977) publicada originalmente em 1835.

Tocqueville (1977) coloca as associações como um poderoso meio de ação, de forma que as associações civis seriam tão importantes quanto as associações políticas, ou talvez até mais importantes. Para o autor, em uma democracia, para que os homens sejam civilizados, se faz necessário que a arte de se associar seja desenvolvida e aperfeiçoada no mesmo grau em que cresce a igualdade de condições. Desde Tocqueville, muitos autores se dedicaram a entender a relevância das associações, em relação ao “papel das associações na promoção de ideais democráticos como participação, igualdade, justiça, legitimidade, deliberação e eficiência” (LÜCHMANN, 2012, p. 59).

Em sua obra, Tocqueville se dedica a demonstrar a importância que as associações e a religião possuem no estabelecimento do estado democrático americano¹. Muitos outros autores, como veremos adiante, buscam evidenciar os impactos positivos das associações religiosas, bem como das associações em geral, para o desenvolvimento de potenciais democráticos (WARREN, 2001, LÜCHMANN, 2014).

Entende-se que o fenômeno associativo é melhor compreendido quando pensado de forma contextual e relacional, considerando que as diferentes tendências sociais, políticas e econômicas exteriores ao campo também influenciam diretamente junto a criação de circunstâncias favoráveis para a existência de mais associações religiosas do que aquelas identificadas como de desenvolvimento e defesa de direitos.

Da mesma forma, o cenário atual e historicamente situado da conformação e ainda crescimento no número de associações religiosas no país relaciona-se diretamente com o processo de transposição da responsabilização pela “questão social”, que no Brasil passou, em um primeiro momento e de maneira bastante simplificadoria, de ser responsabilidade das entidades religiosas que assumiam o papel de órgãos públicos, para em um cenário atual, segundo transformações dos espaços de poder e redefinições institucionais, a responsabilidade pelos serviços sociais e pela remediação das vulnerabilidades sociais que não mais assenta-se sobre as instituições religiosas, e sim sob o Estado (LANDIM, 1993). É nesta importante terminação nervosa de disputas simbólicas que se situa o objeto da presente pesquisa. Trata-se de um complexo contexto de antigüíssima disputa entre Estado e religiões por maior influência sobre os indivíduos.

Em que pese a relevância do associativismo conforme procuram teóricos da democracia de diferentes vertentes demonstrar, no campo empírico, sabemos muito pouco sobre as associações e suas configurações reais. Enquanto fenômeno bastante difícil de ser apreendido, por possuir importantes assimetrias, diversificação de disposições e ampla complexidade, apresenta-se como um desafio aqueles que se propõem a estudá-lo. Isto dá-se em grande parte pela escassez de fontes de dados e

1 O autor não chega a analisar as religiões em si mesmas como uma forma associativa. No contexto do associativismo religioso, tampouco é esta abordagem a mais comum. Mais comumente o enfoque se dá entidades fundadas com diferentes fins - em sua maioria assistenciais - por parte das igrejas, fiéis, enfim, entidades com enfoque social e com matrizes religiosas. Exemplos são Casas de misericórdia, asilos, e entidades de apoio a pessoas em situação de rua, dentre muitas outras.

estudos de âmbito macro e ainda estudos qualitativos quanto ao *modus operandi* interno e motivações das associações e atores que estão à frente destas.

Nesta dissertação, nos propomos a estudar o contexto do associativismo religioso em Florianópolis. Tal como em Gurza Lavalle e Castello (2004) o recorte de pesquisa aqui realizado é resultante de “exigência empírica”, possuindo duas principais justificativas: desde 2014 em nossas primeiras incursões de pesquisa sobre o campo associativo florianopolitano, acumulam-se questionamentos quanto as associações religiosas e a influência da religiosidade no campo; e ainda, dados provenientes de pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, sob coordenação da professora Lígia Lüchmann (2015, 2016), que demonstram a ainda relevância do associativismo religioso, presente nos espaços de participação institucional, além de processo de pluralização denominacional, sendo então estes os fatores que orientam a escolha da presente temática de pesquisa.

Desta forma, uma das principais motivações para a realização desta dissertação advém do contato com a associação espírita Casa dos Girassóis, primeiramente enquanto trabalhadora e voluntária da instituição, e posteriormente enquanto pesquisadora, dado que esta associação foi objeto de pesquisa de TCC, realizada em 2014². A aproximação que advém desde este primeiro contato com o universo das associações espíritas, e do meio associativo florianopolitano, continua motivando interesse em compreender este contexto, sua organização e efeitos seja no plano político-institucional, ou ainda quanto aos agentes atuantes no campo.

Para além disto, outra motivação reside nos dados de pesquisas coordenadas por Lüchmann (2015, 2016), que demonstram estar o contexto associativo florianopolitano ainda experimentando significativo

² Trabalho de Conclusão de Curso (em ciências sociais) intitulado *Para além dos muros: a atuação social da Casa dos Girassóis e do Instituto Engevix em Florianópolis* (TABORDA, 2014). No estudo, uma das associações analisadas era espírita, acarretando no interesse em entender melhor este contexto. Ainda, vinculação e colaboração com as pesquisas *Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais* (2014-2016), coordenada pela Professora Lígia Lüchmann, aliado à participação no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS da UFSC, e, ainda, a atuação como bolsista do projeto PROCAD, pesquisando sobre o Associativismo nos diferentes níveis, possibilitaram tanto bases teóricas como empíricas para a escolha do objeto.

crescimento, considerando os dados coletados quanto ao decênio entre 2000 e 2010. Quanto as religiosas, os dados apresentam importantes tendências de pluralização denominacional, que destoam no percentual de adeptos, com destaque para a denominação espírita, cujo ritmo de criação de associações se sobrepõem ao de denominações mais tradicionais como a católica. Assim somadas, a importância de compreender o contexto do associativismo espírita resume-se dado a) o expressivo número de associações espíritas existentes na cidade; b) junto ao crescimento significativo do número de associações dessa denominação criadas nas últimas décadas, c) aliado ainda a um contexto singular de uma cidade onde o número de espíritas é superior à média nacional, sendo a capital do país com o maior percentual de espíritas.

Também os dados permitem apreender a ocupação pelas associações religiosas locais de espaços de participação como conselhos, além de outros repertórios mobilizados. Assim, a realização da pesquisa justifica-se frente a tese de que o crescimento e desenvolvimento do associativismo religioso em Florianópolis são fatores resultantes de processos de reconfiguração associativa, que perpassam todo o meio associativo nacional, e que se deixam sentir quando olhamos para o associativismo religioso e seu histórico de atuação e organização.

A proeminência do contexto da denominação espírita no meio associativo motivou inicialmente um recorte de pesquisa próprio quanto as configurações do associativismo espírita da cidade. Todavia, com a realização da pesquisa, identificamos que importantes fenômenos vivenciados pelas associações espíritas também o eram para associações de outras denominações. Ou seja, para refletirmos sobre as associações, seus repertórios, e atuação destas na esfera pública e junto a instituições participativas, ou mesmo em como a realização de parcerias impacta no *modus operandi* das associações, seria de maior relevância e representatividade pensarmos processos pelos quais os dados empíricos demonstraram afetar as associações com vínculos religiosos como um todo, e não só as espíritas. Isto posto, a dissertação divide-se entre sessões que apresentam e analisam o contexto associativo religioso, e ainda sessões voltadas a especificidades quanto as configurações do associativismo espírita da cidade.

A problemática central motivadora da presente dissertação resume-se em entender o contexto geral do associativismo religioso e espírita na cidade, suas reais proporções e repertórios de atuação. O conceito de repertório nos é de grande valia por permitir analisarmos diferentes formas e frentes de atuação dos atores coletivos. No caso das associações religiosas, a literatura tem dado grande enfoque para as ações

de base voluntária e assistencial, motivadas por concepções de moralidade e responsividade encerradas na máxima da caridade. No entanto, e como indicado por pesquisas (LÜCHMANN, 2015, 2016), encontramos também organizações religiosas atuando em espaços político-institucionais, como os Conselhos Gestores.

Dentre muitas perguntas e hipóteses de pesquisa levantadas, a principal resume-se em identificar a existência de tensões entre a dimensão assistencial/caritativa e de execução de políticas e defesa de direitos nas associações religiosas, e em como os repertórios mobilizados influenciam neste contexto. Percebendo ainda, quais os elementos que motivam estas tensões, entre pressões externas, redução de autonomia associativa, críticas e sanções a práticas justificadas por disposições religiosas, quanto ao campo e resultantes também da conformação de parcerias com o Estado e exigências de laicidades dos trabalhos realizados.

Especificamente quanto as associações espíritas: qual seria a proporção das associações espíritas na cidade, e suas configurações quanto a localização geográfica, redes, áreas de atuação e repertórios mobilizados? As tendências de crescimento identificadas em estudos anteriores (SHERER-WARREN, 2004; LÜCHMANN, 2016) se confirmariam se atualizados os dados mais recentes? É possível identificar um contexto de elevados níveis de atuação de trabalhadores voluntários nas associações espíritas?

A partir dos prévios questionamentos, foi considerado enquanto objetivo geral da pesquisa compreender o universo do associativismo de cunho religioso/espírita em Florianópolis/SC, a fim de perceber as formas de atuação destas associações na capital catarinense, avaliando suas proximidades, diferenças e intervenções no campo social e político-institucional da cidade, tendo em vista contribuir com os estudos sobre religião e associativismo.

Já os objetivos específicos seriam 1. Mapear os contornos do associativismo religioso na cidade de Florianópolis, principalmente quanto a distribuição das associações espíritas existentes; 2. Através de pesquisa empírica junto a alguns casos de associações católicas, evangélica e espíritas, procurar traçar perfis organizacionais, quanto a histórico e objetivos das associações, ao seu público-alvo, membros voluntários e trabalhadores contratados e trajetória dos gestores e colaboradores; 3. Entender quais as relações em rede que as associações estudadas lançam mão em sua atuação, principalmente para com outras associações, religiosas ou não, buscando compreender a importância e

natureza destas redes para as entidades. Procurar ainda identificar se estabelecem parcerias, em âmbito público ou privado; 4. Por fim, analisar quais são os principais repertórios de ação coletiva mobilizados pelas associações em estudo em Florianópolis.

As escolhas metodológicas por sua vez, foram realizadas considerando a importância da combinação de diferentes métodos e técnicas de pesquisa. São também considerados os desafios existentes quanto a tipologização das associações da sociedade civil e principalmente das religiosas. A utilização de estudos pré-existentes, realização de campo com entrevistas e observações in loco, além de utilização de fontes secundárias de dados possibilitaram perceber tendências e particularidades do contexto estudado.

A dissertação está organizada em 3 Capítulos além desta Introdução e Notas conclusivas. No primeiro Capítulo buscamos apresentar os principais enquadramentos teóricos quanto a conceitos, perspectivas e definições sobre associativismo e repertórios, além de incluirmos também discussão sobre filantropia, elites e campo religioso. Além disso, está presente neste Capítulo discussões sobre o campo associativo brasileiro e dimensões sobre o voluntariado entre motivações de interesse e justificativas morais.

O segundo Capítulo intitulado *Associativismo Religioso: metodologia, dados e tipologias*, busca congregar perspectivas quanto a metodologias e tipologias. Traz ainda discussão sobre as associações religiosas em perspectiva histórica, além das configurações do associativismo religioso segundo os principais estudos e dados existentes. Por fim, o Capítulo reúne dados sobre o campo associativo religioso tal como este organiza-se em Florianópolis, além de informações coletadas junto ao Diagnóstico das OSCs realizado em dezembro de 2017 pelo Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF)³.

³ “O Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis – FPPF, fundado em 2005 por um grupo de militantes atuantes na defesa da garantia e ampliação de direitos, é uma instância legítima de articulação, mobilização, organização e fortalecimento da sociedade civil organizada. São princípios de atuação do FPPF: a) Compromisso com os dispositivos Constitucionais e com as normativas nacionais, estaduais e municipais, para a garantia dos direitos dos usuários dos segmentos específicos das Políticas Públicas Setoriais; b) Espaço privilegiado e organizativo de articulação da sociedade civil para consecução dos direitos fundamentados em Leis e de proposição de novas Leis que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; c) Trabalho solidário como instrumento de potencialização das capacidades e de superação das limitações dos movimentos

Por fim, no Capítulo 3 apresentamos os dados coletados quanto ao campo realizado, apresentando as associações em estudo, aspectos e disposições internas e externas, analisando também questões relacionadas aos atores, quanto a discordâncias e trajetórias. Também são apresentados os repertórios como as redes sociais e de serviço com outras associações, empresas, órgãos públicos e fóruns, além das associações que se organizam internamente em redes. Ainda, os principais repertórios de atuação mobilizados pelas associações estudadas, destacando-se a atuação e alta relevância imputada aos conselhos gestores de políticas e ao FPPF enquanto principal órgão articulador do contexto associativo florianopolitano. Também destacam-se outros repertórios como as parcerias com órgãos públicos, audiências públicas, protestos de rua e ainda contatos e processos junto a membros do poder legislativo (vereadores) e judiciário.

A última sessão, intitulada *Associações religiosas em Florianópolis: pela via da caridade ou da promoção e defesa de direitos?* agrega relatos dos interlocutores e discussão quanto a processos de reconfiguração vivenciados pelas associações religiosas, pressões externas, influências e incentivos tanto políticos, financeiros e legais quanto a sua atuação e auto identificação.

sociais, de usuários e organizações de usuários e das Entidades que compõem o FPPF; d) Apoio aos Conselheiros representantes dos segmentos da sociedade civil nos Conselhos de Direitos e outros Conselhos do município; e) Respeito à identidade, à autonomia e à dinâmica própria de cada integrante do FPPF; f) Atuar de forma articulada com os demais Fóruns, movimentos, organizações sociais, frentes parlamentares e outras instâncias existentes no âmbito municipal, estadual e federal.”

Fonte:

https://www.facebook.com/pg/forumdepoliticaspUBLICASdeflorianopolis/about/?r ef=page_internal. Último acesso em: janeiro de 2018.

Capítulo I – Associativismo, repertórios e fundamentos teóricos

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. (TOCQUEVILLE, 1977, p. 394).

1.1 Sobre conceitos e definições: associações e democracia

Quando tomamos como objeto de pesquisa as associações da sociedade civil, é imperativo preocupar-se com a questão da democracia e dos marcos legais que asseguram o direito de associar-se. Desde há dois séculos e dos postulados de Alexis de Tocqueville (1977), “a arte de associar-se” tem sido observada e temida, e a liberdade de associação entendida como um dos principais termômetros dos regimes democráticos (DAHL, 2012).

O conceito de associação está longe de possuir uma definição precisa, principalmente pela grande multiplicidade de práticas associativas existentes, mas algumas características podem ser elencadas levando-se em consideração as referências trazidas por diversos autores⁴. No contexto cotidiano, a nomenclatura associação é bastante utilizada e comumente “significa esses tipos de ligações que escolhemos para fins específicos - para promover uma causa, formar uma família, praticar um esporte, trabalhar com um problema de identidade ou propósito, chegar à frente na carreira, ou resolver um problema de bairro” (WARREN, 2001, p.39, tradução nossa).

No contexto acadêmico, o conceito de associação pode variar de autor para autor, e a depender de prismas teóricos próprios, o conjunto de fenômenos denominados como associativos pode alargar-se ou restringir-se. Quanto aos efeitos positivos do direito de associação, em um nível normativo do conceito, Mark Warren (2001, p.17-18) lista como diferentes autores da literatura recente veem o fenômeno:

John Rawls, por exemplo, concebe associações como locais para uma "moralidade de associação" o que inclui as virtudes de "justiça, equidade, fidelidade e confiança, integridade e imparcialidade", virtudes que tenderão a ser

⁴ Para um maior aprofundamento sobre a definição do associativismo e do conceito de associação, ver Lüchmann (2014, 2016).

aplicadas pelos associados através do mecanismo de culpa. Em *Making Democracy Work*, Robert Putnam vê as associações em termos Tocquevillianos, argumentando que "inculcam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público", tirando os indivíduos de seu esquecimento natural de sua dependência de bens públicos e a vida pública. Além disso, as associações oferecem espaços, locais e oportunidades de colaboração social e ação coletiva. Michael Sandel entende as associações como escola de virtude cívica e julga as associações de acordo com suas contribuições para a educação cívica. Iris Young espera que as associações, em contraste com os grupos de interesse, possam fornecer o tecido social que apóie uma negociação harmoniosa das diferenças entre os grupos. Expectativas mais expansivas e diversas podem ser encontradas no influente trabalho de Joshua Cohen e Joel Rogers "Associações Secundárias e Governança Democrática": as associações podem subscrever a democracia, fornecendo informações, equalizando a representação, educando os cidadãos e fornecendo formas alternativas de governança. Além dessas expectativas, Paul Hirst concebe associações como substituições para instituições estatais" (tradução nossa).

Embora reconheça a importância das diferentes abordagens dos teóricos sobre o papel das associações, Warren desconfia do que chama de generalização teórica, apontando utilizações indevidas e genéricas das teorias atuais, que buscam compilar e enquadrar conjuntos de práticas, que são de fato muito amplas e heterogêneas para serem simplificadas ou enquadradas.

É também Mark Warren (2001) quem sintetiza a mais comum e clássica concepção teórica de associação, que diz respeito a dimensões de tamanho e proximidade das relações associativas. As *associações primárias*, seriam compostas pelas relações familiares e círculo de amizades; as *associações secundárias*, por sua vez, com vínculos menos imediatos mas ainda bastante próximos, seriam as associações secundárias ou intermediárias, compostas pelos grupos cívicos, de esportes, associações religiosas e similares; já nas *associações terciárias*,

os membros são relativamente anônimos entre si, e possuem pouco em comum para além do objetivo específico que os leva a associar-se em determinada associação. Exemplo de associações terciárias seriam associações de grupos de interesses, que objetivam prestar serviços aos seus membros e associações profissionais.

Outras variáveis, agora de âmbito mais qualitativo para pensar as configurações e diferenças associativas, dividem-se também em três, conforme ainda Mark Warren (2001). No primeiro caso, a caráter do engajamento voluntário versus compulsório, importante e central variável para análise do fenômeno associativo, considerando a questão da liberdade de associar-se e desassociar-se. No segundo, quanto ao meio geral de imersão de determinada associação, seja social, econômico ou político. No terceiro caso, a variável quanto aos objetivos que norteiam a atuação associativa, desde procura por adquirir bens materiais, sociais, públicos, identitários ou inclusivos.

A dimensão da voluntariedade é central nas diferentes vertentes teóricas que tratam sobre o associativismo. Destaque para Alex de Tocqueville (1977), um autor central na elaboração de uma concepção moderna de associação, para quem as associações secundárias, que, conjuntamente com as terciárias, são as que mais cultivariam a voluntariedade e escolha individual, que conjuntamente com a existência de uma relativa igualdade social dos indivíduos, são duas características centrais do associativismo para o autor.

Sobre as teorias do associativismo, vimos que Tocqueville (1977) foi um dos primeiros teóricos a colocar a importância das associações para a democracia. Por outro lado, o contrário se faz tão importante quanto: a democracia é muito importante para proporcionar o direito de associação, de forma que se trata de uma relação de mão dupla, segundo Warren (2001). O associativismo é assim sempre relacionado as práticas democráticas, sendo considerado como essencial para o seu desenvolvimento, por promover as relações igualitárias e voluntárias (WARREN, 2001).

Archon Fung é também um dos teóricos que corrobora o mútuo interesse entre associações e democracia. Em trabalho intitulado *Associations and Democracy: Between Theories, Hopes, and Realities* (2003) o autor procura elencar as seis principais contribuições das associações para a qualidade de determinado regime democrático que tiveram maior centralidade no debate tanto no nível conceitual como empírico: 1) a virtude intrínseca da associação e da liberdade para associar-se; 2) Socialização cívica ou educação política; 3) Resistência

política e controle de poder; 4) Representação de interesses; 5) Deliberação pública e a esfera pública; 6) Governança pública⁵. Cabe salientar que o próprio autor aponta que estas seis contribuições podem potencialmente conflitar umas com as outras, e isto se dá primariamente porque elas são elaboradas e defendidas por teóricos com diferenciadas visões sobre a democracia em si.

No nível empírico a socióloga política Pamela Paxton, em artigo de 2002, procura comprovar tanto a hipótese de que as associações contribuem para a democracia, como a contra hipótese de que as instituições democráticas contribuem para a proliferação da vida associativa quanto a sua densidade e diversidade. Para tanto, o estudo procura comprovar a relação de reciprocidade entre democracia e associativismo no nível empírico, utilizando dados quantitativos e comparativos entre diferentes países da pesquisa World Values Survey. Os resultados da análise mostram que países mais democráticos contribuem para a proliferação de diferentes tipos associativos. Demonstram também que alguns tipos associativos contribuem mais positivamente na promoção da democracia, como no caso das associações melhor conectadas com a comunidade em redes, enquanto que associações isoladas promovem um efeito negativo. Assim, este estudo demonstra, em primeiro lugar, que para entendermos de forma suficiente a natureza recíproca entre associações e democracia, é preciso considerar os efeitos negativos desta relação, e conforme também salientado por Mark Warren (2001), tomar cuidado com generalizações simplificadoras, entendendo que nem todas as associações são boas para a democracia, mas também diferentes modelos ou arranjos de democracia conformam diferentes contextos de desenvolvimento e organização da vida associativa, de forma que precisamos cuidar com generalizações considerando estarmos diante a um fenômeno de grande complexidade social.

A constatação de que nem todas as associações são boas para a democracia (LÜCHMANN, 2014), pondera que os motivos que levam os indivíduos a associarem-se vão desde os que podem ser alocados na categoria de “nobres”, em acordo com as práticas socialmente aceitas e encorajadas, mas também motivações pautadas em valores considerados preconceituosos, ou mesmo delituosos, como grupos para promoção de

⁵ No inglês original: 1)The Intrinsic Good of Association and Freedom to Associate; 2) Civic Socialization and Political Education; 3) Resistance and Checking Power; 4) Interest Representation; 5) Public Deliberation and the Public Sphere; 6) Direct Governance (FUNG, 2003, p. 518-529).

ódio, intolerâncias, violências. No mesmo sentido vai a afirmação de Baquero (2003, p. 97) de que “as associações não fomentam, por si sós, um tipo de cultura política, mas são um reflexo de e amplificam os traços culturais dominantes de seu ambiente. Na verdade, constituem-se no espelho da cultura política vigente”. Aqui o autor ao mesmo tempo em que faz a crítica às abordagens que colocam as relações entre associativismo e democracia como causais, reafirma a relação anteriormente apontada de retroalimentação entre os fenômenos.

Uma iniciativa amplamente utilizada quanto a definição de associação é a designada pelo *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts* (2003), organizado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas - ONU, em parceria com a Universidade John Hopkins. A definição de associação segundo o Handbook, utilizada no caso brasileiro pela pesquisa das Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil), objetiva a possibilitar a construção de estatísticas que possam ser comparáveis internacionalmente e exige que as organizações se enquadrem, sem exceções, em cinco critérios:

- (a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- (d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. (IBGE, 2012, p. 13)

Cabe apontar o imperativo de não se pensar o fenômeno associativo de modo isolado, mas sim de modo contextual e relacional, quando analisamos as associações e as áreas-fins da atuação destas, cabendo esforço de entender que a existência de determinada associação e a finalidade que persegue dão-se de acordo com tendências exteriores,

além da agência dos agentes do campo. Conforme afirmam Cohen e Rogers (1995), aprofundando o argumento de Robert Dahl, as associações não seriam constituídas naturalmente, mas configuram-se como artefatos sociais resultantes de circunstâncias favoráveis ou hostis a criação de determinados perfis associativos. Como artefatos sociais, as associações refletem condições socioeconômicas e estruturais de determinada região ou área de atuação, sendo influenciadas por decisões políticas e pressões econômicas, mesmo que objetivem romper com lógicas de dominação social existentes. Isto porque é preciso considerar, a priori, que estamos falando de um mundo social extremamente complexo, plural e constituído por um amplo número de indivíduos.

Assim, os perfis associativos e

sua incidência, suas características e padrões de interações não são meramente o resultado de tendências naturais de associações de cidadãos com preferências pré-definidas; elas refletem efeitos estruturais presentes na economia política desde a distribuição da riqueza e renda, o lócus das decisões políticas em diferentes áreas. E elas refletem variações entre os membros da sociedade em termos de renda, informação e densidade das interações” (COHEN e ROGERS, 1995, p. 46,).

1.2 Perspectivas analíticas: O papel das associações segundo diferentes vertentes teóricas

Tal como no contexto em que Tocqueville (1977) volta-se para a questão associativa, demonstrando o entrelaçamento com que o fenômeno associativo se conformava junto aos primórdios da democracia Estadunidense, a importância do associativismo nas democracias das sociedades contemporâneas é uma das preocupações das diferentes vertentes teóricas, como por exemplo no caso dos culturalistas (PUTNAM, 1995; 2003), pluralistas (DAHL, 1997; 2012) ou neoinstitucionalistas (SKOCPOL, 2003).

Os estudos sobre as associações situam-se dentro de uma discussão mais ampla e densa sobre democracia e seus diferentes modelos. Dentro dos modelos de democracia que acolhem ou valorizam a ação das associações, poderíamos nomear os modelos participativo (MACPHERSON, 1978; PATEMAN, 1992; 2012), deliberativo (HABERMAS, 1997 e WARREN, 2001) e associativo (HIRST, 1994). O papel das associações na democracia diferencia-se segundo cada modelo

e, embora a impossibilidade de descrição mais pormenorizada, ressalta-se que neles, salvo diferenciações de grau, as associações figuram como atores centrais apontando uma articulação positiva entre as associações e a democracia, para além do modelo representativo eleitoral e possibilitando um maior grau de participação política e accountability. Assim, como Lüchmann (2012 p. 59), sustenta-se a prerrogativa de que “a ampliação e o aprofundamento da democracia depende da articulação (não isenta de tensões) entre os pressupostos da participação, da representação, da deliberação e da associação”.

Em conforme, os diferentes modelos de democracia atribuem diferenciados “pesos” a função das associações dentro de um regime democrático, embora a autonomia associativa figure, comumente, como um dos principais termômetros democráticos (DAHL, 1997, 2012)⁶. Conforme as diferentes vertentes teóricas ou modelos analíticos acima demonstram, o papel das associações e sua centralidade dentro do contexto democrático depende necessariamente de quem está falando, ou seja, da perspectiva analítica e democrática a que mais identifica-se cada teórico. Assim, abordaremos brevemente as três abordagens principais que consideram a importância do meio associativo no contexto democrático, sendo capital social, sociedade civil e movimentos sociais.

Inicialmente, quanto ao conceito de capital social, vemos que o mesmo “refere-se a características de organização social como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo” (PUTNAM, 1995, p. 67, tradução nossa). Em uma conceituação mais completa, Putnam e Goss (2003) qualificam capital social como:

(...) as redes sociais e as normas de reciprocidade que lhes estão associados, porque, como o capital físico e humano (ferramentas e conhecimento), criam valor, individual e coletivamente, podemos “investir” na construção de uma rede de relacionamentos. No entanto, as redes sociais não são meros “bens de investimento”, já que muitas vezes criam valor para o consumo direto (PUTNAM; GOSS. 2003, p. 14, tradução nossa).

⁶ Robert Dahl postula que a existência de uma poliarquia é determinada pela presença na ordem política de sete instituições, sendo estas: 1) Funcionários eleitos; 2) Eleições Livres e justas; 3) Sufrágio inclusivo; 4) Direito de concorrer a cargos eletivos; 5. Liberdade de expressão; 6) Informação alternativa; e por fim, 7) Autonomia associativa. (DAHL, 2012, p.350-351).

As associações ocupam uma posição central no conceito de capital social, onde se “constituem (como) recurso imprescindível na construção de conexões e relações baseadas em laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade, elementos centrais na formação de atitudes e práticas de base cooperativa” (LÜCHMANN, 2014, p. 164). Como um conceito guarda-chuva dentro das ciências sociais, o conceito de capital social possui diversas nuances pelas quais pode ser identificado. Assim, Putnam dá ênfase na importância da cooperação, com uma ação coletiva baseada em solidariedade e engajamento cívico:

Por uma variedade de razões, a vida é mais fácil em uma comunidade abençoada com um estoque substancial de capital social. Em primeiro lugar, as redes de envolvimento cívico promovem normas robustas de reciprocidade generalizada e incentivam o surgimento da confiança social. Tais redes facilitam a coordenação e a comunicação, amplificam a reputação e, assim, permitem que os dilemas das ações coletivas sejam resolvidos. Quando a negociação econômica e política está inserida em redes densas de interação social, os incentivos ao oportunismo são reduzidos. Ao mesmo tempo, as redes de envolvimento cívico representam o sucesso em prévias colaborações, que pode servir de modelo cultural para futuras colaborações. Finalmente, redes densas de interação provavelmente ampliam o senso de si dos participantes, desenvolvendo o "eu" para o "nós" ou (na linguagem dos teóricos da escolha racional) aumentando o "gosto" dos participantes para os benefícios coletivos” (PUTNAM, 1995, p.67, tradução nossa).

No contexto associativo, as redes sociais de interação que as associações constroem assumem centralidade e podem ser mais bem apreendidas na discussão sobre o conceito de capital social, fundamental na literatura sobre práticas associativas. Para tal, retoma-se o texto de Kristin Goss e Robert Putnam (2003), em que os autores procuram enfatizar o conceito de capital social quanto a dimensão coletiva. Segundo os autores, a noção de capital social relaciona-se à ideia básica de que a família, os amigos e companheiros de uma pessoa compõem um valor essencial para o indivíduo frente a alguma crise, até mesmo para obter

vantagens materiais (GOSS; PUTNAM, 2003). Para eles, se isto vale para um âmbito individual também vale para a dimensão coletiva, pois quanto maior o capital social, maior confiança e cooperação entre os indivíduos em determinada rede social.

Desta forma, o capital social se constituiria enquanto rede de cooperação e confiança, pontos essenciais para o desenvolvimento de uma democracia. Em vista disso, é através das redes sociais que o capital social edifica as normas de reciprocidades e confiança que fomentam um senso de coletividade, sobretudo em direção a virtudes cívicas, que por sua vez traçam “paralelo entre capital social, associativismo e democracia” (LÜCHMANN, 2014, p. 163). Em suma, segundo esta vertente teórica, o capital social e as associações cívicas fortalecem a democracia (GOSS; PUTNAM, 2003).

Entendendo que cada perspectiva valoriza determinados tipos de organizações associativas em detrimento de outros, no caso da teoria de capital social conforme sustentado por Robert Putnam (1995), acordando com a tradição toquevilleana, considera principalmente as associações secundárias, ou de *face-a-face* como as comunitárias, culturais, religiosas, esportivas ou cívicas; como mais centrais que outras no fortalecimento de laços e redes sociais no contexto democrático.

Sobre a segunda perspectiva analítica, sociedade civil, é postulado que esta conseguiria não só incorporar dimensões quanto a potenciais democráticos do capital social e movimentos sociais, mas também ampliá-los, considerando o “rol dos efeitos democráticos das associações, ressaltando os seus impactos na esfera pública” (LÜCHMANN, 2014, p. 162).

O conceito de sociedade civil tem tido um papel central nos debates a nível mundial sobre o fortalecimento das instituições democráticas, onde é constantemente salientada, por diferentes autores, a importância de uma sociedade civil ativa e forte para a consolidação da democracia (COHEN E ARATO, 1992). Diante da existência de uma pluralidade de conceituações e disputas teóricas quanto ao que se considera como sociedade civil, se procura evidenciar aqui a forma ‘mais comum de definição’. Conforme exposta por Avritzer (2012, p. 385) “o conceito de sociedade civil na América Latina surgiu como um conceito tripartite adaptado às formas de diferenciação entre o mercado, o Estado e a sociedade que se consolidou na região ao longo do século XX”⁷.

⁷ Não cabendo à proposta deste texto trazer uma discussão mais aprofundada acerca do conceito de sociedade civil, indicamos dois trabalhos seminais para uma leitura sobre o conceito: ver Habermas (1997) e Cohen e Arato (1992).

Um dos principais – senão o principal – teórico desta perspectiva analítica seria Jürgen Habermas. Segundo a vertente desenvolvida por este autor, a sociedade civil é definida enquanto uma esfera social portadora por excelência dos potenciais de racionalidade comunicativa, onde fazem parte conjuntos de associações, dentre elas os movimentos sociais. Segundo Abers e Von Bülow (2011), para Habermas, as associações possuem status central, situando-se em uma posição de destaque na análise, já que o mesmo considera as associações como o “núcleo central” da sociedade civil. Faz-se necessário destacar que o conceito de sociedade civil e o de associação estão contemplados na teoria habermasiana como complementares, de forma que não devem ser assim dissociados. Dentro desta perspectiva, a sociedade civil é entendida como:

Um conjunto de atores e de instituições que se diferenciam dos partidos e de outras instituições políticas (uma vez que não estão organizados tendo em vista a conquista do poder) e também dos agentes e instituições econômicas (não estão diretamente associados à competição no mercado). Pluralismo, autonomia, solidariedade e influências/impactos na esfera pública completam, portanto, o quadro de características dessa concepção de sociedade civil moderna, que, identificada como modelo utópico autolimitado, procura compatibilizar o núcleo normativo da teoria da democracia com as complexas e diferenciadas estruturas da modernidade (LÜCHMANN, 2014, p.168).

Curza Lavallo (2003) traz em seu trabalho, de forma bastante clara, as contradições e críticas em torno do conceito de sociedade civil habermasiano, e em relação aos contornos que o conceito assume na literatura brasileira da década de 1990. As principais críticas alocadas pelo autor referem-se a um caráter teórico normativo do conceito de sociedade civil, uma “concepção tão altamente estilizada e idealizada da sociedade civil” (GURZA LAVALLE, 2003, p. 92). Assim, uma distância considerável imperava sob a concepção de sociedade civil normativa de quem fazia ou não parte deste universo, e as organizações em um nível empírico, como a necessidade de parcerias com Estado e setor privado.

Discussão em âmbito nacional, ver Avritzer (2012) Costa (1994) e Gurza Lavallo (2003).

Para os autores da vertente normativa de sociedade civil, as organizações que podem ser desconsideradas quanto a sua importância para o fortalecimento do contexto democrático, seriam as “organizações que estão mais diretamente inseridas nos campos político e econômico, a exemplo dos partidos e sindicatos”, isto porque esta vertente considera que “a vinculação entre as associações e o mundo da vida as desqualifica” (LÜCHMANN, 2016, p. 53-54).

Por fim, a última perspectiva aqui abordada possui significância estratégica em termos de Brasil, tanto no nível teórico normativo como empírico. De forma mais geral, estudos de movimentos sociais engendram argumentações no sentido de conflito, contestação e resistência, de forma muito diferente das abordagens anteriores, e principalmente da de capital social, mais centrada na confiança e solidariedade. Quanto ao conceito de movimentos sociais, concentra-se este no estudo de protestos políticos, examinando a ligação entre a sociedade civil e o sistema político fora das normas institucionalizadas da participação política. De forma correlata, nesta perspectiva o foco quanto as instituições recai sobre as associações e coletivos que se posicionam de forma contestatória a organização social.

Nesse sentido, Mario Diani define movimentos sociais como sendo “[...] redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANI, 1992, p. 13 *apud* DIANI & BISON, 2010). Alonso (2009) salienta que surgiram na década de 1970 três correntes teóricas que tem ocupado lugar central nas análises sobre os movimentos sociais, sendo elas: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Em um esforço de recapitulação, em se considerando a pluralidade e a complexidade do campo associativo, temos que, as definições podem muitas vezes confluir-se, tendo como elo colocarem “a arte da associação” como elemento central para se pensar processos de democratização das sociedades” (LÜCHMANN, 2014, P. 226), sendo que cada perspectiva analítica: capital social, movimentos sociais e sociedade civil revela “determinadas características democráticas das associações (Idem, 2014, P. 226).”

Isto posto, a primazia pela utilização do conceito de associativismo, em detrimento de conceitos como movimento social, sociedade civil ou capital social, fundamenta-se na convicção de que os mesmos não conseguem explicar o fenômeno associativo de forma

suficientemente abrangente. Embora não desconsiderando o enlace teórico (e empírico) em que o associativismo se situa com as perspectivas analíticas anteriormente apontadas, defende-se a necessidade de compreender o associativismo civil como fenômeno próprio, cuja vasto crescimento e diversificação em termos de organização e atuação no plano empírico (conforme pesquisas como IBGE, 2012) requer uma abordagem teórica condizente com sua proeminência no campo. Este crescimento justifica uma retomada conceitual e recorte empírico próprio, procurando entender de forma mais aprofundada este fenômeno de ação coletiva, possibilitando avançar nos estudos sobre as organizações da sociedade civil, suas práticas e impactos⁸.

1.3 Sobre repertórios de ação coletiva

Em seu dia-a-dia, e visando diferentes efeitos, as organizações da sociedade civil lançam mão de conjuntos de ações e estratégias, sejam de âmbitos políticos, jurídicos ou sociais, a que podemos intitular de repertórios. Trata-se de conceito bastante utilizado por teóricos dos movimentos sociais, ou da chamada Teoria do Processo Político (TPP), a que se dedicam sistematicamente autores como Sidney Tarrow (2009) e Charles Tilly (1995).

Charles Tilly (2010) coloca que bem antes de se falar em movimentos sociais, formas políticas hoje reconhecidas enquanto do rol dos movimentos já existiam: marchas, reuniões públicas, barricadas, de forma que os pioneiros movimentos sociais teriam adaptado e ampliado essas formas de ação. Segundo Tilly, o desenvolvimento do movimento social no Ocidente após 1750 seria resultante de uma síntese de três elementos:

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a

⁸ Também quanto à terminologia empregada para se referir as associações, temos uma amplitude de denominações, sejam Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Cívicas (OS), associações, Movimentos Sociais (MS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Entidades Sem Fins Lucrativos (ESF) Organizações da Sociedade civil (OSC), dentre outros. Aqui, preferimos utilizar principalmente este último termo, seja OSCs, e ainda Associações, de acordo com o referencial teórico aqui utilizado, ou por considerá-los os que melhor abarcam o conjunto de entidades, instituições e organizações aqui tratadas. Para não tornar o texto repetitivo, também será utilizada a denominação de entidade ou instituição, embora esta última seja mais utilizada para se referir a instituições religiosas.

determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de campanha); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais);” (TILLY, 2010, p.136,137)

E por fim, pela representação pública tanto de símbolos de unidade e quantidade, quanto de compromisso e valor. Assim, por repertório o autor buscava analisar não as escolhas quanto ao conteúdo das ações coletivas realizadas pelos movimentos, e sim quanto à forma, ao conjunto de rotinas destes.

Segundo Angela Alonso (2012), os trabalhos de Tilly sobre movimentos sociais publicados na década de 1970 e a partir daí teriam sido um verdadeiro divisor de águas quanto ao “estudo do assunto, por combaterem explicações economicistas e psicologizantes, oferecendo, em contraponto, teoria que focaliza fatores eminentemente políticos na compreensão do processo de mobilização coletiva” (ALONSO, 2012, p.21).

Embora conceitos como *estrutura de oportunidades políticas* ou ainda de *estruturas de mobilização* pudessem auxiliar quanto aos aspectos mais diretamente relacionados a mobilização, o autor teria percebido faltar um conceito que desse conta da noção cultural envolvida nas ações políticas. Neste contexto, Tilly assim procurou amparo no rol das teorias nas ciências sociais como o conceito de ideologia, o parsonianismo, o interacionismo simbólico de Erving Goffman ou ainda na historiografia francesa da escola dos Annales, não encontrando nestas alojamento teórico e empírico adequado, dado que

Tilly queria assinalar as formas especificamente políticas de agir. Emprestou, então, da música a noção de “repertório” para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico. O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas

contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário (ALONSO, 2012, p. 22).

Segundo Alonso (2012), a história do conceito considerando apenas o desenvolvimento deste na obra de seu autor originário pode ser dividida em três momentos principais. Nos anos 1970, os registros das primeiras utilizações do conceito enquanto repertórios de *ações coletivas*. Saltando para os anos 1990, o sociólogo coloca enfoque no conceito de repertório quanto a sua disposição *conflitiva*. Por fim, nos anos 2000 o autor parece preocupar-se mais quanto aos repertórios enquanto *performances* realizadas pelos movimentos sociais. Assim, a autora procura demonstrar as várias reformulações pelas quais o conceito de repertórios perpassa, durante mais de trinta anos, segundo a perspectiva de seu próprio criador, Charles Tilly. Ainda de acordo com Alonso, se de início tratava-se de uma abordagem centrada na ligação entre interesse e ação, de cunho mais estruturalista e racional; trinta anos depois a utilização do conceito de repertórios por Tilly apresenta-se como interacionista e relacional, mais aproximado de agência que de estrutura.

O ganho teórico da utilização do conceito de repertório dá-se pelo mesmo permitir o enfoque em uma análise relacional, evitando de um lado os riscos de uma análise voluntarista (“ideia de que os atores escolhem suas estratégias de ação, como se não houvesse limites culturais e conjunturais colocados para essas escolhas”) e de outro, uma análise determinista (“na qual os atores sempre repetirão os caminhos conhecidos, sem capacidade de reposta ativa e criativa diante dos constrangimentos estruturais”). (TATAGIBA, PATERNIANI e TRINDADE, 2012, p.402).

Para Losekann (2013), o conceito de repertório possui um sentido não só relacional, mas interativo e contingencial, de forma que os repertórios inovam a partir do conjunto de repertórios historicamente estabelecidos, estando sujeitos a mudanças, a modalidades que surgem e desaparecem ou passam por importantes adequações. Agrega práticas de prerrogativas tanto conflituosas - como manifestações - como consensuais – como as parcerias (DIANI e BISON, 2010). Por ser um conceito com especificidades dinâmicas e fluídas, permite um jogo entre inovação e tradição frente ao estabelecimento de estratégias de atuação coletiva.

Quanto à como surgem os repertórios no rol dos movimentos, Tilly (2010) nos coloca que estes podem ser adaptados de outras esferas, ou ainda criativamente instituídos enquanto resultantes de experiências prévias. Assim, quando militantes decidem organizar determinada ação, eles escolhem a partir de um rol existente de práticas que já foram anteriormente utilizadas, aquelas mais adequadas e legítimas a partir da demanda em questão. Os repertórios utilizados pelos movimentos sociais estariam em constantes mudanças, com práticas ressignificadas ou agregadas a partir de novas experiências e de diferenciadas demandas ou contextos vivenciados.

Dos muitos e diferentes usos que foram dados por diferentes autores ao conceito de repertórios, por muito tempo foi dada ênfase nos repertórios conflituosos, em estreita sintonia quanto a como o conceito de movimentos sociais era concebido.

Nas últimas décadas, porém, o conceito de repertórios tem sido utilizado de forma mais empiricamente abrangente. Autores apontam a importância analítica de se utilizar o conceito para além “das estratégias disruptivas e dos protestos” (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017, p.369). Assim, o conceito de repertório originalmente pensado para ações contenciosas, é por autores e no contexto dos estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas, utilizado em uma perspectiva mais ampla, quanto, por exemplo, a dinâmicas de colaboração entre movimentos sociais e Estado.

Neste contexto, são incluídas no rol de repertórios de ação, ações institucionalizadas já a muito trabalhadas na literatura. Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 331) identificaram que as ações dos movimentos sociais e sociedade civil podem se diferenciar enquanto aquelas por fora das instituições e órgãos governamentais, sendo ou não conflitivas; e aquelas ações “por dentro das instituições estatais”. Dado este contexto, as autoras sugerem que ao lado do conceito de repertório de *confronto* político precisa ser considerada, em alguns casos, a utilização do conceito de repertórios de *interação* entre sociedade civil e Estado. O conceito permitiria assim “incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331-332).

Assim, temos que os repertórios podem ser ações mais ou menos em confronto ou em colaboração com a ordem estabelecida, ou ainda mais ou menos tradicionais no campo. Dentre a grande quantidade de repertórios, poderíamos citar manifestações, fechamentos de ruas e

queimas de pneus, ocupação de espaços como prédios e fazendas, ou ainda ocupação em escolas e universidades por parte dos estudantes, conforme ocorreram em todo o país em 2016. Podem ser citados também protestos e greves, sendo que estes podem ser violentos (ou resultar em violência) ou não. Dentre os repertórios que podem ser descritos enquanto não contenciosos, estariam as petições, pressões e mesas de negociação entre sociedade civil e autoridades, ou ainda ações que podem se dirigir a outros atores para além dos estatais, como os boicotes a marcas, e posicionamentos que desafiam códigos sociais e culturais, como utilizar determinada roupa ou praticar determinada ação.

Vale acrescentar que embora o conceito de repertório esteja originalmente mais voltado para ações de caráter contestatório, sua capacidade de reformular-se de acordo com o contexto a ser utilizado nos demonstra que ele pode ser profícuo para analisarmos também ações e estratégias do meio associativo, e aqui mais especificamente, do associativismo religioso. O conceito de repertório mais abrangente aplicado ao meio associativo, que se configura em grande parte por ações colaborativas, também “permite identificar as diferentes formas de ação, ou a diversidade da atuação associativa, e que está relacionada não apenas aos diferentes perfis, objetivos e recursos das associações, como também aos contextos, regras e espaços institucionais disponíveis” (LÜCHMANN, NICOLETTI, SCHAEFER 2017, p.363).

Com o processo de complexificação do campo e os diferentes leques de modalidades de atuação e articulação das associações nas sociedades contemporâneas, os diferenciados repertórios mobilizados pelo campo associativo seriam a) representação institucional, por exemplo, junto a conselhos gestores de políticas (GURZA LAVALLE, A; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. 2006, LÜCHMANN, 2011); b) manifestações e protestos (RIBEIRO; BORBA, 2015); c) diferentes modalidades de parcerias, seja com o poder estatal (LOPES e BARONE, 2013; NETO, 2013; TABORDA, 2016), seja com legisladores ou empresas; c) mobilização do direito enquanto repertório (LOSEKANN, 2013), utilizado pelas associações, como as ações civis públicas (DE MORAES, 2015), dentre muitos outros repertórios possíveis de serem acionados, a depender dos recursos, objetivos e trajetórias mobilizados pelos atores coletivos.

Assim, dentre os repertórios mais tradicionais, como a realização de parcerias e manifestações/protestos, destacam-se repertórios que vêm tendo maior aderência no contexto atual, como a mobilização do direito pelas organizações da sociedade civil. Ao acessarem recursos judiciais para reivindicarem direitos coletivos, as OSCs realizam um processo de

crítica institucional (LOSEKANN, 2013), considerando que recorrer a medidas legais geralmente é prática realizada quando tentativas de diálogo ou negociação se esgotaram. Crítica esta que expõe as limitações existentes entre as demais formas políticas, produzindo duplamente a desestabilização de poderes instituídos e compelindo as instituições a reverem práticas e decisões muito diferentes do que se é defendido ou demandado pela sociedade civil. Assim, Losekann (2013) em estudo sobre mobilização do direito por associações ambientais, salienta a importância dada pela sociedade civil aos diferentes instrumentos legais. Por fim, a autora coloca que “a mobilização legal também gera efeitos que redesenham as próprias instituições de justiça” onde efeitos do “repertório de mobilização legal ainda são pouco observados. Apesar disso, alguns pesquisadores têm concordado que é fundamental examinar as escolhas feitas pela sociedade civil, para medir o sucesso das reivindicações” (LOSEKANN, 2013, p. 342,343).

Cabe também dar ênfase a representação institucional enquanto um dos principais (senão o principal) repertório utilizado pelo campo associativo no Brasil. Os diferentes repertórios que estão relacionados ao plano político-institucional podem ser denominados enquanto Instituições Participativas (IPs). As IPs por sua vez podem ser definidas enquanto “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45). As instituições participativas seriam assim novas institucionalidades que possibilitam a participação da sociedade civil junto aos assuntos do Estado, no caso específico do Brasil, a partir da Constituição de 1988. São comumente consideradas como IPs, os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências temáticas, e os orçamentos participativos.

De forma geral, é possível dizer que as evidências expostas apontam na direção de um paulatino fortalecimento das formas institucionais de inclusão da sociedade e de seus cidadãos na tomada de decisão e no acompanhamento das políticas públicas conduzidas pelo aparato estatal. As últimas décadas registraram dois movimentos marcantes:

- a reformulação e o reforço de instituições como conselhos e conferências nacionais e municipais em áreas de políticas públicas com tradição participativa, como saúde, assistência social e meio ambiente; e

- a inclusão e a abertura à participação de conselhos e conferências nacionais e municipais em temas novos ou de menor tradição participativa, como garantia de direitos, proteção e vocalização de minorias políticas e culturais frequentemente alijadas da representação política formal e tradicional (LOPEZ; PIRES, 2010, p.582).

Assim, como Instituições Participativas, consideram-se projetos ou programas dentro do âmbito governamental que estão instituídos e possuindo maior durabilidade ou enquanto permanentes, e não aquelas que seriam experiências episódicas e esporádicas (CORTES, 2011). Seriam os “processos deliberativos que transcendem os momentos eleitorais e propiciam alternativas de inclusão dos interesses dos grupos organizados no cotidiano da esfera política” ao mesmo tempo em que fomentando “a organização política destes grupos e criando novas formas de mediação representativa entre Estado e sociedade” (LOPEZ E PIRES, 2010, p. 565).

Dentre as IPs, são os conselhos gestores os repertórios mais intensamente estudados, conforme evidencia o artigo de Almeida, Cayres e Tatagiba (2015), intitulado *Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década*. O artigo realiza levantamento quanto aos artigos, teses e dissertações produzidos sobre a temática dos conselhos gestores entre 2000 e 2011, tendo chegado a um total de 537 trabalhos, conforme pesquisa em plataformas como Scielo e Portal de Periódicos Capes. Lopez e Pires (2010) por sua vez, buscam apresentar um panorama e a evolução das Instituições Participativas no Brasil. Considerando apenas a esfera federal, os dados coletados pelos autores apontam terem sido realizadas, entre 1988 e 2009, um total de 80 conferências nacionais sobre as diferentes áreas de políticas públicas, além de terem sido identificadas a criação de 31 conselhos de âmbito nacional, que tiveram dentre seus representantes, da sociedade civil e de órgãos estatais, mais de mil conselheiros.

Apesar da centralidade que as Instituições Participativas têm ocupado nas últimas décadas, seja no âmbito teórico como no empírico, cabe considerar que as modalidades reconhecidas enquanto IPs são apenas algumas das diferentes possibilidades de participação política existentes. Assim, temos que o conceito de IPs seria demasiado restritivo por não permitir apreender encontros e práticas entre diferentes setores da sociedade civil e população em geral e órgãos e gestores governamentais.

Principalmente quanto aqueles que não são institucionalizados ou que possibilitam participação individual⁹.

O conceito de Interfaces Socioestatais, por sua vez, configura-se enquanto conceito analítico que permite ampliar o olhar para um conjunto maior de interações existentes, entre práticas institucionalizadas ou não, permanentes ou episódicas, empregues através da representação institucional ou participação direta, entre sociedade e Estado.

Entre os pioneiros autores a trabalharem com o conceito, podemos citar Isunza Vera e Hevia, em obra intitulada *Relaciones sociedad civil - Estado en México* (2006). Os autores apresentam o conceito de interfaces enquanto

um espaço de *interação e conflito* em que certos atores se inter-relacionam *não acidentalmente, mas intencionalmente*. Um tipo especial de interface é o espaço onde os *atores da sociedade e do estado se encontram* (portanto, os definimos como interfaces socioestatais). Essas interfaces socioestatais são estruturalmente determinadas tanto pela *política pública como pelos projetos sócio-políticos dos atores* (estatais e sociais) envolvidos (ISUNZA VERA; HEVIA, 2006, p.24, tradução nossa).

Em outra definição, Pires e Vaz (2014, p. 65) consideram as interfaces socioestatais enquanto um “espaço de interações de sujeitos individuais ou coletivos intencionados e portadores de projetos sociopolíticos específicos”. Dentre os diferentes tipos de interfaces socioestatais mais aparentes no meio político-institucional, poderíamos citar: os Conselhos de Políticas Públicas, Orçamentos Participativos, Conferências, Conselhos consultivos. Audiências e Consultas públicas, Reuniões com grupos de interesse, Ouvidorias, canais para Denúncias e Pesquisa de Satisfação, além de redes sociais como Facebook e blogs,

⁹“Passamos a compreender cada vez melhor a ocorrência de conselhos, orçamentos participativos e, mais recentemente, de conferências, e nos distanciamos cada vez mais da observação de outras formas de interação Estado-sociedade igualmente relevantes e cotidianas na gestão de políticas públicas, como reuniões entre grupos de interesse e atores governamentais, audiências e consultas públicas e ouvidorias, sem mencionar as formas não presenciais e virtuais mediadas por ferramentas de tecnologia de informação” (Pires e Vaz, 2014, p. 64).

todos estes diferentes canais de interação e comunicação entre setores sociais e Estado.

As interações presentes no interior destes espaços, por sua vez, estariam permeadas por disputas e conflitos, dado tratar-se de um meio marcado por importantes assimetrias quanto a desigualdades de poder, autoridade e recursos. Estas assimetrias existentes acabam por influenciar, para além da forma como ocorrem as interações, nos resultados e decisões decorrentes destas. Considerando este contexto, a existência de uma maior pluralidade de interfaces socioestatais pode assegurar maior diversidade de agendas e demandas adereçadas; ou pode, por outro lado, impactar nos níveis de participação e engajamento da sociedade, dificultando ao invés de facilitar a participação (contexto muito amplo e complexo de interfaces, cada qual com diferentes finalidades e formatos (LÜCHMANN, 2018).

Desta forma interpretado, o conceito nos permitiria colocar lentes mais bem ajustadas, permitindo também romper com o enfoque demasiado concentrado na sociedade civil e a partir desta. Este argumento compreende a crítica de que, quanto às relações existentes entre sociedade civil e Estado, a maior parte dos estudos procura dar maior enfoque a sociedade civil e sua perspectiva, enquanto os atores estatais e as complexidades existentes quanto a este meio estariam sub-representadas na literatura (SKOCPOL, 2003; PIRES E VAZ, 2014). Assim, autores que trabalham com o conceito de interfaces sugerem que as pesquisas precisam propor-se a “olhar mais de cima” para as interfaces retratadas, ou ainda realizando esforços para compreender as perspectivas de atores e instituições governamentais.

Ainda, Pires e Vaz (2014) sugerem a terminologia de repertórios burocráticos de interação, para tratar de contatos entre atores coletivos e burocratas considerando a perspectiva histórica. Segundo os autores, os diferentes repertórios burocráticos existentes, como a intensificação do ativismo institucional dentro dos diferentes níveis estatais (CAYRES, 2015)¹⁰, podem influenciar sucessos ou efetividades quanto as interfaces socioestatais existentes.

¹⁰ Tratam-se de perspectivas que consideram como o próprio Estado é transformado em espaço de militância política. Segundo Cayres (2015, p.180), a própria “presença de ativistas institucionais dentro do Estado desafia a concepção clássica de burocracia – sua impessoalidade, disciplina, hierarquia, relação entre técnica e política. Ativistas institucionais transformaram a burocracia em espaço de militância, lugar desde de dentro do Estado onde é possível disputar a política, redefinir prioridades, conformar alianças e estabelecer conciliações.” Segundo a autora, é de ampla relevância que o campo de estudos sobre participação passe a voltar

Em resumo, temos que quando se tratam de repertórios mobilizados pelas associações da sociedade civil, “as associações adotam diferentes repertórios de atuação, a depender dos seus objetivos, dos respectivos contextos, seus recursos e condições” (LÜCHMANN, NICOLETTI, SCHAEFER 2017, p. 370). Neste contexto, diferentes tipos associativos podem utilizar-se de repertórios comuns. Ou diferentes tipos de associações podem aproximar-se de determinadas práticas e repertórios, como por exemplo, no caso das associações socioassistenciais e as religiosas, que aderem a repertórios mais colaborativos, através de parcerias com órgãos estatais, enquanto executoras de políticas públicas e serviços sociais. Também associações identificadas enquanto assistenciais religiosas parecem ocupar mais expressivamente repertórios político institucionais como os conselhos gestores, principalmente aqueles da área social, segundo Lüchmann, Nicoletti e Schaefer (2017).

1.4 O estudo das associações no Brasil

Sendo considerada como indispensável, a autonomia associativa entre os cidadãos deve estar assegurada no texto constitucional. No caso brasileiro, a que aqui nos debruçamos, a Constituição Federal de 1988 inova não apenas ao reconhecer institucionalmente a plena liberdade associativa, mas também ao estimular uma atuação de caráter protagonista das organizações da sociedade civil (OSCs) dentro de nosso sistema político. Estas, por sua vez, assumem o papel de exercer o controle social na execução das políticas públicas, influenciando também sua elaboração através de espaços institucionalizados, como os conselhos gestores de políticas. Desta forma, “reconhecidas como atores políticos legítimos dentro de nosso sistema político, as organizações da sociedade civil, em especial as associações, passaram a ocupar outros lugares institucionais na cena democrática nacional” (GANANÇA, 2006, p.27).

Em trabalhos publicados por Leonardo Avritzer (1997; 2004; 2012), o mesmo aponta, durante o período da redemocratização, para o surgimento de um associativismo mais plural, inclusivo e participativo, se comparado e contraposto a um associativismo de tipo tradicional como o religioso. Já o movimento teórico e analítico exposto por Adrián Gurza

mais o olhar para os atores estatais que estão envolvidos e organizando os processos participativos existentes nos diferentes níveis, em uma perspectiva que permita ampliar a compreensão dos espaços e modos com que os atores coletivos podem atuar institucionalmente.

Lavalle (2003), que consideramos mais preciso, perpassaria desde uma concepção de sociedade civil normativa nos anos 1990, para, já nos anos 2000, um contexto em que a preocupação está em compreender empiricamente os processos em curso, considerando avanços, possibilidades, limitações, além das novas formas de interação entre sociedade civil e Estado. Assim, o autor descreve de forma minuciosa e substancial os principais efeitos desta mudança, de uma noção mais militante e normativa para uma menos interventiva e mais analítica, no sentido da preocupação em conhecer empiricamente as reais relações existentes entre atores, campo, e instituições políticas.

Essa mudança tem desdobramentos analíticos relevantes em pelo menos três planos: as análises sociológicas da ação social, tradicionalmente focadas em atores e/ou sujeitos coletivos, agora esquadrinham as dinâmicas de espaços e ambientes institucionais (orçamento participativo, conselhos), assim como seus efeitos sobre os atores e interesses da sociedade civil neles representados; a tradicional dicotomia da filosofia política "sociedade civil/Estado", via de regra interpretada nas análises sociais em chave *de antagonismo*, *recebe hoje tratamento em termos de sinergia, complementaridade e conflituosidade* animadas pela lógica política do governo da ocasião, e não pelas características estruturais do Estado; por fim, o caráter enfaticamente normativo da literatura dos anos 1990, engajada no esclarecimento da missão transformadora da sociedade civil, cede passo a indagações mais preocupadas com *a compreensão empírica de processos em curso*, notadamente os alcances, entraves e limitações das novas formas de interação entre a sociedade civil e o Estado. (GURZA LAVALLE, 2003, p. 109, itálico nosso).

Embora a preocupação com a centralidade e importância do direito de associação em contextos democráticos não seja recente, em termos de Brasil, a temática da vida associativa ganha maior importância apenas nas últimas décadas, permitindo a partir de então um maior acúmulo de pesquisas, sistematizações e balanços abrangentes sobre a temática e a trajetória das ações coletivas no país (LÜCHMANN, 2011). Se por um lado a discussão mais sistemática sobre associativismo e sociedade civil organizada no Brasil deu-se de finais dos anos 1970 em diante, o acúmulo

de esforços de pesquisadores que se debruçaram sobre a temática a tornam uma jovem senhora.

É de capital relevância evidenciar o contexto político-histórico com que a preocupação com o meio associativo aloca-se no seio nacional: o processo de redemocratização e instituição de uma nova constituição nacional entre as décadas de 1980 e 1990, processo este que abre espaço e oportunidade para que novos personagens possam emergir e novos canais de participação política pudessem ser utilizados para colocar em pauta importantes problemas coletivos¹¹. O associativismo configura-se como uma das mais centrais vias pelas quais importantes questões sociais (de demandas por direitos humanos, minorias, questões relacionadas a sexualidade, ambientalismo, moradia, saúde e educação para citar apenas alguns temas) são colocadas perante o poder público.

No caso Brasileiro, o meio associativo coloca-se como cada vez mais pluralizado, e possuindo historicamente um crescimento mais exasperado após o período de redemocratização, tendo seu pico de crescimento na década de 1990 (em termos percentuais), embora não tenha sido identificado, nos últimos anos, um contexto de decréscimo associativo¹². Na pesquisa sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil de 2010 (Fasfil) com relatório de 2012, as associações que mais comparecem numericamente são divididas em duas grandes categorias: as voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos e as religiosas. Ao todo, as religiosas somam 28,5% das Fasfil, totalizando 82,9 mil entidades.

Nos dados provenientes de um comparativo dos relatórios da Fasfil (IBGE, 2002; 2005; 2010) alguns indicativos da relação positiva entre associações e democracia poderiam ser apontados, como o contínuo crescimento e desenvolvimento das associações no país, a grande heterogeneidade de associações e finalidades, além do aumento e

¹¹ Dentre muitos trabalhos que exploram como a redemocratização modificou significativamente a forma como se davam as relações entre Estado e sociedade civil, podemos citar os de Landim, 1993; Doimo, 1995; Avritzer, 1997; Gohn, 1998; Scherer-Warren, 2004; Gurza-Lavalle, 2003; Silva, 2007; Lüchmann, 2012.

¹² “Resumindo, a análise da evolução das Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no País), de 2006 a 2010, indica que essas instituições continuam crescendo no Brasil, ainda que em um ritmo bem menos acelerado do que em períodos anteriores, especialmente entre o final dos anos 1990 e os primeiros dois anos do milênio, quando se observou uma grande expansão do setor. Não obstante, essa desaceleração já havia sido observada no estudo anterior das Fasfil, com ano de referência 2005 (IBGE, 2012, p.77).”

permanência de associações concentradas na área de desenvolvimento e defesa de direitos. O contexto brasileiro é exemplar para ser utilizado a fins de corroborar com a tese defendida por autores como Tocqueville (1977) e Warren (2001) quanto a relação de dependência mútua entre as associações e as instituições democráticas.

Importantes trabalhos que buscam realizar um balanço dos principais dados sobre associativismo no Brasil seriam Teixeira (2003) e Ganança (2006). Já quanto a dados mais recentes, destaque para os relatórios das Fasfil (2004, 2008, 2012)¹³ e para a Plataforma Mapa das Organizações da Sociedade Civil¹⁴, mais recente iniciativa que objetiva mapear e disponibilizar dados sobre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) a nível nacional. Estudos como os citados contribuem para contextualizar historicamente o papel das entidades sem fins lucrativos, dado que

Na Constituição Federal de 1988, um marco importante no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados. Como integrantes de movimentos sociais e outras iniciativas dos cidadãos, associações e fundações sem fins lucrativos *são atores sociais e políticos que dão vida à experiência democrática no Brasil*. Juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público. (IBGE, 2012, p. 13)

Cabe citar também a grande quantidade de pesquisas realizadas com o intuito de mapear seja um contexto de crescimento de articulações e parcerias das associações com o Estado (LOPEZ; BARONE, 2013; LOPEZ; BUENO, 2012; NETO, 2013) seja a atuação associativa junto a diferentes interfaces e repertórios, como “conselhos, conferências, ouvidorias, audiências públicas, reuniões de interesse e consultas públicas

¹³ A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e, na edição de 2010, contou com participação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

¹⁴ Com dados disponíveis em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/index.html>. Último acesso em julho de 2017.

que são algumas das interfaces socioestatais importantes para a formulação ou avaliação de políticas públicas” (IBGE, 2012, p. 13).

Ainda, quanto a figura associativa que é definida pelo marco legal da constituição brasileira, estando inserida no Código Civil e na Lei de Registros Públicos como uma pessoa jurídica de direito privado, deve ser institucionalizada, e ser devidamente registrada nos cartórios de direito civil de pessoas jurídicas, sendo constituídas livremente pela união de pessoas para uma finalidade não econômica e não lucrativa (GANANÇA, 2006). No novo Código Civil brasileiro, o associativismo legalmente constituído resume-se a três figuras jurídicas, sendo elas *associações, fundações e organizações religiosas*¹⁵. As associações, constituídas pelo Art. 53 e Lei 10,406 são concebidas “pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” enquanto as fundações seriam “criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.” Por fim, as organizações religiosas “foram consideradas como uma terceira categoria através da Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, que estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado estas organizações, que anteriormente se enquadravam na figura de associações” (IBGE, 2012, p. 13)¹⁶.

¹⁵ A Plataforma Mapa das Organizações da Sociedade Civil utiliza em seus levantamentos de dados um recorte diferenciado do utilizado pelo relatório das Fasfil (IBGE, 2012), com quatro Naturezas Jurídicas dos 19 subtipos referentes a Natureza Jurídica Especial – Entidades Sem Fins Lucrativos, alocados na Tabela de Natureza Jurídica de 2014, sendo os quatro: 306-9 - Fundação Privada; - 322-0 - Organização Religiosa; - 330-1 – Organização Social (OS); - 399-9 - Associação Privada. A referida Tabela de Natureza Jurídica de 2014 pode ser visualizada em <http://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2014>. Último acesso em julho de 2017.

¹⁶ A mais recente legislação aprovada visando o campo associativo, conhecido como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei 13.019/14, não modifica a divisão em três figuras jurídicas, embora traga modificações importantes principalmente quanto a forma com que devem celebrar-se os acordos colaborativos entre associações e órgãos públicos. Os principais aspectos da – Lei 13.019/14 são evidenciados em: <http://www.participa.br/osc/noticias-mrosc/principais-pontos-da-lei-13.0192014>. Último acesso em julho de 2017.

1.5 Elites, Filantropia e campo religioso: práticas e definições

Quando pensamos no meio filantrópico, são as entidades voltadas a assistência social ou mesmo saúde aquelas de maior protagonismo. Tratam-se de associações que historicamente buscam amenizar marginalidades e injustiças sociais sofridas. Dado o trabalho de caráter social e o perfil das pessoas envolvidas, geralmente caracterizam-se enquanto entidades distantes da militância política e dos movimentos sociais, posicionando-se quanto ao Estado de forma cooperativa, e em muitos casos realizando parcerias para transferência de recursos. Também é característico das associações filantrópicas a grande concentração de trabalho voluntário, além ainda de ser bastante comum que grande parte destas entidades tenha como mote inicial determinada instituição religiosa ou a religiosidade enquanto máxima motivadora.

Também característico do meio associativo filantrópico-religioso é a manutenção de ideais e valores de uma cultura da caridade. Esses valores por sua vez estariam diretamente relacionados a motivações para a prática voluntária e a uma cultura religiosa que tem em elevada estima a solidariedade e a beneficência em relação ao próximo. Desta forma, haveria “culturalmente no contexto relacional brasileiro, um amplo campo para a valorização da caridade, do altruísmo, da solidariedade pessoalizada, da abnegação, do envolvimento e da escolha pessoal na doação” (LANDIM, 1993, p.43).

Nesta sessão, nos propomos a reflexão quanto as práticas filantrópicas e suas motivações, além do entrelaçamento analítico dos conceitos de elites e filantropia. De início, tomamos de empréstimo a definição de Seidl (2013, p.183) quanto ao conceito de elites, sendo “grupos de agentes sociais que ocupam posições dominantes em uma ou mais esferas do mundo social, como as elites políticas, jurídicas, religiosas, econômicas, culturais, burocráticas.” Porém, entendemos ser necessária cautela ao procurarmos definir um conceito de grande complexidade como quando falamos em elites. O que denominamos por elites abrange uma diversidade de experiências distantes de uma condição homogênea, dado que “se os espaços sociais são múltiplos e organizados de acordo com estruturas e lógicas de poder específicas, perde sentido falar em *um* tipo de poder e em *uma* elite ou, ainda, em *o* grupo dirigente” (Idem, p. 183). Poderíamos mencionar, a título de exemplificação, elites que se dividem entre religiosas, culturais, políticas, militares, dentre muitas outras.

Tratam-se de indivíduos possuidores de uma gama de diferentes capitais e recursos (sociais, culturais, econômicos), encontrando-se em

situação de privilégio em relação a outros agentes. Existindo uma hierarquia social, encontram-se no topo da mesma, exercendo funções importantes de poder. Cabe ainda acrescentar, tal como citado por Saint Martin (2008, p.48) de que “por definição, não se faz parte das elites ‘em si’, deve-se fazer parte delas para os outros.”

A mesma precaução de não reducionismo e generalização, como no caso de elites, pode ser tomada quando falamos de filantropia. Trata-se de termo com alto índice de rejeição por parte de pesquisadores brasileiros, pela herança “ingênua” que parece carregar, diretamente assimilada com a caridade e raízes historicamente religiosas. Assim, ao invés de Filantropia, utilizam-se “substitutos”, com definições outras, como atuação (ou militância) associativa, engajamento, participação política, dentre outras possibilidades. Tal como em Sklair (2007), compreendemos a relevância do conceito de filantropia pela sua estreita vinculação com a atuação das elites e por se tratar de conceito *nativo*, comumente citado nos relatos dos atores, se tratando frequentemente de uma autodenominação. Mais especificamente, aqui entendemos filantropia como um ato “empreendido por aqueles que têm boa condição financeira, na direção daqueles que não tem, ao contrário de outras formas de ação social em que as condições financeiras do doador e recipiente não são, necessariamente, distintas” (SKLAIR, 2007, p.15).

A atuação associativa enquanto prática filantrópica pode ser apreendida como umas das muitas formas de participação (FUNG, 2003, LÜCHMANN, 2014). Quando falamos sobre filantropia, trata-se, em sua grande maioria, como já colocado, de práticas assistenciais. Conforme apontado por Leilah Landim (1993), o papel das organizações filantrópicas na sociedade civil pode ser apreendido enquanto rol de práticas e valores que não se realizariam no terreno do mercado tais como altruísmo, relações de confiança, laços comunitários, dentre outros. Podem se constituir como espaços de manifestação de pluralismo, de variedade de expectativas, de possibilidade de um sentimento de realização moral e de criação de laços não instrumentais.

Por outro lado, uma crítica é feita pela autora quanto à utilização de má-fé das entidades filantrópicas, sendo em alguns casos utilizadas como instrumentos do capital, como agentes de governos, pontas-de-lança de políticas neoliberais e recessivas, bem como possibilidades de pretexto para fraudes. Além disso, a existência de uma “cultura da pessoalização” é marcante no campo da filantropia, tornando-o propício para desenvolvimento de relações de clientelismo e manipulação política (LANDIM, 1993, p.43).

Olhando por uma perspectiva bastante crítica, a filantropia pode ser apreendida também como uma das estratégias utilizadas pelas elites para possibilitar a reprodução de uma condição de dominação social. Nesta argumentação, o reconhecimento social e a estabilidade da condição de privilégios podem ser apontados como os principais fins onde a filantropia configura como um dos meios.

Para uma ação ser denominada como filantrópica, ela implica uma desigual distribuição de recursos sociais entre os agentes, amparada no discurso de solidariedade. Implicando necessariamente diferenças de classe, não só entre quem realiza o ato de filantropia e a quem o ato é direcionado, mas também entre diferentes práticas filantrópicas, realizadas por diferentes grupos de elites. Por exemplo, as práticas sociais dos grandes filantropos, e as famílias que gerem fundações na maioria das vezes intituladas com seus sobrenomes, divergem da atuação de membros das classes médias, com menos recursos a serem dispendidos, tendo assim retornos simbólicos próprios em cada caso.

Para Pierre Bourdieu (2007), a prática associativa é empreendida pelo segundo grupo, por ele denominado de *pequena burguesia*. O associativismo é definido pelo autor como “uma forma particular de ação coletiva”, sendo uma arma simbólica nas mãos da pequena burguesia, auxiliando num processo de dominação moral justificado como benevolência para com os menos privilegiados. Esta forma particular de ação coletiva e suas práticas podem ser compreendidas enquanto:

agrupamento estritamente serial de indivíduos reunidos unicamente pela mesma “causa”, pela mesma vontade de exercer uma espécie de ultimato ético: O voluntariado (...) A ação estritamente “desinteressada”, “limpa”, “digna”, livre de todos os “comprometimentos” da “política”, é na verdade a condição para o sucesso do empreendimento de *institucionalização*, a forma mais acabada de reconhecimento social, perseguida mais ou menos secretamente por todas as associações, movimentos pequeno-burgueses por excelência que, diferentemente dos partidos, geram os lucros de dignidade e respeitabilidade dos empreendimentos de “interesse geral”, ao mesmo tempo em que prometem satisfazer, de maneira muito direta, os interesses particulares” (BOURDIEU, 2007, p. 427, grifos do original).

Bourdieu assume tom crítico quanto à prática associativa, criticando sua servidão a causas particulares através de justificativas de interesse geral. Sobre o voluntariado, por exemplo, entendê-lo como prática de pura benevolência e ação desinteressada é ignorar as razões particulares que levam determinado agente a exercer a prática, dentre elas expectativas de retornos simbólicos, e reconhecimento social e entre o grupo. A isto podemos chamar de *caráter egoístico* do voluntariado (ou egóico, conforme SEIDL 2009b), sendo este seu principal impulsionador, conjuntamente a aquisição de saberes, crescimento pessoal, e das associações filantrópicas enquanto espaços de sociabilidade e expansão da rede de relações sociais dos seus membros. Assim, as associações possibilitam trocas e acúmulo de influência e reputação para si própria e seus membros.

Ainda, cabe destacar na citação acima a percepção perspicaz de Bourdieu sobre os objetivos últimos de institucionalização e reconhecimento por parte das associações. Em uma tentativa de diferenciar-se de práticas realizadas por instituições políticas como os partidos, por exemplo, o sistema de justificação utilizado pelos membros de associações filantrópicas encerra-se pela procura de ajuda ao próximo, diferenciando-se de outras práticas. É através do reconhecimento de sua prática, através do ato legitimador de institucionalização ou do reconhecimento de instituições como estatais ou empresariais, que se torna possível o retorno simbólico aos agentes da elite atuantes junto à associação. Tudo isto porque, afinal, no meio social, importa menos como eu me considero, e mais como *eu sou ou não reconhecido* entre os agentes do campo.

Bourdieu (1996), quanto às práticas desinteressadas, tais como as justificativas para as práticas filantrópicas, postula: “é preciso que exista um mercado para as ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, com frequência conversíveis em lucros materiais, que se possa *ter interesse pelo desinteresse (...)*” (1996, p.169). Não se trata assim propriamente de desinteresse, mas sim de ações que se explicam pelo ganho simbólico delas resultantes. Ações que se justificam pelas relações entre os atores com o campo em que se inserem. Benefícios, não econômicos, mas sim através de capital simbólico que se materializa com títulos e reconhecimento por parte dos demais atores do campo - como intitulação de filantropos, cidadãos beneméritos ilustres, ou imagens dos benfeitores expostas nas instituições, dentre outras formas de certificação social.

Importa assim procurar apreender quais as possíveis motivações que levam as elites a realizarem práticas filantrópicas. Embora seja uma questão complexa, podemos esboçar alguns daqueles que seriam os estímulos estratégicos da prática. O primeiro e mais importante parece ser o reconhecimento social e *distinção*. Embora variações a depender de qual elite estamos nos referindo, a atividade filantrópica alia-se a outros recursos sociais como títulos, tradições familiares, riqueza, patrimônio material e práticas recreativas que indicam, conjuntamente, seu acúmulo de bens simbólicos e de múltiplos capitais, sendo estas características reconhecidas pelos pares. Assim, as práticas filantrópicas parecem funcionar como um excelente *marketing*, pessoal e ou familiar¹⁷.

Em segundo lugar, a filantropia é comumente um repertório das elites figurando como um dos mecanismos de reforço de sua cultura dominante. As elites precisam constantemente investir no fortalecimento e manutenção de status e valores, sendo a edificação e doação a associações filantrópicas parte de uma estratégia política e econômica a lhes trazer retornos de acordo com os investimentos postos. Desta perspectiva, bastante crítica, entende-se que a atuação filantrópica praticada pelas elites não possui fins de impactar nas condições de desigualdades e injustiças sociais, ao contrário do discurso comumente ouvido nestas associações. Como Sklair (2007), poderíamos entender também a filantropia realizada pelas elites como uma forma de controle social de uma classe sobre outra. Os problemas sociais não seriam assim sanados, e sim anestesiados, tornando-se contornáveis.

Desta perspectiva crítica, a filantropia constitui-se então como arma simbólica para a manutenção das condições de privilégio e de pertencimento a determinado meio social dominante, sendo o ato de doar a uma instituição filantrópica quase uma exigência para demonstração de poder e acúmulo de capital econômico. O mesmo no caso do voluntariado: embora a ampla disseminação da prática atualmente, apenas pessoas provenientes de famílias possuidoras de capitais terão meios de praticar voluntariado, e ainda mais importante, o mesmo enquanto valor e prática valorizada entre agrupamentos de elites, não possui o mesmo significado e benefícios para alguém de classes possuidoras de menores recursos sociais.

¹⁷ E mais comum ainda no caso de empresas. Vemos exemplos de ações intituladas como de *responsabilidade social*, que muitos pesquisadores afirmam se tratar, em grande parte dos casos, de estratégias de marketing visando reconhecimento e benefícios econômicos a empresa, como restituição e isenção de impostos.

Vemos assim existirem vínculos comuns entre práticas de filantropia enquanto também prática altamente valorizada dentro do campo religioso. Cabe assim dedicarmo-nos a apresentar as principais características que compõem o campo das práticas religiosas, como os capitais religiosos¹⁸.

Assim sendo, quando tratamos da categoria de capitais, sejam eles, dentre muitos, capital simbólico, econômico, cultural, social ou religioso, sua característica mais elementar e agregativa a notoriedade da categoria na teoria de Pierre Bourdieu diz respeito a sua capacidade de *conversão*. De acordo com o sentido do jogo e o conjunto de práticas e regras pertencentes a determinado campo, os capitais combinam-se e convertem-se.

Também quando tratamos do campo religioso, as conversões de capitais são comuns, impulsionando e agregando valor a autonomia do campo. O capital religioso (entendendo que todo campo tem lógica própria e também capital próprio), difere-se do capital social, embora comumente os agentes convertam um em outro. Difere-se também do capital cultural, onde embora possa até ser considerado como uma forma de capital cultural, o extrapola. Utilizando exemplo bastante palpável atualmente em termos de Brasil, o capital religioso é comumente convertido pelos agentes do campo religioso, em capital político.

Os agentes integrantes do meio buscariam (como dos demais), posicionar-se estrategicamente no campo, através de reconhecimento e um lugar ao sol das hierarquias existentes marcadas por acumulação de capitais e bens. Característica própria a esse campo (mas não inexistente em outros), é o caráter essencialmente simbólico que constitui e estrutura o campo religioso, como conjunto de práticas e de representação com eficácia não material. Normas e estruturas são incorporadas, mas também constantemente renegociadas, conforme aberturas que possibilitam mudanças estruturais e assim proeminência da agência. Assim, o agente está inserido na estrutura ao mesmo tempo em que figura como força estruturante do campo.

¹⁸ A noção de campo pode ser definida enquanto espaços de relações entre os agentes, que se posicionam segundo recursos que são distribuídos de forma desigual, podendo ser estes materiais ou simbólicos, sendo através dos diferentes capitais que o poder se evidencia e opera. Ele configura-se através de um conjunto de atributos distintivos de um determinado grupo em relação aos outros, estando em permanente luta com os demais, a fim de angariar maior poder simbólico. É nele que manifestam-se as relações de poder, entre dominantes e dominados, e os conflitos (Bourdieu, 2009).

As religiões, como todo sistema simbólico, se predisporiam a funcionar como distinção quanto a um sistema de prática e crenças. Assumem assim função ideológica, legitimando “as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou esta classe na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social” (BOURDIEU, 2001, p.46). O campo religioso é permeado por processos de oposição entre detentores do monopólio da gestão do sagrado e os leigos, objetivamente definidos como os profanos (BOURDIEU, 2001). Estes estabelecem entre si relações de transação e/ou de concorrência, entendendo que o campo religioso, como os demais campos, possui regras próprias e agentes que competem entre si por uma posição de maior domínio e privilégios no campo.

Dentre as práticas pertencentes ao campo religioso, o interesse religioso figura como o interesse que um grupo ou classe encontra em um tipo de prática, crença ou bens religiosos, que por sua vez, legitima o poder arbitrário encerrado na religião enquanto força e propriedade material e simbólica mobilizada por este grupo ou classe para justificar determinada posição na estrutura social. Ainda, as práticas do campo religioso contribuem, em uma sociedade dividida em agrupamentos ou classes, “para a perpetuação e para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2001, p.53), ao consagrar ou santificar as relações entre os diferentes agrupamentos sociais.

Quanto ao segundo argumento, das crenças movimentadas pela acumulação de capital religioso, temos que o sistema de crenças que legitima a existência das práticas religiosas baseia-se em discursos socialmente produzidos que necessitam ser naturalizados, e o são através da justificativa das condições sociais como resultantes de um legado divino, explicação aceita dentro do campo tanto por agentes considerados dominantes como dominados.

Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”. [...] Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações

cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 2001, p. 32-33-34)

Em se tratando dos processos de luta no interior do campo religioso, o capital religioso acumulado pelos agentes é posto a uso a fim de 1) reprodução de uma condição de dominação, buscando confirmar as regras do jogo; ou 2) procura por modificar ou reverter as regras regentes, a fim de respectivamente manter determinada posição social ou aumentar o capital que possuem, e daí futuramente aspirar a elevação social. Neste segundo caso, os agentes podem utilizar-se de diferentes tipos de capital de que são possuidores, barganhando onde possuem menos capital, e assim procurando modificar relações de poder (TAVOLARO, 2007).

Segundo Célia Arribas (2012), assim como no caso do capital cultural, o capital religioso também pode ser dividido em três estados. O capital religioso (ou espiritual) incorporado corresponderia “aos conhecimentos, habilidades e disposições resultantes de um processo de socialização dentro do campo religioso, sendo a sua eficácia tanto maior quanto menos reconhecido esse capital se apresentar” (ARRIBAS, 2012 p.491). O capital religioso faz parte do habitus dos agentes, sendo progressivamente incorporado. Já o capital religioso no estado objetificado caracteriza-se pelo consumo de bens religiosos, materiais e simbólicos, consumo este atrelado diretamente a determinado tipo de habitus religioso. Por fim, o terceiro estado do capital religioso seria o institucionalizado, este, associado ao poder simbólico “das igrejas, seminários, escolas, monastérios e demais organizações religiosas que exercem uma força legitimadora a um conjunto de crenças e de bens religiosos, instituições responsáveis também por promover a demanda por esses mesmos bens” (Ibidem, p.492). São as instituições do capital institucionalizado as responsáveis por autorizar os agentes incumbidos de reproduzir as práticas religiosas.

Cabe observar que o campo religioso também sofre influências que abalam padrões de acumulação de capitais, sendo estas tanto de ordem interna ao campo como externa ao mesmo, advindas aí de diferentes campos. Isso implica dizer que apesar de padrões aproximados de acumulação de capitais específicos dentro deste campo, os agentes e as práticas sofrem influências externas ao campo, além das lutas intrínsecas entre agentes e agentes em disputa direta por recursos e privilégios próprios ao campo.

Em se falando sobre o mercado de bens simbólicos religiosos, parece se sobressair um mecanismo que baseia-se em estratégias baseadas na economia da boa fé, que pressupõe relações de confiança e alianças, e onde o sentido do jogo de interesses precisa ser dissimulado e limitado. A economia de boa fé implica a necessidade de trocas de ordem impessoal onde quanto mais longe na genealogia, mais verdadeiras serão sentidas pelos agentes (BOUDIEU, 2009, p. 191). Isto seguindo o princípio de que a dádiva só funciona não sendo sentida como ato de retribuição, e sim ocorrendo de maneira disfarçada de espontaneidade. Este mecanismo ainda possibilita um alargamento entre os capitais (principalmente o social) dos agentes do campo.

Pensando sobre os capitais valorizados dentro do campo religioso espírita, como o capital cultural (estudo da doutrina) e principalmente o simbólico (convertido em outros, apresentando-se como uma forma de crédito possuído pelo agente), aqui aplicam-se as ressalvas de Pierre Bourdieu quanto a não ser possível entender uma prática puramente pela questão econômica envolvida, sob o risco de reducionismo. Desta forma, ao olharmos as iniciativas de conformação das associações espíritas, bem como as razões para o engajamento dos indivíduos voluntários nestas, seriam em grande parte razões relacionadas e habitus incorporados os elementos que melhor explicam o interesse religioso que mobiliza sua atuação. Aprender os retornos simbólicos para os agentes do campo, além do processo de conversão de capitais que a prática associativa possibilita, resume um dos principais desafios para assim entender as reais motivações dos agentes. Com justificativa de possibilitar a investigação sociológica, focar a análise em alguns atores-chave do campo, reconhecidos pelos demais como lideranças precursoras de novas práticas, pode ser uma das estratégias para pensar a ação dos indivíduos e pontos em que procuram ampliar ou romper com regras contextuais. Por outro lado, quando olhamos dados das associações e das áreas-fins da atuação destas, cabe esforço de entender que a existência da associação e a finalidade que persegue dão-se de acordo também com tendências exteriores, para além da agência dos sujeitos do campo.

Muito temos a ganhar se atentos as estratégias políticas mobilizadas pelos agentes, padrões de acumulação e conversões de capitais, novos padrões de organização, práticas e iniciação de adeptos; reconhecimento e concorrência com os demais agentes do campo além de provenientes de outros campos e credos; estratégias simbólicas, interesses religiosos e produção e angariação de bens simbólicos; dada a especificidade do campo associativo, e sua pré-condição de não-lucrativo.

Sobre o trabalho Voluntário

Na literatura sobre trabalho voluntário, é comum a utilização do termo altruísta, quando se fala sobre as motivações ao voluntariado. O termo altruísta significa dedicação aos semelhantes, ou pessoa que age com filantropia¹⁹. Considerado como prática filantrópica por excelência, as bases do trabalho voluntário congregam categorias de motivos altruístas, mas principalmente de interesse próprio e de sociabilidade, sendo ainda mediados por ideais religiosos, morais, econômicos ou mesmo afetivos. Resultantes de sentimentos de culpa ou de obrigação para com o semelhante, além de sentimentos de responsabilidade ou de aparência da mesma²⁰. As bases instigadoras do trabalho voluntário estariam resumidas em valores como abnegação, dedicação, amizade, aprendizagem, interesse e ambição (SOUZA e MEDEIROS, 2012).

Quando problematizamos a questão do trabalho voluntário, o primeiro movimento é o de questionamento quanto às motivações que levam determinados indivíduos a realizar um trabalho sem retorno monetário, em uma sociedade com altos níveis de valorização do capital. Através da literatura sobre a temática, vamos entendendo os impulsos sociais, familiares, e de grupos como os religiosos, além de impulsos morais como a solidariedade e a sensibilização dentre outros; que estão por trás de cada indivíduo que realiza trabalho voluntário.

Pré-requisito para que determinado tipo de prática seja considerada como voluntária, seria a espontaneidade de tratar-se de ato condicionado pela escolha de o estar realizando. O trabalho voluntário surge na via da autonomia do trabalho, já que implica desejo individual por realizar determinada atividade sem alguma remuneração monetária em troca. A relação entre religião e altruísmo encarna parte da força dos valores religiosos, de forma que para explicarmos o voluntariado e a filantropia,

¹⁹ Dicionário Priberam. <http://www.priberam.pt/dlpo/altru%C3%ADsta>. Último acesso em: 27 de julho de 2017.

²⁰ Cabe referenciar o posicionamento de Anthony Downs (1999), em sua obra *Uma teoria econômica da democracia*, onde o mesmo postula, como uma das máximas salutares de seu modelo teórico, o Axioma do interesse pessoal. Para Downs, todo indivíduo é racional e egoísta, e suas ações voltadas *inteiramente* para o interesse pessoal. O papel e significado do altruísmo é algo que foge ao modelo de Downs, que apenas o admite como expressão desse egoísmo, como uma ação que na superfície parece altruística e tem na verdade unicamente uma função de promoção pessoal.

importam os laços sociais encarnados nas comunidades religiosas, tanto quanto as crenças religiosas em si mesmas (PUTNAM, 2003).

Em termos legais, no Brasil, o trabalho voluntário só foi regularizado em 1998, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que em fevereiro daquele ano sancionou a Lei 9.608/98 que regulamenta a atividade voluntária no país:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

E ainda:

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício. (BRASIL, 1998)

Mesmo com a regulamentação da lei, a intensificação do incentivo ao trabalho voluntário se deu apenas em 2001, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) designou o ano de 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado, e no decorrer do mesmo foram feitas inúmeras campanhas de incentivo ao trabalho voluntário com “proliferação de ações, investimentos, divulgação na mídia, realização de simpósios, encontros, seminários, visando sensibilizar as empresas e os cidadãos para o trabalho voluntário, promovendo adesões e capacitação para esta finalidade” (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2012, p. 81).

Porém, é necessário ter em mente, como muitos teóricos que tratam da questão do trabalho voluntário ressaltam (MOURA E SOUZA, 2007), que essa lógica do trabalho voluntário como ‘não remunerado’ tem que ser vista como ‘não remunerado monetariamente’, pois no ato de realização de um trabalho voluntário o indivíduo recebe outras formas de retribuição, e na maioria dos casos espera essa retribuição, mesmo que inconscientemente. Assim, a particularidade do trabalho voluntário é que

o mesmo traz formas de retribuição de ordem emocional, ideológica, simbólica ou mesmo profissional (principalmente em voluntariados realizados em empresas).

Em se pensando nas motivações que levam o indivíduo a realizar o trabalho voluntário, temos a classificação desenvolvida por McCurley & Lynch em 1998 (APUD Souza e Medeiros, 2012). Os autores classificam os motivos para o voluntariado em três categorias:

- *Altruísta* – ajudar aos outros, obrigação de retribuir por algo recebido, dever cívico, convicção religiosa, fazer uma diferença no mundo, crença na causa;
- *Interesse próprio* - adquirir experiência, desenvolver novas habilidades, constituir amizades, causar boa impressão a alguém, sentir-se importante e útil, exibir capacidade de liderança, experimentar novos estilos de vida e culturas, prazer e alegria;
- *Familiar* - aproximar a família, servir de exemplo, benefício e retorno próprios, retribuir algo recebido por membro da família. (MOURA e SOUZA, 2007, p. 153)

O contexto de surgimento do trabalho voluntário no Brasil está muito vinculado a organizações religiosas, e é possível perceber que ainda boa parte das práticas voluntárias desenvolvidas são suscitadas por organizações religiosas, que tendem a atrair um número de voluntários muito maior do que outras instituições sem concepções religiosas. É o que a pesquisa de Piccoli e Godoi (2012) realizada em determinada organização espírita na cidade de Florianópolis em 2012 nos mostra. Segundo os autores, a associação em que a pesquisa foi desenvolvida possuía na época em torno de 680 voluntários prestando serviços em dois núcleos da associação (PICCOLI e GODOI, 2012).

Os dados da Fasfil (IBGE, 2012) sugerem maior presença de estímulos ao voluntariado em associações de cunho religioso, dado ser o número de profissionais contratados, em geral, menor nestas entidades. Quanto as motivações da atuação voluntária religiosa, vemos que questões de reciprocidade e das obrigações morais parecem estar no cerne dos motivos, aliados ao comprometimento com a caridade. As formas dessa atuação voluntária, por sua vez, parecem centrar-se em doações de recursos ou na atuação em associações e instituições, principalmente religiosas e assistenciais.

Para se entender melhor o voluntariado no Brasil a partir de números, em muito nos ajuda a pesquisa realizada pelo IBOPE em 2011²¹, entrevistando 1550 pessoas com mais de 16 anos em diversas cidades e regiões do país. Esta pesquisa mostra que em cada 10 brasileiros, apenas 2 praticam trabalho voluntário, representando 18% da população, percentual este que está abaixo da média mundial, que é de 37%. Os dados coletados mostram também que entre os brasileiros adeptos a prática do voluntariado, as mulheres são mais atuantes, sendo que 20% delas já participaram de práticas voluntárias enquanto apenas 15% dos homens já aderiram à atividade voluntária. O estudo mostra também que a média nacional de idade dos voluntários é de 39,1 anos. A pesquisa do IBOPE também revela um número maior de pessoas voluntárias com um nível socioeconômico mais alto, ao mesmo tempo em que aponta um crescimento na participação voluntária entre a classe C²². O perfil da escolaridade dos voluntários mostrou que 58% possuem nível superior completo ou incompleto. Em se pensando no perfil e características das associações em que os voluntários trabalham, a pesquisa mostra que 49% destes participam de instituições religiosas, colocando-as em posição de destaque entre as entidades que possuem mais práticas de voluntariado.

²¹ Pesquisa realizada pelo IBOPE em dezembro de 2011. Acesso em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/No-Brasil-apenas-18-da-populacao-pratica-o-trabalho-voluntario.aspx>. Último acesso em julho de 2017.

²² Ver tabela da faixa de renda familiar das diferentes classes em <http://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>. Último acesso em janeiro de 2018.

Capítulo II – Associativismo Religioso: metodologia, dados e tipologias

2.1 Notas metodológicas

O fato de sermos cientistas sociais nos torna observadores do mundo e, como tais, também participamos dele (VIDICH, LYMAN, 2006, p. 50-51). Nossas observações são feitas por esquemas mediados, com símbolos e significados culturais que circundam a vida do pesquisador em um ambiente observacional reflexivo. É lugar comum ouvirmos, quanto as pesquisas e seus métodos, que os dados não falam por si mesmos. Esta afirmação compreende uma crítica, considerando que os dados necessitam ser interpretados, mesmo em se tratando de dados “processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados” (BAUER; GASKELL; 2008, p.24).

Considerando a necessidade de assumirmos o caráter interpretativo tanto em pesquisas consideradas qualitativas, mas também nas ditas quantitativas, poderíamos colocar que “A ciência social é, portanto, na definição frequentemente citada proposta por Clifford Geertz, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significado” (DELLA PORTA e KEATING, 2008, p. 25, tradução nossa). Entendendo que a compreensão da realidade objetiva (ou verdade) é impossível, a ciência social deve voltar-se para significados, sentidos e representações, consciente de suas próprias insuficiências, lançando mão de uma diversidade de métodos (ou triangulação) procurando “assegurar a compreensão em profundidade do fenômeno em questão” (DENZIN E LINCOLN, 2006, P. 19).

Toda metodologia compreende uma forma de representação, onde se faz necessário entender a centralidade e a influência das escolhas metodológicas para com os resultados finais. Assim, a metodologia deve ser pensada tendo como preocupação “uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão” (DENZIN E LINCOLN 2006, p. 19).

Importante subterfúgio metodológico de pesquisa – embora muitas vezes pouco apreciado – os estudos de caso e a pesquisa comparativa buscam oferecer respostas as questões sociais dadas a partir da comparação. Procura-se por verificar regularidades no fenômeno em questão, e a escolha do estudo de casos, ou do estudo comparativo de

casos (Cros-case)²³, deve ser feita levando em conta o desenho de pesquisa, que por sua vez está atrelado ao embasamento teórico e a pergunta de pesquisa.

Respondendo a críticas sobre a inferioridade do método de estudo de caso, Gerring (2006) argumenta que muitas vezes é mais útil o conhecimento aprofundado de um exemplo individual do que o conhecimento raso sobre um número maior de exemplos, ou seja, entender o todo ao focarmos em uma reduzida parte deste. Assim, o estudo pode incluir muitos casos com menor profundidade, ou poucos casos com mais cuidadoso e longo trabalho de campo, sendo que as escolhas metodológicas devem ser realizadas de forma estratégica e considerando a existência de condicionantes (*trade-offs*) resultantes destas (GERRING, 2006).

É bastante comum se partir de um mapeamento quantitativo para se chegar aos casos, sendo exatamente este nosso percurso metodológico percorrido. Em que pese as críticas quanto a dificuldades de falseabilidade e de replicação, os estudos de casos nos permitem um nível de profundidade do objeto e um potencial generalizador, além de possibilitar a geração de hipóteses e avanços teóricos preditivos de modelos e mecanismos causais. Disto, cabe considerar a importância de conhecer a população ou universo de onde o caso é retirado, porque para além de estudar o caso em si, se quer estudar e fazer inferências quanto ao fenômeno social maior existente em que o mesmo situa-se e é estrategicamente retirado como exemplificador ou *outlier*. Ainda, a depender da perspectiva, o que consideramos como “caso” pode variar, assim como o *N*.

Segundo Gerring (2006), seria cada vez mais comum que os pesquisadores busquem conciliar metodologias como pesquisas de opinião com estudos de casos, dado que é possível testar (ou exemplificar) no estudo dos casos as apreensões obtidas nos levantamentos quantitativos, onde combinações de diferentes procedimentos de pesquisa

²³ “A *case study* may be understood as *the intensive study* of a single case where the purpose of that study is – at least in part – to shed light on a larger class of cases (a population). *Case study research* may incorporate several cases, that is, multiple case studies. However, at a certain point it will no longer be possible to investigate those cases intensively. At the point where the emphasis of a study shifts from the individual case to a sample of cases, we shall say that a study is *cross-case*. Evidently, the distinction between case study and cross-case study is a matter of degree” (GERRING, 2006, p.20).

podem qualificar a pesquisa na compreensão do complexo comportamento social.

Já para Ragin (1987), em obra clássica sobre o método comparativo, deve-se procurar explicar os fenômenos sociais estabelecendo controle quanto as condições e as causas das variações. Segundo o autor, a ciência comparativa diferencia-se pelos seus objetivos gêmeos: tanto explicitar quanto interpretar os fenômenos sociais. As comparações proveriam as bases para se fazer afirmações quanto a regularidades empíricas e para avaliar e interpretar casos utilizando critérios substantivos e teóricos. Neste sentido amplo, os estudos comparativos seriam centrais para a ciência social empírica tal como esta é hoje praticada.

Já em se falando quanto a outro essencial procedimento metodológico, a realização de entrevista, temos que esta constitui-se como importante artifício para coleta de dados na realização de pesquisas nas ciências sociais, sendo a origem dos principais dados descritos e analisados nesta dissertação. A realização de entrevistas individuais deve ser realizada considerando as diferentes perspectivas e pontos de vista existentes, e exige disciplinada preparação e planejamento por parte do pesquisador.

Pierre Bourdieu em texto intitulado *Compreender* (2003) coloca importantes reflexões quanto a prática da realização de entrevistas, que não deixa de ser uma relação social ao mesmo tempo em que um “caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga.” (BOURDIEU, 2003, p. 693). Na realização das entrevistas, a intenção do pesquisador geralmente compreende que sua própria existência, personalidade e disposições discursivas gerem o mínimo de intervenção possível, dado que diferentes elementos podem causar distorções que devem ser a priori reconhecidas e dominadas²⁴.

²⁴ “O sonho Positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente. (...) E efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade de pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras” (BOURDIEU, 2003, p. 695).

Cabe ao pesquisador atentar-se para procurar controlar a interação e reduzir ao máximo possíveis interferências ou a violência simbólica que se pode exercer através dele. Neste contexto, Bourdieu (2003) reitera que a entrevista pode ser considerada uma forma de exercício espiritual, onde pelo esquecimento de si, procura colocar-se no lugar do entrevistado, para diminuir o distanciamento e buscar compreender o espaço social ocupado por este, condicionamentos, vivências e trajetória dos quais seus posicionamentos resultam.

Dentre os muitos valiosos conceitos trabalhados por Bourdieu que tanto nos ajudam na realização da pesquisa social, o de vigilância epistemológica é de impar importância considerando questões de método. Por vigilância epistemológica, Bourdieu compreende práticas de crítica sistemática e analítica em todos os momentos de realização da pesquisa, vigilância constante e realização de uma *sociologia da sociologia*, treinando o olhar sociológico para controlar e perceber os possíveis efeitos que as práticas empregadas e a conduta do próprio pesquisador podem ter nos resultados. Seria necessário ao sociólogo romper com o aparente ao mesmo tempo em que evitar pré-noções e superficialidades, em um profundo exercício de reflexividade (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999). Embora pesem as grandes dificuldades encontradas nos diferentes passos de realização da pesquisa científica e de se colocar em prática a vigilância epistemológica proposta por Bourdieu, sabe-se que a prática de realização de pesquisa envolve ser constantemente desafiado pelo objeto, ao mesmo tempo que desafiar-se a si próprio para conseguir responder as perguntas propostas.

Também de ampla relevância para realização desta pesquisa de dissertação, é a metodologia de análise de discurso. Rosalind Gill (2002) coloca estar a análise de discurso muito longe de possuir uma perspectiva única, mas sim compreendendo estilos diferentes de análise, tendo em comum rejeitarem a “noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2002, p.244).

A autora pontua que, dentre as diferentes perspectivas, existem características-chaves mais transversais, como: postura crítica quanto ao conhecimento dado e aceito sem discussão, reconhecendo que como compreendemos o mundo depende de condições históricas e sociais relativas, e de que o conhecimento é socialmente construído e determinado pelos processos sociais.

A tradição de análise de discurso influenciada pela “teoria do ato da fala” considera prioritariamente a orientação funcional da ação própria

do discurso, onde “em vez de olhar como as narrações se relacionam com o mundo, elas se interessaram naquilo que estas narrativas têm como objetivo conseguir, e perscrutam em detalhe a organização da interação social” (GILL, 2002, p.246).

Entendendo o discurso enquanto prática social, temos que o contexto interpretativo varia quanto a quem fala e com quem se fala, onde o que foi falado pode ser interpretado de formas diferenciadas por parte de quem está ouvindo. Assim o objetivo da análise de discurso seria identificar funções e atividades da fala, entendendo-a como organizada de forma retórica, além de ser organizada e persuasiva, de forma a procurar convencer quanto a uma determinada versão dos fenômenos vividos.

Explorando assim a dimensão das memórias e discursos (GILL, 2002), deve-se entender os sujeitos da pesquisa quanto as suas subjetividades, e segundo seu lugar situado no campo. Dentre as diferentes etapas da análise de discurso, estariam a realização das transcrições, que consomem uma imensa quantidade de tempo e de energia, compensadas por ser uma boa transcrição a facilitadora da análise. A análise de discurso exige a suspensão da ideia de que algumas coisas estariam dadas ou seriam óbvias, sendo necessário realizar uma leitura cética do que é afirmado. Após, o texto das transcrições precisa ser codificado, argumentos importantes, regularidades e variabilidades colocados em categorias quanto as questões de relevância e padrões presentes nos dados. Também podem ser levantadas hipóteses explicativas de porque os interlocutores insistem em reafirmar isto ou aquilo, além do que procuram incluir e desviar foco nas respostas.

Nossas escolhas metodológicas baseiam-se na necessidade, já apontada por grande parte dos teóricos das ciências sociais, de transpassar impasses antagônicos, acreditando ser necessária a combinação entre as duas abordagens (quantitativa e qualitativa) e suas respectivas técnicas.

Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais” (BAUER; GASKELL; 2008, p. 24)

E o mesmo é verdade no caso da pesquisa que procuramos aqui realizar. Compreendendo a importância da busca pelo melhor desenho de pesquisa possível, nossas escolhas metodológicas são compostas por uma combinação de diferentes momentos, procedimentos e técnicas. Para

responder nossas perguntas de pesquisa, utilizaremos levantamentos de dados junto aos estudos pré-existentes, informações disponíveis em meio eletrônico, compilados quanto às leis e normativas nos diferentes níveis, entrevistas e observações *in loco*. A fim de cumprir com os objetivos de pesquisa propostos, as etapas metodológicas da realização da pesquisa compõem:

Questão 1 – Ao mobilizarmos todos os dados disponíveis sobre o conjunto das associações espíritas em Florianópolis e acrescentarmos os dados mais recentes (a partir de 2010), as tendências de crescimento identificadas por pesquisas se confirmariam, além de verificarmos crescimento ainda mais acentuado?

I) Mapeamento e identificação das associações religiosas espíritas formais existentes em Florianópolis, utilizando dados das pesquisas existentes, como as de Lüchmann (2016) e Scherer-Warren (2004), além de atualização dos dados das associações criadas (registradas em cartório) nos últimos anos (cobrindo período histórico de 1947, data de registro em cartório da primeira associação de denominação espírita, a 2017).

Questão 2 – O associativismo religioso ainda conserva certa centralidade no campo associativo, embora atualmente o campo seja mais pluralizado quanto as denominações, temáticas e repertórios mobilizados?

Questão 3 – No Trabalho de conclusão de curso realizado no ano de 2014, uma das associações analisadas era da denominação espírita, sendo fundada por membros de um centro espírita da cidade de Florianópolis. As observações e entrevistas realizadas permitiram identificar um cenário de intensa atuação de voluntários, além de encorajamento deste fenômeno, de forma que o voluntariado é declarado como o principal meio de subsistência e continuidade da atuação da associação²⁵. Na época da realização da pesquisa, o número oficial de voluntários regulares chegava a ser três vezes maior que o de trabalhadores contratados. Mas, para além disto, uma rede de voluntários muito maior era acionada sempre que necessário, em sua grande maioria tratando-se de voluntários que frequentam um mesmo Centro espírita. Foi declarado em entrevistas que nos grupos de estudos e evangelização do referido Centro, o voluntariado

²⁵ Relacionado ao fato das próprias diretoras da associação Casa dos Girassóis serem voluntárias. Um outro relato que desperta questionamentos sobre o fenômeno do acentuado voluntariado em associações espíritas é trazido por Piccoli e Godoi (2012), que encontram em sua pesquisa uma associação espírita em Florianópolis com 680 voluntários.

na Casa dos Girassóis ou em outra entidade é encorajado amplamente. Desta forma, uma questão de pesquisa que se desenhou como resultado do referido trabalho, foi a possibilidade de existir uma direta correlação entre um alto número de voluntariado nas associações de denominação espírita, e um contexto de encorajamento, ou mesmo de uma quase exigência de ações voluntárias para com os praticantes da doutrina, baseando-se nos preceitos morais e religiosos de caridade e ajuda ao próximo, tão caros para o espiritismo (SIMÕES, 2015). Como veremos mais adiante neste projeto, dados de pesquisas comprovam que as associações religiosas parecem ter uma configuração de divisão do trabalho diferenciada no universo associativo, sendo mais dependentes de uma mão de obra voluntária do que outras associações. Seria possível, desta forma, identificar no contexto das associações espíritas de Florianópolis, elevados níveis de atuação e dependência voluntária?

Questão 4 – Conforme pesquisa preliminar com algumas associações de diferentes denominações, protagonistas do campo assistencial da cidade, são visíveis as tensões entre a dimensão caritativa e de defesa de direitos quanto a organização do trabalho nestas entidades, considerando pressões externas quanto a adotarem uma perspectiva de defesa de direitos e desvencilharem-se, ao menos no nível discursivo, da perspectiva caritativo-religiosa em que a associação fundamenta-se. Dentre as razões para tal contexto, poderíamos elencar I) a forma como estas associações atuam hoje pode ser resultante de um processo de limitação de sua autonomia, resultante de II) censuras e críticas pela esfera pública e academia quanto a suas matrizes e *modus operandi* religioso, III) aliado a necessidade de conformar parcerias com o Estado as obrigando a procurarem, ao menos formal e discursivamente, desvestirem-se de suas motivações e práticas religiosas, buscando apresentarem-se como ambientes de laicidade, para concorrer em editais públicas para alocação de recursos. Assim, seriam as associações com parcerias e que atuam em conselhos gestores de políticas aquelas que mais utilizam o discurso de defesa de direitos?

II. A pesquisa de campo iniciou-se em 2016, com a realização de entrevistas de “controle” com 3 associações da denominação Católica, Evangélica e Espírita. Estas entrevistas também foram incorporadas para realização das análises presentes no Capítulo 3, além de também terem sido utilizadas entrevistas realizadas com a associações espírita Casa dos Girassóis em 2014, que passou a compor os casos. No ano de 2017, foram realizadas entrevistas com mais 6 associações, totalizando 10 casos. Dentre os critérios elencados como relevantes para escolha dos casos,

estariam idade, localização, público-alvo, parcerias e atuação em conselhos gestores. Foi procurado incluir entre os casos associações que variassem quando a estes critérios: mais antigas e mais recentes, de diferentes regiões da cidade, segundo diferentes públicos-alvo, que possuem e que não possuem parcerias com órgãos públicos, de menor e de maior envergadura (quantidade de beneficiários e de profissionais contratados), presenças e ausências enquanto representantes da sociedade civil em conselhos gestores.

A pesquisa empírica compreendeu levantamento e análise de informações disponíveis em sites e redes sociais das associações, além da realização de entrevistas, quando possível com profissionais contratados e com diretores. As entrevistas foram realizadas segundo Roteiro base, (Apêndice 1) com questões quanto a identificar aspectos gerais das associações, tais como: contexto de fundação, área de atuação, número de profissionais e voluntários, perfil de seus membros, beneficiários e lideranças, organização interna e recursos, vínculos e redes sociais, problemas, conflitos e formas de atuação, além da atuação junto a conselhos gestores ou mesmo vínculos com representantes dos poderes executivo e legislativo²⁶.

Nas entrevistas também foi procurado mapear as redes de relações: parcerias efetuadas (seja com poder público ou não), quanto as associações, empresas, instituições religiosas e órgãos públicos com quem mantém relações, além de quais associações que consideram ser as mais atuantes e centrais na rede/cidade. No caso das entrevistas realizadas com membros diretores/fundadores, foi procurado também inquirir quanto a sua trajetória e a trajetória da associação, preocupações com

²⁶ Cabe colocar que ao abordar as associações quanto a obter autorização para realizar a pesquisa, era necessário evitar apresentar o estudo a ser realizado enquanto sobre associações religiosas e espíritas. Isto porque, no primeiro contato realizado, ao falar que estava pesquisando associações religiosas, a pronta resposta áspera ao telefone foi: “mas nós não somos religiosa, não, quem te disse que nós somos uma instituição religiosa? Não, você pode até vir conhecer, mas nós não somos, não somos...” o que fez com que, considerando também experiências empíricas anteriores e toda a complexidade da questão a que procuro compreender quanto a vínculo religioso, procurar nos próximos contatos me apresentar enquanto realizando “pesquisa sobre as Organizações da sociedade civil de Florianópolis, buscando compreender dados de perfil e atuação das mesmas, além de informações quanto a conformarem parcerias e redes com outras organizações ou órgãos estatais. A pesquisa propõe-se também analisar as associações e a importância de sua atuação no meio político-institucional da cidade.”

processos de continuidade da associação, motivações e dificuldades, familiares atuantes e como o mesmo vê a associação daqui a 5 ou 10 anos quanto a continuidades e mudanças.

Os procedimentos metodológicos buscaram considerar a importância de procurarmos perceber relações entre posição social de origem (e capitais acumulados pelo agente) e seus vínculos associativos. Isto porque, olhando para o caso das associações religiosas, temos que o alto número de voluntários nestas associações e os grupos sociais a que os membros destas organizações pertencem, sendo em maior parte indivíduos provenientes de classes média-alta, demonstram-se enquanto importantes indicadores a serem considerados. Por exemplo, no caso específico dos espíritas, denominação cujos fieis possuem perfil econômico bastante superior à média nacional, procurar apreender e refletir sobre os agentes voluntários e lideranças, suas posições sociais e os vínculos religiosos e associativos que estabelecem importa. Neste caso, cabe durante a realização das entrevistas procurar identificar, dentre outros indicadores e categorias de análise, a profissão e escolarização dos pais, escolarização, local de nascimento e trajetória profissional. Em suma, um dos principais questionamentos, seria assimilar quais os elementos que nos permitiriam inferir sobre engajamento associativo e trajetória dos agentes; entendendo que compreender o local de fala dos mesmos permite entender suas práticas e ações das associações filantrópicas que gerem de acordo com suas intencionalidades.

Questão 5 – Outros estudos de caráter mais quantitativo (como o de SIMÕES, 2015) apontam tendências de isolacionismo social por parte das instituições espíritas. No entanto, e tendo em vista a atuação em espaços conselhistas (TABORDA, 2016), há uma ampliação e diversificação no uso de repertórios no interior desse campo associativo?

4. Todas as etapas metodológicas anteriores, somadas à levantamentos provenientes de outras fontes (como Censo IBGE- 2010, dados sobre atuação associativa em conselhos da cidade), possibilitarão entender quais os repertórios de ação coletiva – sejam a nível social ou institucional - mais mobilizados pelas associações espíritas de Florianópolis.

Dentre os diferentes procedimentos de pesquisa e fonte utilizadas, podemos elencar:

- Levantamentos realizados pelas equipes de Ilse Scherer-Warren (2004) e de Lígia Lüchmann (2016);

- Pesquisa no Cartório de registros de Florianópolis quanto as associações espíritas formalizadas entre 2010 e 2017;
- Entrevistas com 10 associações e 17 pessoas entre profissionais contratados, voluntários e diretores;
- Participação desde agosto de 2017 nas reuniões do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF);
- Observação participante em mesa de reunião entre representantes do Fórum e do poder público municipal;
- Dados cedidos pelo Fórum quanto as atas das reuniões de 2017, texto do Mandado de Segurança protocolado, e ainda tabela com dados do Diagnóstico Social das OSCs, realizado em 2017 com o total de 67 associações vinculadas ao Fórum como respondentes;
- Dados presentes no relatório da pesquisa *Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais*, realizada entre 2013 e 2015, coordenada pela Professora Lígia Lüchmann (LÜCHMANN, 2015);

Em que pese a proposta inicial desta dissertação ter sido realizar a pesquisa com enfoque nas associações espíritas da cidade, a realização da pesquisa de campo - iniciando-se por entrevistas de controle, exploratórias e procurando identificar questões próprias das religiões – nos convenceram de que alguns fenômenos extrapolavam a questão denominacional, sendo transversais as associações com vínculos religiosos. Ou seja, quanto a influências da/na esfera pública, repertórios mobilizados, posicionamento enquanto religiosa ou executora de políticas, o fato de ser religiosa era mais relevante para fins analíticos do que ser espírita ou não, de forma que procuramos ajustar nosso campo incluindo como variáveis de controle, ao mesmo tempo que agrupadas junto as demais nas análises, também associações católicas e uma evangélica.

Outra questão sobre a apresentação dos dados coletados nesta dissertação, diz respeito a questões sobre o anonimato e identificação das pessoas e entidades. Conforme colocado na Carta de Apresentação da pesquisa entregue às associações pesquisadas, a autora se compromete “para com disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa e assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente”. Considerando o comprometimento com o anonimato dos interlocutores, de todos os trechos de relatos utilizados foram retirados os nomes ou mesmo informações que pudessem levar a identificação. Mas para além disso, em alguns casos, identificar as

entidades pode significar acabar identificando quem foram os interlocutores, ou podem trazer impactos para a própria associação (como represálias), de forma que consideramos mais adequado em alguns momentos não indicar nem interlocutores e nem entidades, apresentando os trechos de entrevistadas entre aspas e sem nenhuma identificação²⁷. Assim, na presente dissertação, procuramos dividir a análise de dados empíricos da seguinte forma: em alguns momentos são apresentados dados sobre características das associações identificando correspondências, em se tratando de aspectos essenciais à análise. Já em outros, principalmente quanto às falas de entrevistados, não identificamos proveniência segundo instituição, quando não considerado relevante para análise comparativa de casos²⁸.

Sobre classificações: associações religiosas e tipologias

Considerando a assertiva de que o associativismo religioso ainda conserva certa centralidade no campo associativo, embora de forma mais pluralizada quanto as denominações, áreas e repertórios que são pelas associações mobilizados, se faz necessário refletir sobre o que é mais comumente considerado como associação religiosa. Muitos esforços para a construção de definições e criação de tipologias adequadas para análise do contexto associativo foram realizados, seja considerando a divisão em áreas segundo fins ou público-alvo (IBGE, 2012, SCHERER-WARREN, 2004 e LÜCHMANN, 2016), seja segundo formas de atuação e organização em redes (protagonistas e periféricas, GURZA LAVALLE; CASTELLO e BICHIR, 2007, 2008).

Quando iniciamos a realização da pesquisa, muitas perguntas surgiram, dentre estas: que associações podemos ou devemos considerar como religiosas? Quem são as associações religiosas hoje? Ou ainda *o que as associações religiosas (ainda) tem de religiosas?* Esta problemática resume-se no desafio de definição e tipologização das associações, e talvez em especial das religiosas, embora a um primeiro momento possa parecer algo menor, considerando seu protagonismo

²⁷ Isto demonstra-se relevante se formos considerar os postulados de Bourdieu (2002) quanto a violência simbólica que pode se exercer através do pesquisador e da pesquisa realizada.

²⁸ Nos casos em que determinada informação, palavra ou nome poderia identificar pessoas e associações, e não sendo relevante à análise em questão, esta foi substituída por informação conveniente entre colchetes. Também estão entre colchetes falas da entrevistadora.

histórico no meio associativo. Um outro exemplo poderia ser dado quanto as associações de defesa de direitos: quais associações alocamos nesta categoria? Geralmente aquelas que possuem como objetivo principal executar práticas que são claramente identificadas como de defesa de direitos. Mas e aquelas associações que dentre assistenciais, educativas, culturais, também afirmam realizarem defesa de direitos, para além de oferecerem determinado serviço ao público-alvo, por atuarem junto a Fóruns e conselhos de direitos?

Temos que diferentes estudos, a depender de metodologias e enfoques de público-alvo, adaptam as tipologias segundo necessidades e conveniências. Nesta sessão procuraremos melhor expor esta problemática, ponderando os resultados das diferentes pesquisas quanto ao universo associativo-religioso e em como a forma como a tipologização foi realizada pode ou não influenciar nos resultados finais.

A questão aqui colocada reside em considerarmos que existem dificuldades de ordem metodológica para tipologização das associações. Para exemplificar, podemos esmiuçar o estudo das Fasfil (IBGE, 2012) por ser este reconhecidamente o maior esforço já realizado para apreender o contexto institucional-associativo brasileiro. O estudo apresenta um panorama quantitativo e de diferenciação das entidades segundo áreas e sub-áreas de atuação, trazendo também informações sobre a sua distribuição no território nacional, tempo de existência, porte e quanto ao perfil dos trabalhadores das Fasfil, relativo a número de empregados, remunerações, gênero e nível de escolaridade. Embora siga metodologia importada do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts* (2003), que é utilizada a nível mundial na iniciativa de produção de dados comparáveis sobre o associativismo em diferentes países e regiões do globo²⁹, e ainda ser a mais importante iniciativa de

²⁹ Trata-se de projeto intitulado *Comparative Nonprofit Sector Project (CNP)*, iniciativa do *Center for Civil Society Studies*, sob coordenação de Lester Salamon. Sendo o maior esforço sistemático a nível global para analisar as organizações do setor não lucrativos quanto ao seu tamanho, estrutura, financiamento, objetivos e impactos das organizações em diferentes países. O projeto de pesquisa teve início em 1991 em 13 países, e atualmente estende-se a mais de 45, em todas as regiões do globo, através de parcerias com pesquisadores e órgãos de pesquisas nacionais, que ao utilizarem a mesma metodologia de análise, possibilitam análises comparativas do associativismo em diferentes países, conforme informações da página do Center for Civil Society Studies, disponível em: <http://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector-project/>. Último acesso em julho de 2017. A lista dos países que possuem relatórios em parceria com o Center e seguindo sua metodologia em diferentes

aproximação para com o meio associativo nacional existente, a pesquisa apresenta lacunas que não passam despercebidas.

Entre estas, a mais importante seria a incapacidade de mapear as associações informais existentes. De fato, os cinco critérios que conceituam o que se entende por Fasfil: Privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias, respaldados em definição do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts (2003)*, excluem da condição de associações as entidades informais, que mesmo possuindo os demais critérios de organizações privadas, sem fins lucrativos, autoadministradas e voluntárias, por não serem *institucionalizadas*, deixam de figurar no rol das Fasfil. Entende-se que no meio associativo brasileiro é bastante significativa a existência de vínculos associativos informais, dados os elevados custos de institucionalização e formalização. Não concordando com esta definição excludente, a crítica se faz relevante pelas consequências quanto a centralidade do relatório e das análises feitas a partir do mesmo, que ao alocar as associações informais na condição de não existência e insignificância, negam, em última instancia, até mesmo sua denominação como associação e sua importância no campo.

Poderíamos também mencionar questões conceituais e metodológicas quanto a algumas das categorias retiradas da pesquisa, como os sindicatos e os partidos políticos, estes excluídos por não cumprirem critérios de voluntariedade, possuindo legislações e especificidades próprias. Nestes casos, apesar de possíveis limitações ao critérios da voluntariedade, muitos pesquisadores defendem que partidos e sindicatos seriam de fato associações, de forma que este exemplo expõem complexidades própria da classificação das associações.

Ao reunir todas as Fasfil formalizadas atuantes no Brasil, apresentando-as em números em uma mesma tabela, o relatório pode passar uma falsa noção de identidade auto reconhecida por estas entidades, firmando-as como pertencentes a um “setor” homogêneo (LANDIM, 2005a), o que é não é fidedigno em relação a grande heterogeneidade de atuação e organização do campo associativo.

anos seriam: Argentina, Australia, Austria, Belgium, Brazil, Canada, Chile, Colombia, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Ghana, Hungary, India, Ireland, Israel, Italy, Japan, Kenya, Korea, Republic of, Lebanon, Mexico, Morocco, The Netherlands, New Zealand, Norway, Pakistan, Peru, The Philippines, Poland, Portugal, Romania, Russia, Slovakia, South Africa, Spain, Sweden, Switzerland, Tanzania, Thailand, Turkey, Uganda, United Kingdom, United States.

Ainda, cabe mencionar o problema da *finalidade* das Fasfil, que para nós é aqui o mais importante. O estudo, assim como a totalidade das pesquisas realizadas sobre as associações da sociedade civil, possui metodologia que compreende as entidades como *tendo uma principal e única finalidade*. A metodologia é baseada na descrição de uma finalidade por associação, embora os relatórios mencionem a “dificuldade de apreender de forma abrangente a finalidade das instituições, no caso daquelas que atuam em mais de uma atividade” (IBGE, 2012, p. 23). É assim novamente redutiva nos potenciais associativos quanto a atuação multifocal esta metodologia, embora seja compreensível sua aplicação pela complexidade de identificar as múltiplas áreas de atuação associativa.

Mark Warren, na obra *Democracy and Association* (2001), aponta a necessidade de pensarmos as múltiplas frentes de atuação das associações. Segundo o autor, uma democracia requer uma grande diversidade de associações compondo uma ecologia, para que um leque mais amplo de ‘áreas’ da questão social sejam contempladas, com uma pluralidade de associações com diferentes fins atendendo diferentes necessidades da população: educacionais, culturais, políticas, de assistência social, dentre outras. Embora necessárias precauções para não generalizar a existência e exigência de uma atuação em diferentes áreas por uma mesma associação de forma normativa, se faz prudente considerar esta possibilidade.

Entendendo que todo levantamento estatístico é como uma fotografia borrada da realidade, onde conseguimos ver formas e contornos, mas onde não é possível apreender a totalidade da paisagem, este é o caso também dos resultados apresentados pelas pesquisas das diferentes edições da Fasfil. Em resumo, as impressões assimiladas pela pesquisa das Fasfil, em seus relatórios, configuram-se em um misto de, por um lado, entender a relevância e os méritos da pesquisa, e os avanços na compreensão do associativismo em nível macro, ou institucional; e por outro lado, entender os limites da pesquisa, onde abordagens mais qualitativas ou focadas no âmbito individual podem corroborar ou confrontar as tendências apontadas no relatório através de uma análise mais aproximada do “chão de fábrica” das associações no Brasil.

Quanto ao meio associativo-religioso, estudos realizados indicam sua maior capacidade de continuidade e permanência no campo, se comparado a outras modalidades, além de aliam entre suas tradicionais práticas e áreas de concentração, novas práticas ou diversificação denominacional. Se considerarmos que as adaptações metodológicas quanto ao que se considera como associações religiosas são diferenciadas,

dadas as particularidades da metodologia, enfoque de pesquisa e fonte, distinções entre o que os diferentes estudos classificam como religiosas podem impactar nos resultados das pesquisas e conclusões sobre o universo associativo que retiramos destas.

Concebendo assim existirem possíveis contradições nas análises dos dados empíricos, faz-se necessário considerar que “uma associação pode, ao mesmo tempo, prestar serviço social, atuar em defesa de direitos, contatar políticos, representar a população em esferas institucionais e fazer parte de movimentos sociais mais amplos”, ainda mais se ponderarmos que existem “ações que só ganham pleno significado com a compreensão dos processos formadores da arena política da qual o movimento associativo faz parte” (LÜCHMANN, 2016, p. 10).

A análise das questões quanto a definição e divisão em áreas e sub-áreas do campo associativo segundo exemplo do estudo das Fasfil, podemos também nos ajudar a refletir sobre a tipologização das associações religiosas. A problemática da finalidade parece ser a principal neste contexto, dado que questionamos: consideramos associações religiosas aquelas que atuam em causa própria, com fins de fortalecer as denominações religiosas próprias, para incorporar novos membros e manter os existentes? A resposta teria que ser sim, mas não precisa restringir-se a esta finalidade.

Para os propósitos desta dissertação, e entendendo que diferentes estudos, a depender de metodologias e enfoques de público-alvo, adaptam as tipologias segundo necessidades e conveniências, nossa definição do que consideramos como associações religiosas não objetiva estudar as associações religiosas voltadas para o proselitismo religioso, auto divulgação e filiação denominacional, mas *sim aquelas associações que são vinculadas (atualmente ou em sua trajetória) a instituições de denominações religiosas específicas, que atuam com fins de intervenção social e/ou no espaço público, atuando em diferentes áreas e com diferentes fins*. Ou seja: consideramos aqui como associações religiosas aquelas que possuem em seu núcleo originário e organizacional um vínculo estreito com alguma denominação religiosa, podendo também oferecer serviços religiosos, mas não necessariamente. Assim, embora não objetivem (ao menos primária ou diretamente), fins religiosos, possuem raízes, estreito vínculo ou são mantidas por órgãos e entidades das diferentes denominações.

Já fazendo autocrítica a esta definição e escolha metodológica, entendemos que as associações religiosas podem atuar objetivando fins tanto do primeiro quanto do segundo caso, mas consideramos também o

ganho que a pesquisa empírica de ordem qualitativa presta neste sentido, para a análise das diferentes finalidades de uma mesma associação.

Desta forma, temos que a maioria dos dados que temos sobre associações religiosas não abarcam a definição acima estipulada de associações religiosas, considerando o principal “problema” residir nas associações multifocais (LÜCHMANN, 2012). Deduz-se então que a depender da tipologia, o número de associações religiosas seria maior do que por exemplo o relatório das Fasfil apresenta, conforme este mesmo pondera:

Vale destacar que a participação de entidades religiosas não se restringe a esse grupo de instituições, posto que muitas entidades assistenciais, educacionais e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa” (IBGE, 2012, p.31-32).

Assim, para assegurarmos maior clareza quanto a que associações podem ser consideradas como da denominação espírita, para os propósitos desta pesquisa, procuramos elencar quatro indicadores principais, entendendo como associações espíritas aquelas que apresentam ao menos um dos quatro indicadores.

<i>Quadro 1 - Indicadores para definição das associações religiosas da denominação espírita</i>			
1° Indicador	2° Indicador	3° Indicador	4° Indicador
A referência de pertencimento religioso estar presente no nome da associação	Vínculo com Centro Espírita, sendo que em alguns casos possuem a mesma localização física	Ser possível identificar indícios de filiação a denominação espírita na página da associação, em seu estatuto ou outros documentos	Serem oferecidas a comunidade pela associação atividades de âmbito religioso
Exemplos: Sociedade espírita de recuperação,	Exemplos: Casa dos Girassóis, vinculada ao	Exemplo: Lar Fabiano de Cristo, fazendo parte de uma rede	Aqui muitos poderiam ser os exemplos, mas em associações como

trabalho e educação (SERTE) Sociedade Espírita Entrepósito da Fé (SEEDE) Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna SEOVE	centro espírita Associação Espírita Fé e Caridade (AEFC), um dos mais antigos da cidade. Grupo Escola Irmão Delmiro, que foi fundado juntamente com o Centro Espírita Seara dos Pobres em 1947, sendo a associação com formalização em cartório mais antiga da cidade.	nacional de associações com a mesma denominação, onde se fazem visíveis da doutrina espírita presentes em suas páginas, histórico e estatuto. No caso do Lar Fabiano de Cristo, tem como um de seus fundadores Francisco Cândido Xavier.	Sociedade Espírita Entrepósito da Fé (SEEDE), e A Casa dos Girassóis, que trabalham com oficinas de contraturno escolar, é comum serem oferecidas/realizadas oficinas de Evangelização, “Educação Integral do Ser” ou mesmo passes.
---	--	--	---

Desta forma, são estas as principais questões de ordem metodológica, que neste trabalho procuramos transcender pela escolha recursiva que vai de levantamentos de dados no nível macro (ou quantitativos) sobre o campo das religiosas, conciliados junto a pesquisa empírica original em âmbito micro (ou qualitativo) junto a associações espíritas da cidade, além de mobilização de dados secundários. De fato, nossa inserção no campo, considerando experiências de pesquisas anteriores, evidenciam ser esta a abordagem metodológica mais adequada considerando especificidades do nosso objeto de pesquisa.

2.2 Associativismo e participação religiosa: novos velhos atores

Nas ciências sociais, e mais especificamente na sociologia, o foco da reflexão quanto ao campo religioso concentrou-se no conceito de secularização. Por secularização, de forma bastante resumida, pode ser compreendido o processo em que a religião deixa de ser o aspecto cultural agregador da sociedade, onde esta passaria por um processo de racionalização das relações sociais. Ou conforme melhor definição, a

teoria sociológica da secularização seria a ideia de que a medida que a sociedade se moderniza, se faz mais profana (PIERUCCI, 2000)³⁰.

Segundo Pompa (2012) a dualidade entre sagrado e profano, público e privado e religioso e secular vem sido sacudidas nas transformações tardias da modernidade. Isto porque “o uso político do conceito de cultura têm mostrado a centralidade da religião enquanto categoria definidora de pertencimento e, portanto, de papéis, identidades, trânsitos e conflitos políticos” (POMPA, 2012, P. 162). Neste contexto, a leitura do religioso enquanto *mercado* refletiria a procura por se explicar a continuidade da presença do religioso onde ele não deveria estar: o espaço público, segundo enquadramento baseado em uma “concepção normativa que continua determinada pela oposição religioso-secular” (POMPA, 2012, p.161).

Dentre o rol de autores que tem questionado o paradigma weberiano da secularização, Paula Montero, em artigo de 2009, procura demonstrar como no contexto brasileiro, “a religião católica operou como modelo e referência para a formulação de direitos e enquadramento das práticas populares enquanto práticas religiosas” (p.07). A autora ainda critica o viés normativo presente nas teorias da secularização, e propõem que os estudos quanto as relações entre esfera pública e religiosa sejam realizados considerando o “ponto de vista das práticas discursivas dos atores, enfatizando o modo como interagem em controvérsias específicas” (MONTERO, 2012, p. 182), em uma perspectiva onde a esfera pública é considerada enquanto espaço de interlocução, composto por controvérsias e em contraposição a esferas outras.

Assim, no Brasil (assim como nos Estados Unidos segundo Putnam 2003), a vitalidade das religiões tem sido em anos recentes redescoberta, de forma que caberia agora “uma discussão teórica tanto sobre a natureza de construção processual, transitória e discursiva da dimensão do religioso e de suas relações com o político e o civil” como, por outro lado, “sobre o papel da religião na própria constituição do espaço público enquanto definidora de códigos e valores de cidadania”

³⁰ Ou conforme definição de Montero (2009, p.08) pode ser explicado enquanto paradigma que “supõe que, no processo histórico de construção da modernidade, o Estado se tornaria cada vez menos acessível aos processos de moralização e a religião, desprovida de suas funções integradoras do passado, se deslocaria para o mundo privado, assentando sua plausibilidade não mais no poder político mas nas consciências individuais”.

(POMPA, 2012, 162) colocando uma vez mais o questionamento quanto a pertinência do paradigma da secularização³¹.

Apesar de ser o Estado Laico uma garantia constitucional, sabe-se que o campo político brasileiro sempre sofreu forte influência do - e disputa com o - campo religioso. Isto porque a separação entre Estado e Igreja não teria resultado no declínio e diminuição da intervenção das religiões, tendo, por outro lado, contribuído para o florescimento de uma maior pluralidade religiosa onde as diferentes denominações buscam reconhecimento e legitimação para romperem com a hegemonia do catolicismo. Estas interferências são justificadas por diferentes grupos religiosos que defendem que apesar de ser o Estado brasileiro laico, isto não exclui a possibilidade de que as religiões atuem na esfera pública, e que limitações para isso configurariam intolerância religiosa, colocando a máxima de que o Estado é laico, mas não é ateu. Em contraste com a posição anterior, há quem acredite que política e religião devem ser esferas autônomas que devem sofrer o mínimo ou nenhuma interferência uma da outra. Entre os diferentes postulados, temos que a trajetória política brasileira é composta pela significativa interposição das denominações religiosas, dado que a inserção do princípio de laicidade do Estado “não resultou em um afastamento radical das principais instituições políticas e religiosas do país” (MACHADO, 2015, p.46). Isto não apenas historicamente, quanto nos dias atuais, visíveis por exemplo no considerável aumento de parlamentares eleitos e candidatos das diferentes vertentes evangélicas nos diferentes níveis estatais, fenômeno denominado por Machado (2015) como politização dos pentecostais.

Segundo o mesmo autor, existiria uma forte tendência entre os intelectuais de interpretarem a forte participação dos grupos religiosos no cenário político não como um elemento inoportuno ou deslocado, e sim enquanto elemento que constitui a própria esfera pública brasileira. Assim, Machado (2015, p. 46) coloca que “durante todo o século XX, a Igreja Católica recebeu um tratamento privilegiado por parte do Estado e preservou sua condição de importante ator político no país”.

Reflexo de um cenário histórico onde as associações religiosas figuram como precursoras do associativismo, é a relativa importância que estas ainda detêm no campo. No Brasil, assim como um padrão

³¹ Contrapondo-se aos autores que questionam o paradigma da secularização weberiano, Pierucci (2000) defende a necessidade de se “acessar um velho sentido”, retomando o que realmente o conceito weberiano propunha. Assim, segundo o autor, a interpretação dos “novos teocratas” seria composta por sérios equívocos.

encontrado em muitos países, é o catolicismo quem introduz as práticas filantrópicas e assistencialistas, através de asilos e orfanatos, por exemplo (PEREIRA, 2010).

O papel da igreja é fundamental na implementação da prática de filantropia no país desde seu ‘descobrimento’. As igrejas passam a assumir o papel de órgãos públicos na organização da sociedade civil e das práticas sociais. Elas “funcionavam como registro civil, como escolas, como instâncias de resolução de conflitos entre indivíduos e entre familiares, como centros de festas e lazer, e mesmo como organizações de ajuda mútua, de assistência médica e social” (OLIVEIRA, 1985, Apud LANDIM, 1993 p.13). Nos três primeiros séculos da colonização do país, o contexto teria sido de criação de entidades privadas de serviços sociais, de saúde e educação, baseadas no voluntariado e que existiram basicamente sob o sustentáculo da igreja católica³².

Capítulo importante do contexto associativo brasileiro foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) durante as décadas de 1970 e 1980. As CEBs constituíram-se como tentativas de setores progressistas dentro da Igreja Católica por toda América Latina de criar maiores vínculos com a sociedade civil buscando ampliar a autonomia e emancipação de grupos desfavorecidos. No Brasil, estas comunidades obtiveram importante impacto, reconhecidas pela abordagem pedagógica e pautada principalmente na Teologia da Libertação e da educação popular de Paulo Freire. Segundo Ganança (2006), além de terem influenciado a organização dos trabalhadores em sindicatos, no meio associativo influenciaram a fundação de muitas entidades de defesa de direitos e organizações comunitárias. Assim, “as CEBs foram usinas de geração de organização política instaladas na base da sociedade brasileira. Eram verdadeiras “escolas de cidadania” e espaços de formação política” (p.40). Por outro lado, como ressaltam Ganança e Doimo (2004), nas configurações do associativismo religioso também estaria presente uma

³² “No Brasil, analisando apenas a influência da Igreja Católica na organização da sociedade civil, temos, além das inúmeras entidades religiosas *stricto sensu*, a criação de inúmeras associações ligadas à Igreja com objetivos sociais diversos. Durante séculos, a Igreja Católica, com suas inúmeras entidades mantidas com o mandato do Estado, era responsável pela prestação de serviços de saúde, educação e assistência social às camadas “pobres” da população, aos “desvalidos”, aos “miseráveis”. Cabe ressaltar que, até meados do século XX, essa era a única rede de proteção social existente no país” (GANANÇA, 2006, p.41).

polarização entre progressista ou de esquerda, e o associativismo caracterizado por práticas mais conservadoras, como a filantropia.

Em um cenário atual, com transformações dos espaços de poder e redefinições institucionais, a responsabilidade pelos serviços sociais e pela remediação das vulnerabilidades sociais não mais assenta-se sobre as instituições religiosas, e sim sob o Estado. Trata-se de um complexo contexto de antigüíssima disputa entre Estado e religiões por maior influência sob os indivíduos. Este movimento de transição é-nos importante pelo significado, fronteiras, redistribuição de papéis sociais e consequências para as elites políticas e religiosas, que embora possam formar alianças pontuais, estão em constante disputa a fins de aumentar seus privilégios, poderio e influência.

Com a responsabilização do Estado pela “questão social”, sobrou às instituições religiosas uma atuação social pelas franjas: junto a instituições filantrópicas de caridade, mas como quem acorre a tomar responsabilidades que não são suas, segundo valores morais solidários, ao mesmo tempo em que evidenciam incapacidades dos órgãos estatais.

As dinâmicas entre a participação política³³ e religiosidade foram objeto de pesquisas no Brasil e no mundo. Importantes mudanças nos padrões de participação no país influenciam diretamente nos moldes do associativismo religioso. Avritzer (2004), por sua vez, demonstrou em artigo na obra *A participação em São Paulo*, a centralidade da relação entre o ato de associar-se e a prática religiosa. Em sua pesquisa, destacou que 51% dos entrevistados que diziam participar de associações participam de associações de tipo religioso. O autor ainda chama a atenção para o fato de que a predominância do associativismo religioso pode ser apreendida segundo elementos de ordem espiritual e material, quanto a adesão dos indivíduos, e motivações sociais direcionadas a ações coletivas.

Segundo Lúcia Lüchmann, “tanto no plano nacional quanto internacional já existem fartas evidências que acusam relações positivas entre o vínculo religioso e o engajamento cívico e/ou a maior propensão ao trabalho voluntário (2016, p.60). Estudos (como os de LEWIS, MACGREGOR e PUTNAM, 2013) mostram que, em geral, as pessoas religiosas dedicam mais tempo e dinheiro para causas sociais, sendo

³³ Importantes e centrais estudos sobre a relação entre práticas participativas e o estabelecimento de uma democracia mais sólida: Cohen e Rogers, 1995; Putnam, 1995; Avritzer, 1997; Melucci, 2001; Warren, 2001; Fung, 2003; Gurza Lavalle, 2003; Avritzer, 2004; Dagnino, Oliveira e Panfichi, 2006; Lüchmann, 2012 e 2014.

também mais ativas na comunidade e mais dispostas a voluntariar-se em questões sociais, indicativos da forte combinação entre religiosidade e vida política. No estudo de Lewis, Macgregor e Putnam (2013), os autores examinam a relação entre religiosidade e envolvimento cívico, utilizando-se de dados do survey *Portraits of American Life Study*. Os principais achados da pesquisa seriam: a religiosidade poder ser relacionada de forma positiva com múltiplos engajamentos cívicos, onde a relação entre religiosidade e engajamento é muitas vezes explicada pelas redes sociais religiosas, e não por crenças e afiliação; as redes religiosas possuem maiores impactos no envolvimento cívico do que as redes sociais em geral; a existência de redes sociais junto a determinada denominação religiosa é associada a uma maior participação cívica, embora a dificuldade em medir e identificar os mecanismos que impulsionam esta associação.

Gurza Lavalle e Castello (2004) enfatizam como a necessidade de se estudar o contexto associativo-religioso muitas vezes coloca-se como uma exigência empírica, dada a centralidade das instituições religiosas enquanto instancias com aptidões para a inclusão social. Adrián Gurza Lavalle e Graziela Castello (2004) realizaram um levantamento sobre o associativismo em Paraisópolis, comunidade localizada na região metropolitana de São Paulo, demonstrando que o associativismo religioso preponderava sobre outras formas de associativismo (popular, político-econômico e de lazer). No artigo intitulado *As Benesses desse Mundo*, os autores demonstram que melhorias de vida e maior estabilidade entre os indivíduos pesquisados eram mais favoráveis no caso do engajamento associativo em instituições religiosas como as igrejas. Estas atuariam como agregadoras de benefícios mundanos como os econômicos, embora que de acordo com uma “trama simbólica de recompensas e graças ultraterrenas (GURZA LAVALLE e CASTELLO p.74). Ou seja, boa parte da participação nesse tipo de associação parece estar ligada aos dogmas religiosos onde o exercício da caridade, da filantropia e da benemerência possam ser divinamente recompensados com ganhos para os fiéis.

Robert Putnam (2003), em análise do contexto norteamericano, afirma que as igrejas e outras organizações religiosas possuem uma importância singular na sociedade civil americana. Segundo o autor, os dados demonstram que quase a metade da afiliação associativa dos Estados Unidos guarda relação com as igrejas, e a metade das atividades pessoais filantrópicas é de caráter religioso, de forma que o grau de compromisso religioso contribui essencialmente para com os níveis de

capital social norteamericanos³⁴. Ainda, entre 75 e 80% dos membros de igrejas fazem donativos de caridade, frente a 55-60% daqueles que não o são; enquanto que de 50 a 60% dos membros de instituições religiosas praticam atividades voluntárias, contra apenas 30 a 35% dos não-religiosos. Putnam ainda relembra que, em muitos casos, os modelos de organização associativa com maior êxito possuem raízes institucionais junto a paróquias e freguesias religiosas locais, além da atividade religiosa ter revestido as bases organizativas e conceituais de “una amplia gama de poderosos movimientos sociales a lo largo de la historia de Estados Unidos” (PUTNAM, 2003, p.84) sendo que o mesmo também é verdade no caso brasileiro.

Entendendo as instituições religiosas como importantes incubadoras de destrezas, interesses e normas cívicas além de interesses comunitários, aqueles indivíduos que participam de instituições religiosas têm mais probabilidade de envolver-se em práticas associativas não religiosas. Além ainda de votar e engajar-se politicamente em diversos contextos, e manter contatos sociais informais mais profundos, segundo Putnam (2003, p.82).

Las personas practicantes y las que dicen que la religión es muy importante para ellas tienden más a visitar a sus amigos, recibir invitados, asistir a reuniones de clubes y pertenecer a grupos deportivos, sociedades profesionales, y académicas, grupos de servicio escolar y grupos juveniles, clubes de servicios y aficiones o de jardineira, grupos literários, artísticos, de debate y de estudio, fraternidades escolares masculinas y femininas, organizaciones agrarias, clubes políticos, agrupaciones de nacionalidades e otros grupos variados. Em uma encuesta sobre veintidós tipos diferentes de asociaciones voluntarias, desde grupos veteranos y de autoayuda y clubes deportivos y de servicios, la afiliación a grupos

³⁴ Robert Putnam pontua que as atividades associativas promovidas pelas instituições religiosas vão muito além da participação tradicional em cultos, citando exemplo da congregação protestante de Riverside, com ações e reuniões de grupos: “de las Sesiones de Formación del Servicio Social, el Seminario para tomar conciencia del SIDA, el Grupo de Trabajo Ecologista, la Hermandad China Cristiana, los Narcóticos Anónimos, el Club de Mujeres Empresarias y Profesionales de Riversidade (...)” (PUTNAM, 2003, p.81) e segue citando ao todo nove grupos apenas relacionados diretamente a esta igreja.

religiosos era la más estrechamente asociada a otras formas de compromiso cívico, como participar en las elecciones, ser miembro de un jurado, colaborar en proyectos comunitarios, hablar con los vecinos y entregar donativos de caridad.

Em resumo, quanto a participação religiosa temos que, em primeiro lugar, a religião é atualmente como tem sido tradicionalmente, uma fonte principal da vida e saúde comunitárias norte-americana, onde as organizações religiosas servem tanto diretamente a vida cívica, proporcionando apoio social a seus membros além de serviços sociais a comunidade em geral; como indiretamente, ao fomentar e inculcar habilidades cívicas e valores morais de estima ao altruísmo e recrutamento cívico entre os fiéis. Em segundo, para além da ainda centralidade da religião na atuação associativa e nos níveis de acúmulo de capital social, há um *declínio na participação religiosa*, cuja causa principal parece estar vinculada a *sucessões geracionais*, onde as gerações mais jovens participam menos que suas predecessoras, tanto em atividades religiosas como profanas. Por fim, conforme aponta Putnam (2003), no contexto religioso norte-americano a aparição de novas denominações religiosas, mais dinâmicas e exigentes, a substituírem outras já trivializadas; e que concentram esforços em criar sentido comunitário mais para dentro que para fora, limita os efeitos saudáveis das reservas de capital social no país. Ou seja: a filiação religiosa é menor que a quatro décadas, e as novas denominações religiosas estão menos comprometidas com a comunidade em sentido ampliado, apontando que “mais do que contrariar, as tendências da vida religiosa reforçam o infeliz colapso do vínculo social na comunidade laica”³⁵ (PUTNAM, 2003, p. 100).

Se Putnam defende a importância impar das instituições religiosas na constituição do capital social dos indivíduos, embora aponte como os níveis de capital social vêm declinando no contexto norte-americano, Verba, Schlozman, e Brady (1995), em pesquisa no mesmo país, procuram construir um modelo de *Voluntarismo Cívico*. Segundo os autores, é de grande significância o papel das igrejas no desenvolvimento de habilidades cívicas, sendo locais em que os indivíduos têm maior propensão a desenvolver características úteis para práticas de

³⁵ No original: “Mas que contrarrestarlo, las tendencias de la vida religiosa refuerzan el infausto hundimiento de la vinculación social en la comunidad laica.”

engajamento político. Por habilidades cívicas, estes autores entendem as capacidades tanto de organização como de comunicação que possibilitam maior expressividade no meio político. Assim, as instituições religiosas seriam locais menos hierárquicos quanto a aquisição de habilidades, servindo ao mesmo tempo como espaços de recrutamento e incitação à participação e ao engajamento em atividades políticas tanto eleitorais quanto não-eleitorais.

Embora não haja maior acúmulo de pesquisas sobre as influências da religiosidade quanto ao comportamento político-eleitoral dos brasileiros (e menos ainda no caso de participação não eleitoral), alguns estudos demonstram os impactos da religiosidade no meio político. Apenas para citar um exemplo, Ribeiro e Walter (2017) descrevem como a influência da religiosidade foi particularmente visível nas eleições presidenciais de 2010, onde muitos foram os casos de candidatos que instrumentalizam sua religiosidade para fins de eleger-se, e muitos o foram. Em que pese a importância de se estudar as influências no quadro eleitoral, os autores indicam que para “realmente entendermos a influência e a presença da religião na política nacional, precisamos ampliar nossos horizontes para dimensões não eleitorais” (RIBEIRO e WALTER, 2017, p.157).

Por outro lado, é preciso registrar possíveis efeitos negativos da agregação associativa, como intolerâncias religiosas e segregações étnico-raciais (LÜCHMANN, 2016). As dimensões positivas e negativas do associativismo religioso para com a democracia parecem estar diretamente relacionadas com as alterações do campo e quanto ao momento histórico. De fato, nas últimas décadas, dentro do contexto do associativismo religioso importantes alterações ocorreram, no sentido de um processo de pluralização (dimensão também correspondente em paralelo ao contexto do associativismo como um todo). A pluralização exemplifica-se na emergência e solidificação de uma cultura associativa entre outras denominações religiosas como evangélicas e espíritas, em um contexto historicamente dominado pela religião católica (DOIMO, 2004).

Segundo Ana Maria Doimo (2004, p.151), a noção de pluralismo religioso, importada das sociedades de “primeiro Mundo após o processo de laicização e criação do Estado Moderno, no qual se garantiu a todos a liberdade de escolha religiosa” é por ela parafraseada no título de seu texto *Pluralidade religiosa à brasileira*, considerando que as práticas associativo-religiosas parecem convergir “para uma vivência mais secular da religiosidade” (p.150).

Para além de e provavelmente resultante deste contexto de pluralização de dominações religiosas no meio associativo, encontramos casos como o apresentado no estudo de caso da Associação Amigos do Hospital Universitário (AAHU, em SCHAEFER et al, 2016). A AAHU é uma tradicional associação da cidade de Florianópolis, com data de formalização da associação em 2001, embora o grupo de voluntários atuantes junto ao Hospital Universitário já existisse deste 1984. Inicialmente ligada a Paróquia Santíssima Trindade e à Pastoral da Saúde, objetiva prestar suporte social espiritual aos pacientes do Hospital Universitário da UFSC, além de zelar pelo seu caráter público, gratuito e de qualidade, conforme colocado na missão da entidade. Com o passar dos anos, a associação que se inicia como um dos braços da atuação da igreja católica local, observando a pluralidade religiosa dos pacientes do Hospital, abre espaço para atuação de grupos tanto sem vínculo religioso, quanto de denominações outras como evangélicas e espíritas.

O caso da AAHU é intrigante e pertinente por desafiar os postulados tradicionais do perfil de associações religiosas e os conflitos entre denominações, demonstrando metamorfoses e pluralização de um campo que frequentemente considera-se já a muito assimilado. É também um excelente exemplo de como as associações religiosas buscam adaptar-se para preservar tanto suas capacidades organizacionais e de atuação, quanto sua localização estratégica no campo. Este contexto chama a atenção primeiramente pela iniciativa de respeito a diversidade religiosa e as necessidades do público-alvo da associação, mas também pela AAHU conseguir agregar, a um primeiro olhar de forma harmoniosa e respeitosa, voluntários de diferentes denominações religiosas, rompendo ao menos neste contexto com narrativas de diagnósticos de intolerâncias religiosas que é evidenciada diariamente em diversos contextos e em diferentes níveis.

Embora seja terreno fértil para diferenciadas reflexões e análises, o campo do associativismo religioso denota importantes dificuldades para ser tomado como objeto de estudo. Estas dificuldades estão relacionadas ao que acontece neste campo social ter escassa visibilidade pública. Isto, aliado as exigências de transparência junto a atuação das organizações da sociedade civil, e as disputas internas e externas ao campo, são apenas algumas das principais dificuldades para se estudar este objeto.

Em verdade, estamos diante de novos velhos atores. Velhos quanto a sua trajetória e escolhas de organização e atuação associativa, e novos por ajustamentos e diversificação do perfil destas entidades. Para além da pluralização denominacional, existem algumas mudanças quanto a formas de articulação e de atuação, quanto ao meio associativo-religioso.

Diante deste contexto, muitos autores procuram apontar os dois lados da moeda destes novos velhos atores: tanto as contribuições do campo para com avanços democráticos, quanto para com reprodução de estruturas de desigualdades existentes e manutenção de status quo, como salienta Ganança, (2006, p.118)

A carta constitucional de 1988 reconheceu novas atribuições para as associações civis dentro do sistema político brasileiro, destacando o seu papel protagonista no exercício do controle social e na influência das políticas sociais em todos os níveis da Federação. Podemos dizer que antigas estruturas associativas estão sendo reconfiguradas a partir dessa nova perspectiva democrática, como é o caso das entidades de assistência social. As mudanças institucionais promovidas pelo Estado provocam realinhamentos e profundas mudanças das culturas, práticas e valores das próprias organizações. Mudança, por exemplo, da perspectiva da filantropia, caridade, para uma perspectiva de direitos e de garantia de políticas públicas universais (GANANÇA, 2006, p.118).

2.3 Associativismo religioso em dados

Quanto às dimensões institucionais do associativismo civil presente no território brasileiro, temos que na pesquisa sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil de 2010 (Fasfil) com relatório de 2012, as associações que mais comparecem numericamente são divididas em duas grandes categorias: as voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos e as religiosas. Ao todo, as religiosas somam 28,5% das Fasfil, totalizando 82,9 mil entidades.³⁶

³⁶“Encontram-se agrupadas nesta categoria: ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, entre outras. As demais instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria (hospitais, colégios, creches, por exemplo) estão classificadas de acordo com sua atividade fim” (IBGE, 2012, p.31). Quanto as associações religiosas, como o próprio relatório ressalta, o número tende a ser ainda maior se consideradas entidade alocadas em outras áreas que também são religiosas, algo que infelizmente não pode ser categorizado pelo estudo, por este não conseguir mapear a atuação “multifocal” das associações. “Vale destacar que a participação das entidades religiosas não se restringe a esse grupo de instituições, posto que

O quadro abaixo apresenta um resumo com os principais dados apresentados no relatório.

<i>Quadro 2 – Resumo principais conclusões pesquisa Fasfil</i>
Aumento do número de organizações sociais (40,8% foram criadas no período de 2001 a 2010): pluralização e complexidade no plano organizacional;
Crescimento continua, mas com declínio : 2002-2005 crescimento de 22,6% e de 2006 a 2010 de 8,8%;
Mas aumento a depender : da área e de distribuição geográfica;
Dados apontam para uma maior diversificação do cenário associativo - cai crescimento das religiosas e aumenta área da defesa de direitos;
Maior formalização e profissionalização dos quadros - 1) entre 2006 e 2010 aumento de 15,9% no número de cargos e 2) o número médio de profissionais registrados por entidade aumentou de 6,9 pessoas em 2006 para 7,3 em 2010;
O ritmo de expansão dos empregos formais dentro das Fasfil é superior ao de criação de entidades (8,8%);
Trabalho : Em 2010, 2,1 milhões de trabalhadores assalariados formais nas 290,7 mil Fasfil;
Maior ou menor número de trabalhadores depende da área (maior quantitativo alocado entre áreas de saúde e educação);
Idade : Mais antigas empregam mais e são as de maior porte;
Porte : 72,2% organização de pequeno porte; e grande parte destas sem nenhum trabalhador formal;
Sexo dos trabalhadores das Fasfil: mulheres somam 62,9% do pessoal ocupado assalariado - Dependendo também da área;
Embora maior parte mulheres , recebem salários 25% menores;
Escolaridade : 33% dos trabalhadores das Fasfil possuem nível superior;
Classificação das entidades sem fins lucrativos segundo áreas : Religião 28,5%; Associações patronais e profissionais 15,5%; Desenvolvimento e defesa de direitos 14,6%; Cultura e recreação 12,7%; Assistência social 10,5%; Educação e pesquisa 6,1%; Saúde 2,1%; Meio ambiente e proteção animal; 0,8; Habitação 0,1%; Outras instituições privadas sem fins lucrativos 9,3%

muitas entidades assistenciais, educacionais e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa” (IBGE, 2012, p.31-32).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados IBGE (2012).

O que as principais conclusões do relatório permitem compreender, é que os dados se diferenciam muito a depender de fatores como área, distribuição espacial, tamanho e idade das associações. Assim como os dados quanto a pessoal empregado, e ainda questões quanto a escolaridade e desigualdades quanto a divisão sexual do trabalho a áreas e salários dependem, também, de fatores de perfil, áreas e distribuição geográfica. A distribuição geográfica das associações pelo país também é aspecto importante a ser considerado. Em um comparativo entre total populacional e de Fasfil segundo região, temos que nas regiões Sudeste e Centro-oeste, a distribuição de ambos é bastante similar; enquanto que na região Nordeste o número de Fasfil existente (22,9%) é inferior ao percentual populacional (27,8%), esse também é o caso da região Norte (4,9% Fasfil e 8,3% populacional); o inverso ocorre na região Sul, que agrega 21,5% do total de Fasfil no país, mas apenas 14,4% do total de percentual populacional.

Os dados referenciam a *crecente profissionalização* que ocorre dentro dos quadros das Fasfil, dado que entre 2006 e 2010 foram criados 292,6 mil novos empregos nas organizações da sociedade civil nacionais (15,9% do total de 2,1 milhões de pessoas registradas). Crescimento este não acompanhado do aumento do número de entidades, que ficou em 8,8%. Com isto, o número médio de profissionais registrados por entidade aumentou de 6,9 pessoas em 2006 para 7,3 em 2010. Isto, aliado ao crescimento médio das remunerações do pessoal ocupado, reforça com o argumento quanto ao fenômeno de profissionalização das associações no país. Porém, há que se registrar que o mapeamento da Fasfil não computa trabalhadores informais ou autônomos das associações, além das configurações em que se dá o trabalho voluntário nas mesmas.

Considerando desigualdades de gênero no interior do meio associativo, é possível identificar presenças e ausências quanto a atuação de mulheres e homens junto as associações. Segundo dados do IBGE (2012), nas associações da região Sul do país, as mulheres somam 67,6% dos trabalhadores, embora o mesmo estudo demonstre que elas ainda recebem menos nas associações que os homens “a remuneração média das mulheres equivale a 75,2% da remuneração média dos homens, sendo o salário médio mensal, em salários mínimos, de 3,9 para os homens e de

2,9 para as mulheres” (IBGE, 2012, p. 54)³⁷. Além disso, há que se destacar desigualdades a depender das áreas de atuação, e quanto aos cargos assumidos, dado estudos demonstrarem que embora as mulheres sejam maioria nas associações, são os homens quem estão nos principais cargos considerando níveis hierárquicos, como cargos de direção e de representação das associações em conselhos gestores, por exemplo (LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016).

No que diz respeito às organizações religiosas, as diferenças entre trabalhadores homens e mulheres também são identificadas: do total de trabalhadores das religiosas, constam 38,7% dos homens para 61,3% de mulheres, demonstrando a maior concentração feminina nas organizações religiosas, predominância também encontrada em áreas específicas tradicionalmente reservadas ao feminino, como a assistência social (71,7%) e a saúde (73,5%).

O grupo das entidades religiosas no estudo das Fasfil é o segundo agrupamento com as maiores taxas de entidades criadas no período de 2001 a 2010, somando 32 mil instituições, 27% do total de entidades criadas no período³⁸. Ainda, as associações religiosas são ao mesmo tempo *as mais antigas*, totalizando 39,5% do total de entidades criadas até 1980. Embora o número expressivo do total de entidades, o grupo religião possui *baixos números de pessoal ocupado assalariado* (em média de 1,8 pessoas por entidade, se comparado com a média geral de 7,3 pessoas por entidade no ano de 2010). Com o baixo número de pessoal assalariado, é bastante provável a afirmação de que o trabalho voluntário seja um fator fundamental para a continuidade dos trabalhos das entidades religiosas. Em Florianópolis, a Fasfil identificou 221 associações religiosas, do total de 1.385 unidades da cidade, representando quase 16% do total.

³⁷ Olhando as diferenças salariais entre os sexos segundo regiões, a maior diferenciação (de quase um salário mínimo) pode ser encontrada nas regiões Sul e Sudeste, onde as maiores remunerações são de homens no Sudeste, e as menores, das mulheres no Nordeste. Já quanto a diferenças segundo áreas, temos que a “remuneração média, em salários mínimos, nas Associações empresariais e patronais, é de 4,9 para os homens e de 3,2 para as mulheres; nas entidades de Estudos e pesquisas, os homens auferem, em média, 5,1, e as mulheres, 3,3; e, nas entidades de Esportes e recreação, a remuneração média dos homens é de 3,4 e a das mulheres, 2,2” (IBGE, 2012, p. 54).

³⁸ Dentre os dez agrupamentos da Fasfil, o grupo que mais cresceu no período de 2000 a 2010 foi o de Desenvolvimento e defesa de direitos, somando 36,3 mil entidades ou 30,6% do total.

Em síntese, temos que se por um lado a Fasfil muito contribui quanto a dados sobre continuidade das OSCs, dados estes difíceis de se obter de outras fontes (como os cartórios), inversamente, a pesquisa pouco nos diz sobre dados de associações fundadas em cada período, nos dizendo apenas quanto aquelas que “sobreviveram” e se institucionalizaram. Ainda, embora os dados da Fasfil sejam confiáveis quando apontam o contínuo crescimento (embora menos acelerado) das associações no Brasil, ela pouco nos ajuda a identificar as causas deste crescimento. Em artigo que apresenta e analisa dados sobre o associativismo no Brasil contemporâneo, Lüchmann, Almeida e Taborda (2018) afirmam que entre os elementos que influenciam o contínuo crescimento das OSCs no país, figuram incentivos tanto políticos como legais, com maior atribuição de responsabilidades às organizações na execução de políticas públicas, com aumento no número de parcerias e transferências de recursos do Estado; maior porosidade do Estado para participação institucional da sociedade civil, além de incentivos legais como a Lei das OSCIPS do MROSC.

2.4 Florianópolis e sua disposição associativo-religiosa

Quanto ao meio associativo Florianopolitano, existem duas pesquisas principais que realizaram o levantamento quantitativo via cartório de registros das associações criadas na cidade. Primeiramente, a pesquisa realizada por Ilse Scherer Warren (e membros do projeto e do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS da UFSC) publicada em obra intitulada *Associativismo civil em Santa Catarina*, (2004) e que buscou mapear associações registradas entre 1960 a finais de 1990. Já a pesquisa realizada por Lígia Lüchmann e sua equipe, buscou atualizar os dados da pesquisa anterior, do período entre 2000 e 2010, utilizando a mesma tipologia de análise buscando a produção de dados comparativos.

Na pesquisa de Scherer-Warren (2004), foram contabilizadas 1.547 associações civis registradas entre o período de 1964 a 1993. Destas, as Associações Culturais, esportivas e de lazer somaram 37% do universo, associações de Defesa econômica e profissional representavam 23% e de Defesa Comunitária ou Assistencialista 21%, Acadêmicas e de pesquisa 7,6% e Novos Movimentos Sociais 6,7% do total das associações contabilizadas no período.

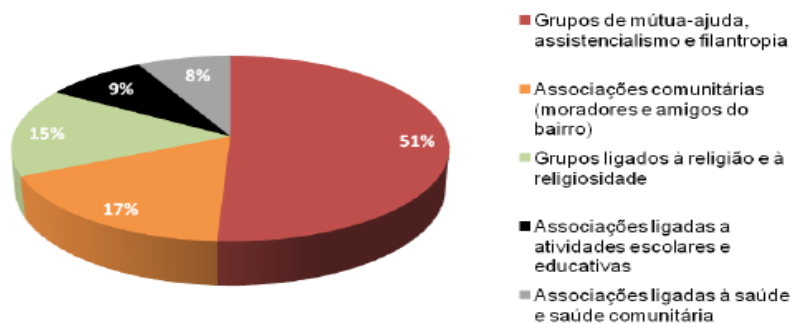
A pesquisa de Lüchmann (2016) por sua vez, identificou a formalização de e 1.073 associações registradas no período de 2000 a

2010. Comparando com o mapeamento anterior, foi possível constatar tendências de crescimento entre o número de associações na cidade, embora o levantamento segundo registro em cartórios não permita compreender dados quanto a continuidades e associações extintas. A autora também sinaliza uma questão de grande relevância quanto a dificuldades de classificação das associações: a atuação multifocal das associações, ou seja, uma mesma associação que atua em diferentes áreas como assistência social, educação e defesa de direitos.

Quanto a distribuição por áreas, temos que as Associações Assistenciais/Comunitárias somaram 39%, quase dobrando sua densidade se comparado com pesquisa anterior. Em segundo lugar, as Associações Culturais e Esportivas que constituíram 29% do universo. As Associações de Defesa Econômica e Profissional, por sua vez, 14% do total; as Acadêmicas e de Pesquisa 9% e por fim as de Defesa de Direitos somaram 5% do total.

Dentro do primeiro agrupamento, que é também o mais numeroso, estão as associações de nosso recorte de pesquisa: os grupos ligados à religião e religiosidade. Dentre as Associações Comunitárias e Assistenciais, o grupo das religiosas soma 15% do total, representando numericamente 67 das 421 associações deste grupo (Nicoletti, 2015).

Gráfico 1 - Associações Comunitárias/Assistenciais em Florianópolis (2000-2010)



Fonte: Lüchmann (2016).

Fundamental salientar que, embora o agrupamento específico dos grupos ligados a religião e a religiosidade somem 15%, acredita-se que os percentuais sejam maiores considerando que muitas associações comunitárias, assistenciais ou outras, poderiam ser enquadradas como religiosas considerando seu contexto de surgimento e relações específicas

além de atuação em múltiplas áreas, a depender do enquadramento. Ainda, importante destacar que o período de coleta dos dados acima é das associações fundadas entre 2000/2010, portanto, as anteriores e as posteriores a esse período aumentam significativamente o número das instituições de conotações religiosas.

No quadro abaixo, são apresentados dados quanto as associações criadas em Florianópolis segundo denominação religiosa e percentual de adeptos, tanto a nível municipal como nacional.

Denominação	Percentual de Adeptos no Brasil	Percentual de Adeptos em Florianópolis	Percentual de Associações criadas 2000-2010
Católicos	64,63	63,68	13,43
Evangélicos	22,2	12,81	37,31
Sem Religião	8,00	11,76	-
Espíritas	2,02	7,48	22,38
Umbanda/Candomblé	0,3	0,66	10,44
Outras Religiões	2,7	3,39	16,41
Total	100	100	100

Fontes: Censo 2010, IBGE/ NICOLETTI, 2015.

Os dados de filiação foram retirados do Censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comparando os percentuais de filiação, vemos que o percentual de filiados da denominação evangélica é bem menor em Florianópolis se comparado a média nacional (12,8% e 22,2% respectivamente). Já nos dados quanto aos espíritas e o agrupamento “Sem Religião” vemos uma discrepância inversa: os espíritas totalizam 7,4% em Florianópolis sendo que a média nacional é de 2%, e o grupo Sem religião soma quase 12% embora no plano nacional represente 2% do total³⁹.

³⁹ Quanto ao autodeclarados como Sem Religião, cabe colocar que não se tratam necessariamente de indivíduos que não possuam religiosidade, considerando que segundo Novaes (2013) algumas pesquisas acenam para o fato de que se definir sem religião significa, em alguns casos, em não possuir uma vinculação denominacional específica, mesmo que exista muitas vezes uma preferência por determinada vertente religiosa.

Já em se comparando dados de filiação municipal com percentuais de associações existentes, também vemos diferenciações importantes. Primeiramente, quanto aos Católicos: somam mais de 60% dos filiados, mas apenas 13% das associações criadas entre 2000 e 2010. Entre as possíveis explicações para a discrepância, estaria a de que diferentemente de outras denominações religiosas “a maioria das associações católicas de Florianópolis tenha sido criada em períodos anteriores, conformando um campo já bastante sólido e tradicional de atuação social” (LÜCHMANN, 2016, p. 89). As associações evangélicas totalizam 37% das associações registradas, número bastante superior ao de fiéis no contexto municipal 12,8%.

Já quanto aos espíritas, vemos também dados interessantes. Com 7,4% do percentual de filiados e respondentes, estes dados colocam Florianópolis como a capital com maior percentual de espíritas do país, o que condiz com um cenário de ampliação da comunidade espírita local, que ultrapassa a média nacional. Quanto ao contexto associativo, somam 22% do total de associações formalizadas na primeira década dos anos 2000, o que demonstra que o associativismo espírita vem se expandindo e consolidando em ritmo acelerado no meio associativo da cidade, ao mesmo tempo em que se sobrepondo ao de denominações religiosas mais tradicionais na atuação associativa, e que possuem um número de fiéis mais elevado, como a católica.

A importância do estudo do associativismo religioso na cidade, refere-se não apenas a relevância que ainda detém no meio associativo, mas também quanto a sua presença em diferentes espaços políticos, como os conselhos gestores. Segundo dados de Luchmann (2015), as associações religiosas somam 12% do total de associações vinculadas a conselhos, o que demonstra o expressivo número de associações de ordem religiosa presentes em Conselhos gestores de políticas públicas na cidade.

Em uma perspectiva histórica, convém atentar que a constituição do meio associativo Florianopolitano está bastante entrelaçada a planos políticos governamentais atuais e anteriores. Atuais porque em um contexto em que os recursos provenientes de órgãos públicos, principalmente os municipais são para muitas associações o principal amparo econômico, a forma como a gestão municipal instituída vê e dialoga (ou não) com o meio associativo pode influenciar em muito a atuação e os repertórios mobilizados pelas associações. Outro exemplo seria quanto as décadas de 1970 e 1980, com a implementação da política estadual de formação dos conselhos comunitários, ou ainda a gestão de Edson Andrino (PMDB) em Florianópolis, que tendo vencido as eleições de 1985, instituiu políticas de diálogo com as associações comunitárias,

acabando por influenciar a criação e consolidação do associativismo comunitário na cidade, ambos contribuindo para o contexto agora mapeado de alto número de associações comunitárias (LÜCHMANN, 2016). Assim, “os registros apontam a existência de uma vida associativa na cidade, cuja trajetória se vincula não apenas aos aspectos culturais e religiosos, mas também aos acontecimentos políticos e sociais mais amplos” (LÜCHMANN, 2016, p.69).

Estes dados revelam o significativo número de entidades religiosas, e mais especificamente, espíritas, existentes na cidade e que mobilizam diferentes repertórios de ação político-institucional. Também permitem perceber como a pluralização religiosa existente vem refletindo-se de forma ainda mais exacerbada no contexto associativo florianopolitano, onde as diferentes denominações vêm ocupando cada vez maior espaço. Os dados do Censo permitem observar que o catolicismo, embora ainda preponderante, “perde a cada década sua centralidade, passando a se firmar como religião da maioria dos brasileiros, mas não mais a religião dos brasileiros” (TEIXEIRA; MENEZES, 2013, p.23).

Cabe ainda ressaltar que ambas as pesquisas aqui mobilizadas mapeiam apenas os agrupamentos associativos formalizados, de forma que as associações informais, como os coletivos, não estão compreendidas entre os dados, sugerindo que o universo é consideravelmente maior do que os levantamentos permitem apreender. Ainda, os dados coletados em cartório nada nos dizem sobre a continuidade destas associações, e quais seriam as médias de expectativa de “vida” entre as diferentes áreas. Apesar disto, a metodologia de se pesquisar as associações registradas em cartório colocou-se como a mais eficiente para obter os dados quanto as associações formalizadas de forma sistemática.

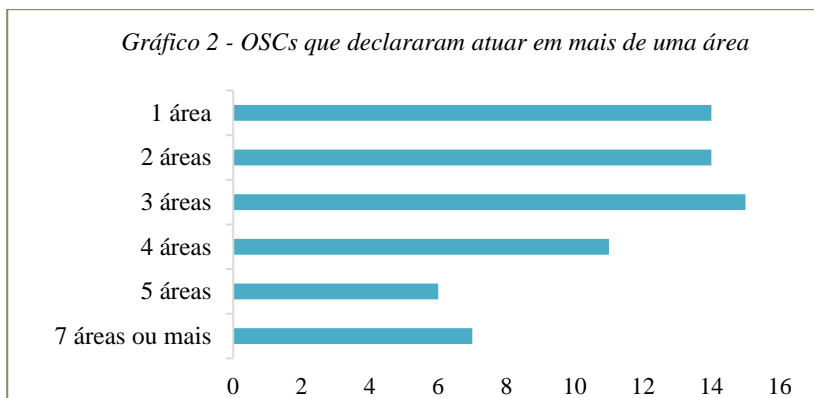
Ainda apresentamos nesta sessão as informações que consideramos mais pertinentes para fins desta dissertação quanto aos dados do Diagnóstico social das OSCs, realizado por iniciativa do Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), no ano de 2017, com 67 associações respondentes.

Dentre as 29 questões do Diagnóstico, uma delas inquiria sobre as áreas de atuação das OSCs. Dentre as áreas mais citadas de acordo com as opções dadas, estão Assistência Social, Educação, Defesa de Direitos, Cultura/Arte, Saúde, Esporte e Lazer, Organização, articulação e mobilização da Sociedade Civil Organizada e ainda Voluntariado, conforme podemos apreender no Quadro abaixo.

<i>Quadro 4 – Áreas de atuação das OSCs</i>	
Tipo	Frequência
Assistência Social	50
Educação	40
Defesa de Direitos	25
Cultura/Arte	17
Saúde	16
Esporte e Lazer	15
Organização, articulação e mobilização da Sociedade Civil Organizada	14
Voluntariado	14
Desenvolvimento Comunitário	6
Preservação e/ou Conservação do Meio Ambiente	6
Preservação da Identidade e Diversidade Cultural	5
Habitação	4
Tratamento ao dependente químico	1
Mobilidade e Acessibilidade	1
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos crianças e adolescentes	1
Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho	1
Religioso	1

Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

Como podemos observar, a ampla maioria das OSCs que responderam ao questionário citaram mais de uma área de atuação, o que corrobora com a tese da multifocalidade das associações (LÜCHMANN, 2012). O Gráfico 2 apresenta a frequências das 67 OSCs referentes ao quantitativo de áreas em que estas declararam atuar. Apenas 14 associações declararam atuar apenas em uma área, a maioria Assistência Social, enquanto o mesmo número, 14, afirmaram atuarem em duas áreas. Estarem trabalhando em 3 frentes foi colocado por 15 OSCs, enquanto outras 11 responderam atuar conjuntamente a 4 áreas distintas. Por fim, outras 13 declaram atuar em 5 ou mais áreas dentre as detalhadas no Quadro 4.



Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

Já em relação ao público atendido pelas OSCs, destacam-se as diferentes faixas etárias, a começar por crianças e adolescentes, público-alvo de 73% das OSCs que responderam ao Diagnóstico. Ainda, destaque para Jovens, Adultos, Idosos, Famílias e Pessoas com Deficiência. Também podem ser evidenciados enquanto público-alvo das OSCs outras associações, além ainda das comunidades em que estas localizam-se. Além disso, quanto ao somatório das pessoas atendidas, conforme declarado pelas associações, temos que 22 OSCs declaram atender até 100 beneficiários, outras 13 entre 101 e 200 pessoas, e mais 14 entre 201 e 500 beneficiários. Ao todo, 16 associações declaram atender mais de 500 pessoas diretamente, e outras duas não responderam.

Quadro 5 – público-alvo atendido pelas OSCs

Tipo	Frequência
Crianças e adolescentes	49
Jovens	25
Adultos	24
Idosos	22
Famílias	20
Pessoas com Deficiência	15
Organizações da Sociedade Civil	10
Comunidades	8
Pessoas em Situação de Rua	8
Mulheres	4

Movimentos sociais	3
--------------------	---

Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

As associações também responderam quanto ao total de trabalhadores remunerados (entre aqueles com carteira assinada, autônomos, estagiários remunerados e profissionais cedidos pela prefeitura) e voluntários referentes ao ano de 2017. Segundo apresentado abaixo, a maior parte das OSCs que responderam ao Diagnóstico são de pequeno porte, por possuírem menos de 20 trabalhadores contratados, sendo que 82% do total das respondentes possui menos de 100 profissionais contratados. Também interessa notar que 8 associações declararam não possuírem nenhum profissional contratado, de forma que podemos assumir que todos os seus membros são voluntários. E em se falando sobre os trabalhadores voluntários, apenas uma OSC declarou não possuir trabalhadores voluntários. Dentre as 67, 43 associações declararam possuir até 20 voluntários atuantes em 2017, e outras 12 responderam possuir entre 21 e 40 voluntários na entidade, o que corrobora com a afirmativa de se tratarem em maior parte de associações de pequeno porte, considerando as respondentes do Diagnóstico das OSCs.

<i>Quadro 6 – Quantitativo de trabalhadores contratados e voluntários nas OSCs</i>	
	Frequência
Contratados	
Até 20	34
Entre 21 e 40	10
Entre 41 e 100	11
Mais de 100	3
A Organização não possui trabalhadores remunerados	8
Voluntários	
Até 20	43
Entre 21 e 40	12
Entre 41 e 100	6
Entre 141 e 200	4
Superior a 200	1
A Organização não recebe serviços voluntários	1

Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

Também de alta relevância para esta dissertação, são as informações quanto a origem dos recursos das associações. Dentre os recursos de ordem não-governamental, os mais citados são aqueles provenientes de pessoas físicas e jurídicas, de feiras, eventos e vendas de produtos, ou ainda de convênio com a Celesc, também outra forma de doação de pessoas físicas. Das 67, 15 associações declararam não terem captado em 2017 recursos de ordem não-governamental.

<i>Quadro 7 – Recursos não-governamentais das OSCs</i>	
Tipo	Frequência
Pessoas Físicas	41
Feira e Eventos	31
Pessoas Jurídicas	27
Venda de Produtos	22
Convênio com a CELESC	18
Prestação de serviços	8
Outras Organizações Não-Governamentais Internacionais	5
Captação de Imposto de Renda	4
Outras Organizações Não-Governamentais Nacionais	1
Recursos próprios da instituição	1
UNESCO	1
Empresas parceiras	1
Não houve captação de recursos de fontes não-governamentais	15

Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

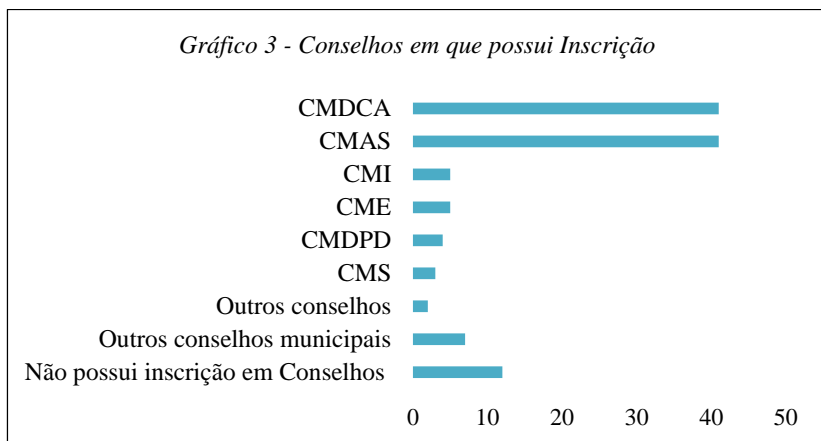
Segundo os dados obtidos com a realização do Diagnóstico, em consonância também com tendências próprias do campo para além do âmbito municipal, os recursos de ordem governamental são os principais recursos viabilizadores da atuação das associações. Das 67 associações, apenas 23 declararam não receber recursos públicos. Do restante, 5 OSCs declararam figurarem os repasses governamentais enquanto apenas 10% do total de gastos da associação. Outras 13 responderam que os recursos estatais representam entre 11% e 50% do total dispendido, e 23 declararam figurar entre 51% e 100% do total gasto pela associação.

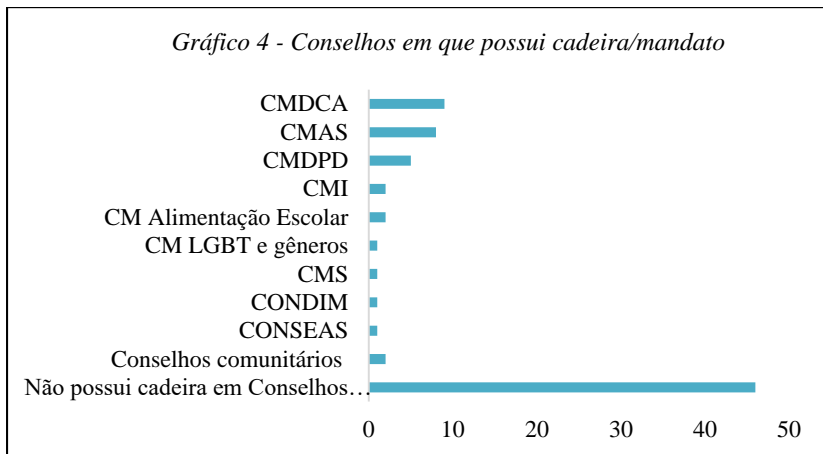
Apenas 3 entidades responderam representarem o total de recursos dispendidos, de forma que não realizam outras atividades de captação.

Entre as diferentes esferas governamentais, 5 associações declararam receber recursos públicos de origem Federal, e 4 Estadual. Já quanto ao âmbito municipal, figuram outras 40 associações ou 60% do total. Por fim, no plano municipal, entre os principais órgãos e formas de repasse, estariam Secretaria Municipal de Assistência Social (28) e a Secretaria Municipal de Educação (26), sendo que na maior parte, tratam-se de associações que possuem parcerias com ambas. Ainda, recursos repassados pelo Fundo para Infância e Adolescência (FIA, 11), e Secretarias Municipais de Saúde (08) e Esporte (02).

Quanto aos conselhos gestores de políticas, o Diagnóstico permitiu apreender quais as associações, entre as 67 respondentes, que possuem inscrição/mandato em conselhos de diferentes esferas governamentais, sendo que 54 para o nível Municipal, 8 Estadual, 2 Federal e 10 que declaram não possuir nem inscrição nem mandato em conselhos. Especificamente quanto aos conselhos municipais, o diagnóstico inquiriu tanto quanto aos conselhos em que as OSCs possuem inscrição, quanto cadeira/mandato enquanto representantes da sociedade civil.

Gráfico 3 - Conselhos em que possui Inscrição





Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

Legenda: CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do adolescente; CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social; CMI – Conselho Municipal do Idoso; CME – Conselhos Municipal de Educação; CMDPD - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis; CMS - Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Conselhos Municipal LGBT e gêneros; COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; CONSEAS - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis; Conselhos Comunitários.

Nos dois Gráficos, os conselhos mais citados são o Conselho Municipal da Criança e do adolescente (CMDCA) e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sendo que 41 OSCs declararam possuírem inscrição nos dois conselhos, e 9 e 8, respectivamente, afirmaram possuírem cadeira nos respectivos conselhos. Ainda quanto a outros conselhos citados, destaque para o do Idoso (CMI), dos direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) e Saúde (CMS) como aqueles mais citados pelas OSCs enquanto inscritas e com cadeira. Chama a atenção nos gráficos o fato da maioria das associações possuírem inscrição em conselhos, dado que apenas 12 declararam não estarem inscritas em nenhum conselho, nem mesmo em outros níveis governamentais.

Já quanto aos representantes da sociedade civil nos conselhos municipais, a proporção inverte-se, com 46 OSCs declarando não possuírem cadeiras, embora como podemos ver no Gráfico 4, a ocupação de mandatos é mais diversa em conselhos de diferentes áreas, como de alimentação e saúde, LGBT, direitos da Mulher e conselhos comunitários também foram citados.

Para além dos conselhos gestores, também foram citados outros espaços de participação e repertórios em que as OSCs acompanham e interagem no seu cotidiano. Primeiramente, o Fórum de políticas públicas de Florianópolis, sendo que apenas 12 das 67 associações declararam não participar das assembleias deste. Em segundo lugar, o repertório mais citado foram as Audiências Públicas, o que está relacionado a tendência de ampla expansão desta interface, sendo realizadas audiências com maior e maior frequência. Em terceiro, conforme podemos observar no Quadro 8, foi citada a Câmara dos vereadores de Florianópolis, o que demonstra a existência de interações e contatos entre OSCs e vereadores para fins de colaboração mútua ou colocação de demandas da sociedade civil para com o legislativo. Também foi citado com maior frequência a participação em conferências de políticas, além também de eventos e interações com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Cabe enfatizar ainda a participação junto a outros Fóruns Municipais e Fóruns Estaduais, associações territoriais como as associações de Moradores e os Conselhos Comunitários além ainda de Hortas Comunitárias. Também foram citados enquanto frequentemente acionados ou contactados, esferas jurídicas como o Ministério Público, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Defensoria Pública e Procuradoria.

<i>Quadro 8 - Repertórios e espaços de participação ocupados pelas OSCs</i>	
Tipo	Frequência
Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF)	55
Audiência Pública	30
Câmara Municipal de Florianópolis	29
Conferências	28
Outros Fóruns Municipais	25
Ministério Público	24
OAB	22
Assembleia Legislativa de Santa Catarina	20
Associação de Moradores	20
Conselho Comunitário	16
Defensoria Pública	12
Procuradoria	9
Fóruns Estaduais	6
Observatório Social	4
Horta Comunitária	3

Sindicatos	3
Conselho do Parque Nacional das Araucárias	1
Conselho que reúne entidades do leste da Ilha	1
Comitê para a População em Situação de Rua	1
Sem resposta	1
A Organização não acompanha outros espaços de participação e/ou controle social	6

Fonte: autoria própria segundo dados do Diagnóstico das OSCs.

Capítulo III – Associações espíritas em Florianópolis: fundamentos empíricos

Estudos sobre o Espiritismo no Brasil

Em que consiste a missão dos Espíritos encarnados? Em instruir os homens, em lhes auxiliar o progresso; em lhes melhorar as instituições, por meios diversos e materiais [...]. (KARDEC, 2013, q. 573, p. 275.)

Espiritismo, segundo definição do dicionário enciclopédico das religiões (SCHWIKART, 2001, p.41) seria a “Crença segundo a qual as *almas dos mortos podem entrar em contato com os vivos. Nas sessões espíritas alguns (médiums) tentam receber mensagens dos mortos... - Do latim “spiritus” = espírito, sopro, hálito, vento, respiração.”

O Espiritismo enquanto doutrina nasce na Europa do século XIX, caracterizando-se por ser uma síntese entre religião, filosofia e ciência. Dentre suas premissas principais, estariam a crença na imortalidade e evolução do espírito. Outro postulado básico do espiritismo diz respeito à prática da caridade, enquanto principal prática através da qual os espíritos podem evoluir, pelo amor e doação ao próximo, princípio próprio da moral cristã. Dada a centralidade da caridade dentro da doutrina espírita, é considerada como principal dogma espírita a máxima “fora da caridade não há salvação”. A importância da caridade possibilitou ao espiritismo legitimar-se no espaço público enquanto religião de caráter assistencial, com práticas voltadas a fornecer assistência aqueles necessitados (GIUMBELLI, 1997).

De acordo com o Censo 2010 (IBGE), há 3,8 milhões de espíritas no Brasil. Mas, segundo a FEB (Fundação Espírita Brasileira), existem ainda em torno de 20 milhões de simpatizantes do espiritismo. Esses dados alocam o Brasil como o país com maior número de espíritas no mundo. A FEB declara que estão cadastradas junto a Federação em torno de 14 mil centros espíritas.

A fim de se estudar o associativismo espírita, é necessário compreender, a priori, a premissa de que as fronteiras do espiritismo não se restringem aos centros espíritas. Com efeito, é de suma valia compreender como as atividades de caráter assistencial foram fundamentais para a própria legitimação das práticas religiosas espíritas

em âmbito nacional. No Brasil, um país reconhecidamente católico, o espiritismo criou raízes e se estabeleceu (GIUMBELLI, 1998)⁴⁰.

Importante pesquisador que tem se dedicado a estudos acerca do espiritismo é Emerson Giumbelli. Uma de suas obras mais importantes é *O cuidado dos mortos. Uma história da condenação e legitimação do espiritismo* (1997), obra cujo principal mote é entender como o espiritismo vai se definindo e redefinindo na sua relação com a sociedade, além de relacionar os temas de religião e assistência na atuação. Para Giumbelli (1998), o espiritismo pode ser considerado como uma forma associativa importante na sociedade brasileira, possibilitando interações de solidariedade e cidadania, e desenvolvendo dinâmicas integradoras da sociedade civil.

Simões (2015) traz dados referentes ao espiritismo no Estado de SC em sua pesquisa intitulada “Assistência Social Espírita: um estudo em Santa Catarina”, realizada em parceria com a FEC (Federação Espírita Catarinense), e que teve como objetivo apreender as atividades assistenciais desenvolvidas pelos centros espíritas catarinenses e suas relações com a rede pública assistencial⁴¹. Os principais resultados da pesquisa sugerem um “baixo aproveitamento da capacitação dos trabalhadores voluntários espíritas na atuação em suas obras assistenciais, bem como o isolacionismo” (SIMÕES, 2015, p.02). Por isolacionismo, o

⁴⁰ Historicamente, no contexto de surgimento do espiritismo, está presente uma preocupação com o mesmo ser considerado ou não uma religião. Os estudos de Arribas (2010, 2014) colocam que, a partir de sua estrutura e organização, deve este ser considerado como uma religião, considerando resposta à pergunta de que trata-se de religião quando se constitui como “uma visão de mundo sistematizada, doadora de sentido à vida, organizada e mantida através de instituições” (ARRIBAS, 2010,p.54). Importante salientar os conflitos e perseguições que o espiritismo encontrou em seu contexto de surgimento, com os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal vigente entre 1890 e 1942, que penalizavam a prática do espiritismo como “crimes contra a saúde pública” e os conflitos que se davam principalmente com fiéis católicos (MACHADO, 2014).

⁴¹ A pesquisa entrevistou 68 dos 150 centros filiados a FEC no estado (45%), quanto aos benefícios prestados, os serviços e programas desenvolvidos, além do número de trabalhadores (voluntários ou profissionais) e de parcerias. Cabe lembrar que considerável parcela dos Centros Espíritas existentes não são afiliados a FEC ou FEB. dadas questões de exigências aos associados, conforme informações citadas por alguns interlocutores desta pesquisa.

autor refere-se ao desinteresse em atuar em rede e manter relações até mesmo com outros centros espíritas⁴².

Especificamente sobre a cidade de Florianópolis, uma abordagem histórica do contexto de surgimento do espiritismo é encontrada em uma monografia recente (TORQUATO, 2015), intitulada “Brasil, pátria do evangelho: a inserção e o desenvolvimento do Espiritismo em Florianópolis (1910 – 1949). Utilizando-se de dados do Censo de 2010, Torquato (2015) também identifica o contexto particular de elevado número de espíritas na cidade, ressaltando que 1/3 dos espíritas catarinenses são residentes de Florianópolis, o que demonstra o forte enraizamento do movimento espírita no município.

Ana Maria Doimo, em texto intitulado *Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo* (2004, p. 148), pontua que o espiritismo possui “longa tradição associativa em “casas” de caridade, de trabalho voluntário e de estímulo aos cuidados com a saúde, o hábito de leitura e a formação profissional” onde a contribuição financeira é considerada importante pela possibilidade de autonomia e auto-sustentabilidade que gera, mas a participação dos atores por meio do trabalho voluntário é ainda mais apreciada. Outro elemento do associativismo de tipo espírita seria a valorização ao estudo, leitura e conhecimento, dado que em todas as “casas” há bibliotecas e incentivo ao contato com os livros, “resultando um associativismo mais escolarizado do que os universos cristãos propriamente ditos” (DOIMO, 2004, p.150), e ainda:

Outro elemento que ajuda a explicar o alto grau de escolaridade é a proximidade da doutrina com a ciência, fato que está na própria fundação do kardecismo, por Allan Kardek. Antes de fundar esta corrente de pensamento, foi matemático e cientista, e por isso mesmo, não há em suas formulações, uma oposição entre religião e **ciência**. Em vez de afirmar, como nas demais religiões, que um fenômeno exclui o outro, seu argumento vai no sentido contrário de que a ciência ajuda a entender os fenômenos espirituais. Essa

⁴² Cabe aqui ressaltar a diferenciação entre o objeto da pesquisa de Simões (2015) com o pretendido aqui, uma vez que a pesquisa se focou nos centros espíritas com obras sociais de caráter assistencial realizadas dentro dos mesmos, e este trabalho se propõe ao estudo de associações espíritas, enquanto organizações da sociedade civil, em geral ligadas a centros espíritas, mas não necessariamente.

proximidade com a ciência cria uma predisposição ao conhecimento e à leitura. Um adepto do kardecismo costuma ter sempre um livro sendo lido, emprestado nas próprias bibliotecas que criam e gerenciam com o trabalho voluntário.

Quanto as relações entre espiritismo e política, Giumbelli (1998) afirma não terem os espíritas disposição para inserções em instituições e discussões partidárias, mas que teriam maior inclinação para inserção em práticas de participação como conselhos e ações diretas, ou mesmo em organizações da sociedade civil (terceiro setor).

Miguel (2012), em dissertação sobre o Movimento Universitário Espírita (MUE), existente entre as décadas de 1960 e 1970, e que sofreu forte repressão por parte de setores mais conservadores do espiritismo, retrata como o terceiro setor apresenta-se enquanto alternativa aos religiosos que querem atuar politicamente sem vincularem-se diretamente ao Estado.

Isto talvez ajude a explicar porque a questão da valorização da política e a ideia de uma ação social espírita que almeje a promoção social (e não apenas a assistência social), inclusive com possibilidade de parcerias com ONGs, sindicatos e movimentos sociais, pareçam estar ganhando algum terreno no movimento espírita atual. O terceiro setor seria assim um terreno neutro para a religião – nem o sagrado apartado das exigências sociais, nem o profano rigidamente preso à lógica do Estado. De fato, o discurso de isenção política vem se modificando, ainda que discretamente. (MIGUEL, 2012, p.291).

Assim, segundo o autor, a partir da década de 1990 e anos 2000, se vem abrindo espaço dentro do espiritismo para temas tidos enquanto polêmicos, como sistemas sociais (capitalismo e socialismo), ou questões quanto ao aborto e eutanásia, embora isto não esteja ocorrendo sem enfrentar resistências daqueles que temem intromissões políticas nos centros e instituições espíritas, e ainda o distanciamento da missão evangelizadora do espiritismo.

Já Ferreira, em dissertação de 2008 intitulada *Espiritismo kardecista brasileiro e cultura política história e novas trajetórias* busca discutir as relações entre espiritismo e política, utilizando-se de variadas fontes para demonstrar maiores e menores afinidades dos espíritas com

práticas próprias do meio político, como participar de abaixo-assinados, manifestações e partidos. Dentre as principais conclusões da autora, estariam o espiritismo ser uma religião mais favorável à formação de uma cultura política democrática. Assim, o campo espírita teria maiores capacidades de formar indivíduos segundo valores democráticos, o que atestaria o potencial do espiritismo enquanto campo social que pode contribuir para o aprofundamento da democracia. Isto porque os dados corroboram que os fiéis espíritas valorizam a democracia, além da liberdade e da igualdade.

Desta forma, seriam, segundo Ferreira (2008) as associações espíritas escolas de democracia, dado o considerável protagonismo dos espíritas no campo associativo. O engajamento de espíritas em associações beneficentes ocorre dentro de associações assistenciais-espíritas, mas também em associações laicas, fato que indicaria “a contribuição desta religião para a democratização, incentivando seus fiéis direta ou indiretamente a participar de ações sociais voltadas para o bem público” (FERREIRA, 2008, p.192).

Portanto, no campo espírita kardecista brasileiro, a tendência de *onguização* existente e ainda em desenvolvimento se revela principalmente enquanto uma diferenciada postura diante da caridade, que procuraria romper com práticas paliativas, e usar a liberdade para a conquista da felicidade para si e para os outros, não apenas neste mundo. Assim, “esta felicidade conquistada por meios democráticos, consiste no velho ideal de muitas ideologias políticas: a busca de um mundo melhor” (FERREIRA, 2008, p.219).

3.1 Dados sobre associações da denominação espírita em Florianópolis

Conforme dados do IBGE, vem ocorrendo nas últimas décadas aumento expressivo no número de espíritas, principalmente nas regiões Sudeste e Sul (embora baixos percentuais: 3,1% 2,0% respectivamente, segundo IBGE, 2010). O crescimento nos níveis de filiação varia grandemente segundo regiões e cidades conforme o Quadro 9 apresenta. As regiões Norte e Nordeste possuem os menores percentuais gerais, mas capitais como Recife e Boa vista destoam, com mais de 3% espíritas declarados. Nas regiões Sudeste e Sul o mesmo: a diferença entre Rio de Janeiro e Vitória é maior que 3% e Curitiba possui percentual bem inferior ao de Porto Alegre e Florianópolis, as capitais com a maior concentração de espíritas a cada 100 habitantes do país.

Região Norte	0,5%		
Boa Vista (RR)	3,62%	Região Centro-Oeste	2,3%
Palmas (TO)	1,84%	Goiânia (GO)	4,42%
Belém (PA)	1,6%	Cuiabá (MT)	3,26%
Porto Velho (RO)	1,16%	Campo Grande (MS)	3,65%
Rio Branco (AC)	1,02%		
Manaus (AM)	0,76%	Região Sudeste	3,1%
Macapá (AP)	0,61%	Rio de Janeiro (RJ)	6,05%
		São Paulo (SP)	4,84%
Nordeste	0,8%	Belo Horizonte (MG)	4,15%
Recife (PE)	3,68%	Vitória (ES)	2,77%
Salvador (BA)	3,33%		
Aracaju (SE)	2,81%	Região Sul	2,0%
Natal (RN)	1,86%	Florianópolis (SC)	7,48%
João Pessoa (PB)	1,77%	Porto Alegre (RS)	7,03%
Fortaleza (CE)	1,33%	Curitiba (PR)	2,8%
Maceió (AL)	1,41%		
São Luís (MA)	0,65%	Brasília (DF)	3,62%
Teresina (PI)	0,88%		

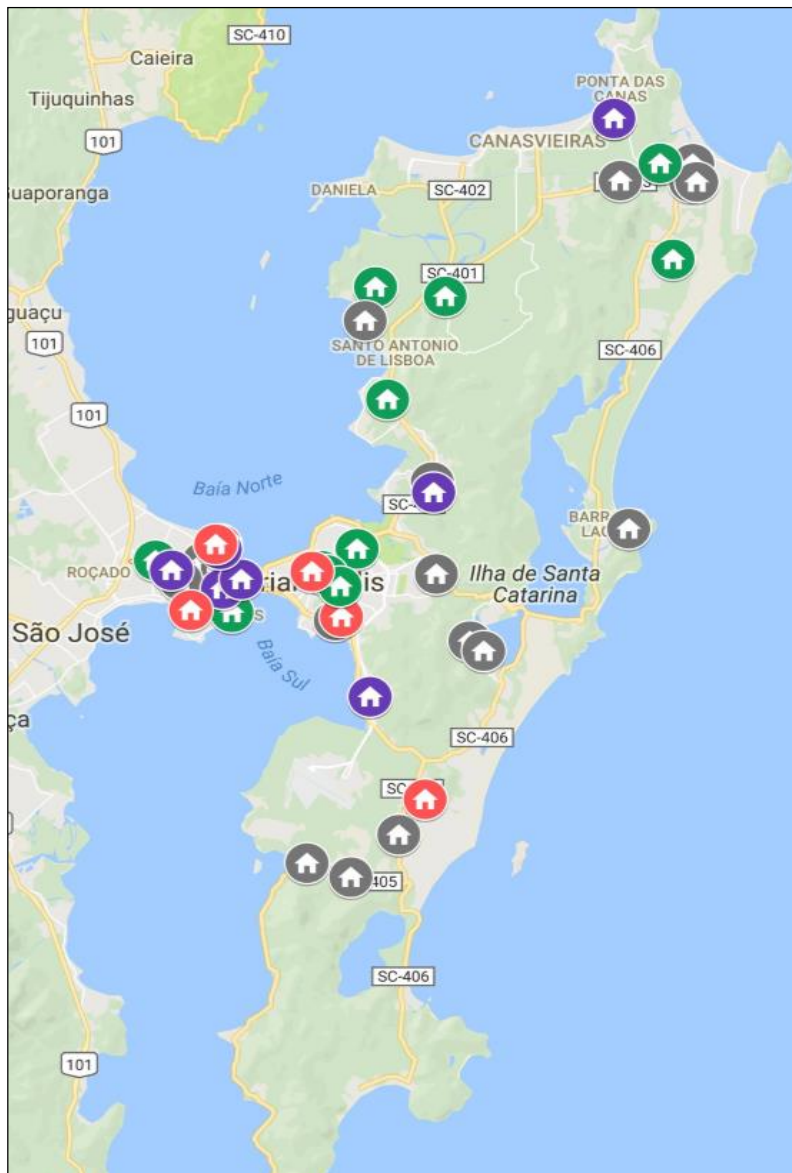
Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Antes de nos concentrarmos em outros aspectos e questões quanto as associações aqui pesquisadas, que serão abordados neste Capítulo, iniciamos apresentando a disposição quantitativa e geográfica das associações espíritas da cidade. Para tal, foram agregados dados de pesquisas conduzidas por Scherer-Warren (2004) e Lückmann (2016) além de ter sido realizado novo levantamento em cartório atualizando as associações registradas até dezembro de 2017. No total desde 1947 até o presente ano, foram formalizadas juridicamente a criação de 50 associações espíritas em Florianópolis. Estas foram organizadas segundo décadas de fundação e dispostas na Figura 1 abaixo, separadas por cores (dados também disponíveis em Tabela no Apêndice II).

O que convém de antemão salientar é como a distribuição geográfico-associativa importa, pela dimensão e implicações que a localização estratégico-espacial das associações evidencia sobre estas e sobre o campo.

Figura 1 - Mapa levantamento Associações espíritas registradas em Cartório Florianópolis⁴³

⁴³ O Mapa elaborado foi colocado em modo público no Google Maps, de forma que possa ser acessado livremente através do endereço: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=11l7HMPdHe4OuaUGDRLTed8doCXkqUhzB&ll=-27.599983657145188%2C-48.64416834423366&z=11>, sendo possível visualizar individualmente a localização das 50 associações mapeadas. A localização geográfica foi feita considerando múltiplas fontes, desde o próprio Google Maps até informações de sites, principalmente sites das próprias entidades. Associações em que não foi possível identificar a localização (08 ao todo), foram todas colocadas na Ilha do Arvoredo, para que o Mapa fosse representativo dos dados agrupados, embora estas não se localizem, de fato, na Ilha do Arvoredo.



Legenda: *Púrpura* – Associações registradas entre 1940 e 1990; *Cor-de-rosa* - Associações registradas entre 1991 a 2000; *Verde* - Associações registradas entre 2001 e 2010; *Cinza* - Associações registradas entre 2010 a 2017.

Fonte: Autoria própria elaborado a partir de dados de Scherer-Warren (2004) e Lüchmann (2016) e atualização pela autora até 2017.

Se procurarmos comparar este mapa com outros, como o Mapa *Mapeamento de ONGs da Grande Florianópolis* do ICom (Instituto Comunitário Grande Florianópolis), que possui mapeamento de 319 organizações da Grande Florianópolis, ou ainda com o Mapa das parcerias entre Secretaria Municipal de Educação e OSCs (TABORDA,2016)⁴⁴, veremos a mesma tendência de concentração das associações na área central e continental da cidade. Por outro lado, no caso das associações espíritas, a dispersão parece ser maior. Assim, pode-se dizer que as espíritas estão menos concentradas: embora 35% na área continental ou central, 65% localizam-se em outras regiões.

Os dados se mostram ainda mais interessantes quando analisamos a criação de associações espíritas por década. A quase totalidade das associações fundadas até 1990 está mais próxima da região central e continental da cidade. Em regiões como o Maciço do Morro da Cruz na região central, ou entornos da comunidade Chico Mendes na parte continental, vemos um contexto histórico de maior precarização, densidade populacional, ocupações irregulares e população com maiores índices de pobreza, daí a maior concentração de associações voltadas a atender principalmente crianças e adolescentes provenientes destas comunidades. Na década de 1990, apenas a Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna – SEOVE instala-se no Sul da Ilha. Todavia nos anos 2000 vemos real dispersão das associações espíritas, conforme pode ser observado no Mapa. De 2010 a 2017, o alastramento geográfico é completo: das 23 associações criadas, apenas três situam-se na região central e continental.

Dentre as hipóteses explicativas para este padrão de distribuição territorial, estariam 1) os membros e lideranças de associações espíritas tem sentido a necessidade de colocarem-se em locais mais “retirados” do Centro, considerando questões próprias do mercado religioso, como obtenção e manutenção de fiéis, além de propagação da doutrina; e 2) quanto ao mercado de atuação social: pelas rápidas e acentuadas mudanças nas configurações demográficas da cidade (migrações), novas zonas periféricas emergem com o passar das décadas, e faz sentido as

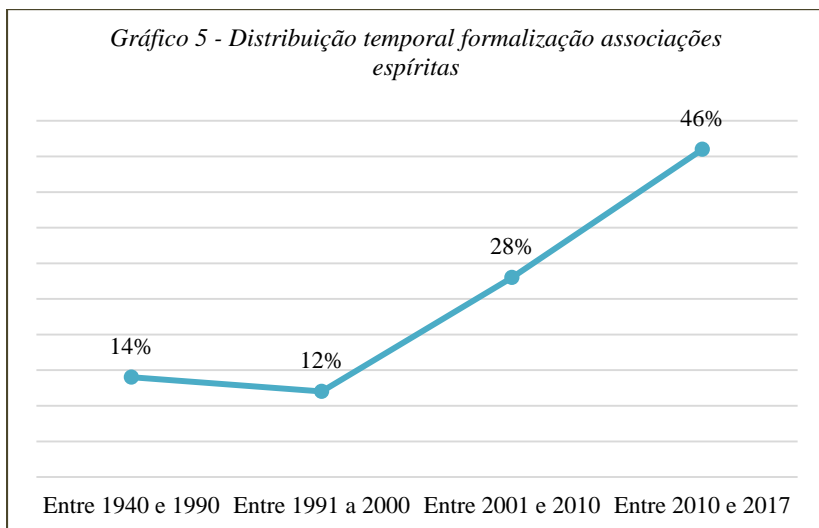
⁴⁴ Ambos disponíveis em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1hQaqBPKMF8ZwsdjiP9IWjKO52Mk&ll=-27.507092137444587%2C-48.850201809960936&z=10> e <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1GCvEtbq5NKGpRUDmiHRPHXjXZE&ll=-27.526755353958155%2C-48.79739825619089&z=10> Último acesso em: janeiro de 2018.

associações religiosas voltadas a obras assistenciais acompanharem estas mudanças.

Para exemplificarmos as relações entre a existência de presença associativa e dimensões da pobreza, em importante artigo intitulado *Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas*, Almeida, D'Andrea e De Lucca (2008) demonstram que existem importantes disparidades entre diferentes aglomerações urbanas subnormais (denominação do IBGE para as regiões mais conhecidas como favelas) em situação de pobreza, ou seja, diferentes formas e modalidades de se experimentar a pobreza. A existência ou não de iniciativas como as associações religiosas, que alocam-se no interior das comunidades periféricas, podem influenciar nos níveis de precariedade e de acumulação de capitais como educacional ou cultural.

No caso do artigo de Ronaldo Almeida e outros (ALMEIDA, D' ANDREA; DE LUCCA, 2008), foram comparadas as disparidades entre as comunidades de Paraisópolis e Cidade de Tiradentes, ambas em São Paulo. Na primeira foi identificado um contexto de intenso assédio por parte de ONGs, de forma que combinada com outros fatores, os autores concluem que a presença de associações parece influenciar nos níveis de precariedade e exclusão social experimentados pela população. Adaptando a equação para terras florianopolitanas, seriam as comunidades alocadas na região do Maciço do Morro da Cruz, ou em algumas comunidades da região continental, as mais bem servidas da presença de OSCs no seu entorno, enquanto outras regiões periféricas, principalmente da Grande Florianópolis, possuem presença associativa menos concentrada, embora não tenha sido realizada pesquisa com intuito de medir diferenciações entre presenças e ausências de associações segundo regiões e seus impactos quanto a níveis de exclusão social.

O que os levantamentos realizados em cartório corroboram quanto ao universo das associações espíritas em Florianópolis, é em como este vem crescendo e expandindo-se (especialmente). Os dados sintetizados no Mapa (e também no Quadro 16 no Apêndice II), demonstram como de 07 associações entre 1940 e 1990, passa-se ao dobro na década de 2000 e ainda, se estivesse esta pesquisa sendo realizada em 2020, a projeção seria de ter dobrado novamente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Scherer-Warren (2004) e Lüchmann (2016) e atualização pela autora até 2017.

Em se comparando com dados provenientes de outra capital da região sul, Porto Alegre, a pesquisa de LOCKS FILHO (2016) apresenta dados sobre as associações espíritas ainda mais concentrados: dentre as associações classificadas como religiosas (10% do total conforme levantamento realizado em cartório pelo autor) as associações da denominação Espírita representam 35%, sobressaindo-se até as Evangélicas, que somaram 26% (diferentemente de Florianópolis, onde as Espíritas somam pouco mais de 22% do total de religiosas). Em comum, conforme colocado anteriormente, as duas capitais têm os maiores percentuais de filiação espírita (mais de 7%) e também relevantes percentuais na distribuição de associações segundo denominação religiosa.

3.2 As Associações em estudo: organização e questões internas

Conforme colocado anteriormente, a escolha das associações a comporem este estudo comparativo foi realizada visando construir um quadro incluindo OSCs que tivessem diferenças entre si quanto à origem de recursos, localização geográfica, ser integrante ou não de uma rede, ser mais antiga ou mais recente, ter diferentes públicos-alvo e diferentes quantitativos de profissionais contratados, e ainda atuar ou não em instancias de representação institucionais como conselhos gestores de políticas. Abaixo, os Quadros 10.1 e 10.2 buscam apresentar as associações em estudo quanto a estas características.

Quadro 10.1 – Principais características Associações Entrevistadas em Florianópolis

Associação	Fundação e Formalização	Região	Público-alvo	Total de Público atendido	Áreas de atuação
Grupo Escola Irmão Delmiro/GEID	1947	Continente	Crianças, Gestantes e Entidades	50 Crianças 80 Cestas Básicas	Assistencial-Religiosa
Ação Social da Trindade	1958	Trindade	Entidades da rede e seus respectivos públicos-alvo, além de famílias e apriionados	460 Crianças e Adolescentes*	Assistencial-Religiosa
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS	1955/1965	Continente	Crianças Adolescentes e Famílias	300 Crianças e Adolescentes*	Atividades socioeducativas e culturais
Legião da Boa Vontade LBV	1959	Continente	Crianças, Adolescentes, Idosos e Famílias	150 Crianças e 60 Idosos	Assistência social Atividades socioeducativas
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna SEOVE	1970/1972	Sul da Ilha	Idosos e Famílias	27 Idosos	Assistência social
Lar Fabiano de Cristo	1974	Continente	Crianças, Idosos e Famílias	-	Assistência social Enfoque nas famílias
Seara Espírita Entrepósito da Fé- SEEDE	1990	Monte Verde	Crianças Adolescentes e Famílias	500 Crianças e Adolescentes	Assistência social Atividades socioeducativas e culturais
Centro de Apoio a Formação Integral do Ser CEAFIS	1997/2009	Continente	Crianças, Adolescentes, Famílias e Gestantes	130 Crianças e Adolescentes	Assistência social, Atividades socioeducativas e culturais
Casa dos Girassóis	2008	Maciço do Morro da Cruz	Crianças Adolescentes e Famílias	36 Crianças e Adolescentes	Atividades socioeducativas e culturais
Casa São José	2003- 2013	Maciço do Morro da Cruz	Crianças Adolescentes e Famílias	170 Crianças e Adolescentes	Atividades socioeducativas e culturais

<i>Quadro 10.2 – Principais características Associações Entrevistadas em Florianópolis</i>			
Associação	Denominação religiosa	Recursos	Contexto de Criação**
Grupo Escola Irmão Delmiro/Centro Espírita Seara dos Pobres GEID / CESP	Espírita	Mensalistas mediante interesse próprio. Brechós, eventos. Doações através de contas de luz. Livraria.	São criados conjuntamente o Grupo Escola e o Centro Espírita. “A maior Casa Espírita de Santa Catarina é essa, Seara dos Pobres, a maior e a mais antiga.”
Ação Social da Trindade	Católica	ASA, Doações, Eventos. Brechós.	Vinculada a paróquia Santíssima Trindade, a “Ação Social da Trindade mantém três casas de atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes da região próxima ao campus da UFSC, além de projetos voltados para família, gestantes e idosos.”
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS	Evangélica	Parcerias com órgãos públicos, FIA. Mensalistas Associados. Doações, Eventos e Brechós.	“Fundada por membros da Igreja Presbiteriana.”
Legião da Boa Vontade LBV	Ecumênica – Religião de Deus	Telemarketing social; Mensalistas mediante interesse próprio. Doações: de materiais ou alimentos, de contas de luz, água.	Parte de uma rede nacional de organizações. Criada por radicalista, iniciou com laços com espiritismo e com a Ronda da Caridade.
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna SEOVE	Espírita	Parcerias com órgãos públicos, doações através de contas de luz e água, pensão idosos. Mensalistas associados mediante interesse próprio. Aluguel de espaços. Bazares beneficentes.	“Voluntários, pessoas que faziam parte do espiritismo, e elas fundaram então essa sociedade para atender vários tipos de questões sociais.”
Lar Fabiano de Cristo	Espírita	Até 2016, parcerias com órgãos públicos. “O Lar Fabiano de Cristo criou a empresa CAPEMISA Instituto de Ação Social, que	Parte de uma rede nacional, que se auto intitula como a maior obra social do país, fundada por “estudiosos do

		objetiva garantir recursos para a obra social"; Eventos;	Evangelho que desejaram sair dos estudos teóricos sobre a caridade para a prática efetiva."
Seara Espírita Entrepósito da Fé- SEEDE	Espírita	Parcerias com órgãos públicos, FIA. Eventos. Doações. Bazares beneficentes.	"Fazíamos parte da SERTE, queríamos trabalhar com outro grupo, dependentes químicos (...) então resolvemos vir pra cá (...) depois achamos melhor trabalhar com crianças."
Centro de Apoio a Formação Integral do Ser CEAFIS	Espírita	Parcerias com órgãos públicos, repasses do Fundo para Infância e Adolescência (FIA). Brechós, Eventos. Doações de contas de luz, de materiais ou alimentos.	Como obra de assistência de Grupo de voluntários da Casa Espírita Caminho de Luz
Casa dos Girassóis	Espírita	Parcerias com órgãos públicos, FIA. Eventos, Brechó, Doações. Depósitos em conta, e de luz.	Como obra de assistência do Grupo de voluntários da Associação Espírita Fé e Caridade, que já trabalha na comunidade a muitas décadas.
Casa São José	Católica	Parcerias com órgãos públicos, FIA. Recursos da Associação Arquidiocesana (ASA) e Paróquia Santíssima Trindade. Doações. Eventos.	"A Casa São José é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, viabilizada e mantida pela Ação Social da Trindade." Criada como desafio em celebração aos 150 anos da paróquia Santíssima Trindade.

*No caso da Ação social da Trindade e Aebas, este total relatado de crianças e adolescentes atendidos está considerando atendimentos do total de associações que compõem sua rede.

**Citações retiradas de trechos de entrevistas ou de sites institucionais.

Dentre as diferentes características que podemos destacar, quanto às associações em estudo, primeiramente chama a atenção como mais centrais no campo são em maior parte antigas, com 30, 40, 50 anos ou mais de existência em Florianópolis, sendo difícil encontrar associações mais recentes com atuação mais engajada a diferentes repertórios. Nossos casos escolhidos alinham-se aos dados do Mapeamento em Cartório das associações da cidade, além da pesquisa da Fasfil (IBGE, 2012), quanto às religiosas serem as mais antigas, e ao mesmo tempo, ainda continuarem a crescer.

Já quanto ao público-alvo, a atenção parece concentrar-se segundo extratos populacionais, primariamente: crianças, adolescentes, idosos, ou ainda gestantes. Há que se notar que se sobressai o número de associações que trabalham no dia-a-dia com crianças e adolescentes, e em extensão suas famílias. Dentre as justificativas por se trabalhar com este público, estariam: “Melhor trabalhar com as crianças, tratar futuros problemas na raiz”; “Eu sempre fui uma pessoa muito indignada com a situação de algumas crianças frente a essa questão da educação”; “Eu acho que um dos maiores benefícios é essas crianças terem um espaço seguro pra ficar no horário que os pais estão trabalhando”; “E como aqui era uma comunidade com muitas crianças e bem carente na época (...) então víamos as crianças, as crianças sempre na rua”; “Estamos buscando transformar a realidade desta comunidade a partir do investimento nessas crianças e nesses adolescentes, melhor ainda quando são crianças, porque daí é trabalhar bem na prevenção”; “Primeiro que tem muita gente aí que são muito pobres, é uma área com vulnerabilidade muito alta. Então a gente procura trazer essa criança aqui dentro, ensinar para eles valores humanos, honestidade (...)”.

As áreas de atuação das associações apontadas no Quadro 10.1 são apenas as principais conforme informações coletadas. Cabe salientar que são consideradas pelas associações como principais aquelas ações de caráter mais contínuo. Assim, por exemplo, quanto a cestas básicas: praticamente todas as associações disseram realizarem, periodicamente ou em campanhas, a doação de cestas básicas. E assim o são quanto a problemas emergenciais, como de saúde, violência, fome no caso dos usuários ou problemas comunitários. Logo, ações mais pontuais também fazem parte do rol de atividades realizadas em diferentes áreas, e são estas que nos permitem perceber diversificação de formas e áreas de atuação.

Os recursos econômicos segundo instituição foram organizados no Quadro 10.2 segundo ordem de importância. Dentre as associações que possuem parcerias com órgãos públicos, estes foram colocados prioritariamente, por se tratar do principal recurso da entidade, embora

precise ser combinado com outras ações por ser insuficiente⁴⁵. Os recursos do Fundo para Infância e Adolescência também são de considerável relevância para as entidades, mas não se trata de um recurso público propriamente, por ser proveniente de doações empresariais com fins de dedução de imposto de renda⁴⁶.

Prática ainda reinante em alguns dos casos, principalmente nas associações mais antigas, é a manutenção de Mensalistas, pessoas físicas que doam regularmente para a entidade. A existência de mensalistas foi relatada por 4 das 10 entidades, justamente as com data de fundação mais antiga. Em um dos casos, a associação declarou possuir 600 membros associados, e 400 mensalistas⁴⁷. Em outro, os associados/mensalistas dividem-se entre Associados Cooperadores (Contribuem com o que desejam, mas não possuem direito a voto nas eleições para diretoria); e Associados Cooperadores Efetivos (podem votar e ser votados, e somam 50 ao todo). Um associado cooperador pode expressar seu desejo de virar

⁴⁵ Os repasses das parcerias representam no montante mensal dispendido pelas associações em torno de 50, 60, e 70% do total gasto, conforme declarações dos entrevistados. A insuficiência dos recursos das parcerias como sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pela entidade foi declarada por 4 das 10 associações entrevistadas. Quanto a isto, estas declaram: “Enquanto o poder público precisar se utilizar das instituições sociais, sem fins lucrativos, para poder executar a tarefa que lhe cabe, essa parceria tem que existir, essa dependência e remuneração pelo serviço tem que ter. *Só que hoje não é uma remuneração, é uma exploração*, entende, não é que nós atendemos [número] crianças e o poder público paga para atendermos [número], não, ele paga o mínimo que ele pode e as instituições tem que se virar com o resto. [Mas nos relatórios que a prefeitura está mandando está constando?...] estas [número] crianças como plenamente atendidas. Como se fosse eles atendendo por inteiro, essa é a questão.”; “Então a gente precisa e depende destes convênios, só que esses convênios, eles nos repassam, algo assim *simbólico, muito longe da necessidade real* de cada instituição pra poder atender dignamente todas essas crianças e essas demandas.”

⁴⁶ “A doação do empresário é casada: ele diz que tem que ser pra tal, só que pra aprovar tem que ter o projeto em cima, a carta de captação. Então eu escrevo o projeto, ele é analisado, pode ter até 3 anos de duração. O Conselho analisa que está dentro dos termos e eles dão uma carta de captação”; “Sim, captar com as empresas, carta de captação de recursos, passa pelo Fundo, destina e fica 20% no Fundo.”

⁴⁷ Segundo dados da pesquisa *TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2014* (2015), realizada em todo o país, 49% das associações ouvidas declararam realizar prática de cobrança de mensalidades dos associados.

efetivo quando abre vaga, se tiver ao menos 2 anos de contribuição e conforme diretrizes do estatuto da entidade.

Também significativos, os casos de repasses de órgãos religiosos (caso da ASA), além de empresas fundadas pela própria rede com fins de captação de recursos, como no caso do Lar Fabiano de Cristo, com a Capemisa. No caso da LBV, a entidade é pioneira em termos de utilização do Telemarketing para arrecadação de recursos, prática que permite a entidade não realizar parcerias com órgãos públicos.

Comumente citado no caso de todas as associações aqui pesquisadas, estão as doações para além das monetárias, de pessoas físicas e jurídicas: de alimentos, materiais, tempo, espaço, etc. A realização de Eventos para arrecadação de recursos também é a realidade de grande parte das associações, assim como os Brechós⁴⁸.

Quanto ao contexto de criação das associações religiosas, foi apreendido existir geralmente uma narrativa de determinada liderança que sente inspiração ou chamado divino quanto a dever fundar a entidade, quanto aos fins desta ou mesmo quanto a qual deve ser a nomenclatura adotada. O momento em que determinado indivíduo ou grupo é inspirado a fundar a entidade configura-se como um momento mágico em que “se é tocado pela espiritualidade”, relatado em 4 dos 10 casos aqui analisados⁴⁹.

Ainda sobre o momento de fundação, em todos os 10 casos que aqui nos debruçamos, a origem da instituição está atrelada a determinada Igreja ou Centro Espírita, e a grupos de voluntários da mesma denominação religiosa. Em um dos casos, membros voluntários de uma associação, que queriam trabalhar com outro público-alvo, procuram fundar nova entidade segundo seus propósitos. Para além do contexto de criação, grande parte destas associações conserva atualmente laços com

⁴⁸ “Tem muitos se eu for analisar tem muitos, (...) a maioria tem obras de assistência, porque hoje brechó mantém-se fácil né, hoje todo mundo tem roupa pra doar, coisa mais simples que tem, e *geralmente todo centro espírita tem o seu brechó*, tem uma forma de arrecadação hoje pro fluxo da casa, é o seu brechó, com o preço acessível, com o sentido único de mobilizar recursos pra Casa, entendeu, por isso que vira e mexe tem almoço, tem jantar.”

⁴⁹ “Na noite de Natal do ano 2000, após uma apresentação dos alunos do Coral Canto & Luz, da Casa Espírita, uma das fundadoras recebeu, em sonho, uma orientação espiritual para promover uma alteração no nome da instituição para “Centro de Apoio à Formação Integral do Ser.” <http://www.institutochicoxavier.com/index.php/informativo/instituicoes-2/758-ceafis-centro-integrado-do-ser>. Último acesso em: janeiro de 2018.

as instituições religiosas de referência, seja como parcerias estratégicas, por questões hierárquicas (diretoria ser composta por padres ou pessoas daquele círculo), meio de sobrevivência (quando grande parte dos recursos econômicos advém da Igreja ou Centro Espírita, ou através deste), ou ainda considerando a questão humana: voluntários, fundadores e grande parte das pessoas envolvidas transitar pelos dois círculos. De fato, cabe colocar, o capital humano e social, quando falamos em associativismo e principalmente no caso das associações religiosas, é o principal viabilizador da origem, atuação e continuidade da associação, dada a importância que as redes mobilizadas pelos membros assumem nas práticas cotidianas da entidade, conforme nas próximas sessões procuramos evidenciar.

No Quadro 11 a seguir, apresentamos os principais aspectos relatados nas entrevistas quanto a conflitos, dificuldades e desafios, separando entre aqueles de ordem financeira e internos a associação.

<i>Quadro 11 - Indicadores potenciais de conflitos, dificuldades e/ou desafios</i>		
Indicadores	Natureza	Frequência
Financeiros		
Regras prestação de contas/ prazos	Regras que mudam constantemente, discordâncias quanto ao que é exigido pelos gestores, prazos curtos	8
Insuficiência de recursos	Repassados pela prefeitura através das parcerias	7
Atrasos repasses	Por questões administrativas ou orçamentárias	6
Quanto a trocas de gestão	Quando indicadores anteriores são motivados pelo processo de posse de nova gestão pública municipal	3
Internos		
Profissionais contratados x membros diretoria	Conflitos geracionais; Diferenças entre posicionamentos e opiniões de profissionais contratados e membros da diretoria	6
Questões quanto ao público-alvo	Quanto à comunidade e famílias	4
Contratação de profissionais	Atuação que necessita de perfil específico de profissionais	3

Rotatividade de profissionais	Quanto a precariedades do trabalho, baixos salários ou rotina cansativa.	2
Continuidade da entidade	Preocupação com inclusão de novas gerações	2

A insuficiência dos recursos das parcerias como sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pela entidade foi declarada por 4 das 10 associações entrevistadas; além da insuficiência: atrasos nos repasses, regras sobre prestação de contas que mudam frequentemente, exigências tidas como absurdas para prestação de contas e em relação a prazos; e ainda dificuldades durante o primeiro ano de nova gestão municipal, seriam os principais geradores de conflitos e dificuldades para as associações relacionadas diretamente as parcerias realizadas⁵⁰.

Já indicadores potenciais de conflitos e desafios internos estariam relacionados a dificuldades em encontrar profissionais com perfil apropriado para o trabalho nas associações, além de relativa rotatividade dos profissionais devido a dificuldades de ascensão profissional, baixos salários e precariedades. Ainda, quanto as entrevistas realizadas, é bastante visível nos casos em que foi possível realizar entrevistas com profissionais contratados e membros da diretoria, a existência de diferenças discursivas quanto à como estes veem como atua e como deveria atuar a associação, dimensão esta aprofundada nas próximas sessões.

Atores e engajamento associativo em associações religiosas

Nesta sessão, buscamos apresentar fragmentos de relatos para pensar questões empíricas vividas pelas associações religiosas e, principalmente, os indivíduos que tornam possível sua existência e continuidade. Mobilizaremos o conceito de elites, ao mesmo passo que o conceito de filantropia, considerando a possível vinculação entre ambos e as motivações das elites para integrar práticas filantrópicas em seu repertório. Também está presente discussão quanto às estratégias de integração de novos membros e estratégias de socialização das gerações mais jovens para dar significância ao trabalho social.

⁵⁰ “[É assim toda troca de gestão?] Quando é do mesmo partido não é tão traumático. Mas quando agora foi partidos diferentes e tudo o mais, e as organizações ficam a mercê de tudo isso, sem saber a quem... *como se nós fizessemos parte do partido anterior entendeu.*”

Em se tratando das associações religiosas, temos que sua relevância e protagonismo histórico no campo associativo estariam relacionados as redes sociais, apoios institucionais e capital religioso. Além disso, também é citado pelos informantes como de maior relevância aspectos relacionados “ao ideal”, as crenças quanto a proeminência da máxima “fora da caridade não há salvação”, no caso dos Espíritas, mas não menores para adeptos de outras religiões cristãs. Desta forma, ao mesmo tempo em que a continuidade da instituição depende de fatores de integração e manutenção de redes e capital social, isto não isenta estas associações de preocuparem-se com a inclusão de novas gerações⁵¹.

Nas associações filantrópicas, fundadas e mantidas por agentes pertencentes a grupos de elites e onde a vinculação religiosa é frequentemente utilizada como justificativa para a existência da instituição, é central procurar apreender as estratégias de reprodução e continuidade das práticas, trabalho e legado de fundadores (as). Conforme dados empíricos (como IBGE, 2012), a prática associativa está comumente associada a indivíduos do gênero feminino, mulheres possuidoras de diferentes tipos de capitais, muitas aposentadas precocemente ou que dedicaram sua vida a família, a manutenção do capital social familiar e a atuação em instituições de caridade. Em grande parte, tratam-se de lideranças carismáticas, que mobilizam suas redes sociais para possibilitar a manutenção das associações, realizando grandes eventos, coleta de objetos para bazares e leilões, dentre as muitas iniciativas. A doação de tempo, recursos e comparecimento a estes eventos faz parte do cotidiano dos membros das elites, sendo o reconhecimento de sua benevolência entre pares importante fator, entre também justificativas de altruísmo e caridade.

⁵¹ Algumas associações, principalmente as mais recentes, declararam não estarem ainda preocupando-se com continuidade, embora acreditem que virão a ter maiores dificuldades quanto a isto no futuro. Outras ainda declaram não terem maiores dificuldades de renovação nos cargos de direção por estes serem passados “por herança familiar”, onde “Agora o [nome] está na presidência já vai fazer um tempinho... mas assim, ele já tem filhos, já tem netos, tem muita gente pra continuar”. Já no caso de entidades que estão integradas a redes próprias, como o caso da LBV, Lar Fabiano de Cristo, Casa São José e Ação Social da Trindade, a continuidade destas está atrelada a estruturas organizacionais ou religiosas “maiores”, daí a menor preocupação existente diretamente no dia-a-dia destas.

Dedicando suas vidas a estas instituições filantrópicas, as (os) membras (os) fundadoras (es) necessitam assegurar a continuidade do trabalho e com isto seu legado ali investido. Para tal, precisam procurar desde cedo inserir seus filhos (e principalmente filhas) no dia-a-dia da instituição, tendo contato com a estrutura, *modus operandi* e principalmente com o sistema de crenças que dá significado e importância ao trabalho. Como Seidl (2009b), poderíamos chamar a este processo de “constituição do gosto pelo social”⁵², através de socialização familiar e escolar juvenil, inculcação de valores morais e religiosos, com introdução precoce ao mundo do social, na tentativa de motivar interesse sincero⁵³.

Quanto aos grupos dirigentes de associações filantrópicas e seus grupos de origem, suas estratégias para assegurar a continuidade de seu legado se dão prioritariamente através do controle do processo de socialização das novas gerações (PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2002). Isto porque a manutenção de posições de dominação ao longo das gerações exige esforços para permanência de compartilhamento de sentidos comuns quanto ao trabalho realizado. Neste contexto, a socialização dos herdeiros das elites quanto às práticas filantrópicas é bem-sucedido se sentido como um processo natural e nobre de dar continuidade ao trabalho iniciado pelos pais, familiares e membros de seus círculo social. Além disso, a incorporação naturalizada das crenças religiosas e morais que dão base e justificação ao trabalho social desenvolvido é percebido como um ato de solidariedade e doação ao próximo. De fato, nas entrevistas realizadas, três dirigentes entrevistadas

⁵² O gosto pelo social precisa assim ser construído e incorporado através da socialização e aprendizagem de regras que tornam-se familiares e naturais. Neste processo, os filhos da elite são integrados as práticas filantrópicas, entendendo a importância destas no campo em que circulam, embora tudo precise se dar de forma natural e não impositiva.

⁵³ Conforme narrado por uma das diretoras, o interesse pelo trabalho precisa dar-se pelo trabalho em si, do contrário, há riscos de não continuidade: “Gosto de pensar que todo mundo trabalha igual, ainda mais sendo uma ONG, geralmente os presidentes e diretores não são funcionários, tem que ser voluntário, então o engajamento tem que ser por amor, senão o que ele vai ganhar? Nada. Então tem que estar firme com o trabalho que realiza, senão não vai adiante. Se for pra ajudar tem que estar firme, senão não tem continuidade. Se for fazer algo errado, logo aparece”.

declararam possuir membros familiares atuantes na associação, em sua maioria filhos⁵⁴.

Caso falhem no processo de reprodução e domínio das condições de socialização e preparação das novas gerações para assumirem as responsabilidades, passam a ver o futuro com grande preocupação, forçando-se a uma maior abertura a pessoas de fora de seu círculo social.

“Ninguém quer assumir conosco a associação, então terão que vir pessoas de fora, pois quem está aqui não vai querer. Então temos que cuidar de nossa saúde para ao menos terminarmos o que se começou. Na verdade estamos preocupados com a transição, ninguém quer o trabalho e isso não pode acabar. Se morrermos hoje, não sei como fica.”

No entanto, cabe incluir aqui reflexão quanto a transformações organizacionais que parecem dar menos ênfase a fatores e transições hereditárias. Tal como explicitado por Seidl (2013, p. 187-188), em sociedades ocidentais contemporâneas, “os indivíduos que ocupam posições de poder dependem cada vez menos, de modo *direto e exclusivo*, de determinantes hereditários” e ainda, “de indicações com base em laços familiares, de amizade e clientelismo e de outras formas de compromisso que excluem alguma espécie de competência específica para ocupar tais posições⁵⁵”.

⁵⁴ “Muito trabalho foi colocado aqui. No início isto era tudo pedra, ninguém acreditava que conseguiríamos. Agora toda a minha família é voluntária ou professores daqui.”

⁵⁵ No mesmo sentido conflui o argumento de Robert Putnam (2003). Ao analisar o caso norteamericano em obra sobre *El declive del capital social* em diversos países, procura evidenciar a participação religiosa como um aspecto crucial do compromisso cívico, onde as tendências deste último estariam estreitamente ligadas a mudanças nas pautas de participação religiosas. Embora a participação em atividades religiosas seja hoje, como os dados demonstram, menor do que foi a duas décadas atrás (que por sua vez foi também inferior do que a 4 décadas passadas), o decréscimo da participação religiosa e pluralização denominacional, assim como as mudanças nos compromissos políticos e comunitários, pode ser atribuída a diferenças geracionais. As novas gerações (*baby boomers* como colocado por Putnam), ao substituírem as mais velhas, apresentam, resultantes de processos sociais próprios e diferentes das gerações anteriores, menores índices

Na figura das diretoras, historicamente identificadas como *damas da caridade*, salta aos olhos a grande capacidade de mobilização de seus capitais para possibilitar a continuidade dos trabalhos. Trata-se, aparentemente, de um duplo movimento que se retroalimenta: mobilizam suas redes de capital social para a realização de grandes eventos, bazares e doações, ao mesmo tempo que parecem valer-se das associações como forma de incorporar maior ou solidificar o capital de que já são possuidoras. Ainda, ser gestora destas organizações, pode prover oportunidades de se autopromoverem/empoderarem, demonstrando habilidades que muitas vezes não tiveram oportunidades de evidenciar em outros espaços⁵⁶.

Em uma das associações pesquisadas, as diretoras/fundadoras são reconhecidas como “as matriarcas”, mulheres que estão à frente da entidade mobilizando esforços para sua fundação e continuidade através dos anos⁵⁷. Nas associações aqui entrevistadas, a maior parte dos

de filiação religiosa e decréscimo de compromisso para com as atividades religiosas, filantrópicas e comunitárias.

⁵⁶[“É comum a maioria das diretoras serem mulheres destas entidades assistenciais?” Sim, a maioria, do que eu conheço, até hoje, não vi nenhum homem. [Porque você acha que são mais mulheres?] A mulher assim ela é mais atenciosa, digamos assim, mais carismática, os homens já agora tá mudando, os homens tão tendendo a vir de uma forma diferente, lógico que hoje mudou o conceito família né, antes era a mulher que era a empregada doméstica, hoje não é mais, direitos iguais, entendeu, hoje você pode ver que está mudando e a tendência é mudar, porque a doutrina espírita fala sobre isso hoje, *o espírito não tem sexo*. Há necessidade do sexo na carne, porque? Justamente pra trabalhar orgulho, preconceito, tudo isso, no mundo espiritual não existe sexo. Na nossa cabeça aqui encarnado tem justamente pra trabalhar estas virtudes, a mulher pode ser mais vulnerável e o homem mais forte, aí a uma junção os dois mais fortes na família, entendeu, papel da mulher é da mulher, do homem é do homem, mas os dois se não trabalharem juntos não formam a família, e isso tá mudando esse conceito”. Aqui o entrevistado está colocando que é comum mulheres serem diretoras, *nas instituições e obras assistenciais ligadas aos centros espíritas*, sendo que esta demarcação de espaço indica não ser este o caso quanto à mesa diretora dos Centros Espíritas em si.

⁵⁷ “A assistência social no Brasil está muito relacionada a práticas religiosas. É um visão muito feminina ... pela prática da caridade e pelo âmbito religioso.” E sobre o contexto de surgimento: “Grupo de voluntários do centro espírita que fundaram, nós temos três fundadores que são peças chaves, como a gente diz, as matriarcas que fez todo este surgimento. Então com todo esse trabalho, tanto voluntário também, mais a parte voluntária mesmo da casa espírita com a

funcionários e voluntários são mulheres, embora em 2 casos, a presidência da entidade é composta por homens, ou por homens que substituíram mulheres precursoras.

Quanto aos dados sobre os entrevistados para esta pesquisa, ao todo foram 3 homens e 14 mulheres. Dos 17 entrevistados, 9 estão na associação ao menos 10 anos, sendo 4 entre 20 e 30 anos. Dos entrevistados que estão a menos de 10 anos na associação, estariam profissionais contratados e membros fundadores de associações mais recentes. Quanto a dados de perfil temos ser a maioria possuidores de diplomas universitários, embora dos que responderam quanto a escolaridade dos pais (5), possuem estes ensino fundamental completo ou incompleto, ou ensino médio. Cabe ainda colocar os principais benefícios, dificuldades ou mesmo precariedades quanto ao trabalho destes profissionais e dirigentes nas respectivas associações, conforme Quadro 12.

<i>Quadro 12 – Quanto aos benefícios pessoais, dificuldades e/ou desafios conforme entrevistados</i>	
Benefícios Pessoais	Dificuldades/desafios
Diretores/Voluntários	
<p>“Acho que todo mundo tem muito prazer em trabalhar aqui, nós que somos voluntários porque a diretoria é toda voluntária né. Eu sempre falo pras crianças que o nosso salário é justamente isso a mudança de atitude deles então é justamente isso e sempre querer ver as crianças bem, aqui tem uma energia muito boa acho que todo mundo que vem aqui sente isso, fazer com amor é tudo.”</p>	<p>“Eu vejo que eu tenho que me privar de muita coisa, em relação aos meus amigos por exemplo. Quanto a família, não estar presente em alguns momentos, não poder viajar, queríamos viajar pelo mundo e eu não posso, família apoia, mas é difícil. E muitas vezes meu marido reclama mas eu falo dessa vez eu não posso ir, entendeu, mas eu conto muito com a compreensão deles, mas não tem como é como eu sou.”</p>

comunidade que a gente atua aqui diretamente na comunidade [nome]. Então este trabalho também começou com estas três Matriarcas que a gente chama, são as fundadoras da casa espírita, que começaram este trabalho com crianças adolescentes e a comunidade em geral.”

Profissionais Contratados	
<p>“Trabalhar menos e ter mais tempo pra ficar com a minha filha; benefício, trabalhar na área, ser profissional de serviço social, ter a função delimitada é um benefício, ainda gostar de trabalhar aqui.”</p>	<p>“É mais relacionada ao <i>quadro</i>. Nós não temos um quadro muito grande pra atender, aí a gente fica muito preso a processos: a precisava de um atendimento psicológico, às vezes falta um profissional a gente não consegue remanejar, essas são as maiores dificuldades, quanto ao quadro de profissionais.”</p>
<p>“A, várias, cursos, eu gosto de trabalhar as pessoas, quando chega alguém com problema e eu consigo trabalhar e vejo que ela está evoluindo eu fico feliz com isso. O mérito não é meu, eu falo sempre, é você. Eu posso te mostrar o caminho, mas se você não quiser não vai.”</p>	<p>“Ou mesmo nós que além de funcionário é muitas vezes voluntário: pega nosso carro, pega nosso dinheiro, mais horas do que o pago, final de semana, não tem hora extra, então a gente acaba muitas vezes sendo um voluntário, boa parte do tempo é doado, senão a gente não consegue manter uma instituição com [número] crianças, nos dois períodos, todas as atividades, com dinheiro da prefeitura não dá.”</p>
<p>“O trabalho social ele é muito gratificante né, eu posso dizer que eu me sinto uma heroína todos os dias.”</p>	<p>“Dentro de uma instituição não governamental a gente sempre vai passar pela questão de recurso financeiro (...) Mas eu não posso dizer que não tenha problemas financeiros assim, então a questão do desafio mesmo acho que seria financeira mesmo.”</p>
<p>“Eu acho que essa autonomia, eu vim de uma realidade de 11 anos de prefeitura, e eu acho que [nome entidade] ela dá essa autonomia profissional, né, pra você ousar e propor, desenvolver mesmo a atuação profissional dentro da instituição, do meu ponto de vista é a autonomia. Confiança no trabalho também sabe.”</p>	<p>“Não tem uma ascensão nessa área social, tem ascensão de crescimento, de produção, de estudar, de ... os ganhos são outros assim, não é numa empresa, que você trabalha, que você tem um apoio vai crescendo, nessa área social isso não existe. [E as pessoas saem por isso?] Acho que algumas pessoas saem por isso, pela questão do salário também, que é pouco e todo mundo tem família (...) mas também tem bastante rotatividade pelo salário e pela identificação na área sabe. Tem gente que vem trabalhar, acha que é uma coisa e é outra. E também porque esses ambientes de trabalho se você não estiver bem preparado, você acaba saindo, essa quantidade de carga, emocional, social de pressão assim, de não ter saúde pra trabalhar”.</p>

Ainda, quanto a importância da trajetória e mesmo dos atores envolvidos no campo associativo, cabe explorar o exposto por uma das interlocutoras entrevistadas:

“Olha eu vou te dizer que tem as entidades que são mais atuantes, mas tem as entidades que são mais reconhecidas, e tem as pessoas das entidades que são mais atuantes. Entidades reconhecidamente atuantes a gente tem algumas, os nomes emblemáticos, porque *a gente não consegue desvincular pessoas de instituição*, [nome] é uma pessoa super atuante, eu vejo muito pouco nesse meio, mas reconhecidamente é muito atuante e dentro dos espaços onde as entidades dele estão, são atuantes, mas eu diria que [nome entidade] é uma entidade muito atuante nesse momento, [nome entidade] na pessoa da [nome], é uma entidade que está sempre... *a entidade é a pessoa né*, o [nome entidade] acho que como um todo assim porque participa, sede espaço, e sempre tá junto. A entidade e a pessoa. *Eu acho que a pessoa articula muito o quanto que a entidade se envolve sabe.*”

“*Eu acho que depende muito das pessoas. As lutas estão mais vinculadas a um querer de ordem pessoal do que só uma representação institucional. Esse é um desafio né, porque, como [nome] saiu da entidade que ela trabalhava porque já não... tinha mais espaço pras lutas pessoais dela também. Isso é uma coisa que eu percebo, os anseios dela superavam os desejos da entidade, e ela acabou indo pra outro lugar, onde ela tá agora.*”

Conforme colocado (e também perceptível em algumas das associações pesquisadas) em alguns dos casos, o meio associativo acaba tendo muito espaço para a “pessoalização”, as associações que são *a pessoa* ao invés *das pessoas*. Ou seja, quando determinada liderança passa a ser reconhecida, às vezes mais do que a própria entidade, apesar das muitas pessoas envolvidas na atuação da associação. Assim, embora tenhamos observado que as associações são as pessoas que a integram, segundo suas crenças e intenções que propoem determinado fim,

existem casos em que a emergência de um líder carismático, que agrega em sua figura e seus atos a representação incorporada da entidade, é a regra e não a exceção.

Se, como vimos, quando parte das associações seriam de pequeno porte, com escassos recursos (financeiros e de pessoas), principalmente organizações que atuam no nível local, logo estas também possuem as maiores dificuldades, caso queiram, de serem mais engajadas e atuantes em diferentes espaços. Em se considerando os custos da participação institucional, as associações com este perfil que conseguiriam participar ativamente das discussões em diferentes espaços seriam aquelas em que a diretoria possui maior interesse nas pautas públicas; ou as que possuem em seus quadros – contratados ou voluntários – pessoas com trajetória e perfil ativista, ou que acabam por aflorar a perspectiva de atuação militante/engajada através de maiores contatos com diferentes indivíduos em círculos como FPPP, conselhos gestores ou conferências⁵⁸.

Há ainda um outro aspecto apreendido pela pesquisa de campo realizada, quanto aos atores, que convém destacar. Há importantes diferenciações, conforme apreendido nas entrevistas, entre como profissionais contratados e diretoria veem a atuação da associação e como esta deveria ser. Isto principalmente quanto a questão do trabalho voluntário e sua importância para a entidade, conforme podemos perceber nos relatos abaixo:

“Hoje o profissional capacitado, ele tem a didática, ele tem esse conhecimento, esse estudo pra vim com projetos novos, com ideias novas, com inovação e tem também o seu comprometimento. Não que o voluntário não tenha esse comprometimento, mas não é obrigação do voluntário ter o comprometimento e o profissional qualificado, já tem isso, já tem uma outra visão, entendesse. Então eu acho muito importante a profissionalização dentro de uma ONG com certeza. Ter esses profissionais, um pedagogo, um assistente social, o projeto que tem um psicólogo na intervenção, então muito importante. Não só depender do voluntariado, não que o voluntariado não seja importante, é de extrema importância mas

⁵⁸ Ver artigo de Ernesto Seidl (2009a) com pesquisa sobre engajamento e militância de lideranças de diferentes instituições associativas.

não só depender, as vezes tem voluntariado que não tem a qualificação de um profissional” (profissional contratado).

“O voluntariado ele, naturalmente, ele é um entusiasmado. Ele traz consigo o sonho que ele acha que é possível realizar. E este sonho, este ideal ele dá toda a força, e principalmente nos momentos de maior dificuldade, pra não desistir facilmente. A pessoa quando ela é funcionária, com raras e honrosas exceções, como não é um ideal dela, uma organização social, ou como mesmo em uma empresa (...), ela tende a cumprir, fazer o cumprimento e sempre pensar em melhoria de promoção, em termos de cargos e salários. Então o ideal da instituição e o ideal da organização não é o que move essas pessoas, enquanto que voluntariado é o ideal da causa. A causa que é abraçada é o que move” (dirigente voluntário).

Nos relatos anteriores, feitos por profissional e dirigente voluntário da mesma entidade, está bastante demarcado como ambos visualizam e valorizam diferentes pontos de vista quanto ao trabalho dispendido dentro da associação. No primeiro caso, fica evidente como o profissional vê o voluntariado como importante, mas não tanto quanto os profissionais contratados, que seriam mais competentes, preparados e comprometidos para com o trabalho.

Tal posicionamento também foi colocado por outros interlocutores que atuam como profissionais contratados, principalmente no sentido de reiterar que voluntários vêm a agregar ao trabalho “básico” feito pelos contratados, não sendo assim, em grande medida, essencial, mas que ajuda a somar. Neste sentido, “se eles não vierem muitas coisas não vão acontecer”; e “Importante porque vem a somar né vem somar com essa equipe. Ele não vai fazer as atribuições específicas. Ele vem somar no que já é desenvolvido na casa”; e por último: “É importante porque oferece coisas complementares assim mas não é essencial porque o que é essencial aqui é feito por quem é contratado. Então se o voluntário não vir, não deixa de acontecer nada. Se o voluntário vir, acontece uma coisa a mais.”

Já no caso da fala do dirigente, o trabalho voluntário é exaltado para além de uma importância prática no dia-a-dia da associação: enquanto comprometido com a causa, compartilhando do ideal e do sonho com outros atores. A última frase é bastante emblemática, por colocar a “causa abraçada” como foco de todos os esforços despendidos, no caso dos voluntários, enquanto no caso dos profissionais contratados, estes não compartilhariam desta preocupação *principal* com a “causa”. Por outro lado, o relato do dirigente parece remeter-se, em alguma medida, a atuação de sua própria pessoa, enquanto membro voluntário da entidade, e no caso, dentre os membros realmente mais comprometidos por se tratar também de membro/dirigente/fundador. A importância do voluntariado também se refere (conforme citado por três dirigentes) a redução de gastos financeiros (na forma das doações materiais e de tempo) além de diversificação e ampliação dos serviços oferecidos a comunidade.

3.3 Repertórios de atuação das associações religiosas em Florianópolis

“La iglesia es gente. No es um edificio y tampoco una institución. Es la relación entre una persona y la que está a su lado” (reverendo Craig McMullen, pastor coadjunto ativista da igreja batista de Dorchester Temple de Boston, em PUTNAM, 2003, p. 81).

Considerando poder ser o conceito de repertórios analiticamente proveitoso para o campo do associativismo religioso, nos dedicamos nesta sessão a apresentar os repertórios mobilizados pelas associações aqui em estudo. Valendo-se de uma concepção mais abrangente de repertórios, incluindo ações colaborativas e conflituosas, iniciamos apontando as redes enquanto importante repertório de atuação das OSCs. Também considerado um dos mais centrais repertórios mobilizados, estão as parcerias realizadas com órgãos públicos estatais, para repasses de recursos. Por fim, a ocupação de espaços institucionalizados ou não, como conselhos gestores, o Fórum de Políticas (FPPF), audiências, protestos, contatos com a Câmara de vereadores e órgãos do judiciário, são os principais repertórios de atuação das associações entrevistadas.

Associativismo religioso e suas redes

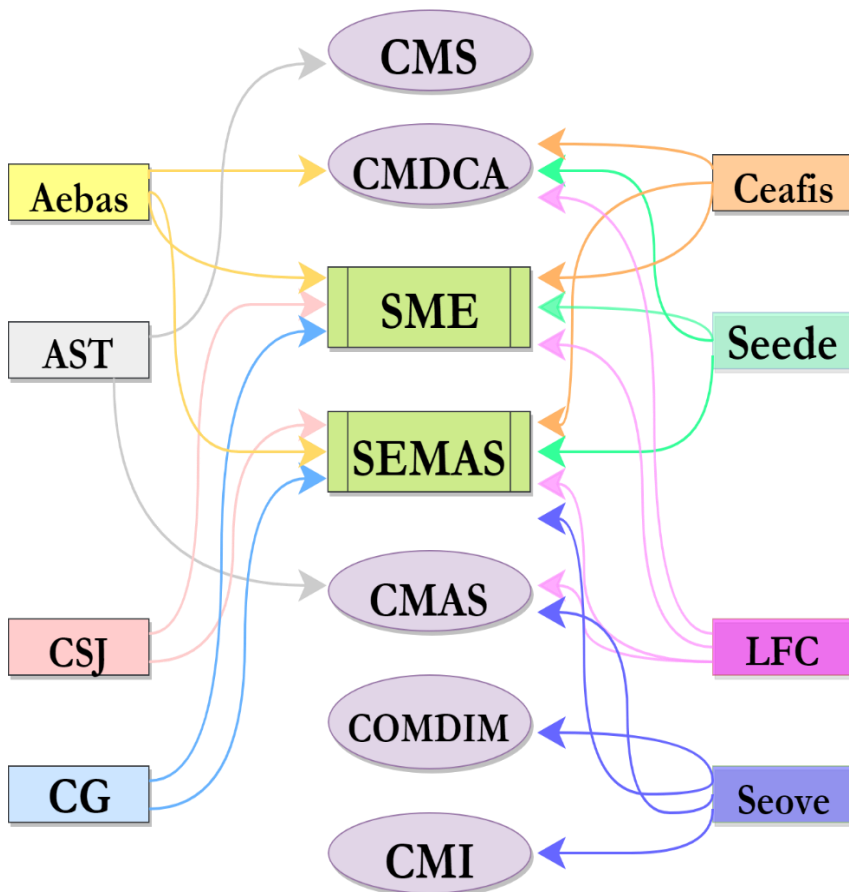
No contexto das organizações da sociedade civil, o conhecimento dos tipos de redes estabelecidas pelas associações é de grande valia para se procurar traçar um percalço analítico sobre estas e como atuam. Conforme o colocado por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007), o universo das OSCs que compõem a sociedade civil é, além de bastante complexo, altamente hierarquizado. Para estes autores, é preciso considerar a “importância dos laços sociais como elementos que estruturam a vida social” (Idem, 2008, p. 79). Neste meio, os padrões de relacionamento conformados, sejam entre associações ou com outras instituições, entre acadêmicas, empresariais ou mesmo governamentais, determinam em grande parte as suas capacidades de atuação. Dentre outros aspectos, é através deste processo de conformação de redes que as associações vêm consolidando a sua presença enquanto atores políticos protagonistas na sociedade brasileira (Idem, 2007).

Ainda segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007), as entidades assistenciais e religiosas situam-se no campo associativo mais como atores-pontes, atuando enquanto mediadoras, buscando articular e contribuir com a consolidação e ampliação da atuação em rede.

Conforme já colocado, o meio associativo, para além de sua complexidade em deixar-se compreender, é caracterizado por ser extremamente *hierárquico*, existindo importantes diferenciações quanto ao acesso a recursos existentes. Assim, as redes sociais podem tanto reforçar quanto suavizar estas assimetrias, tendo as associações maior ou menor densidade de relacionamentos a depender de características internas e externas.

Se no plano teórico a importância das redes é amplamente estimada, nos voltamos a verificar como está organizada a atuação em redes quanto às associações aqui pesquisadas. Em um primeiro momento, procuramos organizar em Diagrama a atuação das 10 associações em conselhos e secretarias vinculadas a PMF. Das 10 associações, 2 não estão presentes no diagrama por não estarem atualmente ou nos dados que tivemos acesso (LÜCHMANN, 2015) presentes em conselhos ou realizando parcerias com a PMF, sejam o Grupo Escola Irmão Delmiro (GEID) e a Legião da Boa Vontade (LBV – Florianópolis).

Figura 2 – Diagrama Associações, Conselhos e Parcerias com órgãos PMF



Fonte: Autoria Própria.

Legenda: Aebas - Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social; AST - Ação Social da Trindade; CSJ - Casa São José; CG - Casa dos Girassóis; Ceafis - Centro de Apoio a Formação Integral do Ser; SEEDE - Seara Espírita Entrepósito da Fé; LFC - Lar Fabiano de Cristo; SEOVE - Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna. Conselhos: CMS - Conselho Municipal de Saúde; CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do adolescente; CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social; COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; CMI - Conselho Municipal do Idoso.

Dentre os órgãos públicos da PMF, são as secretarias da educação (SME) e da assistência social (SEMAS) as duas mais citadas, fato diretamente relacionado a área de atuação principal das associações. Seis associações disseram possuir parcerias com a SME, enquanto 7 declararam receber repasses de recursos da SEMAS. Importante notar que todas as que possuem parceria com a SME possuem também com a SEMAS, com exceção apenas da Seove, instituição que faz acolhimento de idosos. Estas seis associações são bastante representativas do contexto das associações de Florianópolis que tem como público-alvo principal crianças e adolescentes, e que realizam parcerias com a PMF, por serem em maior parte associações que realizam parcerias com ambas as Secretarias. Isto confirma também que a atuação multifocal das associações é reconhecida pelo próprio poder público, dado que ao receberem repasses por trabalharem ao menos em duas áreas, sejam, educação e assistência, se legitima suas habilidades de oferecerem diferentes serviços as crianças e famílias beneficiárias.

Já quanto aos conselhos gestores, estão presentes no diagrama aqueles em que as associações tiveram cadeira enquanto representantes da sociedade civil em ao menos uma gestão desde o ano 2000. Em alguns conselhos, como no caso do Condim e CMI, apenas uma das associações possui cadeira, assim como o caso do CMS. Já no CMAS, 3 entidades possuíram cadeiras, tendo uma delas estado presente em quatro gestões. O CMDCA é o conselho com maior participação, dado que 4 associações tiveram cadeira desde 2000. O CMDCA é um dos conselhos mais antigos e considerado como um dos mais atuantes da cidade, de forma que embora muitas associações não consigam obter cadeira para representação, mesmo assim buscam participar das plenárias para estarem a par dos assuntos discutidos, sem falar que todas as associações que possuem parcerias precisam estar credenciadas junto aos conselhos respectivos da área.

Muitas vezes relacionados ao fato de possuírem parcerias com órgãos públicos ou representação nos conselhos, está o interesse (ou necessidade) em manter laços e contatos mais estreitos com outras OSCs.

Durante a realização desta pesquisa, foi apreendido que é preciso diferenciar ao menos duas formas pelas quais as associações organizam-se em redes. Primeiro, redes enquanto relações com outras associações (contatos organizacionais, trocas, diálogos, doações), empresas (recursos e serviços) e instituições religiosas como igrejas e centros espíritas

(doações, cedência de espaço); e por outro lado, as associações organizadas em Redes Internas, sob uma mesma denominação ou não, espalhadas geograficamente na cidade, estado, país ou pelo mundo, e em muitos casos com diferentes CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), mas integradas, muitas vezes possuindo uma sede⁵⁹. Dentre as 10 associações aqui pesquisadas, 5 atuam desta forma, sejam espalhadas pelo território nacional, sob a mesma denominação e possuindo uma administração que toma as principais decisões quanto “as filiais” (LBV e Lar Fabiano de Cristo); seja enquanto entidade que ao passar dos anos foi se descentralizando geograficamente para diferentes regiões da cidade (Aebas) ou ainda enquanto entidades que estão vinculadas a uma instituição religiosa, que também foi fundando instituições ao decorrer do tempo (CSJ – Casa São José, CCMP - Casa da Criança do Morro da Penitenciária, Creche São Francisco) e possuindo uma entidade que atua como “administração central” (AST – Ação Social da Trindade).

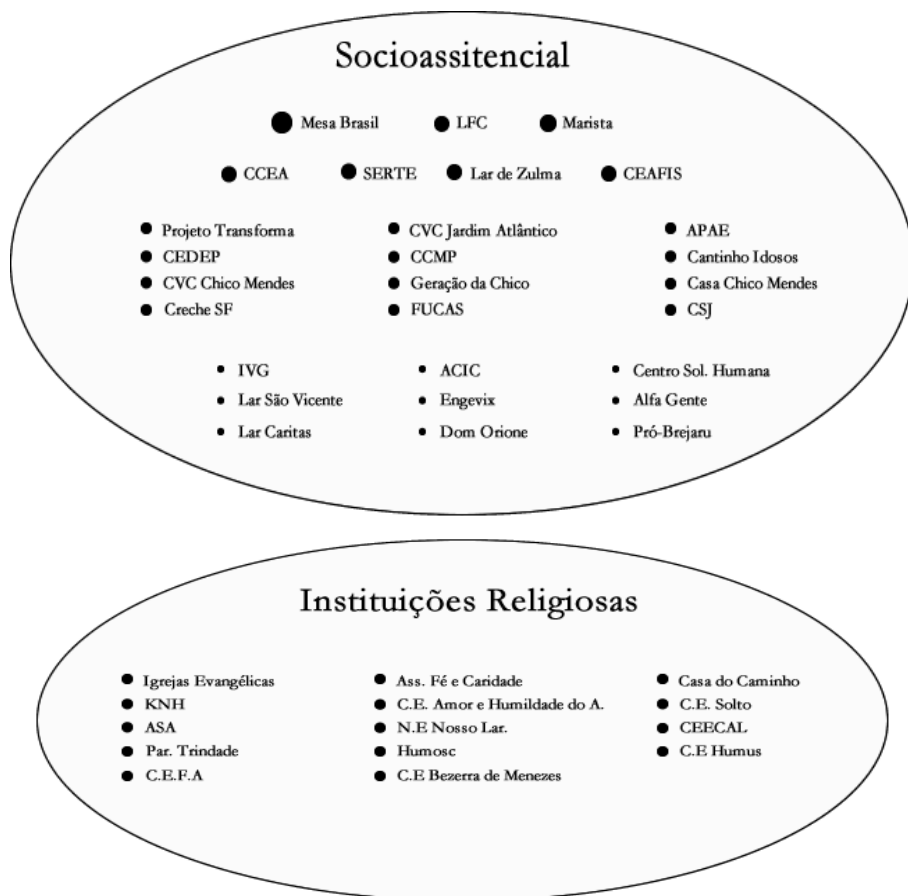
Nas entrevistas realizadas com as 10 associações, foram citadas um total de 75 associações, instituições religiosas, acadêmicas, de Defesa de Direitos, governamentais e Fóruns com que estas mantêm redes. Destas instituições referidas, 28 podem ser definidas enquanto Socioassistenciais, sendo que destas, 11 atuam em Redes Internas. No Diagrama X, elas foram organizadas segundo a ordem de mais para menos citadas. O Mesa Brasil, instituição distribuída nacionalmente e integrada à rede SESC (Serviço Social do Comércio), foi citada por 5 das 10 entidades⁶⁰. Em segundo lugar, citadas por 4 das 10 associações, estão

⁵⁹ E também atuando enquanto entidades articuladoras do campo: “as articuladoras são produto notável de uma estratégia bem-sucedida de criação de atores que reflete o adensamento e diferenciação funcional do universo das organizações civis. Sua centralidade não apenas atesta a capacidade de construção institucional das organizações civis, em particular das ONGs, mas ilumina a plasticidade da ação coletiva no sentido de inovar para escalar demandas e problemas, bem como para representar interesses e perfilar agendas compartilhadas por constelações amplas de atores sociais” (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHR, 2007, p.489).

⁶⁰ O Mesa Brasil seria “uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício” que realiza a coleta de alimentos próximos do período de vencimento da validade, coletados junto a supermercados e grandes distribuidoras de produtos alimentícios, e posteriormente distribuídos principalmente entre as OSCs que estão inscritas junto ao programa. Maiores Informações em: <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/omesabrasil.html>. Último acesso em janeiro de 2017.

Centro Educacional Marista, Lar Fabiano de Cristo, Centro Cultural Escrava Anastácia, Lar de Zulma, Serte e Ceafis. Considerando apenas esta amostra de 10 associações entrevistadas, as 6 associações citadas podem ser destacadas pela centralidade que ocupam no campo.

Figuras 3, 4 e 5 – Diagrama Associações, instituições religiosas e empresas citadas



Empresarial Patronal

- | | | |
|-----------------------|--------------|-------------------|
| ● Tractebell | ● AGRINESS | ● MACEDO |
| ● Comércios de Bairro | ● HAVAN | ● Angeloni |
| ● Nexxera | ● Hiper Bom | ● Fort Atacadista |
| ● Bistek | ● Banco Itaú | ● Banco do Brasil |
| ● Banco HSBC | ● CAPEMISA | ● SESI |

Fonte: Autoria Própria a partir de dados das entrevistas.

Legenda: Socioassistencial: Mesa Brasil - SESC; LFC – Lar Fabiano de Cristo; Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne; CCEA - Centro Cultural Escrava Anastácia; SERTE - Sociedade Espírita de Recuperação, trabalho e educação; Lar de Zulma; CEAFIS - Centro de Apoio a Formação Integral do Ser; Projeto Caieira 21 – Projeto Transforma; CVC Jardim Atlantico; APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Cedep - Centro de Educação e Evangelização Popular; CCMP - Casa da Criança do Morro da Penitenciária; Instituto de Caridade e Apoio ao Desamparado – ICAD/ Cantinho dos Idosos; CVC Chico Mendes; Projeto Geração da Chico; Casa Chico Mendes; Creche São Francisco; Fucas - Fundação Casan; CSJ - Associação Casa São José; IVG - Instituto Pe. Vilson Groh; ACIC - Associação Catarinense para Integração do Cego; Centro de solidariedade humana creche; Lar São Vicente de Paula; Instituto Engevix; Alfa gente; Lar de caritas; Dom Orione; Associação pró-Brejaru da Palhoça;

Instituições Religiosas: Igrejas evangélicas; KNH – Kindernothilfe; ASA - Associação Arquidiocesana; Paróquia Santíssima Trindade; Associação Espírita Fé e Caridade; Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo; Núcleo Espírita Nosso lar; Humosc; Casa do Caminho; Centro Espírita Solto; CEECAL - Centro de Estudos Espíritas caminho da Luz; Cerhumos; C. E. F. A; Centro Espírita Bezerra de Menezes.

Empresarial Patronal: Tractebell; AGRINESS Gestão da Informação para Suinocultura; Macedo, Comércios de Bairro; Havan, Supermercado Angeloni; Instituto Nexxera; Supermercado Hiper bom; Fort atacadista; Supermercado Bistek; Banco Itaú; Banco do Brasil; Banco HSBC; Capemisa; Sesi.

Além das entidades Socioassistenciais, 6 das 10 associações declararam atuar em rede com instituições próprias do campo religioso, como igrejas e Centros Espíritas. Dentre as 14 instituições citadas, praticamente todas o foram por apenas uma associação, de forma que as redes com as instituições religiosas não se sobrepõem. Poderíamos destacar da denominação evangélica as igrejas, por contribuírem com

doações ou cedência de espaço, ou ainda a KNH (Kindernothilfe), instituição alemã que realiza repasses a OSCs evangélicas, em diferentes partes do globo, mas que, segundo nossa interlocutora, está se retirando do Sul do Brasil para concentrar repasses a outros países ou regiões como o nordeste, com Índice de Desenvolvimento Humano inferior. Duas instituições católicas foram citadas, sendo a Paróquia Santíssima Trindade, responsável pela fundação e continuidade de entidades como a Casa São José, e cuja Ação social da Trindade é diretamente vinculada enquanto um dos seus departamentos. Já a ASA - Associação Arquidiocesana, é citada por realizar doações e repasses financeiros.

Quanto as instituições espíritas, entre as 14 instituições religiosas citadas, 10 são espíritas, sendo o maior número de casos diretamente proporcional a serem a maior parte das associações aqui em estudo vinculadas a denominação espírita. As redes e contatos estabelecidos seriam principalmente da ordem da realização de campanhas, eventos e doações. Geralmente os Centros Espíritas a que as associações estão diretamente vinculadas não são citados enquanto redes, dada sua maior proximidade (como quem não é algo exterior a associação), com exceção da Casa dos Girassóis, que cita a Associação Fé e Caridade.

O contato com empresas está aqui representado no Diagrama enquanto Empresarial Patronal, e entre as empresas citadas estão principalmente aquelas que fazem doações através do FIA (Fundo para Infância e Adolescência), fundo este administrado pela gestão municipal. A Tratebell e Havan são instituições bastante citadas e reconhecidas na cidade enquanto doadoras regulares para o FIA. Outro tipo de relacionamento entre empresas e OSCs remete-se a doações de alimentos. Desta natureza são citados Macedo, Fort Atacadista e os Supermercados, que além de doarem esporadicamente alimentos, realizam as campanhas de Troco Solidário, doando o montante arrecadado para as instituições parceiras.

Não estão representados nos diagramas outros tipos de entidades citadas, dado a sua menor frequência. Quanto a órgãos governamentais, ou o que poderíamos chamar de redes de serviços, foram citados o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), escolas públicas, postos de saúde, conselho tutelar e batalhões do exército brasileiro. Dentre as instituições acadêmicas, foram nominadas a UFSC e UDESC. Das territoriais/comunitárias, foi citada a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), e os conselhos/associações segundo bairros e

comunidades. Do mundo do trabalho, o Renapsi (Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Interação), a OAB Cidadã, cujos representantes eventualmente auxiliam em questões jurídicas, e o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina). Ainda foram citados o ICOM (Instituto comunitário Grande Florianópolis), Fórum do Maciço e o Fórum Permanente de Políticas Públicas (FPPF), citado enquanto a principal interface independente e articuladora das organizações da sociedade civil florianopolitana.

Conforme já apontado anteriormente, dentro das associações são de grande relevância as conexões que os indivíduos que atuam enquanto membros desta possuem no meio social. Ou seja: quem se conhece, segundo trajetória pessoal, onde conformam-se redes que podem ser acionadas sempre que necessário e conveniente⁶¹.

Também, a questão religiosa pode ser determinante quanto as redes mobilizadas, enquanto importante fator de compromisso cívico. Assim, “las personas religiosamente comprometidas parecen sencillamente conocer a más gente. (...) es evidente que las personas religiosas son capitalistas sociales que mantienen una actividad poco común” (PUTNAM, 2003, p.83). Considerando isto, uma questão importante a ser considerada seria se, quanto mais se distanciam da perspectiva de atuação religiosa (mobilizando diferentes repertórios político-institucionais e em redes com não religiosas), maiores seriam as dificuldades, a longo prazo, de manter redes e contatos de atuação originários, bem como possíveis dificuldades de continuidade, ou seja, de encontrar pessoas que substituam diretores/fundadores.

No casos estudados, encontramos associações que declaram a questão religiosa não ser importante na estratégia de constituição de redes

⁶¹ “Então ele tem conhecimento disso, conhece as pessoas pra ajudarem.” E “então a gente vai recorrendo, fazendo amizades... ano passado teve o seminário sobre justiça restaurativa, conheci alguns advogados e um juiz, e estou recorrendo a eles, para conhecer e como ajudar.” E ainda: “temos um número bem pequeno de estudantes. Por causa da escola, estágios. Então a maioria já são idosos que participam, que atuam. Na fase adulta, que trabalham, contribuem mais com doações mesmo. Ligam e perguntam o que falta. São voluntários mais nas doações e parcerias. Por exemplo, a [nome empresa]: a eu conheço a fulana, vamos lá eu te ajudo a marcar um horário com ela. Aaa eu conheça a fulana de tal, que é ali do Tribunal ... vamos lá. Então tem essas redes que a gente precisa e são essenciais pro nosso trabalho.”

da entidade⁶², e associações que comportam-se buscando realizar funções de articuladoras:

“O morro da penitenciária não tem, não tá funcionando associação de moradores. E não é minha função. Quem tem que correr atrás de melhorias pra comunidade é o presidente da associação de moradores... então desde o ano passado estamos fazendo um estudo, subimos na comunidade, vamos de casa em casa, pra identificar lideranças e mobilizar para participar da associação de moradores, restituir ela, mas é algo complicado, muito difícil. Nós temos projetos de construir uma associação ali, mas nada vai à frente se não tiver uma associação de moradores. Estamos procurando lideranças, temos uma parceria aqui da associação florianopolitana (UFECO), mas está difícil encontrar um grupo que assuma. Dificuldades que vamos tentar mobilizar. Está difícil que cada um veja o morro, a comunidade e não só o seu lado da comunidade. Não veem que se juntar forças é a comunidade que vai ganhar.”

Diante disto, torna-se cada vez mais complicado e complexo o estudo de uma entidade da sociedade civil sem levar em consideração as relações em redes sociais, pois estes relacionamentos influenciam nas capacidades de atuação das associações. Desta forma, as redes sociais (individuais e coletivas) enquanto repertório de atuação estratégica das entidades são ferramentas importantes por auxiliarem na análise dos dados empíricos sobre as associações.

⁶² “Não temos uma especificidade de procurarmos articular com religiosas, isto não. É mais de acordo com o público-alvo, se trabalha com crianças e adolescentes, mesmo público-alvo que o nosso e vemos que é referência, são os dois critérios que utilizamos.”

*Sobre as parcerias com órgãos públicos*⁶³

Quando nos propomos a estudar o meio associativo, cabe considerar que a origem dos recursos é um dos indicadores mais importantes a ser considerado. No contexto brasileiro das associações, a origem das fontes de recursos, seja de capital internacional (ONGs, primariamente anos 1990), ou de recursos públicos (com maior intensidade dos anos 2000 em diante) parece influenciar particularmente o campo.

Considerando a importância que os recursos repassados pelo Estado têm assumido quanto a presença da sociedade civil nos diversos níveis, mas principalmente no plano municipal, cabe elencar nesta sessão alguns dados sobre as parcerias enquanto importante repertório do campo associativo, além do colocado sobre estas pelas associações interlocutoras desta pesquisa.

No caso específico de configuração e conformação das relações entre Estado e associações, uma contextualização histórica enriquece a discussão. Segundo Teixeira (2002), três são os setores de interfaces com as OSC que detiveram papel essencial no processo: 1) As agências de financiamento internacional, pelo apoio em termos de recursos e agenda essencial para a consolidação do papel das associações no contexto brasileiro - onde a Rio 92 é reconhecida como marco tanto no estabelecimento dos apoios mútuos como na popularização do termo ONG; 2) As então ONGs que eram em sua maioria centros de apoio e assessoria dos movimentos sociais, mas rompem com este status adquirindo identidade própria, devido à necessária formalização e qualificação das OSC para execução de políticas públicas (TEIXEIRA, 2002); 3) Por último, as relações com o Estado. Segundo a autora, o processo de abertura de vias de interlocução da sociedade civil e Estado foi acompanhado por um “processo de ajuste estrutural que previa transferir as responsabilidades do Estado para a sociedade e inserir as ONGs no projeto de colaboração em políticas compensatórias” (TEIXEIRA, 2002, p. 107). Assim, em meio a um discurso do Estado endividado, burocrático e ineficiente, as parcerias resultam de uma visão de qualificação e eficiência das ONGs para a execução de políticas públicas.

⁶³ Para fins analíticos, iremos neste trabalho denominar como parcerias todos os instrumentos jurídicos de repasses e cooperação entre Estados e OSCs, considerando as diferentes modalidades existentes, segundo diferentes leis.

Na pesquisa *TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2014* (2015), de abrangência nacional, as parcerias com o Estado figuram em 3º (governo municipal, 26%), 4º (governo federal, 14%) e 5º (governo estadual, 16%) lugares, sendo que em 1º e 2º lugar estariam recursos provenientes de doações voluntárias de pessoas físicas e mensalidades/anuidades pagas pelos associados. Desta forma, a maior presença de parcerias a nível municipal estaria relacionada a uma maior atuação local das associações, bem como, a maior responsabilização dos municípios por demandas sociais como saúde e educação (desde a Constituição de 1988). Já os dados da mesma pesquisa na edição de 2012 (TIC, 2014) demonstram que quase metade das associações (47%) declarou atuar em âmbito municipal, algo que está relacionado também ao porte: quanto menor a associação, mais local é a sua atuação. Outras 16% declararam atuar a nível comunitário, o que corrobora a centralidade da atuação local das entidades sem fins lucrativos⁶⁴.

Pela perspectiva das associações da sociedade civil, podem ser citados como efeitos positivos/benéficos das parcerias, segundo a literatura específica 1 - Na esfera dos ganhos estratégicos para as associações figuram: a) sobrevivência material (recursos financeiros advindos do Estado); b) aumento da capacitação; c) prestígio resultante do reconhecimento do Estado e d) a consequente maior presença na mídia; e por fim, e) a atuação parcerista trazer impactos para com o

⁶⁴Segundo Lopez e Bueno (2012), podemos esperar um crescimento das relações de interação entre Estado e Sociedade Civil no orçamento público e no rol dos programas e ações estatais por duas motivações principais. Primeiramente, haveria uma nova orientação governamental que buscou ampliar o número de políticas públicas feitas em cooperação com as OSCs. Esta nova orientação se materializou através da via legal, com a já citada lei do Marco Regulatório (BRASIL, 2014), superando a restrita Lei das OSCIPS (BRASIL, 1999); e, ainda anteriormente, a Lei nº 9.637/1998 (BRASIL, 1998), que instituiu as Organizações Sociais (OS). Em segundo lugar, o estímulo à cooperação deu-se com a redução do financiamento internacional no país, responsável por uma parcela de importantes repasses de recursos as associações, e que se encerra quando o Brasil deixa de estar no rol dos países prioritários para investimento social. Em termos de recursos transferidos às associações pelos governos em âmbitos municipal, estadual e federal, a pesquisa de Lopez e Bueno (2012) identifica forte ampliação dos valores transferidos, embora estes ainda sejam significativamente baixos (1.8% do orçamento geral da União em 2010, por exemplo).

público-alvo (beneficiários de projetos específicos e para com setores mais amplos com impactos indiretos). No lado oposto, as parcerias seriam desfavoráveis para as associações quanto 2 – a preocupações com a) imposições pelo Estado que dificultam atuação e caracterizam perda da autonomia, b) um movimento de despolitização e tecnificação da atuação, c) ausência de relações igualitárias e subordinação a propósitos e necessidades de governos (TEIXEIRA, 2002; DAGNINO, 2002)⁶⁵.

Se a preocupação com a autonomia das associações nunca se esgota, a escassez de recursos internacionais que financiavam grande parte das OSCs brasileiras, no final dos anos 1990, impulsionou o processo de abertura das vias de interlocução da sociedade civil com o Estado. Mais recentemente, o receio dá-se considerando que esta interlocução ocorre segundo posições desproporcionais de poder, onde as associações, ao conformarem parcerias com o Estado, poderiam ser alocadas em posições subalternas e clientelistas, ou mesmo substitutivas ao Estado (MONTAÑO, 2005), podendo impactar na autonomia e no posicionamento crítico das associações (PAOLI, 2002). Entre

⁶⁵ Em pesquisa realizada anteriormente (TABORDA, 2016, p.07) tendo como objeto de estudo as interações entre Estado e sociedade civil através do caso das parcerias entre Secretaria Municipal de Educação (SME) e associações de Florianópolis, “as principais considerações apreendidas com a realização da pesquisa dizem respeito a I) de que as parcerias, sob a ótica das OSC, seriam uma *via de mão dupla*, ao mesmo tempo representando a possibilidade de potencializar sua atuação e benefícios sociais, e dificultando seu desempenho pelas exigências e obstáculos burocráticos que afetam sua autonomia; II) Tratam-se de parcerias no plural, entendendo que diferenciam-se amplamente a depender de sua natureza e das associações e órgãos governamentais envolvidos; III) A necessidade de que as parcerias ocorram de forma mais cooperativa e paritária, onde as OSC possam extrapolar o papel de simples executoras das políticas, e de que os acordos firmados através da parceria sejam cumpridos pelas duas partes, seja sociedade civil ou Estado; IV) Processos de institucionalização e profissionalização das OSC parecem estar diretamente relacionados a firmação de convênios, seguindo contextos mais amplos vividos pelas associações no país; V) Atuação diversificada das associações: estas precisam ser reconhecidas como novos espaços de aprendizagem, para além de serem entidades de assistência social; VI) Ainda, a atuação engajada das associações conveniadas, dado que quase a totalidade delas participa de espaços como Conselhos e Fóruns, além de casos de ativismo institucional por parte dos gestores da SME; e VII) a compreensão dos processos de conformação das parcerias exige uma abordagem relacional e não generalizante, considerando o alto grau de complexidade das relações e tratativas entre os setores do Estado e da sociedade civil.”

inquietações quanto a interações com o Estado, quanto as parcerias, suas implicações e motivações, estariam posições entre de um lado, se seriam os convênios parte de um projeto de cunho neoliberal de terceirização das responsabilidades do Estado (MONTAÑO, 2005), e, de outro, considerando-se as parcerias como necessárias e proveitosas caso realizadas com um caráter cooperativo (SALAMON, 2010).

Quanto às 10 associações aqui pesquisadas, quando perguntadas sobre como ocorrem as parcerias, algumas mencionaram serem “tratadas como um prestador de serviço”, as dificuldades geradas por atrasos e exigências demasiadas, embora por outro lado muitas citem o processo estar ocorrendo bem melhor que no passado, por haverem em geral maiores oportunidades de diálogo, a depender da gestão e dos gestores envolvidos.

No caso das associações entrevistadas, grande parte não considera que a realização de parcerias afeta significativamente a autonomia da instituição. No entanto, uma das diretoras entrevistadas declarou que a parceria com órgãos públicos municipais dificulta quanto ao trabalho religioso da entidade, conforme citado mais adiante neste texto. Dentre as entidades que não possuem parcerias, entrevistados da LBV declararam que a associação valoriza não precisar realizar parcerias⁶⁶, sendo assim mais independente; e interlocutor do Grupo Escola Irmão Delmiro relatou como a entidade tinha grandes problemas, principalmente de ordem financeira, quando mantinha creche conveniada com a prefeitura, de forma que descontinuar o atendimento foi necessário para não fechar as portas e dar continuidade a outros trabalhos.

Embora grande parte das associações não diga, quando diretamente perguntado, existirem interferências na autonomia da instituição derivadas das parcerias realizadas, quando questionadas sobre “Como a instituição se vê daqui a 5 ou 10 anos?” o desejo de não mais

⁶⁶ “Então, na verdade desde que ela foi fundada por [nome], ela buscou essa autonomia, por quê? Porque ficar dependendo de alguma coisa você não vai pra frente, você realiza algo e é limitado, então quando você estabelece uma administração e acredita no potencial do ser humano (...) Então a autonomia que ela buscou foi justamente essa, até pra manter né, essa transparência, ela faz a prestação de contas né, tudo regulamentado, tudo desde todos os serviços que nós prestamos né, regulamentados na lei, todas as atividades,”

precisar realizar parcerias é citado⁶⁷, além do desejo de procurar realizar parcerias com outros órgãos ou empresas privadas, diversificando as fontes de recursos.

Chama a atenção a frequência com que os interlocutores mencionam estarem realizando algo que não é de sua responsabilidade, e sim do Estado. Esta afirmativa é usada para justificar as parcerias e exigências feitas perante o Estado⁶⁸, ou para demonstrar um valor de “gratuidade”, de não serem obrigadas a estar ali, mas estarem ali, muitos de forma voluntária. Acreditar na importância do trabalho realizado pela organização é algo citado de forma também frequente, e enquanto essencial o comprometimento com a causa, porque “o engajamento tem que ser por amor, senão o que ele vai ganhar?⁶⁹”. É também mencionada a grande autonomia que as associações possuem para se organizarem de acordo com suas necessidades, de forma que conseguem trabalhar melhor que o Estado perante o público-alvo, gerando mais qualidade no atendimento⁷⁰.

⁶⁷ “Caminhar para *auto sustentabilidade*. Atividades sustentáveis que propiciem recursos sistemáticos da [nome entidade], além de não entregar gestão para terceiros.” E ainda: “queremos ter *autonomia financeira*, porque eu acho que hoje a maior dificuldade das ONGs é sobrevivência financeira porque quando você depende de subvenções, o tramite da subvenção nem sempre é a necessidade da ONG, todos os meses ter uma parcela, quando recomeça o ano até ter, as vezes passa três, quatro, cinco meses pra receber uma parcela, é *essa dificuldade financeira que muitas das ONGs desistem ou vivem com problemas sérios e isso é bem preocupante*. Então daqui a 5, 10 anos eu gostaria de estar bem velhinha e ver essa casa ter *independência financeira*, sem esse sufoco da gente não saber como manter a casa, mas eu acho que tem tudo pra deslanchar e acolher cada vez mais crianças, pra essa comunidade se modificar.”

⁶⁸ “Enquanto o poder público precisar se utilizar das instituições sociais, sem fins lucrativos, para poder executar a tarefa que lhe cabe, essa parceria tem que existir, essa dependência e remuneração pelo serviço tem que ter.” E “daí tu vê qual é o interesse deles em conveniar as vagas né, realmente pra baixar uma lista de espera que tem lá. Eles dizer que eles tão atendendo, mas quem atende somos nós. A gente não tem uma capacitação, um reconhecimento, entendeu, a gente só é cobrado. Mas a gente atende uma demanda que é deles.”

⁶⁹ “[nome entidade] tem feito mais do que lhe é pedido dentro do aspecto social, de responsabilidade, ela tem feito mais do que deve ou do que deveria fazer, porque acredita nesse trabalho, que é muito bacana.”

⁷⁰ “Falando do meu setor assim *existe uma autonomia muito grande pra trabalhar aqui dentro, coisa que a gente não tem muito no público assim*, tem que seguir, não tem muito pra onde trabalhar, porque o governo acaba sendo um protocolo

Ainda sobre as parcerias, é colocado por três entidades que estas contribuem para manter as associações honestas e idôneas, seja pela rígida prestação de contas que é analisada pelos gestores, pelo repasse dos recursos assegurarem menor incerteza financeira, e ainda pela inclusão das mesmas em uma rede e uma política, contribuindo para que associações não precisem se envolver em corrupções e fraudes⁷¹. Este contexto também é enfatizado por Putnam (1995), que coloca ser a inserção em redes densas de interação social importante incentivo para redução de oportunismos.

A nível municipal, segundo levantamento de dados realizado em 2016 (TABORDA, 2016) quanto as associações com parcerias com a SME, dentre as 57 associações com parcerias com esta secretaria, 20% podem ser consideradas como religiosas, sendo que 13 da denominação Católica, 05 Espírita e 02 Evangélicas. Dentre as espíritas, estão A Casa dos Girassóis; Centro de Apoio à Formação Integral do Ser (CEAFIS); Lar Fabiano de Cristo; Sociedade Espírita, Trabalho e Educação; (SERTE) Seara Espírita Entrepasto da Fé (SEEDE). Já o levantamento realizado pelo FPPF, na ocasião do pedido de Mandado de Segurança/PROC em 20 de outubro de 2017, coloca no número de 211 o total de associações que possuíam parcerias com a PMF naquele ano.

né. Então no terceiro setor você tem que ter criatividade pra ver pra onde é que você tem que trabalhar. Por exemplo, existe [público-alvo] aqui dentro que precisa de um aparelho de audição, a gente vai primeiramente aonde? No SUS, 5 anos ia ficar no SUS, *mas a gente tem como fazer uma campanha*, como fazer uma parceria com uma instituição privada, *buscar um doador*. No setor público já é um pouco mais difícil isso, essa doação assim, então eu acho que aqui dentro a gente tem bastante autonomia sabe, pra criar os seus meios pra buscar soluções pros problemas que tem. Então pra mim são bem mais desafios que conflitos eu diria.”

⁷¹ No caso da LBV, gestor da mesma coloca que o fato desta ter um modo sistemático de arrecadação (telemarketing) é positivo para ela e outras pela segurança, “ela não precisa disso porque ela impôs uma sistemática autônoma mesmo de trabalho.” Ainda poderíamos argumentar que, como no caso das associações aqui pesquisadas, que tem um “ideal”, uma matriz religiosa e proximidade com extensa rede de fiéis, voluntários e doadores, além de imagem diretamente relacionada a determinada igreja ou centro espírita, isto pode contribuir para procura por legalidade, formalização e transparência, em um contexto em que as religiosas podem ser ainda mais cobradas.

Conselhos gestores e outros Repertórios de atuação das associações religiosas

Corroborando com tudo o que até aqui foi dito sobre como as associações religiosas têm ocupado um espaço privilegiado no cenário político e social brasileiro, influenciando-o, nesta sessão nos propomos a apresentar dados que demonstram a centralidade que possui a atuação das associações religiosas no espaço público, e as renegociações existentes. Para tanto, utilizaremos de dados primários e secundários, quanto aos repertórios políticos-institucionais e coletivos mobilizados pelas associações, religiosas em geral e espíritas em particular para o caso de Florianópolis, como os conselhos gestores, o Fórum de Políticas Públicas (FPPF), protestos de rua, mesas de negociação, audiências e ainda contatos com o legislativo municipal e órgãos do judiciário.

Iniciando pelos conselhos gestores de políticas públicas, sabemos que são amparados por legislação específica e encarregados do debate e deliberação de políticas públicas para suas respectivas áreas de exercício. Embora existentes anteriormente a 1988, é a partir da Constituição de mesma data que os conselhos gestores tornam-se obrigatórios em algumas áreas de políticas, como criança e adolescente, saúde e assistência. A partir deste período, os conselhos expandem-se para diferentes áreas, em diferentes âmbitos - municipal, estadual e nacional -, com legislações próprias e diferentes atribuições, mas geralmente paritários entre sociedade civil e Estado. Segundo dados da Secretaria Geral da República (2014) apenas no âmbito municipal existem cerca de 62.562 mil conselhos gestores. Em pesquisa publicada recentemente, Lüchmann, Almeida e Gimenez (2016) demonstram que nas áreas de meio ambiente, assistência social e saúde, as associações religiosas encontram-se presentes em 6,1% dos conselhos municipais identificados. Assim como em pesquisas anteriormente mencionadas, aqui também a questão de gênero se impõe, de forma que a participação feminina é maior nas associações de tipo assistencial-religioso.

Sendo uma realidade bastante comum no país em diversos níveis, este tipo de atuação das associações religiosas na esfera pública é enfatizado no relatório da Fasfil “(...) cabe assinalar que essas entidades, além de desenvolverem atividades confessionais, ocupam novos espaços de debate e deliberação de políticas públicas, como os conselhos, conferências e grupos de trabalhos governamentais” (IBGE, 2012, p.31). A seguir, procuramos sistematizar as áreas temáticas de conselhos

gestores em que o associativismo religioso florianopolitano se faz presente.

Dentre os dados identificados na pesquisa de Lüchmann (2015) sobre as associações que compunham as gestões dos conselhos municipais de Florianópolis, ressaltamos o relevante número de associações de ordem religiosa que atuam em conselhos gestores de políticas públicas na cidade. Assim, dentre os 12 conselhos gestores objeto de estudo,⁷² 06 deles tiveram entidades religiosas com assento como representantes não-governamentais.

<i>Quadro 13 - Associações religiosas atuantes em Conselhos Gestores</i>	
Conselhos sem presença de associações religiosas	Conselhos com presença de associações religiosas
Pessoa com Deficiência	Assistência Social
Educação	Criança e Adolescente
Habitação de Interesse Social	Idoso
Saneamento Básico	Mulher
Defesa Meio Ambiente	Promoção da Igualdade Racial
Transportes	Saúde
TOTAL: 06	TOTAL: 06

Fonte: Lüchmann, 2015. Elaboração própria.

Em uma divisão bastante equilibrada, vemos a presença das associações religiosas em áreas tradicionalmente ocupadas pelo âmbito religioso, mais próximas a preocupação com a caridade, solidariedade, ao cuidado e com as minorias. Por isto a presença nos conselhos de Assistência Social, Criança e Adolescente, Saúde, Idoso, Mulher e Promoção da Igualdade Racial, confirmando tendências expostas em

⁷² Os conselhos estudados são: Conselhos Municipais de Habitação e Interesse Social; Saneamento Básico; Defesa Meio Ambiente (CONDEMA); Transportes; Assistência Social (CMAS); Criança e Adolescente (CMDCA); Idoso (CMI); Direitos da Mulher (CONDIM); Promoção Igualdade Racial (CONPIR); Direitos da Pessoa com Deficiência (CNDPD); Saúde (CMS); Educação (CME). O levantamento dos dados foi realizado pela então bolsista de Iniciação Científica e agora mestranda Márcia Inês Schaefer.

outras pesquisas de âmbito nacional. Por outro lado, uma hipótese para o não pertencimento de nenhuma entidade religiosa no conselho da pessoa com deficiência pode estar ligada ao caráter recente da implantação do mesmo na cidade, ou da inexistência de associações religiosas que trabalham diretamente com a temática. As áreas que não apresentaram participação das associações religiosas seriam Pessoas com Deficiência, Educação, Habitação de Interesse Social, Saneamento Básico, Defesa do Meio Ambiente e Transportes. No quadro abaixo estão alocadas as associações religiosas pertencentes a conselhos no âmbito municipal, segundo sua frequência em gestões e a respectiva denominação.

Quadro 14 – Associações religiosas em Conselhos Municipais de Florianópolis

Associação	Conselhos e Frequência	Denominação
Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis*	CMAS (2012-2014, 2014-2016)	-
Ação Social da Trindade	CMAS (2000, 2002, 2006-2007) CMS (2010-2012)	Católica
Casa da Criança do Morro da Penitenciária**	CMAS (2002, 2006-2007) CMDCA (2005-2008, 2008-2011)	Católica
Ação Paroquial dos Ingleses	CMAS (2004, 2005-2006, 2006-2007)	Católica
Irmandade do Divino Espírito Santo	CMAS (2000) CMDCA (2002- 2005, 2012-2015)	Católica
Pastoral da Pessoa Idosa	CMI (2009-2011, 2012-2014) CMS (2013-2015)	Católica
Instituto Padre Vilson Groh	CMAS (2014-2016) CMS (2015-2017)	Católica
Asilo Irmão Joaquim	CMI (2009-2011, 2012-2014)	Católica
Pastoral da Criança -CNBB	CMDCA (2002-2005) CMAS (2000)	Católica
Grupo de Idoso Dom Orione/Capoeiras	CMI (2005-2007, 2007-2009)	Católica
Ação Social Paroquial do Saco os Limões	CMAS (2004, 2005-2006)	Católica
Associação Comunitária Amigos de Jesus/ACAJE	CMDCA - (2012-2015)	Católica

Sociedade Divina Providência	CMAS (2002)	Católica
Creche São Francisco de Assis**	CMAS (2002)	Católica
Assistência Social São Luiz	CMAS (2007-2009)	Católica
Obras sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros	CMAS (2000)	Católica
Comunidade Terreiro Abassa de Odi	CONPIR (2008-2010, 20102012)	Umbanda/ Candomblé
Associação Tenda Espírita Estrela do Oriente	CONPIR (2008-2010, 20102012)	Umbanda/ Candomblé
Associação Israelita Catarinense	CONPIR (2008-2010, 20102012)	Umbanda/ Candomblé
Associação dos Terreiros de Umbanda do Ritual de Almas e Angola do Brasil	CONPIR (2008-2010, 20102012)	Umbanda/ Candomblé
Uni Ritos	CONPIR (2013-2015)	Umbanda/ Candomblé
Tenda Reino de Iemanjá	CONPIR (2013-2015)	Umbanda/ Candomblé
Tenda Espírita São Lázaro	CONPIR (2013-2015)	Umbanda/ Candomblé
Sociedade espírita de recuperação, trabalho e educação - SERTE	CMAS (2000, 2002 - Suplência) CMDCA (2005-2008) CMI (2005-2007, 2007-2009, 2009-2011, 2012-2014)	Espírita
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna SEOVE	CONDIM (2009-2011) CMAS (2010-2012) CMI (2005-2007, 2007-2009)	Espírita
Lar Fabiano de Cristo	CMAS (2007-2009) CMDCA (2008-2011)	Espírita
Centro de Apoio a Formação Integral do Ser CEAFIS	CMDCA (2012-2015)	Espírita
Seara Espírita Entrepasto da Fé- SEEDE	CMDCA (2008-2011)	Espírita
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS	CMDCA (2008-2011)	Evangélica

Total: 28 Associações	Frequência em Gestões:
15 Católicas	34
07 Umbanda/Candomblé	11
05 Espíritas	15
01 Evangélica	1

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Lüchmann, (2015) e atualização de Márcia Inês Schaefer.

Legenda: CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social; CMS - Conselho Municipal de Saúde; CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do adolescente; CMI – Conselho Municipal do Idoso; CONPIR - Conselho Municipal de Promoção Igualdade Racial; COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

* Foi colocado no início da tabela, a título informativo, a presença do Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis nas duas últimas gestões do CMAS.

**Tratam-se de associações normalmente alocadas como socioassistenciais, mas que aqui foram colocadas no Quadro 14 por integrarem rede da Paróquia da Trindade e possuem como diretoria membros desta congregação.

Em números percentuais, em relação ao número total de associações não governamentais presentes em conselhos municipais, as associações religiosas representam em torno de 12% do total. Entre as 28 entidades listadas aqui como religiosas, destaque para as católicas quanto à participação nos conselhos, estando presentes no CMAS, CMDCA, CMI e CMS, somando 15 associações identificadas e em 34 gestões ao todo. Já as 7 associações das denominações de Umbanda e Candomblé, estão presentes apenas no CONPIR (promoção da igualdade racial), dado interessante por se tratar de religiões de matrizes afro.

As associações espíritas participantes dos conselhos, somam 5 ao todo, mas o baixo número é compensado pela grande presença destas nos conselhos: participaram de 15 gestões ao todo, de modo que se formos comparar com as católicas, embora 3 vezes o número de entidades, estas estão menos presentes nas gestões. As espíritas nos conselhos também estão, como as católicas, em gestões mais “antigas”, como do início dos anos 2000 ou as primeiras de cada conselho. As associações evangélicas, maior quantitativo entre as religiosas da cidade (37%), tem presença tímida nos conselhos gestores, estando apenas a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) na gestão de 2008-2011 do CMDCA.

Quanto as associações mais presentes nas gestões dos conselhos, segundo denominação, estão as católicas com a Ação Social da Trindade e Casa da Criança do Morro da Penitenciária, ambas em 5 gestões. Dentre as espíritas: Sociedade espírita de recuperação, trabalho e educação – SERTE, presente também em 5 gestões, mais duas suplências; seguida pela Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna SEOVE, em 4 gestões.

Ficam claras as discrepâncias se considerarmos os percentuais segundo denominação religiosa na cidade, e a participação nos conselhos, de forma que podemos concluir que existem diferentes aspectos que podem influenciar presenças e ausências onde algumas denominações “investem”, possuem maior interesse, condições ou maior capital social para se fazerem presentes nos Conselhos do que outras, resultando em uma participação institucional bastante diferenciada dos quantitativos das entidades existentes.

Na pesquisa de campo realizada, foram identificadas diferentes formas de participação nos conselhos gestores, relativas principalmente a dimensões de exigências e de interesses. Por exemplo, para que as associações possam realizar parcerias com a PMF, estas precisam estar inscritas (credenciadas) nos devidos conselhos (como no CMAS para parcerias com SMAS), porque os trâmites, editais e aprovações passam pelos conselhos, além das respectivas secretarias⁷³. Mais apoiado no interesse de pessoas e associações, estão as duas outras formas de participação: entidades eleitas que possuem cadeiras nas gestões, e entidades que mesmo não possuindo cadeira, comparecem periodicamente nas reuniões e eventos vinculados ao conselho⁷⁴.

⁷³ “Que nós temos que estar inscritos no conselho municipal de assistência social nós temos, isso é obrigatório. Tanto que pra alguns projetos que até que não seja da linha a prefeitura exige, por exemplo, se eu vou trabalhar com criança e adolescente, eles vão exigir que eu tenha que estar inserida no conselho municipal da criança e do adolescente, se for algo voltado a assistência social eles vão exigir que esteja na assistência social, isso é questão de lei também.”

⁷⁴ Ainda cabe colocar que é bastante comum as associações participarem de conselhos locais, comunitários e de bairro, conforme exposto no seguinte relato: “Temos cadeira no conselho local de saúde, tanto no posto de saúde do pantanal quanto daqui da trindade. O conselho local, o de segurança e o da saúde é por bairro, porque seria muito complicado falar num todo, tem um grande conselho municipal mas cada bairro no âmbito da segurança e da saúde tem o seu conselho próprio. Pra que consiga discutir as suas particularidades. As demandas desses conselhos vão para o geral, o municipal.”

No contexto municipal de Florianópolis, quanto à organização das associações, têm se destacado a atuação do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), “instância legítima de articulação, mobilização e organização municipal de Entidades Não Governamentais e de apoio aos Conselhos de Direitos⁷⁵”. Como já colocado, o FPPF é atualmente o principal espaço de interlocução e articulação das organizações da sociedade civil florianopolitana⁷⁶.

Em 2017, o FPPF realizou 12 assembleias, mensalmente, nas quais compareceram um total de 107 entidades, movimentos e organizações da sociedade civil. Também estiveram presentes representantes dos conselhos municipais, de áreas da Saúde, Idoso, Assistência Social, Criança e Adolescentes, direitos da Pessoa com Deficiência, além do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ainda, ao longo do ano estiveram presentes, em algumas assembleias, o total de 4 vereadores da Câmara Municipal, ou ainda assessores de gabinete destes.

Quanto a frequências de presença, temos que um total de 25 entidades estiveram presentes em ao menos 6 encontros, sendo que 3 OSCs estiveram presentes em 11 das 12 assembleias. Já em relação a presença de associações que podem ser classificadas enquanto religiosas, temos um total de 25 das 107 entidades. As religiosas também são bastante assíduas do Fórum, somando 5 entre as 10 OSCs com maior frequência durante o ano de 2017 no FPPF.

Quanto as 10 associações aqui pesquisadas, temos que um total de 8 estiveram presentes em reuniões do Fórum durante o ano de 2017. A Casa São José e Ceafis estiveram presentes em 10 das 12 assembleias, e Aebas e Seove ambas em 6 dos 12 encontros. A Seede compareceu em 3 reuniões, enquanto Lar Fabiano de Cristo, Casa dos Girassóis e LBV em 2 plenárias durante 2017. Cabe salientar que a presença nas assembleias do FPPF não é a única forma de estar inteirado dos assuntos e decisões tomadas nestas, por meios como a página do Fórum do Facebook, rede de

⁷⁵Fonte:

https://www.facebook.com/pg/forumdepoliticaspUBLICASdeflorianopolis/about/?ref=page_internal. Último acesso em: janeiro de 2018.

⁷⁶ “O Fórum de políticas públicas não é obrigatório mas é uma *das melhores reuniões porque acaba atendendo toda essa demanda, tu acaba sabendo de tudo que se passa, porque muita gente leva muito a realidade né, a situação*. Então é uma reunião bem interessante, não és obrigado a estar lá, mas é uma das reuniões mais interessantes que tem pra nós. Então participamos do Fórum de políticas públicas, das reuniões, politicamente o que está nós estamos inseridas.”

e-mails e principalmente grupo do Whatsapp serem também plataformas de comunicação e organização entre OSCs.

No ano de 2017, a existência do FPPF foi particularmente importante dado o contexto de nova gestão municipal aliada ao processo de implementação do Marco Regulatório das Organizações da sociedade civil (MROSC). Com efeito, as parcerias entre Sociedade Civil e Estado precisam realizar-se segundo determinada base legal⁷⁷. A importância da discussão sobre o Marco Regulatório, e em como a implementação das novas normativas têm sido acompanhadas por tensões, conflitos e ansiedade tanto do lado das associações como dos gestores estatais, está sendo sentida através de acompanhamento das ocorrências a nível local, em Florianópolis. Desde 2016, e obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2017, os municípios precisam aderir às novas regras, mas o processo tem-se dado com euforia, desinformação, aumento disparatado das exigências para celebração das parcerias e prestação de contas, somado ainda a paralisação dos repasses para as OSCs.

Diante dessas paralisações de repasses, as OSCs realizaram protestos e boicotes com duras críticas à administração pública em 2016, sendo que em 03 de março de 2017 o executivo municipal publicou o

⁷⁷ Com a falta de um marco legal próprio para as cooperações entre os dois lados, tem-se usado como base legal normativa leis diversas, como a Lei de Improbidade Administrativa (BRASIL, 1992), a Lei de Licitações (BRASIL, 1993) e a chamada Lei das OSCIPS (BRASIL, 1999). No terceiro caso, trata-se de lei própria para as OSCs, mas é restrita apenas àquelas com titulação de OSCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). As demais legislações apontadas também não dão conta de tratar adequadamente a questão das OSCs, como o caso da Lei de Licitações, que foi feita para realização de convênios com empresas, de forma que aloca as associações no mesmo nível e tratamento que empresas, negando-lhes condição própria e diferenciada. Para além disso, o caso das CPIs das ONGS, que teve grande impacto na opinião pública, junto a pressões e resistências por parte das OSCs à forma como as parcerias com órgãos estatais estar-se-iam realizando, influenciaram diretamente na instauração do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015). O Marco Regulatório resulta de um processo de iniciativa da própria sociedade civil, que em 2010, a partir da articulação de um grupo de organizações, movimentos e redes articulou-se através de uma plataforma, em prol da instituição de um Marco Regulatório para as OSCs, diante da necessidade de aprimoramento nas leis referentes às parcerias.

Decreto N. 17.361⁷⁸, regulamentando as parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil, Decreto que ignora propostas de projetos de lei discutidos anteriormente com a sociedade civil local, contendo ainda normativas que vão de encontro ao texto da lei do Marco Regulatório.

No segundo semestre de 2017, as organizações procuraram se articular através do FPPF, realizando plenárias extraordinárias, propondo audiências e mesas de negociação com executivo e legislativo, para derrubada do Decreto e promulgação de outro condizente com a normativa nacional. Associações mais centrais e protagonistas no campo, que estiveram mais ativas no processo de promulgação do Marco Regulatório, como a ABONG (Associação Brasileira das Organizações não-governamentais), deslocam-se para o plano municipal para auxiliar na implementação das novas normativas a nível local⁷⁹, realizando reuniões e plenárias, ao mesmo tempo em que ouvem críticas de associações de base, quanto a estas terem sido excluídas do processo de conformação da lei do Marco, apesar de serem elas as mais afetadas pelo mesmo.

Quanto às interfaces utilizadas pelo Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis, com fins principalmente comunicacionais, mas também para discussão e mobilização, podemos citar a página no Facebook⁸⁰, com 711 curtidas, o grupo de e-mails, e o grupo de Whatsapp com 256 membros. Dentre os participantes regulares das reuniões do Fórum, é bastante visível a grande concentração feminina. Em muitas reuniões, é comum a presença de 1 ou 2 homens apenas, ou mesmo nenhum, fato comumente comentado e percebido pelas presentes.

Dentre as muitas formas com que atua o FPPF, estariam o envio de ofícios, reuniões e utilização de meios de comunicação para dar expressão

⁷⁸Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_03_2017_16.30.03.be4dea424d551946772beaa51ac32ac7.pdf. Último acesso em: janeiro de 2018.

⁷⁹“O Marco veio pela explicação que foi dada pelo pessoal da ABONG, veio para trazer ganho para as entidades e conselhos, só que no decreto da prefeitura tá em desacordo, então o negócio tá parado porque tá uma briga do cão. Aí entra o Fórum junto com os Conselhos pra lutar com eles. Então se tem por exemplo: a vamos tirar o passe da pessoa deficiente, aí o Fórum vem, junta todo mundo e vamos brigar pelo passe.”

⁸⁰ <https://www.facebook.com/forumdepoliticaspUBLICASdeflorianopolis>. Último acesso em: janeiro de 2018.

a demandas e mesmo realização de encontros com candidatos à prefeitura para ouvir propostas dos mesmos para a área social. Além das plenárias mensais, o Fórum possui comissões internas segundo temas de interesse das entidades e necessidades que surgem, como saúde e assistência, ou comissão para conversar com vereadores buscando sensibilizar para demandas legislativas.

Nos últimos anos, o Fórum tem ampliado seus repertórios, realizando protestos como em março de 2017⁸¹, direcionados principalmente ao poder público municipal, sobretudo em momentos mais críticos⁸².

Figuras 5 e 6 – Protestos realizados pelas associações participantes do Fórum de Políticas Públicas em 2017



⁸¹ Ou como em 2011, onde protestos foram realizadas no centro da cidade “tendo como objetivo garantir, pela Prefeitura, o repasse de 10% (de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO/2012) para o Fundo Municipal de Assistência Social” (LÜCHMANN, 2016, p.96).

⁸² “Tudo pode piorar, olha esse ano, e olha que ano passado fizemos uma grande manifestação, uma grande luta porque já estava com problemas os repasses. (...)”



Fonte: Página do Fórum no Facebook.

Considerando as ocorrências de 2017 envolvendo gestão municipal, processo de implementação do MROSC, atuação do FPPF e associações em nível municipal, ainda podemos destacar outros dois repertórios políticos relacionados ao poder legislativo e ao judiciário.

Os contatos entre as OSCs vinculadas ao FPPF com os vereadores durante o ano foram bastante intensos. Nas plenárias do FPPF estiveram presentes durante o ano vereadores e membros de gabinete destes. Seja também pedindo intermediação e apoio no diálogo com o executivo, ou na tentativa de passar decreto legislativo pela Câmara dos vereadores para impugnar o Decreto da gestão, para então aprovar outro mais condizente com as regras do MROSC. Segundo Lüchmann (2015), que realizou pesquisa com 23 dos 24 vereadores da Câmara municipal no ano de 2014, a grande maioria dos vereadores mantém contatos com associações civis, que “giram em torno de três tipos: garantia de recursos financeiros via subvenção social; representação de demandas junto à prefeitura; e contribuição para a realização de eventos” (p. 70)⁸³.

⁸³ Por outro lado, convém colocar que o mesmo levantamento de Lüchmann (2015) apreendeu que as associações religiosas são as que menos possuem contatos com os vereadores. As associações comunitárias aparecem em primeiro lugar, dado que faz sentido se considerarmos que os vereadores possuem bases eleitorais geralmente segundo comunidades, bairros e regiões. Relacionado a este processo e da união de vereadores com perfil ideológico similar, surge em 2017

Em 31 de agosto de 2017 o FPPF, em parceria com o mandato do Vereador Marquito, organizou a *Plenária MROSC na Prática*, com intensa discussão sobre o Marco Regulatório e presença de representante da ABONG. Estiveram presentes na plenária um total de 87 “representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, Estudantes, Organizações da Sociedade Civil e Conselheiros de Conselhos de Direitos” segundo relata Ata de setembro do FPPF.

Já quanto a repertórios jurídicos, temos que o FPPF, em nome de 21 Organizações e entidades, dentre elas a ABONG, o CMAS E CMDCA o próprio FPPF, além da Casa São José, Ceafis, associações aqui pesquisadas, protocolaram Mandado de Segurança pedindo pelo reconhecimento de ilegalidade do Decreto N. 17.361, sendo que em 27 de outubro o pedido de liminar foi negado e o processo extinto. Apesar da negativa, o artigo 22 do Decreto foi revisado, com novo texto novo permitindo que as organizações que recebem recursos da prefeitura participem dos conselhos gestores de políticas, ao mesmo tempo que incluindo novo texto "delimitando" regras para a votação dos conselheiros nos conselhos. Embora o mandado de Segurança elaborado arduamente pelo FPPF e OSCs, tenha sido negado, nas assembleias do FPPF representantes das organizações colocaram a importância de terem feito este esforço, para apreenderem capacidades de articulação coletiva, além de adquirirem experiência caso necessárias medidas legais futuramente.

A reação, ações tomadas e a indignação, entre ainda diálogo, pressão e mobilização de outras instâncias de poder para procurar salvaguardar o direito das associações conveniadas a participar dos conselhos, demonstra a importância com que estas têm os conselhos gestores, enquanto principal repertório onde o meio associativo consegue exercer influência sobre a ordem instituída.

Como no caso da Mandado de Segurança protocolado pelas OSCs e FPPF em 2017, o poder judiciário também tem sido com maior

iniciativa bastante inovadora intitulada Orçamento Legislativo Participativo, que “é a construção de um plano de investimento de R\$ 2,5 milhões do orçamento anual da Prefeitura de Florianópolis”, onde “cinco legisladores decidiram unir os valores de seus orçamentos impositivos na construção de um processo participativo de decisão de como esse dinheiro deve ser gasto.” Informações disponíveis em <http://olpflorianopolis.com.br/>. Último acesso em: janeiro de 2018.

frequência acionado enquanto repertório do meio associativo. A iniciativa de se entrar com demandas judiciais para procurar manter ou ter acesso a direitos de associados ou público-alvo tem sido mobilizada principalmente quando tentativas de diálogo e outras possibilidades demonstram-se falhas. Lüchmann, Schaefer e Nicolleti (2017), em pesquisa sobre demandas judiciais de OSCs de Santa Catarina de 2000 a 2015, demonstram que referentes a este período foram encontrados 132 processos. Metade destes correspondentes ao instrumento jurídico de ações civis públicas, sendo que os percentuais aumentam com o passar dos anos⁸⁴. Em contrapartida, os autores apontam como é baixo o percentual de associações assistenciais religiosas com demandas judiciais, figurando em apenas 2% do total.

Outra interface socioestatal comumente mobilizada pelas associações é a participação em Audiências públicas de temáticas de interesse. A informação sobre as audiências e a relevância de cada qual é colocada nos canais do FPPF, principalmente no grupo de Whatsapp, onde as organizações se auto organizam quanto a quem poderá e possui interesse em comparecer.

Quanto as entrevistas realizadas com as associações, importa colocar que, quando inquiridas sobre “quais você considera as associações mais atuantes na cidade?” foram apontadas as que estão mais participantes e ativas nos diferentes espaços: “A associações mais atuantes são aquelas que participam ativamente dos espaços de luta e controle social, ou seja, Conselhos de Direitos, Fórum Municipal de Políticas Públicas, etc”. Assim, alguns interlocutores procuraram argumentar que “o fato de uma Organização ter o nome reconhecido, por ter disponível quantidade maior de recursos para sua divulgação e publicidade, não significa que é a mais atuante”. Para além de recursos e

⁸⁴ Em De Moraes (2015, p. 11 e 210-211), com tese que procurou apreender relações entre associações e direitos, principalmente quanto ao uso de ações civis públicas, a autora coloca que “em decorrência do processo de redemocratização, novas estruturas de oportunidade política e novos canais institucionais para mobilização estão disponíveis para as organizações da sociedade civil, como a abertura do poder Judiciário para defesa dos direitos difusos e coletivos, por meio de instrumentos como a ação civil pública (ACP)”. E ainda: “O que se vê aqui é um associativismo diferente, que luta pelos seus direitos, que vem fazendo uso de instrumentos como a ACP colocados à sua disposição para alcançar os benefícios sociais pretendidos e ao mesmo tempo como recursos de luta política. Trata-se, realmente, de uma evolução no ideário democrático, em que a sociedade busca soluções como o recurso à ACP para resolver suas demandas.”

reconhecimento, seria a atuação articulada e presença nos diferentes espaços o que legitimaria determinada entidade enquanto uma das mais atuantes no campo, para os demais atores deste.

Quadro 15 – Resumo Repertórios mobilizados pelas associações em estudo

Associação	Redes	Parcerias	Mandato Conselhos	FPPF	Outros
Grupo Escola Irmão Delmiro/Centro Espírita Seara dos Pobres GEID / CESP	Socioassistenciais; Instituições religiosas;	-	-	-	-
Ação Social da Trindade	Socioassistenciais; Empresarial patronal; Instituições religiosas; Outros Fóruns; Territorial/Comunitário;	-	CMAS; CMS	-	Outros conselhos
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS	Socioassistenciais; Instituições religiosas; Defesa de direitos; Acadêmico;	SEMAS SME	CMDCA	Sim	-
Legião da Boa Vontade LBV	Socioassistenciais; Empresarial patronal; Governamental;	-	-	Sim	-
Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna SEOVE	Socioassistenciais; Empresarial patronal; Governamental;	SEMAS	COMDIM; CMAS; CMI;	Sim	-
Lar Fabiano de Cristo	Socioassistenciais; Governamental; Empresarial patronal; Mundo do Trabalho;	SEMAS SME	CMAS; CMDCA	Sim	Rede de entidades Monte Cristo
Seara Espírita Entrepasto da Fé- SEEDE	Socioassistenciais; Empresarial patronal; Instituições religiosas;	SEMAS SME	CMDCA	Sim	-
Centro de Apoio a Formação	Socioassistenciais; Governamental;	SEMAS SME	CMDCA	Sim	Mandado de Segurança;

Integral do Ser CEAFFIS	Empresarial patronal; Mundo do Trabalho;				Rede de entidades Monte Cristo
Casa dos Girassóis	Socioassistenciais; Governamental; Empresarial patronal; Instituições religiosas;	SEMAS SME	-	Sim	-
Casa São José	Socioassistenciais; Governamental; Empresarial patronal; Instituições religiosas; Acadêmico; Mundo do Trabalho;	SEMAS SME	-	Sim	Mandado de Segurança, Audiências

Legenda: Secretarias: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social; SME – Secretaria Municipal de Educação. Conselhos: CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social; CMS - Conselho Municipal de Saúde; CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do adolescente; CMI – Conselho Municipal do Idoso; CONPIR - Conselho Municipal de Promoção Igualdade Racial; COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Assim, como o Quadro 15 permite observar, entre os principais repertórios mobilizados pelas associações estudadas estariam redes principalmente com organizações socioassistenciais, além de órgãos governamentais, instituições religiosas e empresas; além da realização de parcerias com órgãos públicos, principalmente Secretarias de Assistência social e Educação. Ainda, a presença nas plenárias do Fórum de Políticas, enquanto espaço coletivo de articulação das OSCs. O Quadro também permite visualizar relações entre maior presença e articulação de repertórios e possuir ou não parcerias, dado que as associações que não possuem parcerias, também estão menos presentes em outros espaços como conselhos, redes e Fórum.

Conforme procuraremos explorar na próxima sessão, a maior auto identificação como associação de defesa de direitos, em detrimento da perspectiva religiosa, parece estar diretamente relacionada a maior diversificação de repertórios de atuação, principalmente quanto a realização de parcerias.

3.4 Associações religiosas em Florianópolis: pela via da caridade ou da promoção e defesa de direitos?

O que sabemos sobre as entidades religiosas, em perspectiva histórica, é sua comum alocação enquanto de natureza assistencial. A importância de valores e práticas como solidariedade/caridade são transversais a diversas denominações, e ainda mais centrais no caso dos espíritas, dada a máxima “fora da caridade não há salvação”. Dentro deste contexto, as razões e justificativas de existência de organizações da sociedade civil de cunho ou com laços religiosos sempre esteve mais pautada na assistência do que na defesa de direitos. Sendo isto considerado válido ainda hoje, embora aumentem casos de exceções, dedicamos esta sessão a reflexão e análise sobre se estariam as associações (ou ao menos os casos aqui estudados) procurando, no nível discursivo ou até mesmo através de práticas e repertórios de atuação, distanciar-se da perspectiva assistencial-religiosa buscando aproximar-se do prisma de defesa de direitos dos públicos-alvo, refletindo sobre quais fenômenos podem influenciar este contexto.

As associações filantrópicas religiosas se consolidam como um dos repertórios/espços em que se demonstram as competências religiosas, ao mesmo tempo em que se acusam as deficiências do Estado. Um dos elementos que ajudam a *agregar valor* às práticas dessas entidades é o fato de estarem fazendo algo que não é de sua responsabilidade, o que torna ainda mais valorosa e nobre a ação, dando-lhe justificativa de altruísmo e desinteresse. Na fala dos responsáveis por essas instituições, fica clara a afirmação de realizarem um trabalho que deveria ser fornecido pelo Estado: “Os direitos, cada vez estão se reduzindo mais. Por exemplo, a cesta básica: antes o município dava, agora encaminham para nós doarmos. Vários atendimentos que nós temos e que o Estado deveria prover. Mas ele não faz. Ele ainda reduz.”

Para assegurar perspectivas de continuidade, nas instituições religiosas, a socialização de novos membros é de extrema importância. Isto porque, a inclusão das novas gerações significa repassar e garantir o *legado* dos indivíduos que trabalham (ou trabalharam) anos ou mesmo dedicaram importantes décadas de suas vidas a associação e aos beneficiários desta. Por acreditarem firmemente na sua importância e no trabalho realizado, mobilizam esforços para garantir sua existência, o que significa incluir as novas gerações.

A incursão de valores religiosos ocorre através de inclusão em práticas e ensinamentos. A socialização dos jovens ocorre em grupos de jovens, através da catequese (no caso dos católicos), nos grupos de evangelização (espíritas) ou grupos dominicais (evangélicos). Ao menos no caso dos Espíritas, conforme citado por interlocutores em estudo anterior (TABORDA, 2014), os jovens são constantemente motivados a atuar voluntariamente nas associações vinculadas aos centros espíritas que integram. Em alguns casos, trabalhar na instituição filantrópica faz parte de projetos dos grupos de evangelização, sendo então uma exigência, ao mesmo tempo em que é sentida como um dever e um ato solidário⁸⁵.

Aí se destaca a centralidade da parceria entre as instituições religiosas propriamente ditas (igrejas e centros espíritas) e as associações filantrópicas. Tal como Saint Martin (2002), poderíamos lançar mão do conceito de *espaço* para falarmos dos recursos simbólicos comuns que contribuem para manutenção da coesão e relações entre os agentes que integram o campo religioso. Em muitos casos, as associações assistenciais estão diretamente atreladas à determinada instituição religiosa cujos membros são seus fundadores. Assim, os membros das duas organizações circulam entre os ambientes, colaborando mutuamente com ambos através de trocas, dinâmicas e processos. Por outro lado, estes atores transitam também entre outros espaços, de forma que não podem ser apreendidos como um corpo homogêneo, embora possuam em comum a rede de relações fortificada pelo compartilhamento da crença religiosa.

Este espaço é dinâmico, e enquanto tal não se fecha sobre si, podendo admitir membros com outras crenças religiosas, ou nenhuma. No interior das associações religiosas, esta parece ser uma questão delicada, e que revela muito sobre as intenções dos seus membros. A inserção de pessoal (voluntário ou contratado) que não compartilha dos preceitos religiosos da associação parece ser percebido, pelas lideranças, como um risco de desestabilização do sistema de reprodução da dominação espacial (territorial e/ou simbólica). Com o histórico de disputas entre o *religioso* e o *político*, e sendo as associações atualmente mais consideradas como pertencentes à segunda arena, as associações religiosas parecem alocar-se em posição desconfortável.

⁸⁵ “Temos muitos jovens que passaram por aqui e que ainda estão trabalhando com os jovens. Precisamos deles porque tem que continuar isso aqui, não pode parar. Nós nunca paramos nem pra reformas, sempre trabalhando.”

Exemplos seriam os processos que atendem às exigências exteriores de institucionalização, formalização e profissionalização de seus quadros, e ainda mais incisiva em casos de parcerias com órgãos públicos. Para poder *competir* com outras associações regionais por proeminência e reconhecimento social, necessitam concorrer com associações de outras denominações e não religiosas em editais públicos, tendo como pré-requisito a realização de um trabalho que não se configure enquanto possuindo traços religiosos. Nos relatos das lideranças das associações, estas reafirmam sua origem e fundamentação religiosa, mas negam que o trabalho realizado tenha motivações e finalidades de propagação de suas crenças:

“(...) a instituição tem procurado sempre se profissionalizar, e não permitir que a questão religiosa afete os fins. É uma entidade religiosa, tem sua raiz aí, é o motivo dela existir, nossa diretoria são pessoas que são evangélicas, mas o nosso foco é a parte *técnica* mesmo, estamos desenvolvendo um serviço, que tem uma legislação que determina como deve ser, a gente segue como tem que ser. Tanto que a gente não tem como máxima verificar se o funcionário é [religião] ou não, não é uma questão que a gente levanta. (...) As crianças que a gente atende também, não temos delimitado nada, normalmente nem sabe qual é a religião da criança, atendemos qualquer uma que chegar e for nosso público-alvo. Porque tem um preconceito com as religiosas, temos tentado construir também, perante a diretoria, perante as outras organizações, perante o poder público, a sociedade civil mesmo, que não é porque a entidade tem uma raiz, que ela tem uma ideologia, que a gente vai estar trabalhando com este olhar nos nossos serviços. Temos uma lei pra seguir, que não se altera perante a ideologia da instituição.”

“É bom para conseguirmos as parcerias e é bom pela questão do estigma [descentralizar]. Quando você fala para alguém: é uma ONG vinculada à igreja, eles já acham que é muito pelo vínculo religioso, que só [religião] é atendido, e não é.(...)”

Então muita gente tem uma visão distorcida do trabalho realizado. Aí quando nós convidamos, quando a pessoa vê o projeto, compreende o que é oferecido, diz: nossa, pensei que era [religião] isso aqui. É do âmbito, mas nós não defendemos, nós oferecemos livre arbítrio. Porque a própria [nome entidade] é um projeto que ela é ecumênica. Todas as religiões podem vir serão muito bem atendidas e assistidas. (...)

A maioria das associações que participam do Fórum possuem cunho religioso. A assistência social no Brasil está muito relacionada a práticas religiosas. É uma visão muito feminina – pela prática da caridade e pelo âmbito religioso. *Hoje a própria academia condena qualquer entrelaçamento religioso, ignorando o contexto histórico.* Tem essa visão da caridade, da benevolência, dos direitos das pessoas. As ações da igreja foram se reconstituindo, se remodelando, colocando técnicos, assistentes sociais para realizar o trabalho, só que a própria academia não vê isso, e coloca esse estigma em relação as ONGs e as igrejas. Quando é ela [igreja] quem está correndo atrás, a maioria dos projetos hoje, que acontecem, são vinculados a igreja. Instituto Padre Vilson Groh, Espaço Cultural Escrava Anastácia que o diga, quem está à frente nos conselhos, quem está participando, quem está atuando é o pessoal das próprias igrejas em si. Por que é isso, está correndo atrás, está se instrumentalizando, se organizando, já rompeu essa visão de benevolência, clientelismo e a academia ainda não observou isso ainda.”

Nos relatos retirados das entrevistas, podemos observar um duplo movimento de reafirmação de suas origens religiosas, e de adequação com o discurso de profissionalização e laicização do trabalho realizado. Está presente nos relatos o descontentamento para com um estigma imputado as associações religiosas, principalmente pela *academia*, sendo acusada de ser incapaz de ver os processos de mudanças que estas associações procuram realizar, e o protagonismo destas no campo.

O que precisamos considerar, é que as interlocutoras procuram com esta fala chamar a atenção da estudante de pós-graduação, que estava ali a entrevistá-las e apresentando-se como componente/representante da

academia, quanto a este estigma e a necessidade de rompê-lo. A academia, em termos gerais, é acusada de corroborar com uma visão preconceituosa para com as associações com origens religiosas, historicamente peças-chaves do meio associativo e da militância pelo atendimento as minorias, como o caso das Comunidades Eclesiais de Base bem sumarizam⁸⁶. Ainda, o apoio ou mesmo inspiração que o meio associativo oportuniza para com o meio político institucionalizado, influenciando-o assim como é influenciado por ele⁸⁷.

⁸⁶ (...) [Vocês se consideram uma associação religiosa?] Não, nós não somos uma associação religiosa. (...) mas nós e qualquer instituição passamos por toda essa situação né. O que que era assistência social antigamente, esse assistencialismo, puro. Hoje ele tem uma outra característica, então as instituições quando começaram, começaram com o que: fundo religioso, era católico era espírita ou era evangélico, mas tinha um fundo religioso. E aí foi se perdendo essa característica. Ela pode ser, por exemplo [nome entidade], é uma instituição espírita, só que ele não é espírita na atuação, não, entendeu, isso que eu quero te dizer. E não sei como é que está [nome entidade]. O [nome entidade], ela é uma associação católica, tá ali dentro da igreja católica, foi fundado dentro da igreja, é um projeto de uma associação dentro da igreja católica, mas não tem essa característica religiosa, entendeu. (...) não têm a característica religiosa.”

⁸⁷ “E a questão do tempo de atuação também, se manter, porque a gente sabe que está difícil se manter. (...) nossa, digamos assim, o maior apoio pra rede política, porque as organizações, digamos assim, fazem muitas coisas que eles não alcançam fazer né, imagina... e tem alguns aí malucos, acho que tem até a mente maluca vamos dizer assim, que querem digamos assim acabar, a gente tá tendo um grande problema né, tem que ajudar e não acabar.” E ainda: “Se não fosse elas, acredito que hoje muito mais problemáticas existiria, porque o *terceiro setor* ele fez uma transformação, na *questão religiosa e política extraordinária*. Porque forçou, forçou de alguma forma as religiões, que até então só faziam trabalho de cunho interno, começou a prestar serviço à comunidade, apoiar a comunidade lá fora, não só da porta pra dentro, da porta pra fora, então eu trago alguém pra cá pra dentro pra fazer alguma coisa mas como é que é a vida dela lá fora? Eu não só quero ver ela aqui dentro né, seu bem-estar quero ver lá fora também, então todas as religiões passaram a fazer ações sociais. Automaticamente os gestores, os administradores de todas as áreas, na área política ou pública, também começaram a dizer assim, nossa nós também precisamos fazer alguma coisa, se as instituições que não tem nada, não tem dinheiro, não tem poder tão fazendo, começaram até a usar isso como campanha política, que vai fazer creche, vai fazer escola, vai fazer isso e aquilo, melhorar isso e aquilo, não fazem, mas passaram a usar isso como aspecto.”

Por outro lado, em estudos empíricos com trabalho de campo e observação dentro de associações filantrópica-religiosas, podemos perceber os conflitos internos para além do discurso oficial, para com este processo de profissionalização e acolhimento de pessoal externo. Em estudo de 2014 em associação espírita, ouvimos o mesmo discurso de não proselitismo religioso e de não dar preferência a contratação de pessoas espíritas, embora um levantamento dos atores envolvidos demonstrasse quase a totalidade de trabalhadores contratados e voluntários ser espírita.

E por se tratarem em grande parte de associações de contraturno escolar, definidas como espaços de educação não formal, muitas recebendo recursos públicos para atuarem, precisam negar veementemente qualquer atividade que possa ser considerada enquanto doutrinação. Apesar disto, observamos casos de existência de oficinas intituladas como “evangelização”, ou ainda práticas como “passes”. Tratam-se de contradições como as que podem ser observadas no relato abaixo, onde na mesma frase, o dirigente inicia colocando que “a gente não mistura”, para em seguida colocar a obrigatoriedade de as crianças atendidas receberem o passe, mesmo sob protestos dos pais.

“Sim, temos pais crentes [evangélicos], temos funcionários também. A gente não mistura. Não tem problema. Não queremos que ninguém seja espírita. Nós damos o passe em todas as crianças, tem pai que pede pra não dar. Aí nós dizemos que aqui é uma casa espírita, que passe é energia, aí a gente explica o que é e que as crianças têm que participar, porque todos sabem quando matriculam que somos uma casa espírita. Aí a gente conversa, explica o que é. E vemos que as crianças querem e os pais acabam deixando. As crianças fazem tão bonitinho, fazem vibrações com as mãozinhas.”

Outro aspecto relevante apreendido quanto aos casos aqui analisados, seria da maior, menor ou total negativa de vinculação religiosa no nível discursivo depender, dentro de uma mesma associação, de quem é o interlocutor. Nos casos em que foi possível realizar entrevista replicando as questões, tanto para membros diretores quanto para profissionais contratados, as respostas em alguns casos são radicalmente diferentes.

“Na realidade assim ó, o centro espírita ele não atua aqui dentro [nome da entidade] junto com as crianças e adolescentes, aqui é uma ação social do Centro Espírita aqui a gente tem um projeto que aqui é um outro foco, aqui é Serviço de Fortalecimento de Vínculos, não é vinculado com a religião. A religião é um outro período, está vinculado no mesmo espaço mas tem essa diferença, tá bem diferenciado, a gente não atua com religião aqui dentro na verdade, a gente atua segundo bases do serviço social e da pedagogia aqui dentro, então a Casa Espírita é um outro momento, a Casa Espírita é no período da noite, enfim, não envolve as crianças e adolescentes, é algo bem distinto” (profissional contratado).

“Nós somos uma instituição, que por formação por origem, propósito e ideal nós deveríamos fazer assistência social espírita, então com o poder público a gente faz assistência social de acordo como manda toda a legislação, mas, a caridade que a gente faz que seria a diferença da assistência social espírita, a gente faz do nosso jeito de fazer, e muito mais além do que aquilo que o próprio poder público exige.” (dirigente voluntário).

De modo geral, é mais comum que profissionais contratados busquem sempre explicitar que embora as raízes religiosas, ou o trabalho ser feito dentro (ou compartilhando espaço) de um centro espírita ou igreja, não se permite “que a questão religiosa afete os fins”. A negativa veemente de qualquer característica religiosa, colocando que se isso existia, era num período histórico anterior, ou mesmo uma reação bastante defensiva, quando perguntado se “se consideram uma associação religiosa”, foram frequentes em grande parte dos casos aqui estudados. Os profissionais contratados buscam ao invés dar ampla ênfase ao “serviço” que é prestado de acordo com diretrizes, com normativas que os profissionais seguem no dia-a-dia. Nesta mesma associação em que o profissional coloca estarem os espaços da OSC e Casa Espírita bem diferenciados, em determinado dia quando havia sido agendada entrevista com a presidência, ao chegar, precisou-se aguardar que terminasse o

momento do “passe com as crianças”, que estava ocorrendo na casa espírita ao lado.

Já no relato da conversa com integrante da diretoria, é colocado como existem diferenciações entre o trabalho segundo a perspectiva religiosa da entidade, e segundo o exigido pelo poder público mediante realização da parceria. O interlocutor procura colocar como a realização das parcerias e as exigências decorrentes destas afetam a autonomia do real propósito e ideal da instituição, que é realizar assistência social espírita. Mediante esta dificuldade, o entrevistado declara que mesmo assim a associação conseguiu se adaptar para “fazer já essa digamos assim essa forma mais flexível de agir sem tirar a característica básica, a proposta básica da instituição” e ainda “atendendo também as exigências do poder público, a gente conseguiu chegar a um ponto, um termo assim, pela experiência.”

No entanto, nem todos os membros da diretoria das associações com que conversamos colocam de forma tão confortável o enlace religioso da entidade. Em um dos casos, o dirigente coloca que a entidade é “de assistência, com princípios e filosofia pautados na doutrina espírita”, onde embora a titulação jurídica contenha o “espírita”, atualmente a nomenclatura é abreviada, para evitar “indisposições”. Isto considerando que “Em algumas situações quando se apresenta como espírita, já torcem nariz, dificulta as interações”. Quando inquirido sobre o porquê de se omitir o vínculo religioso da entidade, o dirigente coloca existirem “barreiras, preconceitos” que podem ser evitados se nas ações de divulgação, representação e ocupação de espaços, não se mencionam a questão de tratar-se de associação espírita.

Quando a questão da religiosidade da entidade não é negada completamente ou a depender do interlocutor, ela é apresentada como uma “religiosidade ecumênica”, onde seriam trabalhados dentro da entidade e com público-alvo características religiosas que seriam “valores universais”, símbolos e sentidos religiosos “compartilhados” por todas as religiões, portanto o mais laico possível, ou o novo laico⁸⁸. Esta perspectiva é justificada diante do fato de, nas repartições públicas, existirem símbolos religiosos, embora a Constituição do Estado brasileiro dite a laicidade. Logo, algumas práticas religiosas estariam próximas de

⁸⁸ Algo próximo do que Oro (2011) denomina de “laicidade à brasileira”, onde símbolos cristãos compartilhados são considerados como universais.

‘suficientemente laicas’, como as imagens religiosas em espaços públicos como o Congresso Nacional⁸⁹.

Cabe ainda salientar que: quando os interlocutores dizem que não se trata de uma associação religiosa, mesmo que testemunhemos práticas próprias do campo religioso ocorrerem no horário de expediente com o público-alvo, estes não estão procurando necessariamente ludibriar ou ocultar informações a pesquisadora. Em muitos casos, da posição que ocupam, realmente não consideram as práticas e a questão religiosa como determinantes dentro da associação. Ou ainda, sua própria presença serve

⁸⁹ “A [nome entidade] ela é ecumênica, ecumenismo é a educação para a paz, o ensino ele precisa ser laico, todo mundo sabe disso, nós não trabalhamos a questão das crenças, nós temos a imagem de Jesus, sim, em todos os locais sim, como nos departamentos públicos tem a imagem de Jesus, é uma questão de respeito de reverência porque ela nasceu de uma religião, mas ela se dividiu. [nasceu de qual religião?] O espiritismo, tá, e aí ela se dividiu fazendo o que? Obras sociais.” E “Até porque a gente não abandona a questão da fé de Deus, porque existe um Deus, algo maior. Então se trabalha a questão, quando se fala se fala de uma forma muito natural que abrange todas as religiões.” Ainda, em outro relato: “por exemplo nós temos o exemplo da educação do ser integral que é o nosso carro chefe. Mas ele não está voltado pra religião espírita, ele tá voltado para os valores morais, culturais, espirituais, e *isso são valores onde todos perpassam, evangélico, budista, adventista, católico, espírita, ateu*. Então não existe uma questão da religião em si, porque, e eu acredito que todos estão dessa forma tá? Porque perante a prefeitura não passa isso mesmo né. Até porque não pode, não cabe a isso.”

Ou em relato de membro de outra entidade: “O objetivo da oficina é passar pra essas crianças o amor ao próximo o amor a si mesmo, o respeito de ter uma religião de ter deus no coração de crescer ouvindo coisas boas no seu crescimento na sua infância enquanto ser humano adulto. Hoje eu sou mais um voluntário, que trabalha, o trabalho tem o nome de evangelização mas o que eu faço na verdade é um trabalho de educação integral, ele não é um trabalho de proselitismo religioso eu não converto nenhuma criança ao espiritismo, não, *porém os valores universais* de respeito à vida, de solidariedade, de amor e de desenvolvimento de habilidades, de estar com os outros, de me reconhecer enquanto estou com os outros de criar laços afetivos e *são universais não são da doutrina espírita, são também mas são de outras religiões também* (...) esse trabalho é um trabalho de desenvolvimento do potencial humano, de desenvolvimento de uma educação mais integral que contempla todas as possibilidades do pensar e do sentir, do movimento, do autoconhecimento, do desenvolvimento da autonomia da identidade e fortalecer-se...o trabalho que a gente faz não é um trabalho de ensino religioso, até porque a gente não trabalha termos espíritas.”

como explicitadora disto, considerando que alguns dos entrevistados deram ênfase ao fato de professarem outra religião (que a de vinculação da entidade) ou nenhuma, como fator que se impõem como exemplificador da não religiosidade da associação: “porque eu não sou nem espírita”.

Considerando as exigências de profissionalização para que as OSCs possam candidatar-se a executoras de políticas e circularem pelos espaços participativos, a contratação de profissionais provenientes de outros círculos é tanto algo certo a se fazer (para se evitar acusações de apadrinhamentos) quanto algo que ajuda a solidificar a imagem de não-religiosidade. No entanto, podem haver consequências importantes advindas da entrada de pessoas com outras vivências e perspectivas no quadro de pessoal, vindo a influenciar tomadas de posições, decisões, e formas de atuação⁹⁰.

Assim, é possível compreender que a forma como a associação é apresentada depende bastante também de para quem. Por tratar-se de entrevistas realizadas para trabalho acadêmico, em geral as falas são calibradas segundo discurso oficial da entidade que realiza determinado trabalho mais segundo normativas de leis e políticas existentes do que por disposições religiosas. Mas alguns interlocutores procuram reafirmar tanto a perspectiva religiosa quanto de defesa de direitos da associação, como complementares e não conflitantes, embora por estigmas e preconceitos (nos quais a academia teria papel importante), seja as vezes necessário e mais interessante, a depender do espaço e das exigências, omitir a concepção religiosa para reforçar como atua na execução e defesa dos direitos⁹¹.

⁹⁰ “Sim, tem muitas entidades né, que são religiosas, e o que seria um desafio, pensando, fazendo uma análise assim né, por exemplo eu sou a pessoa que vai lá no Fórum, só que a minha visão política também eu sei que é diferente, da coordenação e acho que ainda mais diferente ainda dessa diretoria que pensou isso. Então as vezes é um desafio conseguir traduzir o que a gente pensa e o que a gente tá pensando também, porque cada um vai sair de lá com o seu olhar, com as suas interpretações decorrentes de tudo o que já viveu, já sabe, o que tem de conhecimento. Mas é, pras entidades isso é um desafio mesmo. Como que essas pessoas que estão lá na ponta conseguem transmitir pra direção né, estou falando da diretoria constituída legalmente. Essa diretoria legalmente constituída sabe muito pouco do que acontece lá na ponta.”

⁹¹ O que lembra os escritos de Erving Goffman (1983) sobre papéis e máscaras sociais adotadas pelos atores, a depender das diferentes interações que os indivíduos vivenciam.

Esta adequação discursiva estaria relacionada, dentre outras explicações possíveis, a questão da continuidade colocada anteriormente. Mas para além do nível discursivo, também no plano organizacional as associações buscam se *ressignificar* e abraçar mudanças quanto a público-alvo, mudanças geográficas e fontes de recursos, reagindo a transformações do campo associativo e de demandas com o passar do tempo. Diante da necessidade de se reorganizarem ou reorientarem, vários casos demonstram que ao contrário do que poderíamos pressupor, as associações religiosas possuem grande capacidade de adequar-se à novas demandas.

Quanto ao público-alvo, por exemplo, muitos são os casos de associações que iniciam atendendo determinado público, como dependentes de drogas, e vendo maior necessidade, passam a atender crianças, ou que inicialmente são voltadas à saúde, mas passam a atender crianças e famílias por verem que muitos problemas estão relacionados ao aspecto social⁹². Casos também como do Grupo Escola Irmão Delmiro, em que a associação possuía creche conveniada a prefeitura por muitas décadas, mas que a mesma foi fechada quando a entidade estava com dificuldades financeiras, e teve que escolher entre a continuidade da associação ou ter parcerias e dar continuidade ao funcionamento da creche.

Significativo é o caso do Lar Fabiano de Cristo (LFC), que no ano de 2017 passou (e ainda está passando) por processo de “reestruturação”. Como o LFC da comunidade do Monte Cristo integra uma rede nacional, ele segue determinações vindas “de cima”, da administração central. Com certa frequência, são feitas readequações principalmente de público-alvo: de enfoque na educação de crianças e adolescentes, para atendimento de

⁹² “Então a associação *surgiu inicialmente com foco na área da saúde*, e a partir disso implantou dois ambulatórios, com convênios com o poder público, mas nunca conseguindo construir o hospital. *Vendo as necessidades das famílias atendidas*, os médicos e equipes identificam que os problemas de saúde das crianças e mães eram muito decorrentes da situação de vida delas, que era uma situação de vulnerabilidade, que não tinham condições de moradia e alimentação adequadas, a partir disto [nome entidade] *começou a se direcionar para a área da educação*. Iniciou trabalhando com educação escolar e assistência social. Hoje se mantem só na área da assistência social, antes possuía uma escola aqui na sede. Agora nossa *atuação é descentralizada, com os nossos núcleos em diferentes comunidades, que estão em situação de vulnerabilidade mesmo, até levando em conta as políticas de assistência social que indicam descentralização.*”

famílias, mudando agora novamente (embora não tenhamos ainda resposta quanto para qual área)⁹³. Também são vislumbradas pelas associações as necessidades de mudanças futuras. Quando perguntado em entrevista interlocutor do Ceafis sobre como vê a instituição daqui a 5 ou 10 anos, foi colocado que devido a proposta de educação integral totalmente dentro das escolas, a associação possivelmente terá que repensar seu público-alvo⁹⁴.

Também as associações precisam se adequar a mudanças do espaço geográfico urbano, suscitadas por diferentes fenômenos, como o migratório. Assim, tendo as associações religiosas em geral muitas décadas de existência, a localização que há décadas atrás foi estratégica, muitas vezes o deixa de ser, acarretando dificuldades como as de estarem muito longe espacialmente do público-alvo. Este é o caso da Legião da Boa Vontade (LBV) com sede na parte continental de Florianópolis. A associação está há décadas no mesmo local, mas mudanças geográficas fizeram com que não seja “mais um lugar tão interessante pra prestar um serviço”. Embora a associação reconheça isto, muitas vezes não é possível simplesmente mudar-se para local mais pertinente, principalmente quando possuem sede própria, de forma que são necessárias ações para procurar contornar o problema do distanciamento geográfico.

Outras associações, principalmente as que atuam em Rede Interna com uma sede e entidades vinculadas, vão distribuindo-se em diferentes comunidades e regiões, de acordo com novas demandas que vão sendo identificadas, garantindo assim permanência e protagonismo no campo.

Ainda, exemplo de como as associações religiosas buscam se reorganizar internamente, quando veem necessário, pode ser retirado de

⁹³ “[Mas esta iniciativa de reestruturação vem de cima ou foi iniciativa de vocês?] De cima. Existe uma equipe técnica interdisciplinar na sede né e a partir da linha de trabalho, das coisas que acontecem, e aí vai vindo as reestruturações. Até porque esse é o sentido futuramente tá. Pelas leis eu acho que a maioria, muitas instituições vão transformar, não vão ter esse nome, mas elas vão ser núcleos de ações protetivas, elas vão ter uma outra linha de trabalho, uma outra perspectiva.”

⁹⁴ “A partir de 10 anos acredito que muita coisa vai mudar, porque de acordo com a lei, de bases, diretrizes, da educação - alguma coisa assim -, vem aí a educação integral, e aí é um novo horizonte. E as instituições como o Ceafis que atuam no contraturno escolar vão ter que repensar a sua forma de agir e inclusive seus, sua, não a sua proposta, mas eu diria até a sua *clientela*. Porque aí as crianças e adolescentes teriam, terão que estar na escola. Repensar, redirecionar seus esforços pra outros públicos, [Quais?] provavelmente pra famílias, provavelmente pras famílias. Para o empoderamento das famílias.”

pesquisa realizada em outra oportunidade (SCHAEFER et al, 2016) e já citada anteriormente, quanto a Associação Amigos do Hospital Universitário (AAHU). Neste caso, sendo o público-alvo pacientes e acompanhantes do HU, e tendo estas filiações religiosas diferenciadas, a associação que em seu contexto de criação estava vinculada a denominação católica, busca agregar voluntários de outras religiões, separando as visitas por dia da semana e religião. O exemplo da AAHU é interessante por serem raros os casos em que associações religiosas estão organizadas enquanto possuindo membros de diferentes religiões, e ainda, a um primeiro olhar, com convivência pacífica e respeitosa entre estes.

Há ainda que se colocar que, ao que nos parece, em grande parte, as mudanças e reordenações internas e de atuação das associações ocorrem em decorrência da crescente profissionalização de seus quadros. A inserção de novos atores no dia-a-dia da entidade e em cargos de gestão, acaba por impactar de diferentes formas os modos de ser e de se organizar da associação. Em muitos casos, os profissionais pressionam para que as associações revejam repertórios e práticas, contribuindo assim para com um distanciamento da perspectiva religiosa⁹⁵.

Assim, foi possível apreender que as associações religiosas buscam se adequar a novos públicos e mudanças, ou ainda existir certo entendimento de naturalidade quanto a estes processos. O que explica a competência e disposição em realizarem reajustes necessários relacionasse, mais uma vez, ao fato de que a final do dia o que mais importa é a continuidade da associação.

Outro elemento bastante interessante sobre a atuação das associações são as cada vez mais comuns iniciativas de realização de

⁹⁵ “E eu acho que é isso, isso tá bem presente, eu falo por mim assim, os meus anseios pessoais são diferentes dos que o que seriam os da [nome entidade], mas eu acho que isso que as pessoas ocupam os seus espaços de trabalho, pra também *dizer quais são as outras possibilidades*, pra abrir outros caminhos também né, trazer outros pontos de vista, as coisas que eu penso, e a gente vai abrindo outras possibilidade que às vezes as pessoas não pensam porque nunca pararam pra pensar isso, *porque não viveram, não tiveram uma outra trajetória* e enfim, e acabam se abrindo, mas cada um escolhe, se vai querer acolher ou não, mas a gente tenta, *levando anseios e lutas pessoais também pro campo profissional*. E acho que isso se confunde um pouco né, fica meio misturado o que você quer como pessoa, e como profissional, o que que a entidade quer, você vai meio *mesclando os interesses*.”

diagnósticos sociais principalmente quanto às comunidades e público-alvo, buscando apreender as demandas da população. Seis das dez associações aqui pesquisadas declararam realizarem periodicamente ou terem realizado em algum momento estas pesquisas junto a seu público-alvo⁹⁶. As associações colocam ser de extrema relevância a realização dos diagnósticos para que possam atuar de forma mais condizente com as reais necessidades dos beneficiários, além de obterem informações relevantes sobre as comunidades, informações estas não existentes em nenhum banco de dados da prefeitura, universidades ou institutos de pesquisa.

Oxigenando as motivações na atuação das associações, outro importante aspecto é a questão da competitividade do campo. Se existe algo como um *mercado de atuação social*, a competitividade é proporcionalmente maior quanto maior for a quantidade de associações ofertando o mesmo serviço, e principalmente se no mesmo local. Nestes casos, além de competirem pelo público-alvo (que pode ir e vir de acordo com a atratividade do trabalho realizado⁹⁷), precisam competir principalmente por fontes de recursos. Além de competir quanto a grandes doadores e parcerias com empresas, precisam adequar-se as exigências de editais e dos gestores públicos para que sejam aprovados para a realização das parcerias. Para aumentar as chances de aprovação das parcerias, muitas vezes faz sentido “soltar o peso” do direcionamento religioso da entidade, para competir mais facilmente com as outras, além

⁹⁶ Como o caso do Lar Fabiano de Cristo, em que “nós fizemos *um diagnóstico social agora na comunidade*, e no dia 27 ou 28 a sede está para nos dar o resultado da pesquisa. (...) Nós tabulamos, colocamos numa tabela, eles tabularam lá em fórmulas pra ver, o que que acontece: nós fizemos uma pesquisa social até pra tabular como está essa comunidade, o que que ela tá necessitando que não adianta você criar um projeto se não há uma demanda dessa comunidade. Então você tem que ver que linha de trabalho a seguir, porque se a gente for observar tem as instituições aqui, é tudo muito socioeducativas [aqui na região?] uhummm. Então né, de repente se a gente abrir o socioeducativo vai ter vaga? Vai. Mas *a gente quer desenvolver um trabalho que seja gerado conforme a necessidade dessa comunidade.*”

⁹⁷ “Olha na verdade o que eu vejo é que o público das ONGs é parecido, (...) Então assim eu vejo que tem um pouco ali um pouco aqui um pouco ali, então eu acho que as atividades têm que ser um pouco mais atrativas e mais diversificadas pra esse público, a criança escolher onde ela pretende ficar, qual atividade diferenciada, qual o projeto melhor, então às vezes tem o projeto do Surf, aqui não tem então ela vai ver qual ela se identifica mais.”

também da exigência de laicidade do serviço prestado no caso de celebração das parcerias⁹⁸.

Conforme já colocado anteriormente, a questão do “ideal”, das crenças quanto a proeminência da máxima “fora da caridade não há salvação”, no caso dos Espíritas - mas não menores para adeptos de outras religiões cristãs – parece ser importante (senão principal) elemento agregador e garantidor das redes, disposições e motivação dos atores envolvidos. E é por isso que o posicionamento e reconhecimento de determinada associação possui dupla determinação: por um lado, por justificativas de poder competir igualmente com as outras no campo, e ocupar espaços em repertórios valorizados, precisam, ao menos a nível discursivo (mas na maioria dos casos, também em aspectos da atuação cotidiana⁹⁹), reafirmar a centralidade de uma atuação voltada a defesa de direitos por parte da associação.

Por outro lado, a negativa do vínculo religioso pode trazer sérias consequências para a instituição dado que, quanto mais se distanciam da perspectiva de atuação religiosa (mobilizando diferentes repertórios político-institucionais e em redes com não religiosas), maiores poderão ser as dificuldades em manter redes e contatos de atuação originários, além de possíveis dificuldades de continuidade, ou seja, de encontrar pessoas que substituam diretores/fundadores. Em suma, de toda a rede social de atores, voluntários, doadores, e instituições religiosas que possibilitam a existência da entidade, o contínuo distanciamento ou negativa das disposições religiosas pode desmotivar ou ir de encontro com interesses e concepções que estes possuem quanto a associação.

⁹⁸ “Tanto que quando a gente escreve, é passado por uma avaliação lá, pra ver se não verifica, *pra ver se não fica o caráter religioso*, tá. Então é passada uma avaliação, não existe isso, então quando tu fala, por exemplo nós temos o exemplo da educação do ser integral que é o nosso carro chefe. Mas ele não está voltado pra religião espírita, ele tá voltado para os valores morais, culturais, espirituais (...)”

⁹⁹ Tornando-se independente das instituições religiosas originárias ao criar novo CNPJ, contratando profissionais independentemente de religião ou admitindo profissionais cedidos pela prefeitura, adquirindo regras procedimentais para o trabalho realizado pautadas em normativas, leis e estatutos como da Criança e Adolescente e Idoso, alocando entre os membros da diretoria pessoas não diretamente relacionadas as instituições religiosas matrizes, investimentos quanto a divulgação nos meios comunicacionais como sites e redes sociais ou mesmo participar de espaços como Fóruns e Conselhos.

Tudo isto há que ser considerado para assegurar continuidade. Conforme já colocado, as associações religiosas são as que mais perduram no tempo, mas o que poderia explicar este fenômeno? Convém citar exemplo do estudo comparativo de casos entre o Instituto Engevix¹⁰⁰ e A Casa dos Girassóis¹⁰¹ (TABORDA, 2014). Na época de realização da pesquisa, foi constatado que o Instituto Engevix possuía maior capacidade de atuação, por ter maior e mais fácil acesso a recursos (exclusivos da empresa Engevix Engenharia), tendo mais espaços, mais profissionais e mais diversidade de atividades e frentes de atuação, atendendo a três vezes o número de crianças e adolescentes atendidos pela outra associação. Enquanto isto, o que a Casa dos Girassóis possuía (possui) é um alto número de voluntários e pessoas comprometidas, em sua grande maioria provenientes do centro espírita Associação Espírita Fé e Caridade.

No mesmo ano de realização da pesquisa, 2014, aparecem as primeiras denúncias de corrupção quanto a empresa Engevix Engenharia, que passa por dificuldades e problemas financeiros (denúncias de corrupção), gerando insegurança quanto a condição do Instituto Engevix. No ano de 2017, os repasses de recursos para a entidade são descontinuados por parte da empresa, e o Instituto, não conseguindo parcerias para dar continuidade, precisa encerrar os trabalhos. Enquanto isto, a Casa dos Girassóis irá completar, em 2018, 10 anos de atuação, e no ano de fechamento do Instituto Engevix, procurou, na medida de suas possibilidades, acolher parte do público-alvo da outra associação. A Casa continua tendo as mesmas dificuldades, principalmente financeiras, e apesar de ser recente no campo - sabendo-se dos maiores riscos de “mortalidade” para as mais jovens -, poderíamos dizer que são os atores envolvidos, as redes sociais e o capital social mobilizado pelas suas diretoras que tem assegurado sua continuidade.

¹⁰⁰ O Instituto Engevix de Florianópolis é (era) uma associação de Responsabilidade Social da empresa Engevix Engenharia, e possui a titulação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Foi fundado em 2004, e estima-se já ter atendido em torno de 1200 crianças e adolescentes.

¹⁰¹ A Casa dos Girassóis se considera uma Organização Não Governamental (ONG), com a sua fundação e formalização em 2008. A iniciativa de fundação da entidade ocorreu através de um vínculo com a Associação Espírita Fé e Caridade, por meio de voluntários que participavam desta Associação desenvolvendo trabalhos na comunidade do Mont Serrat, aos domingos. Atualmente a entidade possui vagas para 36 crianças e adolescentes, desenvolvendo oficinas e apoio pedagógico, além de auxílios às famílias.

As narrativas da passagem da “caridade” para a defesa de direitos geralmente apontam como as associações sempre foram as principais protagonistas em perspectiva histórica quanto as práticas de filantropia e assistencialismo. Assim, para além das críticas, precisar-se-ia considerar que “se não fosse a igreja católica começar alguma coisa, quem ou como iria começar?” Neste processo, muitas práticas foram mudando, dado que “quem se envolveu percebeu essa necessidade, que não podia ficar só no assistencialismo, que tem que lutar pelo direito.” Assim, na maioria dos relatos das associações aqui pesquisadas, os esforços estariam concentrados em romper com práticas assistencialistas e seguir a política existente para cada respectiva área, atuando para executar e garantir os direitos adquiridos¹⁰².

“Que eu acho que isso é uma coisa que vem acontecendo com as entidades, elas não surgiram com essa finalidade de defender a política né, as entidades religiosas, mas *eu acho que essas parcerias públicas né, com o setor público, acabou trazendo pra dentro de um campo político*, e aí precisa se aprimorar e melhorar. Os *conselhos* até certo ponto são limitados e não permitem as vezes, não atendem a necessidade da entidade, mas por

¹⁰² “Porque *as entidades aqui, faz parte de uma política, a gente tá garantindo um direito que tá definido em uma lei, que tem uma política nacional que regulamenta, que diz como que tem que ser o serviço né, tem uma diretriz. (...) e o que eu entendo, de uma política, ela tem que ter uma continuidade né, não pode descontinuar. A gente tem uma política hoje, vamos supor os CRASS, não tem como fechar CRASS. Igual serviço de convivência, não tem que fechar, não pode. Não existe, nunca, a demanda da sociedade nunca vai acabar, nunca vai deixar de ter, não com esse modelo de sociedade que a gente tem desigual, e esse serviço é pra quem mais precisa, não deveria deixar de existir, não pode.*”

“Interessante pensar: eu sou assistente social e especialista em gestão de projetos sociais, o que que eu tenho observado: desde que eu entrei na [nome entidade], um pouco antes disto, a legislação da assistência social estava sendo alterada, *procurando mudar esta questão do assistencialismo*, já está a um bom tempo essa legislação e as entidades tem mudado para este caminho também. É uma necessidade, e também os técnicos acabam entrando nas instituições buscando muito isso, *profissionalizar a instituição*. Desde que eu entrei foi em 2014 aqui, a instituição tem procurado sempre se profissionalizar, e não permitir que a questão religiosa afete os fins.”

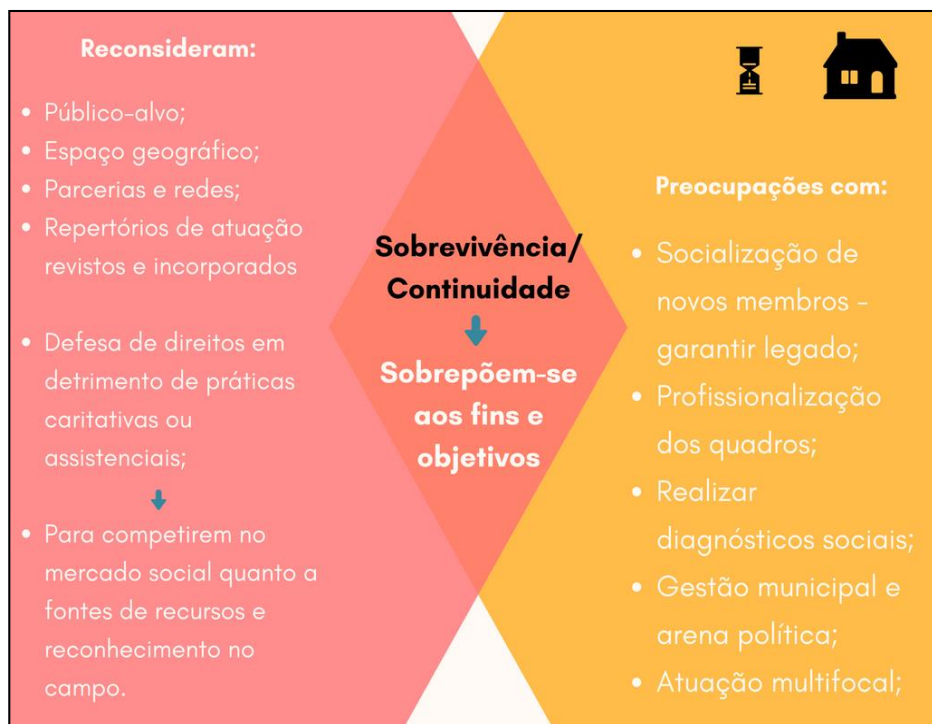
outro lado *coloca as entidades dentro de uma política*, dentro de uma diretriz nacional, dentro de uma lei maior, que faz ela também se adaptar politicamente e organizacionalmente dentro de um padrão de serviço e eu acho isso bom, porque se não ficaria só o voluntariado.”

“É porque mudou muito agora né, entendeu, e as *instituições amadureceram também muito*, elas vêm dentro de uma linha de trabalho, elas vêm pela legalidade das leis e aí quando você vai pegar convênios se você não está dentro daquela legalidade, tu não consegue. E existe assim ó, *quando você está envolvida nesses conselhos, isso é um aprendizado muito grande*. Então existe uma linha de trabalho, as instituições elas trabalham muito essa questão entendeu, então existe um amadurecimento um aprendizado grande.”

Em ambos os fragmentos de entrevistas, os atores afirmam que uma atuação mais comprometida com a política e dentro de um campo político é especialmente motivada por se fazer parte de um coletivo de entidades que possuem parcerias com os órgãos públicos municipais, e enquanto tal, passam a compartilhar ainda mais de perto questões e dificuldades mútuas gerando aproximação entre estas. Também a participação em espaços como os conselhos gestores e Fóruns, oportunizariam amadurecimento e aprendizado ímpar para se “adaptar politicamente e organizacionalmente dentro de um padrão de serviço”.

Por fim, apreendemos que a motivação principal das associações e das pessoas na base destas (mesmo que isto não seja colocado diretamente) é a sua *sobrevivência*, onde todas as ações são motivadas, principalmente, por um “instinto” de sobrevivência. Por preocupações com o legado (da instituição e das pessoas/instituições a frente destas), dado que quando uma associação fecha as portas, isto se reflete e tem implicações de diferentes níveis para com os envolvidos na mesma. Esta preocupação com continuidade relembra os postulados de Bourdieu quanto ao campo econômico, onde as ações dos agentes voltar-se-iam “para a perpetuação e para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2001, p.53). Buscando a possibilidade de dar seguimento, as associações buscam se ressignificar e rever práticas, repertórios e até mesmo público-alvo, conforme procuraremos demonstrar nos próximos parágrafos.

Figura 7 – Diagrama Continuidade/Sobrevivência das OSCs



Fonte: Elaboração Própria

Tanto é a sobrevivência a força motriz das organizações, que esta importa mais do que o próprio público-alvo, no sentido de que, caso visto como necessário e estratégico, estas reveem o público-alvo, atendendo duplamente necessidades do campo e da entidade. Reveem também seus fins e objetivos, sua localização geográfica, o perfil das pessoas envolvidas, das redes e parcerias firmadas e descontinuadas, realizam diagnósticos sociais, buscam agregar as novas gerações, e reveem até mesmo o próprio vínculo religioso fomentador de sua existência. Aderem discursos e práticas de defesa dos direitos e execução de políticas públicas, para poderem competir no mercado social quanto as fontes de recursos existentes e pelo reconhecimento de sua existência e de seu trabalho.

Reveem também seus repertórios de atuação político-institucional, buscando adentrar em espaços como os conselhos, acompanhar as discussões do Fórum e participar em atos e audiências quanto a assuntos de seu interesse, pois estar bem informado e obter reconhecimento dentro do campo é central para a permanência da associação, e conforme dito por uma de nossas interlocutoras: as “associações mais atuantes são aquelas que participam ativamente dos espaços de luta e controle social”. No entanto, apesar de serem necessárias, todas as reorientações precisam ser pesadas, porque os custos de se romper com as redes sociais estruturais podem ser maiores do que os benefícios de se abraçarem mudanças.

Isto porque, em geral, importa as pessoas envolvidas na associação manter intacto o que a associação representa, para os seus membros, para a comunidade, para as outras associações, para seu público-alvo, não deixando de ser referência, e não ser relegada a registro histórico e na memória dos indivíduos que tiveram algum contato com a associação. Mas também, tão importante quanto, quando uma associação está as vistas de deixar de existir, este fato traz importantes reações de ordem emocional, causando sentimentos como aflição, tristeza, desespero, reavaliações quanto ao que poderia ter sido diferente, ou de não se ter envolvido o suficiente. Diante de tudo o que o fechamento de uma associação representa, principalmente uma que esteja bem posicionada no campo e proporcionalmente ao número de pesquisas nela envolvidas, é comum que se procure concentrar esforços para que ao menos não se precise fechar as portas: reavaliando o público-alvo, espaço físico, número de funcionários, parcerias, tudo o possível para que, não deixando de existir a associação, se alimentem esperanças de conseguir reerguê-la¹⁰³.

¹⁰³ Aqui temos como base o acompanhamento dos desdobramentos do contexto de fechamento do Instituto Engevix, associação já citada anteriormente. Para evitar o encerramento das atividades da instituição, seus membros procuraram realizar campanhas de arrecadação de recursos, de forma que foi amplamente noticiado em jornais, canais de televisão e na página do facebook do Instituto Engevix em Florianópolis, onde foram postados muitos relatos pedindo ajuda e lamentando o fechamento da entidade. Disponível, em: https://www.facebook.com/Inst.Engevix?hc_ref=ARRoNkawyQ27PrKLsilcY3-OVKX-5_KMGa4cG1f1wP4eFsPSDYSokfPT5bwrUogOO4. Último acesso em: janeiro de 2018.

Assim, seriam as associações religiosas, na maior parte dos casos, especialistas em se ressignificarem. Estas encontram maneiras de, pelas franjas, através da grande carga de experiência e se flexibilizando, atuarem muitas vezes das duas formas: pela perspectiva religiosa e de prestação de serviço assistencial e defesa de direitos, embora publicamente apenas a segunda seja salientada. Assim, ao que nos parece segundo os casos aqui estudados, características como a origem dos recursos e os repertórios político-institucionais importam mais para este contexto do que a idade, denominação religiosa e tamanho.

Carla Almeida, em artigo de 2009 intitulado *Conselhos gestores e regulação: a assistência social em tempos de transição* já salientava como as normativas sancionadas nos anos 2000, como a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estariam influenciando reestruturações do campo associativo. Isto porque, as exigências das normativas colocam em marcha novos critérios para reconhecimento e legitimidade das associações, que precisam se readequarem até mesmo quanto ao “novo vocabulário para nomear o que fazem e a quem atendem”, porque

agora as organizações da sociedade civil envolvidas com a política de assistência não são consideradas apenas prestadoras de serviços, mas integrantes da rede sócio-assistencial, cuja responsabilidade é gerir e executar tal política. Para que possam ser reconhecidas nesse novo estatuto, elas estão desafiadas a transformar suas concepções e práticas, deslocando-as das fundamentações religiosas, típicas da filantropia, para as dos direitos e deveres correspondentes à idéia de cidadania. Seu modo de funcionamento, sua prática e seus discursos passaram a ser avaliados segundo novos critérios, que exigem publicidade, universalidade, planejamento, monitoramento, profissionalismo. Afinal, não se trata mais de “ajudar o próximo” segundo ordenam os imperativos religiosos e/ou as obrigações estabelecidas em círculos de relações específicas, muitas vezes definidas a partir de pertencimentos étnicos, de classe ou de gênero. De agora em diante, trata-se da responsabilidade de assegurar

direitos conforme determinam as obrigações públicas (ALMEIDA, 2009, p.255, 256)

Cabe ainda pontuar alguns elementos próprios das associações espíritas, conforme os dados coletados em campo nos permitem afirmar. Dentre os aspectos que chamam a atenção enquanto específicos das associações espíritas, estariam:

- 1) Possuírem, dentro do mesmo espaço, Centros Espíritas, fundados antes ou depois da própria associação. Muitas vezes os trabalhos do Centro Espírita se sobrepõem com os da associação, ou são organizados de forma a serem diferenciados, com diferentes horários. A Casa dos Girassóis é um caso à parte. Trata-se de associação mais recente, e embora seu contexto de fundação esteja vinculado a Centro Espírita bastante conhecido e antigo na cidade, situa-se em uma casa cedida pela Associação Espírita Fé e caridade, no início da escadaria da Rua Monsenhor Topp.
- 2) Também chamou atenção um aspecto quanto a questões de aparência: como, em alguns casos, ao se olhar de fora a estrutura física da associação que divide parede com Centro Espírita, o espaço está espacialmente bem demarcado enquanto separado. Sendo uma outra construção ou dividindo parede, mas os dois devidamente sinalizados, ou ainda, separados por uma cerca, com duas construções, interfones e entradas próprias, onde impera olhando de fora a simétrica de serem duas instituições independentes. Todavia, dentro da associação, ou mais aos fundos, as mesmas estão interligadas por portas e vãos fazendo sentir-se enquanto uma mesma entidade.
- 3) Possuem também um número de voluntários bastante superior ao de outras denominações, considerando apenas os dados das associações aqui pesquisadas. Nenhuma das associações espíritas declarou possuir um número menor de voluntários do que de contratados: ao contrário, os voluntários, a depender do caso, somam 2, 3, 4 ou até 5 vezes o número de pessoal contratado, diferente das associações católicas e evangélicas aqui pesquisadas: no caso destas, o número de voluntários foi declarado como inferior ao número de profissionais contratados. Também pode-se apreender que o grau de valorização da prática do voluntariado também é mais destacado pelas associações espíritas.
- 4) Quanto ao questionamento da existência de um isolacionismo social por parte das associações espíritas, temos que não foi possível identificar uma menor atuação em rede das associações espíritas em geral, mas apenas de alguns dos casos aqui estudados. Dentre os tipos

associativos mais frequentemente citados, estariam tanto outras entidades assistenciais, empresas e órgãos públicos, além de Centros Espíritas;

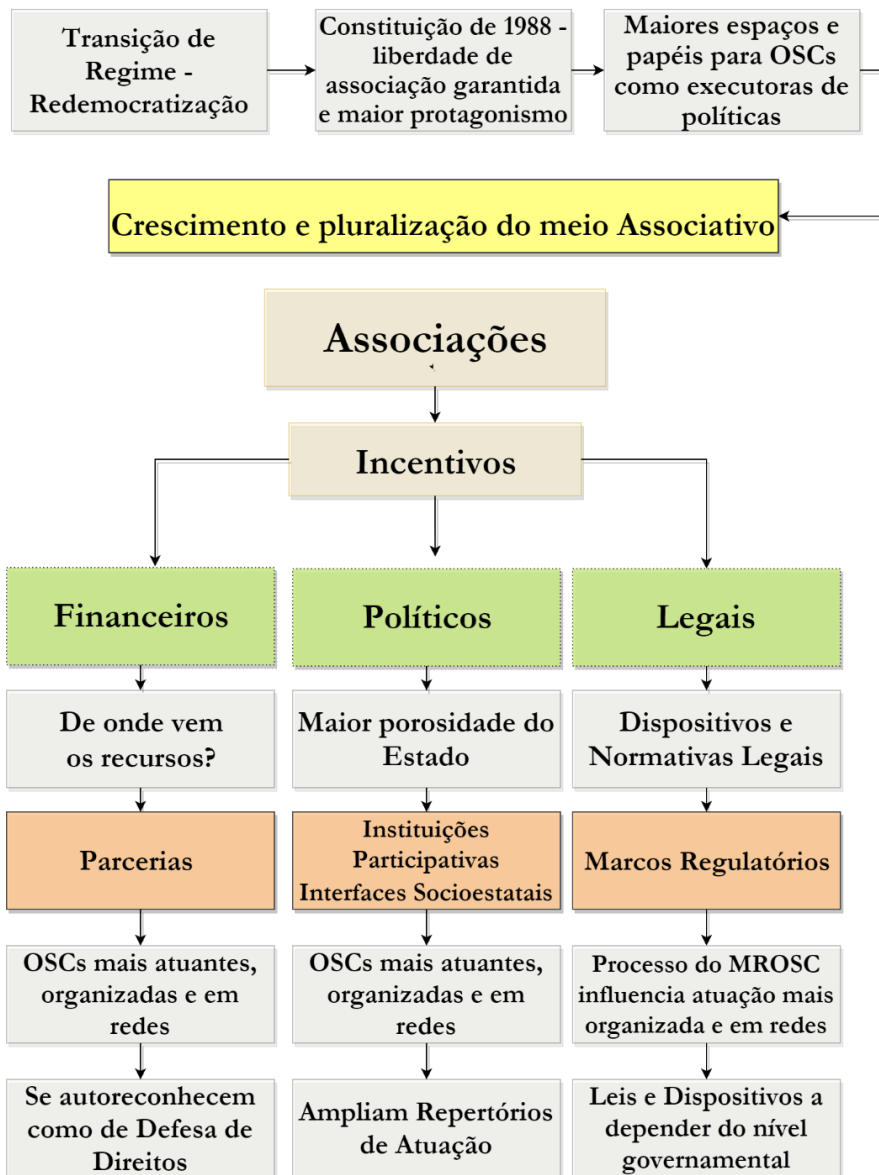
- 5) Ainda, quanto à disposição geográfica das associações espíritas. Conforme já colocado em sessão própria, olhando a localização das associações espíritas segundo décadas, podemos perceber elevada dispersão geográfica, bem como o contínuo e acelerado crescimento da formalização destas em Florianópolis.
- 6) Já quanto aos repertórios de atuação das associações espíritas aqui pesquisadas, temos que estes não parecem em muito diferenciar-se de associações de outras denominações religiosas. No entanto, quanto aos conselhos gestores, é marcante a intensa presença das associações espíritas, presentes em mais gestões considerando proporcionalmente os quantitativos de associações religiosas nos conselhos municipais de Florianópolis. Assim, repertórios como as parcerias e participação em conselhos e fóruns, parecem influenciar as associações espíritas, assim como de outras vertentes religiosas, a assumirem discurso de garantia de direitos em detrimento de justificativas de atuação pautadas em princípios religiosos.

Finalmente, cabe retomarmos e sintetizarmos apreensões mais gerais a partir do campo realizado.

No Figura 8 procuramos apresentar um esquema analítico quanto ao meio associativo e a condicionantes históricos, incentivos, meios de continuidade e fenômenos que parecem se mútuo-influenciar.

Assim, ao que nos parece, o engajamento junto aos novos espaços de participação, além das normativas implementadas nas últimas décadas (como da área da Assistência social e Criança e adolescente), parecem incentivar uma atuação para garantia e defesa de direitos, formalização e legalização (manter-se em dia com documentação e contabilidade), ou seja, uma atuação mais ativa e organizada da sociedade civil.

Figura 8 – Diagrama Incentivos Associações



Fonte: Autoria própria.

No início do Diagrama, foram alocados aspectos históricos de âmbito político que influenciaram o fenômeno de desenvolvimento e complexificação do meio associativo no país: a transição de regime, através do processo de redemocratização, onde a constituição de 1988 coloca-se enquanto importante marco. A “nova” constituição e as contínuas emendas e atos normativos que a seguiram, por sua vez, garantiram legalmente a ampla liberdade de associação, ao mesmo tempo em que o texto constitucional possibilitou um maior protagonismo das associações no campo político-institucional, principalmente enquanto fiscalizadoras e executoras de políticas públicas.

A seguir, são elencados aqueles que aqui consideramos como os três principais elementos que influenciam as configurações do campo associativo: incentivos financeiros, políticos e legais.

Incentivos financeiros porque em perspectiva histórica, as fontes de recursos do meio associativo parecem ter em muito influenciado sua organização. Dos recursos internacionais para os repasses estatais, a resposta à pergunta “De onde vem os recursos?” consiste num dos principais dados a serem considerados em estudos sobre as organizações da sociedade civil. A ampliação da realização de diferentes tipos de parcerias entre OSCs e Estado, nos diferentes níveis sendo federal, estadual e principalmente municipal, parece estar diretamente relacionada, ao menos no caso de Florianópolis, a um contexto de associações mais atuantes e engajadas, em redes e interfaces como fóruns. Para a celebração de parcerias, o critério de laicidade dos trabalhos realizados também pode influenciar para que as OSCs assistenciais-religiosas se posicionem enquanto defensoras dos direitos do público-alvo. Daí a expansão, ou o redirecionamento no uso de seus repertórios de atuação: de prestação mais localizada de serviços de assistência baseados na caridade para presença em fóruns, conselhos e outras interfaces.

Já os incentivos que podemos considerar enquanto de ordem política, ou político-institucionais, são tanto ou mais importantes. Conforme já colocado anteriormente, a forma como os poderes executivo e legislativo se relacionam com as associações guarda particular influência quanto a atuação destas. Nos diferentes níveis, mas aqui considerando o municipal, incentivos políticos como a maior porosidade do Estado para com as OSCs, as parcerias realizadas, a participação destas nas diferentes interfaces socioestatais, com destaque para os conselhos

gestores, todos estes elementos que em muito influenciam nas capacidades das associações, e ainda a ampliação dos repertórios mobilizados, tendo então impactos no meio político-institucional. Através do campo realizado, é bastante perceptível como posicionamentos político-ideológicos da gestão municipal instituída podem facilitar ou dificultar a vida das associações. Também é bastante visível o quanto importam as relações existentes com vereadores e funcionários públicos, principalmente quando de cooperação.

A importância dos incentivos políticos pode ser remontada aos fundamentos colocados pelos teóricos da democracia, de que o meio associativo depende imensamente do meio político instituído, e do grau de democracia existente, embora coloquem que também o contrário é verdadeiro (TOCQUEVILLE, 1977, WARREN, 2001, LÜCHMANN, 2014). Assim, não é novo o contexto que conseguimos perceber acerca da importância que a existência ou não de incentivos políticos tem para com a saúde e vigorosidade do meio associativo.

Por fim, também são de considerável relevância para o campo os incentivos legais existentes. O contexto aqui estudado das associações religiosas é em muito influenciado pelas normativas de políticas e marcos legais pós constituição de 1988. Temos que, a existência ou ausência de marcos normativos adequados para o contexto das associações e das parcerias existentes influi em muito na forma como OSCs e Estado se relacionam. O caso do MROSC é um bom exemplo da importância atribuída pela sociedade civil, principalmente pelos atores mais protagonistas do campo, a necessidade de marcos legais específicos para o campo associativo. Toda a mobilização e processos de participação envolvidos na elaboração deste texto constitucional, além do controverso contexto em que têm ocorrido a implementação do Marco nos diferentes níveis, demonstram como os dispositivos e normativas legais cerceiam e impactam nas capacidades do campo, tanto positiva quanto negativamente.

Assim, entende-se a importância de considerar as influências que a existência destes diferentes incentivos pode acarretar quanto ao campo associativo, principalmente se considerados em perspectiva histórica. Temos que os repertórios e preferências por áreas e formas de atuação atualmente existentes têm sido moldados segundo a trajetória do campo, e a partir das influências tanto internas quanto externas a este.

Notas Conclusivas

“E hoje o terceiro setor é uma potência né, é uma coisa extraordinária. Emprega milhões de pessoas, né, ajuda, imagina. Então imagina você que trabalha e está vendo isso aí, vai chegar à conclusão de que o trabalho social feito pelas ONGs, pelas religiões, que realmente se preocupa com o bem-estar do ser humano, é fundamental para a melhora do Brasil, enfim, em todos os aspectos” (dirigente de entidade).

Ao longo dos Capítulos anteriores, procuramos direcionar nosso olhar para identificar diferentes processos vividos pelas associações da sociedade civil, quanto aos “recursos, os atores, as propostas e as dinâmicas das práticas associativas em suas diferentes relações e articulações” (LÜCHMANN, 2011, p. 50).

No primeiro Capítulo procuramos apresentar os fundamentos teóricos principais para esta dissertação. Apresentamos brevemente questões conceituais e de definição quanto ao conceito de associativismo, suas relações com a democracia e a importância imputada aos diferentes tipos associativos a depender das diferentes perspectivas analíticas. Trazemos também definições, os principais enquadramentos teóricos e os diferentes usos quanto ao conceito de repertórios, sua evolução e como este pode ser de grande valia para analisarmos o contexto associativo. Também são realizados alguns apontamentos quanto ao campo religioso, sobre o trabalho voluntário e incentivos para o mesmo dentro das associações, destacando, em especial no campo do associativismo religioso, os entrelaçamentos entre elites e motivações pautadas na filantropia.

No segundo Capítulo, destacamos a metodologia utilizada na realização da pesquisa de campo, e discussão quanto aos recursos metodológicos de estudo de caso, entrevista e análise de discurso. Também trazemos reflexões quanto as diferentes formas de tipologização do meio associativo, a atenção necessária a atuação multifocal das associações, e como a combinação de diferentes técnicas metodológicas pode contribuir para apreendermos de forma mais rigorosa e fiel os reais contornos do meio associativo.

Ainda o Capítulo 2 contém discussão quanto ao associativismo religioso enquanto novos velhos atores, considerando o protagonismo histórico e o processo de pluralização denominacional atual das associações religiosas. São também explicitados os principais dados existentes quanto ao associativismo religioso, em se comparando com outros tipos associativos. Por fim, dados quanto ao contexto associativo florianopolitano, com enfoque nos quantitativos e espaços ocupados pelas associações religiosas.

O Capítulo 3 agrega os principais dados apreendidos a partir de pesquisa de campo e de diferentes fontes sobre associações religiosas e espíritas em Florianópolis. Segundo levantamentos realizados em cartório, a sessão 3.1 apresenta as conformações do associativismo espírita na cidade, quanto ao total de associações e sua distribuição geográfica. Em seguida são apresentadas as associações que compõem o conjunto dos casos pesquisados nesta dissertação, analisando características internas quanto a origem, contexto de criação, recursos, público-alvo, denominação religiosa e porte. Ainda são discutidas perspectivas, engajamento e trajetórias dos atores das associações, quanto ao que consideram os principais benefícios e dificuldades do trabalho realizado, além de divergências quanto a perspectivas de profissionais e membros da diretoria.

Quanto aos repertórios de atuação, primeiramente apresentamos as redes sociais mobilizadas, se tratando principalmente de entidades socioassistenciais, instituições religiosas e empresariais. Também discussão quanto as parcerias com órgãos públicos enquanto repertório e as associações que as possuem. Em seguida, salientamos a considerável presença das associações religiosas nos conselhos gestores municipais, onde as associações religiosas representam 12% do total de OSCs da sociedade civil presentes nos conselhos a partir dos anos 2000. Ainda pudemos perceber a grande importância imputada pelas associações ao espaço dos conselhos gestores de políticas. De todos os conselhos municipais atuantes, as associações religiosas estão presentes naqueles de áreas da Assistência, Criança e Adolescentes, Idoso, Saúde, direitos da Mulher e promoção da Igualdade Racial.

Através do campo realizado, também foi possível apreender a importância e o protagonismo do Fórum Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis, enquanto principal ator coletivo articulador do meio associativo de Florianópolis. Através deste, as OSCs se informam, trocam experiências, e mobilizam outros repertórios como iniciativas coletivas

de medidas legais, organizam comissões e frentes para determinada demanda, articulam-se para realização de atos, mesas de reunião e ainda ocupação de outros espaços de participação como audiências públicas.

Foi também frequentemente apontada pelos interlocutores a importância de estarem engajados em espaços de participação e coletivos como o Fórum e conselhos, e em como estas experiências proporcionam aprendizado político e introdução a práticas de ativismo. Desta forma, a atuação em redes e o maior contato institucional com outras associações também configura-se como um dos elementos que influenciam as associações a atuarem de determinada forma, colocando “as entidades dentro de uma política, de um coletivo”.

Cabe colocar que, como os dados sobre o campo associativo nos informam, a maior parte das associações é de pequeno porte, possuindo escassos recursos (financeiros e humanos), e assim possuindo menores possibilidades de atuarem de forma mais engajada nos espaços de participação, mesmo que queiram. Neste contexto, as associações que conseguem estar mais presentes nos diferentes espaços são aquelas possuidoras de maiores recursos ou as que possuem em seus quadros (entre contratados e voluntários) atores com perfil de liderança, trajetória e perfil militante, ou ainda atores os quais o maior contato com círculos como o Fórum e conselhos acaba por contribuir para emergência de uma perspectiva pessoal mais ativista.

Desta forma, a mobilização de repertórios políticos, institucionais ou ainda coletivos, como o FPPF, também segue as assimetrias presentes no campo, onde as associações mais protagonistas têm maiores possibilidades de ocupar diferentes espaços, se fazer representar e assegurar reconhecimento no campo. Por outro lado, vimos que as associações religiosas, embora maioria de menor porte, geralmente estão bem posicionadas no campo, por serem antigas ou por possuírem redes densas de cooperação, conseguindo assim, a depender da entidade, se fazer presente em espaços participativos/representativos. Se o maior ou menor conjunto de repertórios de atuação de que se utilizam as associações depende diretamente de incentivos financeiros, político-institucionais e jurídicos, todavia, também podemos perceber que as entidades se organizam quando ameaçadas de perder direitos participativos instituídos, transformando tentativas de desincentivo em oportunidade de exercer pressão e acionar outras esferas de poder.

Deste modo, temos que o campo associativismo é caracterizado pelo grande desafio de quem se dispõem a conhecê-lo, dado agregar diferentes tipos de associações, atuando em diferentes áreas e de diferentes formas. Também se configura enquanto campo marcado por importantes assimetrias e hierarquias. As desigualdades existentes, entre outros elementos, por sua vez contribuem para a desapareição das associações, dadas dificuldades de sobrevivência. Neste contexto, a volatilidade do meio associativo se impõe, devido aos altos custos para formalização, participação política, e as muitas exigências próprias do campo.

A continuidade de determinada associação possibilita aos atores envolvidos dar sequência aos trabalhos desenvolvidos, garantindo permanência do legado daqueles que ali integraram esforços. Permite também que a associação continue sendo referência para membros, comunidade e público-alvo. Quando por questões financeiras, de pessoal, de acusações de corrupção, dentre as muitas possíveis razões, a sobrevivência da associação é colocada em risco, isto é sentido de forma bastante profunda pelos atores envolvidos, que geralmente procuram acionar todos os recursos disponíveis para impedir este processo.

Como vimos, as associações precisam adequar-se a demandas do campo, como se institucionalizar, profissionalizar, ou ainda afastar-se de perspectivas religiosas originárias. Devem também se ajustar a demandas próprias do contexto em que estão inseridas, como reverem público-alvo, espaço geográfico, realizarem diagnósticos, ampliarem ou reconsiderarem parcerias e repertórios, além de procurarem manter boas relações com executivo, legislativo e órgãos jurídicos. Também importam questões e mudanças internas: preocupação com a socialização de novos membros, com impactos da profissionalização, e principalmente quanto à manutenção de seu capital humano.

Também procuramos dar ênfase na importância deste capital humano e laços sociais para a continuidade das associações. Temos que, frequentemente, damos maior enfoque a importância dos recursos financeiros no contexto associativo, e é menos considerada a importância das pessoas, e do capital humano e social mobilizados pelos membros.

Resumidamente, ressaltamos a seguir outras questões que também se colocaram como bastante relevantes em se considerando o comparativo de casos.

Primeiro, quanto a atuação multifocal das associações. Nesta dissertação, este é um ponto constantemente reiterado, pela importância

analítica que conserva: entender que apesar da maioria dos estudos possuir maiores dificuldade em conseguir apreender tal dimensão, é comum que as associações, principalmente aquelas com maiores condições, atuem de diferentes formas e em diferentes frentes. As tradicionais associações assistenciais-religiosas, já contém em sua denominação o caráter multifocal, e um olhar sobre elas permite entender que frequentemente atuam também com fins educacionais, culturais ou mesmo de defesa de direitos. Desta forma, convém atenção a tipologização do meio associativo, que pode contribuir com entendimentos viesados sobre o campo.

Outro importante aspecto que aqui buscamos dar visibilidade é a ampla concentração feminina própria do meio associativo. Embora em estudos macro os percentuais variem, ou possam não ser tão dispare considerando média percentual entre os tipos associativos, quando olhamos por áreas, conseguimos compreender melhor o protagonismo feminino no campo. No meio associativo, também imperam lógicas de distribuição desiguais segundo áreas, com maior participação feminina em associações que trabalham primariamente com assistência social, saúde e educação; além de desigualdades quanto a cargos, salários e posições de maior poder no campo. Não é diferente no meio associativo religioso, onde a concentração feminina é altíssima, mas as mulheres têm mais espaço enquanto profissionais e voluntárias das associações assistenciais-religiosas, e menos em gradações de poder dentro de centros espíritas, igrejas e demais instituições religiosas.

Também o campo realizado permitiu entender os impactos e a centralidade que a discussão sobre o Marco Regulatório das OSCs tem tomado no meio associativo local. Todas as associações entrevistadas se expressaram quanto à como veem o MROSC e as implicações que o processo de implementação do mesmo trará para entidades e parcerias. Também pode ser apreendido que a implementação do MROSC a nível municipal impulsionou uma atuação mais organizada das associações, principalmente daquelas que possuem parcerias, de forma que estas participaram mais assiduamente de debates e espaços como o Fórum Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis, buscando manter-se informadas e engajadas quanto a implicações negativas do Marco, e à forma como o mesmo estaria sendo implementado pela gestão municipal.

Importante elemento a ser ressaltado é quanto aos conflitos/questões internas as OSCs. Assim como as associações

configuram um campo, e enquanto tal disputam reconhecimento e sentidos com outros campos (BOURDIEU, 2001; 2009), também no interior delas os atores compartilham ou diferem de pontos de vista quanto a diferentes questões, dadas suas particulares intencionalidades e motivações. Pudemos observar que a depender do interlocutor, e da posição ocupada por este dentro da associação, enquanto profissional contratado ou dirigente voluntário, existem importantes contrastes quanto à como veem a importância do voluntariado se comparado com o trabalho realizado por profissionais, ou ainda sobre como acreditam dever ser organizada a associação, quais devem ser seus repertórios e redes, ou mesmo quanto a dimensão da religiosidade.

Estas divergências internas nos relembram que as associações e a forma como estas atuam e se posicionam no campo devem ser apreendidas também segundo jogos e disputas internas. Estão os atores procurando posicionar-se (eles próprios e as associações de que fazem parte) de forma estratégica segundo propósitos variados. Assim, mudanças e reconfigurações das associações são também resultantes de discordâncias internas, impulsionadas por atores com diferentes trajetórias de vida e visões sobre o que é e como deve atuar a associação.

A principal problemática que a realização desta dissertação se propôs a estudar diz respeito às associações religiosas e a forma como estas atuam e de como discursivamente se posicionam no campo. Desde 2014, as pesquisas realizadas têm nos demonstrado a relevância de procurar compreender mais de perto questões quanto à como mudanças do campo associativo tem impactado na atuação das associações religiosas, em sua ampla maioria, voltadas primariamente para a área da assistência, atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e famílias.

De uma perspectiva atual, estaríamos vivendo um contexto em que as associações voltadas a *Defesa de Direitos e interesses do cidadão* (conforme denominação do relatório da Fasfil) como as comunitárias e de defesa de minorias, têm crescido e superado associações mais tradicionais do meio associativo, como as religiosas e assistenciais. Isso se comprova se compararmos dados da Fasfil quanto ao período de 2000 a 2010: o grupo das religiosas representa 27% e o de Defesa de Direitos 30,6% considerando apenas este decênio. Embora as associações religiosas ainda possuam uma posição consolidada dentro do meio associativo, a ampliação e consolidação das associações de Defesa de Direitos e interesses do cidadão pode influenciar as associações que possuem

atuação multifocal e matrizes religiosas a reposicionarem-se enquanto também de Defesa de Direitos. Ou seja, convém readequar-se ao que é hegemônico no campo, a normativas, políticas, e exigências de laicidade, se quiserem manter sua relevância no meio associativo.

Além das influências próprias do campo, também parece ser a realização de parcerias com o poder público o elemento que mais impulsiona as associações assistencial-religiosas a se identificarem menos enquanto caritativas ou filantrópicas, e mais enquanto executoras de políticas e defensoras de interesses do público-alvo. Isto porque para que estas recebam repasses de recursos ou antes ainda sejam aprovadas nos editais, precisam eliminar justificativas baseadas em motivações e práticas religiosas, além de adequarem-se no dia-a-dia a executarem os planos de trabalho tal como propostos e aprovados.

Sendo as associações com matrizes e vinculações religiosas, tal como por elas mesmas assinalado, alvo de muitas críticas quanto a sua atuação por diferentes setores da esfera pública, onde a academia é apontada como um dos principais, todas estas pressões parecem contribuir para estas realizarem esforços de serem apreendidas mais pelo trabalho realizado e menos quanto a dimensão religiosa. Neste contexto, são principalmente os profissionais contratados aqueles que mais firmemente rejeitam a denominação de religiosa, insistindo que a associação atua para defesa de direitos, como o engajamento em instancias de participação e os diferentes repertórios político-institucionais mobilizados comprovam. Já dentre os relatos dos dirigentes que foram nossos interlocutores, podemos encontrar diferentes interpretações quanto a entidade. Muitos apontam como a realização das parcerias acaba compelindo as associações a readequarem suas propostas de atuação, mais de acordo com normativas e políticas de serviços prestados, e menos quanto a propósitos e ideais religiosos originários.

Mas não se trata de um contexto uniforme de sucessiva substituição de pressupostos religiosos por princípios de laicidade e atuação politizada. Mudanças como estas ocorrem de forma bastante complexa e relativa, a depender tanto da denominação religiosa quanto do contexto e das redes sociais em que cada associação está situada. No entanto, pudemos identificar que no interior das associações e nas práticas destas, estas exigências exteriores tem sido ressignificadas, onde não necessariamente a perspectiva religiosa e a de defesa de direitos seriam conflitantes. Do contrário, no interior das práticas associativas, podem ser

exercidas enquanto *complementares*, embora por tensões, estigmas e preconceitos, seja ressaltado na esfera pública atribuições omitindo-se a real importância das disposições religiosas dentro da associação. Até porque, há outra questão: o distanciamento das disposições e exigências religiosas pode trazer importantes consequências a associação, como a perda de recursos e importantes parceiros, além de indispensáveis atores e lideranças. Situadas na encruzilhada entre o mercado político/social e o religioso, precisam procurar agradar, ou ao menos não desagradar, ambos os lados.

Também a existência de competitividade no interior do campo parece desempenhar importante papel: se os recursos são escassos, e em alguns casos, ainda associações com os mesmos públicos-alvo localizam-se espacialmente próximas, estas precisam então competir para suprir demandas, atuar diferenciadamente e obter reconhecimento no campo.

Chegamos assim ao término desta pesquisa com mais indagações: Estaríamos, enquanto membros da academia, com um enorme cisco no olho, não conseguindo olhar objetivamente e avistarmos como realmente estão atuando as associações mais tradicionais do campo associativo, quais sejam, as assistenciais-religiosas? Estaríamos falhando em apreender as transformações pelas quais as associações religiosas vêm passando, e as possíveis implicações que isto pode ter para o campo, por suspeitarmos de “qualquer entrelaçamento religioso, ignorando o contexto histórico”? Se a perspectiva de defesa de direitos tem realmente se tornado cada vez mais central, a ponto de colocar as associações religiosas em posições desconfortáveis, o que isto pode implicar para o campo associativo e o futuro deste? Até que ponto estariam mesmo as ações das associações e instituições religiosas se reconstituindo e se remodelando, conforme os interlocutores procuraram reiterar?

Ao que nos parece, as respostas a estas questões vão nos indicar que o meio associativo insiste em se complexificar ainda mais. Se as associações religiosas apresentam-se enquanto perpassando por mudanças, cabe recordarmos que isto não é estranho ao campo religioso, pois "não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural" (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 9).

Apesar das novas questões ou das questões não inteiramente respondidas, nesta dissertação buscamos investigar uma das facetas da discussão quanto as relações entre o meio político e o religioso e pontos

de encontro e de conflitos. Ao mesmo tempo procuramos demonstrar como os estudos sobre associativismo são de grande relevância para a compreensão de questões políticas principalmente quanto ao campo da participação.

Afinal, sabemos “muito pouco acerca do *modus operandi* das organizações civis reais” (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2008, p. 03). Sendo os fenômenos sociais multifacetados, e considerando a complexidade das relações entre Estado e sociedade civil, os repertórios de atuação das associações, além de questões sobre práticas religiosas e políticas, trata-se assim de um objeto desafiador de toda proposta que procure compreendê-lo. Portanto, dado o contínuo crescimento no número de associações no quadro associativo do país, cenário que parece seguir uma tendência internacional, ao lado de uma maior frequência de realização de parcerias em diversas áreas e através de incentivos legais e políticos, aliado ainda a maiores estímulos e anuência do Estado para com a participação da sociedade civil através de diferentes interfaces socioestatais; todos estes, fatores que possibilitam maior peso e protagonismo das associações no meio político-institucional, e portanto, permitindo ampliação dos repertórios mobilizados no dia-a-dia das entidades.

Em suma, a problemática central da dissertação ampara-se na identificação de uma tensão, ao menos no nível discursivo, entre o enfoque da caridade (filantropia, ou assistencialismo) para o da defesa de direitos, quanto a maior parte das associações religiosas que foram objeto da pesquisa. Entre os elementos que parecem estar influenciando este contexto, estariam I) uma maior organização em rede, com destaque ao papel do Fórum de Políticas Públicas enquanto articulador de demandas e principal meio de comunicação e interação; II) O aumento nos quadros de profissionais contratados nas associações, ao mesmo tempo em que a importância do trabalho voluntário no contexto associativo-religioso, duas realidades diferentes onde muitas vezes contrastam opiniões sobre estratégias e formas de atuação; III) Experiências de representação institucional junto a conselhos gestores de políticas, além de outras interfaces socioestatais; IV) E por último e mais importante, a celebração de parcerias com os órgãos públicos, em muitos dos casos já há mais de uma década, que parece contribuir para os três elementos anteriores, onde maior atuação em rede, profissionalização e formalização, além de práticas de *advocacy*, visam defesa dos interesses internos e do público-

alvo, considerando a grande disparidade de poder entre as associações e o Estado. Estes elementos atestam importantes reconfigurações vivenciadas pelas associações vinculadas as diferentes denominações religiosas, reconfigurações estas próprias tanto do campo associativo quanto religioso, e influenciadas por questões sociais e políticas.

Faz-se necessário enfatizar que muitas das apreensões aqui inferidas não seriam possíveis não fosse a atuação profissional dentro de uma associação assistencial-religiosa. Os anos entre profissional contratada e posteriormente enquanto voluntária, possibilitaram uma experiência única e intensa quanto ao dia-a-dia, motivações e dificuldades dentro de uma OSC, além de percepção da importância das redes sociais e estratégias adotadas. E proporcionaram também maior carga empírica para decifrar e reconhecer aspectos e questões quanto ao contexto vivenciado pelas associações religiosas aqui estudadas.

As associações vivem processos de institucionalização e sua importância, presença e diversificação em áreas e formas de atuação continua a ampliar-se, de maneira que se firmam como um importante ator da esfera pública, procurando amenizar deficiências estatais, exercer pressão e influir nos processos de construção e implementação de políticas públicas - para citar algumas das funções que assumem. Portanto, compreendê-las perpassa pela realização de diagnósticos com mais apreensão quantitativa e qualitativa sobre o campo associativo. Ou seja, realizar estudos mais “satisfatórios sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas quanto aos padrões de interação entre Estado e sociedade civil” (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 27).

De fato, o mapeamento das relações existentes entre Estado e sociedade civil, além das conformações do campo associativo e das demandas externas que o influenciam, constitui-se como um dos maiores desafios a ser apreendidos pela literatura preocupada com as configurações da participação, representação e o desenvolvimento das práticas democráticas, que defendem a centralidade da organização associativa dentro do contexto democrático.

O crescimento no número de associações, a regulamentação no plano jurídico e a maior institucionalização e fortalecimento das OSCs, são significativas evidências de que vivemos hoje importante período no meio associativo, que convém analisar de forma mais sistemática e diligente.

REFERÊNCIA

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula.** Dados, Rio de Janeiro, Impresso, vol. 57, p. 325-357, 2014.

ABERS, Rebecca e VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade?** *Sociologias*, vol. 3, nº 28, pp. 52-84. 2011.

ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **Conselhos Gestores e Regulação: a assistência social em tempos de transição.** Política & Sociedade, v. 8, p. 251-270, 2009.

_____, Carla Cecília Rodrigues; CAYRES, Domitila Costa; TATAGIBA, Luciana. **Balanco dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 255-294, 2015.

ALMEIDA, Ronaldo; D' ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. **Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 82, p. 109-130, Nov. 2008.

ALONSO, Angela. **As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

_____, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito.** Revista Sociologia & Antropologia, vol. 2, no 3, pp. 21-41, 2012.

ARRIBAS, Célia. **Afinal, Espiritismo é religião?** São Paulo: Alameda/FAPESP, 2010.

_____, Célia. **No princípio era o verbo: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira.** 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____, Celia. **Pode Bourdieu contribuir para os estudos em Ciências da Religião?** Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, v. 15, p. 483, 2012.

AVRITZER, Leonardo. (Org) **A participação em São Paulo.** SP: UNesp, 2004.

_____, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional:** algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opin. Publica, Campinas , v. 14, n. 1, p. 43-64, June 2008.

_____, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo.** Lua Nova, n. 39, 1997.

_____, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política.** Opinião Publica, vol.18, n.2, pp. 383-398, 2012.

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade:** o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no brasil. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 21, 2003.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático.** Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BOUDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, Pierre (coord). **A miséria do mundo.** Patrópilis/RJ: Vozes, 2003.

_____, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento / Pierre Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____, Pierre. “É possível um ato desinteressado?”; In: **Razões Práticas**. Campinas, Papirus, 1996.

_____, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**; Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. In: _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. 2. ed. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.429**, de 2 de junho de 1992, Lei de Improbidade Administrativa. 1992.

_____. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Lei de Licitações. BRASIL .1993.

_____. **Lei nº 9.637**, de 15 de maio de 1998. Organizações Sociais, nos termos da Lei Federal nº9.637/98.

_____. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Lei das OSCIPS. 1999.

_____. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil -MROSC. 2014.

_____. **Lei nº 13.204**, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. 2015.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas**: balanço do debate e proposições analíticas. Civitas - Revista de Ciências Sociais, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 360-378, ago. 2017.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República**: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

COHEN, Joshua; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory.** Cambridge, MA, MIT Press, 1992.

COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. **Associations and democracy.** London: Verso, 1995.

CORTES, Soraya. Vargas. **As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros.** In: PIRES, R. R. (Org.) Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

COSTA, Sérgio. **Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil.** Uma Abordagem Tentativa. Novos Estudos CEBRAP, n° 38, pp. 38-52. 1994.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra: UNICAMP/IFCH, 2002.

_____, Evelina.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina.** In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs). A disputa pela construção democrática na América Latina. SP:Paz e Terra; Campinas:Unicamp, 2006.

DAHL, Robert. **Democracia e seus críticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____, Robert. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: Edusp, 1997.

DELLA PORTA, Donatella, KEATING, Michael. **How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction.** In: DELLA PORTA, D., KEATING, M. Approaches and Methodologies in the Social Sciences. A Pluralist Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: **teorias e abordagens.** Porto Alegre, Penso, 432 p., 2006.

DE MORAES, Zenalda Martins Vanim. **Organizações Cívicas e Mobilização do Direito: A Ação Civil Pública como Repertório de Ação Política** / Zenalda Martins Vanim de Moraes, orientador, Carlos Eduardo Sell – Florianópolis, SC, 2015.

DIANI, Mário; BISON, Ivan. **Organizações, coalizões e movimentos**, Revista Brasileira de Ciência Política, núm. 3, p. 220-249, 2010.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. DOIMO, Ana Maria. RJ: Relume-Dumará:ANPOCS, 1995.

_____, Ana. Maria. **Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo**. In: AVRITZER, L. (org.) A participação em São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 123-196.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERREIRA, Fernanda Flavia Martins. **Espiritismo Kardecista brasileiro e cultura política: história e trajetórias recentes**. Ana Maria Doimo – Orientadora. Dissertação de mestrado. UFMG. Belo Horizonte, MG. 2008.

FUNG, Archon. **Associations and democracy: Between theories, hopes, and realities**. *Annu. Rev. Sociol.* 29:515–39, 2003.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**. Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de Mestrado, Brasília:UnB, 2006.

GERRING, John. **Case Study Research: principles and practices**. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**.

Um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. **Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania**: práticas e reflexões no Espiritismo. In: LANDIM, L. (Org.). *Ações em Sociedade*. Rio de Janeiro: ISER: NAU, 1998.

_____, Emerson. **O cuidado dos mortos**. Uma história da condenação e legitimação do espiritismo. 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **O Novo Associativismo e O Terceiro Setor**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 58, n.58, 1998, p. 09-23.

GUIMARAES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. **Trabalho docente voluntário em uma Universidade Federal**: nova modalidade de trabalho precarizado?. *Educ. rev.* Belo Horizonte , v. 28, n. 3, p. 77-101, Sept. 2012.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela. **As benesses deste mundo**: Associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Novos Estudos*, n.68, 2004.

_____, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. **Atores periféricos na sociedade civil**: redes e centralidades de organizações em São Paulo. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. vol.23, n.68, pp. 73-96. 2008.

_____, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. **M. Protagonistas na sociedade civil**: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. *Dados*, 50 (3): 465-498. 2007.

_____, Adrian; HOUTZAGER, P; CASTELLO, Graziela. **Representação política e organizações civis**. *Novas*

instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, pp. 43-66, 2006.

_____, Adrian. **Sem pena nem glória. O debate da sociedade civil nos anos 1990**. Novos Estudos CEBRAP, n. 66, 2003.

_____, Adrian; SZWAKO, José. **Sociedade civil, Estado e autonomia**: argumentos, contra - argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, vol. 21, n. 1, 2015.

HANDBOOK on non-profit institutions in the system of national accounts. New York: United Nations, Statistics Division, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2. 1997.

HIRST, Paul. **Associative Democracy**: New Forms of Economic and Social Governance. Amherst: University of Massachusetts, 1994.

HOUTZAGER, Peter; GURZA LAVALLE, Adrian. e ACHARYA, Amitav; **Who Participates?** Civil Society and the New Democratic Politics in São Paulo, Brazil". *IDS Working Paper* 210, Brighton (2003).

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. Estudos e Pesquisas Informação Econômica Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. Estudos e Pesquisas Informação Econômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010**. Estudos e Pesquisas Informação econômica n° 20. Rio de Janeiro, 2012.

ISUNZA VERA, Ernesto; HEVIA, Felipe. **Relaciones sociedad civil - Estado en México**. Un ensayo de interpretación. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) México, 2006.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Rio de Janeiro: FEB, 2013 [1857].

LANDIM, Leilah. **Associações no Brasil**: comentários sobre dados oficiais recentes. Democracia Viva, Rio de Janeiro: IBASE, v. 28, p. 76-85, 2005a.

_____, Leilah. **Para além do Mercado e do Estado?** Filantropia e Cidadania no Brasil. ISER Instituto de Estudos da Religião – Série Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1993.

LEWIS, Valerie. A.; MACGREGOR, Carol. A.; PUTNAM, Robert. **Religion, Networks, and Neighborliness**: The Impact of Religious Social Networks on Civic Engagement. Social Science Research 42.2 (March 2013): 331-346. 2013.

LOCKS FILHO, Pompilio. **Regimes Políticos e Ação Coletiva**: um estudo sobre o associativismo em Porto Alegre (1930-2012 Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

LOPEZ, Felix, G; BARONE, Leonardo. **As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais**: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011). Coleção Textos para discussão, IPEIA. 2013.

_____, Felix, G; BUENO, Natália. S. **Transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos** (1999-2010) Coleção Textos para discussão, IPEIA, 2012.

_____, Felix, G; PIRES, Roberto. **Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas.** In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2010.

LOSEKANN, Cristiana. **Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro.** Dados, Rio de Janeiro , v. 56, n. 2, p. 311-349, June 2013.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 29, p. 159-178, 2014.

_____, Lígia Helena Hahn. **Associações, participação e representação: combinações e tensões.** Lua Nova, v. 84, p. 141-174, 2011.

_____, Lígia Helena Hahn. **Associações e democracia.** Um estudo em Florianópolis. Editora da UFSC. Florianópolis, 2016.

_____, Lígia Helena Hahn. **Interfaces socioestatais e instituições participativas: definições e dimensões analíticas.** 2018. [Prelo].

_____, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder. **Gênero e representação política nos Conselhos Gestores no Brasil.** Dados, 2016.

_____, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues; TABORDA, Luana do Rocio. **Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais.** 2018. [Prelo].

_____, Lígia Helena Hahn. **Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais.** Relatório de pesquisa (PQ/CNPq), 2015.

_____, Lígia Helena Hahn. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, vol. 20 n.43, out. 2012.

_____, Lígia Helena Hahn; NICOLETTI, André. SCHAEFER, Márcia Inês. **Associativismo e repertórios de ação político-institucional.** Opinião Pública, Campinas, vol. 23, nº 2, 2017.

MACPHERSON, Crawford. Brough. **A democracia liberal:** origens e evolução. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1978.

MACHADO, Marilane. **“Fora da caridade não há salvação”:** o ideal de caridade para os espíritas. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião e Política no Brasil Contemporâneo:** uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes; 2001.

MIGUEL, Sinuê Neckel. **Movimento Universitário Espírita (MUE):** Religião e política no Espiritismo brasileiro (1967-1974). Eliane Moura da Silva – Orientadora. UNICAMP. Campinas, SP. 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTERO, Paula. **Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso.** Religião & Sociedade, v. 32, nº 1: 167-183. 68 Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2012.

_____. **Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil.** Etnográfica, v. 13, nº 1:7-16. 2009.

MOURA, L. R. e SOUZA, Washington J. **Elementos do trabalho voluntário na Pastoral da criança: características e motivos.** Holos, Ano 23, Vol. 3 150.2007.

NETO, Fernando. Lima. **Relação com o estado na visão das ongs: uma sociologia das percepções.** Coleção Textos para discussão, IPEIA, 2013.

NICOLETTI, André. Salayaran. **Associativismo Religioso e os Impactos na Esfera Pública: análise do comportamento denominacional na cidade de Florianópolis - SC (2000-2010).** Anais do IV Fórum Brasileiro da Pós-graduação em Ciência Política. Niterói, RJ, 2015.

NOVAES, Regina. **Jovens sem religião: sinais de outros tempos.** In: TEIXEIRA, F. e MENEZES, R. (Org). *Religiões em Movimento.* Petrópolis: Vozes, 2013.

ORO, Ari Pedro. **A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações.** Civitas – Revista de Ciências Sociais (Impresso), v. 11, nº 2: 221-237. 2011.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

_____, Carole. **Participatory democracy revisited.** Perspectives on Politics, v. 10, n. 1, pp. 7-19. 2012.

PAXTON, Pamela. **Social capital and democracy: An interdependent relationship.** Am. Sociol. Rev. 67:254–77. 2002.

PEREIRA, Rodrigo. **Terceiro Setor e Religião: Investigando afinidades e Relacionando Catolicismo, Ética, Direito, Caridade e Cidadania.** Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane Kleinübing. **Motivação para o trabalho voluntário Contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização Espírita.** Revista O&S - Salvador, v.19 - n.62. 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido. In: SOUZA, Jessé (org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

_____, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **Assim como não era no princípio**: religião e ruptura na obra de Procopio Camargo. *Novos Estudos Cebrap*, 17: 29-35. 1987.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. A infância dos chefes: socialização dos herdeiros ricos na França. In: ALMEIDA, Ana M^a. F. & NOGUEIRA, M^a A. **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PIRES, Roberto R. C.; VAZ, Alexander C. N. **Para além da participação**: interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova*, 2014.

POMPA, Cristina. **Introdução ao Dossiê Religião e Espaço Público**: repensando conceitos e contextos. *Relig. soc.* Rio de Janeiro , v. 32, n. 1, p. 157-166, 2012 .

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone**: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy* , pp. 65-78, January 1995.

_____, Robert. Participación religiosa. In: PUTNAM, R (Org). **El declive del capital social**. Un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona, 2003.

_____, Robert.; GOSS, K. **Introducción**. In: PUTNAM, R (Org). **El declive del capital social**. Un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona, 2003.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method - Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Berkley: University of California Press, 1987.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. **Protesto político na América Latina**: tendências recentes e determinantes individuais. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso) , v. 21, p. 188, 2015.

_____, Ednaldo; WALTER, Alice Vila Nova Procopiuk. **Religião e participação política**: instituições religiosas e o desenvolvimento de habilidades cívicas. Revista Debates, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 137-158, jan.-abr. 2017.

SAINT MARTIN, Monique de. **Coesão e diversificação**: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. *Mana*, vol. 8 n. 2, 2002.

_____, Monique de. **Da reprodução às recomposições das elites**: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. TOMO (UFS), n. 13, 2008.

SCHAEFER, Márcia Inês; MACHADO, Talita; TABORDA, Luana Do Rocio; DE BASTIANI, Maria Teresa. **Associação Amigos do Hospital Universitário - AAHU da UFSC**: uma análise exploratória. Mosaico Social - Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC. Ano XIV, n. 08 – 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Associativismo civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização**. In: SCHERER-WARREN, I.; CHAVES, I. **Associativismo civil em Santa Catarina**. Trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

SALAMON, Lester. M. **Putting the Civil Society Sector on the Economic Map of the World**. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 81:2, 2010.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Tradução de Clóvis Bovo. - Aparecida, SP: Editora Santuário, 2001.

SECRETARIA Geral da República. **Participação Social no Brasil**: entre conquistas e desafios. Brasília: Secretaria Geral da República.2014.

SEIDL, Ernesto. **Disposições a militar e lógica de investimentos militantes.** Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2, p. 21-39, Aug. 2009a.

_____, Ernesto. **Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes.** Cadernos CERU, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 155-169, June 2009b.

_____, Ernesto. **Estudar os Poderosos: sociologia do poder e das elites.** In: SEIDL, Ernesto GRILL, Igor Gastal. (orgs.). As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, Marcelo. Kunrath. **Mapa do associativismo em Porto Alegre.** Porto Alegre, 2007.

SIMÕES, Pedro. **Assistência Social Espírita: um estudo em Santa Catarina.** Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015.

SKLAIR, Jéssica. **Relações de Segregação: Novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana.** Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SKOCPOL, Theda. **Diminished Democracy: from membership to management in American civic life.** Norman: University of Oklahoma Press, 2003.

SOUZA, Washington José de; MEDEIROS, Jássio Pereira de. **Trabalho voluntário: motivos para sua realização.** Revista de Ciências da Administração. Vol. 14. 2012.

TABORDA, Luana do Rocio. **Interações entre Estado e associações da sociedade civil: um estudo sobre as parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e associações em Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Licenciatura. UFSC, 2016.

_____, Luana do Rocio. **Para além dos muros:** a atuação social da Casa dos Girassóis e do Instituto Engevix em Florianópolis. UFSC: Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), 2014.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento.** Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar:** sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, Nov. 2012 .

TAVOLARO, Sergio B. F. **Variações no interior de um discurso hegemônico?** Sobre a tensão “ação – estrutura” na sociologia contemporânea. Revs. Teoria & Pesquisa vol. XVI - nº 01 - jan/jun de 2007.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção:** as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume, 2003.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Org). **Religiões em Movimento.** Petrópolis: Vozes, 2013.

TIC. **Organizações Sem Fins Lucrativos 2012** [livro eletrônico]: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

TIC. **Organizações Sem Fins Lucrativos 2014** [livro eletrônico]: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010.

_____, Charles. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

TORQUATO, Fernando. Brasília, **Pátria do Evangelho:** a inserção e o desenvolvimento do Espiritismo em Florianópolis (1910-1949). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia Política / UFSC. 2015.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E. **Voice and Equality:** Civic Volunteerism in American Politics. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

VIDICH, Arthur J.; LYMAN, Stanford M. **Métodos qualitativos: sua história na sociologia e na antropologia.** In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

WARREN, Mark. **Democracy and association.** Princeton: Princeton University, 2001.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiros de Questões para realização das entrevistas

1- Gostaria de ouvir primeiramente sobre a associação. Qual o contexto de surgimento, vínculos com a comunidade, voluntários e trabalhadores, público-alvo, dentre outras informações que considere básicas e diferenciais sobre a associação.

Conforme o entrevistado tenha ou não contemplado as perguntas seguintes, serão ou não realizadas:

I- Área de atuação da associação.

II- Autoclassificação da Associação (ONG, Fundação, Movimento social, Entidade Assistencial, etc.):

III- Em que ano foi fundada?

IV- Formalização:

V- Religiosa?

VI- Como surgiu?

VII - Quais são os objetivos?

VIII Quais são as atividades desenvolvidas, a periodicidade, o local?

IX- Quantas pessoas participam da associação? Quantas voluntárias e quantas contratadas? Dentre estas, quantas mulheres e quantos homens?

Quais os critérios para contratação ou para ser voluntário? Tem a ver com filiação religiosa?

Quão importante é o voluntariado para a atuação da associação?

X- Quem é o público-alvo?

XI- Qual é o perfil das pessoas envolvidas?

XII- Suas lideranças têm sido renovadas? Como?

XII – Como se dá sua organização interna? (presidente-vice?) Como são tomadas as principais decisões?

XIII - Relações com outras associações – quais e em que intensidade (rede)?

XIX- Estabelece relações com a política: governo, partidos, eleições, etc.? Especificar.

XX- Relações com empresas; campo privado?

XXI - A associação tem alguma representação institucional? Conselhos, Fóruns, etc? Quais?

XXII - Quais seriam os benefícios sociais da associação?

XXIII - Há conflitos internos à associação?

XXIX - E externos? Com quem, sobre o que?

XXX - Quem são as associações que estabelecem maiores relações com a sua?

XXXI - Quais são, na sua opinião, as mais atuantes na cidade?

2- A associação possui convênios e parcerias com órgãos públicos? Quais outras parcerias também foram firmadas tanto com entidades públicas como privadas?

3 - Como ocorre a parceria? Existe uma seleção? É anual? Como ocorre a prestação de contas?

4- Quais as justificativas para a realização das parcerias – ou quais os benefícios para a atuação da associação que justificam a escolha pela parceria?

5- Existem malefícios – resultados não tão positivos que decorrem da existência desta parceria para a associação?

6 – Quais as principais mudanças e desdobramentos que a associações tem sentido quanto ao processo de Implementação do Marco Regulatório?

Roteiro entrevista com membros Fundadores

1 - Início dos trabalhos:

2 - Data de Formalização:

3 - Idade:

4 - Sexo:

5 - Escolaridade:

6 - Escolaridade dos pais:

7 - Profissão:

7 - Profissão dos pais:

8 - Natural de:

9 - Residente no Bairro:

10 - Estado civil:

10 - Filhos:

11 - Religião:

12 - Tempo na entidade?

13 - Filhos ou família trabalham na entidade?

14 - Preocupação com processos de continuidade da instituição?

15 - Quais os principais benefícios/motivações que sua atuação na instituição lhe trazem?

16 - Quais as principais dificuldades encontradas na realização do seu trabalho na associação?

17 - Pessoas vinculadas a associação provenientes de que círculos?

18 – Como você a atuação da associação daqui a 5 ou 10 anos?

Apêndice 2 – Quadro 16 - associações espíritas segundo dados de Scherer-Warren (2004) e Lüchmann (2016) e atualização até 2017

N	Associações espíritas – Levantamentos em cartórios Florianópolis:	Ano de Formalização	Endereço
SHERER-WARREN - 2004			
1	Grupo Escola Irmão Delmiro/Centro Espírita Seara dos Pobres GEID / CESP	1947	Rua prof. Clementino de Brito, 547 estreito - Florianópolis - SC - cep 88070- 150
2	Sociedade espírita de recuperação, trabalho e educação - SERTE	1956	R. Leonel Pereira, 604 - Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis - SC, 88056-300
3	Legião da Boa Vontade - LBV	1959	R. Gen. Euríco Gáspar Dutra, 226 - Estreito, Florianópolis - SC, 88070-000
4	Centro Espírita Raul Machado - CERM	1961	Av. Jorge Lacerda, 2180 - Costeira do Pirajubaé, Florianópolis - SC, 88047-001 +55 48 3226-4813
5	Lar Fabiano de Cristo- LFC	1974	R. Frei Fabiano de Cristo, 180 - Monte Cristo, Florianópolis - SC, 88090-490
6	Centro Espírita Leocádio José Correa	1988	Rua Raimundo Correia, 164 - Balneario, Florianópolis - SC, 88075-200
7	Sociedade Espírita Entroposto da Fé - SEEDE	1990	Servidão Marcelino Gonçalves, 71 - Monte Verde, Florianópolis - SC, 88032-650
8	Centro de Valorização Humana, Moral e Social	1991	R. Joaquim Fernandes de Oliveira, 78 - Abrão, Florianópolis - SC, 88085-170

9	Centro Espiritual da Estrela	1992	Rua José Cândido da Silva Florianópolis, SC Brasil
10	Centro de Integração Familiar - CEIFA	1997	R João Motta Espezim, 683 - Saco Limões - Florianópolis, SC - CEP: 88045-401
11	Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna - SEOVE	1972	Av. Pequeno Príncipe, 721 - Campeche Central, Florianópolis - SC, 88063-000
12	Instituição Espiritualista Caridade “paz e luz”	1998	R.Sargento Arnaldo Martins 55 Centro 88020-550 Florianópolis-SC
13	Centro Espírita Seara do amor	1999	R. Osvaldo Cruz, 237 - Balneário, Florianópolis - SC, 88075-270
LÜCHMANN 2016 (2000 – 2010)			
14	Centro Espírita e Umbandista Caboclo Tupinambá	2002	Estr. Isid Dutra, 1005 - Sambaqui, Florianópolis - SC, 88051-011
15	Centro de Comunicação Comunitária da SERTE (Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação)	2003	R. Leonel Pereira, 604 - Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis - SC, 88056-300
16	Associação Beneficente Casa da União Estrela da Manhã	2003	R Caminho Dos <u>Açores</u> , 293 CASA Florianópolis - SC, CEP: 88050-300
17	Centro Espírita “Casa Espírita Aprendizes do Evangelho”	2004	R. Servidão Domingos Manoel da Silveira, 300, Florianópolis - SC
18	Associação Beneficente EMANUEL de Apoio aos Menos	2005	Endereço não encontrado

	Favorecidos e Incentivo a Cultura e Arte (ONG)		
19	Instituto de Caridade e Apoio ao Desamparado – ICAD/ Cantinho dos Idosos	2006	Estr. Intendente Antônio Damasco, 679 - Ratonés, Florianópolis - SC, 88052-100
20	Centro de Estudos Espíritas Caminho da Luz – CEECAL	2007	Endereço: Rua Jaú Guedes da Fonseca, 254 - Coqueiros - Florianópolis/SC CEP: 88080-080
21	Instituto Luz da Vida	2007	
22	Estação da Prece/Centro Espírita Cristã José de Nazareth	2008	Rua Jose Boiteux, 201 – Centro – Florianópolis
23	Instituição Casa dos Girassóis	2008	Rua Monsenhor Topp, 320 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-400
24	Centro de Apoio a Formação Integral do Ser - CEAFIS	2009	Rua Genoíno Pereira da Silva, 282 Jardim Atlântico / Chico Mendes Florianópolis - Santa Catarina
25	Associação Espírita de Estudo e Caridade Maria de Nazaré	2010	Endereço não encontrado
26	Associação Grupo Espírita Azonssu	2010	Servidão Da Felicidade, 298, FUNDOS, Saco dos Limões, Florianópolis - SC, CEP: 88045-398
27	Casa Lar Luz do Caminho	2010	Servidão Água M.nha - Ingleses do Rio Vermelho, Florianópolis - SC, 88058-204
Lista associações espíritas cartório 2010 a dez de 2017 - atualização			

28	Núcleo Espírita Trabalhadores de Maria	2010	Rua Araci Vaz Callado, 1156 - Canto, Florianópolis - SC, 88070-750
29	Centro Espírita A Caminho do Amor	2010	Servidão Água Marinha 88058-204 Florianópolis
30	Grupo Espírita Amigos da Paz	2010	Endereço não encontrado
31	Tenda Espírita São Jorge	2010	R ILHA ANHATOMIRIM, 119, Vargem do Bom Jesus, FLORIANOPOLIS - SC, CEP: 88056-594
32	Grupo Espírita Assistencial Casa do Rio – GEA Casa	2011	Travessa Manoel Florentino Vieira, 19
33	Centro Espírita Gruta de Pedra	2011	R MANE VICENTE , 1021,
34	Centro Espírita Anjos da Luz – CEAL	2011	Srv Joaquim Claudino Mattos, 87, Saco Dos Limões, Florianópolis, SC, CEP 88045- 500
35	Associação Beneficente Casa do Caminho - Grupo	2012	R. Maria Claudino da Cruz, 945 - Capoeiras, Florianópolis - SC, 88090-230
36	Associação Espiritualista do Canto da Lagoa - GECANTO	2013	Rua Laurindo Januário da Silveira 2642 - Canto da Lagoa - Florianópolis SC http://www.grupodocanto.org/
37	Instituição Filantrópica Espírita Casa Medianeiros de Jesus	2013	Srv Fermino Severino Sagaz, 160, Ingleses Do Rio Vermelho, Florianópolis, SC, CEP 88058- 442,
38	Centro Espírita Filhos da Luz	2013	R Joao Agostinho Vieira, 90 Ribeirao da Ilha - Florianópolis/SC 88.064-250
39	Centro Espírita Irmãos do Sol Campeche	2013	R. Maria Madalena Bilck - Campeche, Florianópolis - SC, 88065-280
40	Sociedade Espírita Casa da Paz	2013	Rod. Baldicero Filomeno, 4170 - Ribeirão da Ilha, Florianópolis - SC, 88064-000

41	Núcleo Espírita Irmã Clara de Assis - NEICA	2014	Sambaqui, Florianópolis, 88051-000, Brasil
42	Grupo Espírita Benedita Fernandes - GEBEN	2016	Endereço não encontrado
43	Centro Espírita Amor e Caridade - CEAC	2016	R. do Engenho Novo, 148 - Ingleses do Rio Vermelho, Florianópolis - SC, 88058-416
44	Centro Espírita Fé e Caridade Vó Benedita - CEFCVB	2016	Endereço não encontrado
45	Núcleo Espírita Trabalhadores da Seara de Jesus	2016	Estr. Dário Manoel Cardoso, 1100 - Ingleses do Rio Vermelho, Florianópolis - SC
46	Grupo Espírita Chico Xavier	2016	Endereço não encontrado
47	Casa fraterna Irmãos de Luz - CFIL	2016	Endereço não encontrado
48	Associação Catarinense de Estudos Espíritas	2017	R. Itapeva, 83 - Itacorubi, Florianópolis - SC, 88034-520
49	Associação Casa Espírita Arcanjo Miguel - Casa	2017	Endereço não encontrado
50	Grupo Espírita Luz, União e Sabedoria - GELUS	2017	R. Laurindo Januário da Silveira, 3747 - Lagoa da Conceição, Florianópolis - SC